

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

SUELLEN NASCIMENTO DOS SANTOS

**CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO:
UMA ANÁLISE NO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIO**

VITÓRIA – ES

2021

SUELLEN NASCIMENTO DOS SANTOS

**CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO:
UMA ANÁLISE NO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Administração.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia PrezottiPalassi.

VITÓRIA – ES

2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S237c Santos, Suellen Nascimento dos, 1987-
Consciência política e participação: uma análise no
cooperativismo de crédito rural solidário / Suellen Nascimento
dos Santos. - 2021.
270 f. : il.

Orientadora: Marcia Prezotti Palassi.
Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Consciência política. 2. Participação. 3. Cooperativas de
crédito. 4. Teoria Fundamentada em Dados. 5. Interacionismo
Simbólico. I. Palassi, Marcia Prezotti. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III.
Título.

CDU: 65

SUELLEN NASCIMENTO DOS SANTOS

**CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO:
UMA ANÁLISE NO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Administração.

Aprovada em 15 de dezembro de 2021.

Comissão examinadora:

Prof^aDr^a Marcia Prezotti Palassi
(Orientadora – PPGAdm-Ufes)

Prof^aDr^a Leticia Dias Fantinel
(Membro interno - PPGAdm-Ufes)

Prof. Dr. Davi Silva da Costa
(Membro externo – IF Baiano)

Prof. Dr. Salvador Antonio M. Sandoval
(Membro externo - PUC/SP)

Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva
(Membro externo – USP)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº1.269 de 30/08/2018, por MARCIA PREZOTTI PALASSI – SIAPE 1490211
Departamento de Administração DAd/CCJE
Em 24/12/2021 às 06:33

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/338971?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por LETÍCIA DIAS FANTINEL – SIAPE 1618662
Departamento de Administração - DAd/CCJE
Em 27/12/2021 às 09:37

Para verificar a assinatura e visualizar o documento original acesse o link: <https://api.l episma.ufes.br/arquivos-assinados/339262?tipoArquivo=O>

À Deus pela vida!

AGRADECIMENTOS

Uma tese é fruto de um trabalho árduo e de intensa reflexão intelectual. Entretanto, a construção é coletiva, emergindo a partir das interações com o outro! A este “outro”, restam meus agradecimentos...

Agradeço à Deus por tanto em minha vida! Nunca pensei que chegaria tão longe! Deus me deu forças para prosseguir e Nossa Senhora me cuidou durante a caminhada.

À minha mãe Simone, minha avó Conceição e todos meus familiares pelas orações e por entenderem meu silêncio e minha distância, por diversos momentos em que o doutorado precisou ser prioridade. Ao meu pai Jairo por me dar o exemplo de como ser forte e guerreiro, mesmo sendo frágil.

Ao meu esposo Marcony pelo companheirismo incondicional: por me auxiliar nos gráficos e formatações, por aceitar o desafio de discutir temáticas aversas ao seu campo de pesquisa só para me fazer entender o assunto, por realizar todas as demandas diárias, só para me deixar imersa na tese.

Aos amigos que, mesmo distantes, foram essenciais prestando palavras de motivação para que eu pudesse chegar ao final de mais essa etapa da vida: Layon, Elder, Alex, Leilane, Carlitos, Geusa, Fran, Marina, Rafa, Dani, Camila, seu Margarido (*in memória*), Albani e Isa (em especial pelo acolhimento em sua casa na qualificação). Vocês tornaram essa trajetória mais leve e divertida!

Ao Programa de Pós-Graduação da UFES, na figura dos técnicos que me acolheram e permitiram acessar com facilidade as informações do Programa e me sentir parte da UFES, ainda que morando na Bahia; e dos professores que compartilharam conhecimento e saberes, contribuindo para minha formação.

Aos colegas de mestrado e doutorado do PPGAdm-UFES pelas intensas trocas de saberes no período de realização das disciplinas. À Ariana, Romulo e Fábio pelas dicas nos momentos finais do curso.

Aos professores da banca de qualificação e defesa da tese pelo aceite ao convite e pelas contribuições.

À minha orientadora Marcia Prezotti Palassi pela amizade e empatia diante das minhas limitações e problemas pessoais no percurso. No que se refere à orientação, agradeço por respeitar minhas opiniões, pelo olhar crítico e construtivo sobre minha construção teórica, e por todo conhecimento compartilhado!

Aos sócios, colaboradores e membros da estrutura administrativa da ASCOOB Sisal e ASCOOB Central que compartilharam informações e materiais da instituição, além de disponibilizarem tempo para contribuir com a entrevista na pesquisa. A participação de todos foi essencial na construção da tese.

Agradeço também ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) -Campus Serrinha, que permitiu o afastamento para a realização da pós-graduação. Bem como agradeço aos colegas de trabalho por apoiarem e compreenderem minhas demandas no doutorado.

Agradeço à CAPES que, por alguns meses (antes de passar no concurso), disponibilizou a bolsa de estudos para que eu pudesse desenvolver minha pesquisa.

Enfim, agradeço a todos que, de alguma maneira, contribuíram para a concretização dessa pesquisa!

“[...] a consciência é ‘intencionalidade’ ao mundo”.

Paulo Freire

RESUMO

As cooperativas de crédito de economia solidária são classificadas como instituições financeiras que seguem normas e procedimentos do Banco Central do Brasil (Bacen), mas fazem parte do movimento cooperativista. Essas organizações cooperativas passam por dificuldades de funcionamento e alcance do objetivo social que almejam atingir, devido a interesses divergentes, falta de participação e às próprias normas do Bacen. Portanto, esta tese tem o objetivo de analisar como a consciência política dos cooperados gera uma predisposição à participação na gestão e/ou em ações coletivas da cooperativa e do movimento cooperativista. Adota como marco teórico um modelo conceitual de consciência política proveniente da psicologia política brasileira, pautado no pragmatismo e no interacionismo simbólico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utiliza a Teoria Fundamentada nos Dados Construtivista, cujos dados foram obtidos por meio da pesquisa documental, observação, anotações no diário de campo e entrevistas semiestruturadas, durante a quarentena preventiva à Covid-19. Foram realizadas 19 entrevistas, sendo 14 com cooperados representantes das agências da Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (ASCOOB Sisal) na Bahia-Brasil e 5 com representantes da estrutura administrativa da cooperativa. Os resultados permitiram a elaboração de um esquema teórico encontrado a partir da TFD Construtivista, que expressa significados da consciência política do cooperado na ASCOOB Sisal, sugerindo a existência de uma consciência de senso comum, em grande parte dos sócios, por revelarem uma compreensão social crítica limitada pela rotina. Os resultados também evidenciaram uma educação cooperativista incipiente, que não possibilita o conhecimento do movimento cooperativista, a identificação de seus interesses, problemas, expectativas e lutas, e a formação de uma consciência política do sócio enquanto cooperado da ASCOOB Sisal, implicando na baixa predisposição à participação deste. Esses resultados revelam o desequilíbrio quanto à dupla natureza da cooperativa, proveniente da falta de uma política de formação da consciência política voltada para o movimento cooperativista e para a ASCOOB Sisal. Conclui-se que a consciência política dos cooperados é significada, sobretudo, a partir de interesses individuais, e a predisposição à participação na cooperativa ocorre principalmente por motivações econômicas. A relevância acadêmica do estudo está na discussão crítica das dimensões que compõem a consciência política e os sentimentos e emoções nela imbricadas, refletidas a partir do pragmatismo e do interacionismo simbólico;

levando à proposição de um marco teórico-metodológico voltado ao movimento cooperativista para intervenção social. A relevância social encontra-se na apresentação de um diagnóstico e na proposição de uma política de formação de consciência política crítica e participativa, afinada com o movimento cooperativista.

Palavras-chave: Consciência política. Participação. Cooperativas de crédito. Teoria Fundamentada nos Dados Construtivista. Interação Simbólica.

ABSTRACT

Solidary economy credit cooperatives are classified as financial institutions that follow the rules and procedures of the Central Bank of Brazil (Bacen), but are part of the cooperative movement. These cooperative organizations face difficulties in operating and reaching the social objective they aim to achieve, due to diverging interests, lack of participation and the Bacen's own norms. Therefore, this thesis aims to analyze how the political awareness of cooperative members generates a predisposition to participate in the management and/or collective actions of the cooperative and the cooperative movement. It adopts as a theoretical framework a conceptual model of political awareness from Brazilian political psychology, based on pragmatism and symbolic interactionism. This is a qualitative research that uses the Grounded Theory on Constructivist Data, whose data were obtained through documentary research, observation, notes in the field diary and semi-structured interviews, during the preventive quarantine to Covid-19. Nineteen interviews were conducted, 14 with cooperative representatives from the agencies of the Association of Cooperatives in Support of the Family Economy (ASCOOB Sisal) in Bahia-Brazil and 5 with representatives of the cooperative's administrative structure. The results allowed the elaboration of a theoretical scheme found from the Constructivist GT, which expresses meanings of the political conscience of the cooperative member at ASCOOB Sisal, suggesting the existence of a common sense conscience, in most of the partners, for revealing a critical social understanding limited by routine. The results also showed an incipient cooperative education, which does not allow knowledge of the cooperative movement, the identification of its interests, problems, expectations and struggles, and the formation of a political awareness of the partner as an ASCOOB Sisal cooperative, implying a low predisposition to participation of this. These results reveal the imbalance regarding the dual nature of the cooperative, arising from the lack of a policy for the formation of political awareness aimed at the cooperative movement and at ASCOOB Sisal. It is concluded that the political conscience of the cooperative members is signified, above all, from individual interests, and the predisposition to participate in the cooperative occurs mainly for economic reasons. The academic relevance of the study lies in the critical discussion of the dimensions that make up political consciousness and the feelings and emotions embedded in it, reflected in pragmatism and symbolic interactionism; leading to the proposition of a theoretical-methodological framework aimed at the cooperative

movement for social intervention. The social relevance is found in the presentation of a diagnosis and in the proposal of a policy for the formation of critical and participatory political awareness, in tune with the cooperative movement.

Keywords: Political conscience. Participation. Credit unions. Theory Based on Constructivist Data. Symbolic Interactionism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Produção acadêmica de teses e dissertações sobre o Modelo de Consciência Política de Sandoval	63
Figura 2 -	Produção acadêmica de artigos sobre o Modelo de Consciência Política de Sandoval	64
Figura 3 -	Modelo de consciência política utilizado nas dissertações e teses	78
Figura 4 -	Figura comparativa	96
Figura 5 -	Esboço para compreensão gráfica do modelo para análise da consciência política de Sandoval aplicado ao movimento da obstetrícia.....	99
Figura 6 -	Diagrama do modelo analítico de consciência política para compreensão da participação em ações coletivas	100
Figura 7 -	Modelo Conceitual de Consciência Política	112
Figura 8 -	Delimitação do Território do Sisal	138
Figura 9 -	Estrutura organizacional	145
Figura 10	Percepções dos adversários na ASCOOB Sisal	202
-		
Figura 11	Diagrama “Significando a Consciência do Cooperado na ASCOOB Sisal”	208
-		
Figura 12	Figura representativa da teoria substantiva	210
-		
Figura 13	Dimensões conceituais de consciência política de Sandoval e Silva (2016) com adaptações	227
-		

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Panorama da produção acadêmica de dissertações que utilizam o modelo conceitual de Consciência Política de Sandoval	65
Quadro 2 -	Panorama da produção acadêmica de teses que utilizam o modelo conceitual de Consciência Política de Sandoval	70
Quadro 3 -	Número de publicações de dissertações e teses por Universidade	73
Quadro 4 -	Número de publicações de dissertações e teses por área	73
Quadro 5 -	Procedimentos metodológicos de dissertações que tratam do modelo de Consciência Política de Sandoval	74
Quadro 6 -	Procedimentos metodológicos de teses que tratam do modelo de Consciência Política de Sandoval	76
Quadro 7 -	Panorama da produção de artigos acadêmicoteóricos que usam do modelo de Consciência Política de Sandoval	79
Quadro 8 -	Panorama da produção de artigos acadêmicosempíricos que usam do modelo conceitual de Consciência Política de Sandoval	80
Quadro 9 -	Conceito Qualis Capes das publicações em periódicos que tratam do modelo de Consciência Política de Sandoval	82
Quadro 10 -	Procedimentos metodológicos dos artigos teóricos que usam o modelo conceitual de Consciência Política de Sandoval	83
Quadro 11 -	Procedimentos metodológicos dos artigos empíricos que usam o modelo conceitual de Consciência Política de Sandoval	83
Quadro 12 -	Cursos realizados pelos colaboradores da ASCOOB Sisal entre 2017 a 2021	163
Quadro 13 -	Projetos de utilização do FATES para 2020	165

Quadro 14 -	Votação na AGE	169
Quadro 15 -	Observação do ambiente institucional	172
Quadro 16 -	Caracterização dos participantes	175
Quadro 17 -	Motivações do cooperado em estar na ASCOOB Sisal	177
Quadro 18 -	Codificações inicial e focalizada, conforme a TFD construtivista	182
Quadro 19 -	Percebendo adversários e sentimentos	201
Quadro 20 -	Categorias e subcategorias	203

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cooperativismo tradicional em números.....	35
Tabela 2 - Alterações realizadas nas dimensões do modelo de consciência política ao longo dos anos.....	97
Tabela 3 - Sistematização metodológica.	146
Tabela 4 - Cursos livres ofertados no site da Cresol	161

LISTA DE SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
AG	Assembleia Geral
APAEB	Associações dos Pequenos Agricultores
ARS	Análise de Redes Sociais
ASCOOB	Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar
ANCOSOL	Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária
CNC	Conselho Nacional de Cooperativismo
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CMN	Conselho Monetário Nacional
CONFESOL	Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária
CONSISAL	Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal
CRESOL	Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
DECOOP	Departamento de Educação Cooperativista
DECs	Departamentos de Educação Cooperativista
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EnANPAD	Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
FATES	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
INCRA	Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária
LC	Lei Complementar
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MS	Movimentos Sociais
NUCOOBs	Núcleos Cooperativistas de Base
NUDECs	Núcleos de Educação Cooperativistas
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PCG	Programa de certificação de gerentes
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SFN	Sistema Financeiro Nacional

SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
STR	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
TFD	Teoria Fundamentada em Dados
TMR	Teoria da Mobilização de Recursos
TNMS	Teoria dos Novos Movimentos Sociais
TPP	Teoria do Processo Político
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICRED	Cooperativas de Crédito dos Profissionais da Área de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
2	O INDIVÍDUO E SUAS INTERAÇÕES: UMA CONTRIBUIÇÃO AOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS	28
2.1	A RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS	28
2.2	O SURGIMENTO DO MOVIMENTO COOPERATIVO	29
2.3	O SURGIMENTO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO BRASIL	37
2.4	COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO TERRITÓRIO DO SISAL	39
2.4.1	Um pouco sobre a ASCOOB	40
2.5	A EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA COMO PROCESSO FUNDAMENTAL NA PARTICIPAÇÃO DOS COOPERADOS DA ASCOOB	41
2.6	EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA E PARTICIPAÇÃO	46
3	TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	50
3.1	ABORDAGEM CLÁSSICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	50
3.2	TEORIAS CONTEMPORÂNEAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	53
3.3	ANÁLISE MICRO E MACROSSOCIAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	54
3.4	A CRISE ANALÍTICA DA SOCIOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E O PAPEL DA PSICOLOGIA POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DO ESTUDO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA	56
4	ESTADO DA ARTE DO MODELO CONCEITUAL DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA: ANÁLISE DESCRITIVA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA DE 1989 A 2021	62
4.1	ABORDAGEM METODOLÓGICA	62
4.2	RESULTADOS DA PESQUISA	65
4.2.1	Panorama da produção acadêmica e metodológica nacional	65
5	O MODELO CONCEITUAL DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA PARA A COMPREENSÃO DA PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES COLETIVAS	87
5.1	REVISITANDO AS ARTICULAÇÕES TEÓRICAS PARA A CONSTRUÇÃO DO MODELO CONCEITUAL DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA	88
5.2	FRAMES DE AÇÃO COLETIVA	91
5.3	CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO MODELO CONCEITUAL DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA	95
5.3.1	Identidade coletiva	101
5.3.2	Crenças e valores sociais	104
5.3.3	Identificação de adversários e de interesses antagônicos	106

.....		
5.3.4	Eficácia política	108
5.3.5	Sentimentos de justiça e injustiça	109
.....		
5.3.6	Vontade de agir coletivamente	110
5.3.7	Metas de ações coletivas	111
5.4	A REFORMULAÇÃO DO MODELO CONCEITUAL DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA POR SANDOVAL E SILVA (2016): A INSERÇÃO DAS EMOÇÕES	111
.....		
6	A CORRENTE TEÓRICA E ESTRUTURA METODOLÓGICA DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO	121
6.1	O INTERACIONISMO SIMBÓLICO E AS EMOÇÕES	121
.....		
6.2	CONCEITOS ABORDADOS POR MEAD E A RELAÇÃO COM A CONSCIÊNCIA POLÍTICA DE SANDOVAL	123
6.3	CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO	128
6.4	O PRAGMATISMO DE GEORGE H. MEAD	130
.....		
6.5	ASPECTOS METODOLÓGICOS DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO SOB A PERSPECTIVA PRAGMÁTICA	132
.....		
7	PERCURSO METODOLÓGICO	135
7.1	ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA NO INTERACIONISMO SIMBÓLICO	135
7.2	LOCAL DO ESTUDO	137
.....		
7.3	OBJETO DE ESTUDO	140
.....		
7.4	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA E PRODUÇÃO DE DADOS	141
.....		
7.5	MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS	146
8	PERCEBENDO OS SIGNIFICADOS DAS “COISAS”	151
.....		
8.1	A REPRESENTAÇÃO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA CONSTRUÍDA EXPRESSA NOS ESCRITOS PRIMÁRIOS	151
.....		
8.1.1	O Estatuto Social e a legislação vigente	151
.....		
8.1.2	Relatórios de pré-assembleias	158
8.1.3	Cursos, projetos e Plano de Atividades da ASCOOB Sisal	160
.....		
8.1.4	Ata de Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária	168
8.1.5	Planilha de registros da Semana Nacional de Educação Financeira	170
.....		
8.2	ANÁLISE DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA NO AMBIENTE FÍSICO DA ASCOOB SISAL SOB A PERSPECTIVA DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO	171
8.3	COMPREENDENDO A CONSCIÊNCIA DOS COOPERADOS A PARTIR DA ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM BASE NA TFD CONSTRUTIVISTA	174

8.3.1	Caracterização dos participantes	174
8.3.2	Entrevista	179
8.3.3	Analisando os dados obtidos pelo método da TFD	180
8.3.3.1	Codificação inicial	182
8.3.3.2	Codificação focalizada	184
8.3.3.3	Conexões existentes entre categorias	203
8.3.3.4	Codificação Teórica	207
8.3.3.5	Refinando e Evidenciando a Teoria Substantiva	209
8.3.3.6	Validação da Teoria Substantiva	212
8.3.4	(Re)encontro com a literatura	217
8.3.4.1	Respondendo ao problema de pesquisa a partir do diagrama gerado	218
8.3.4.2	Adequando o “modelo” de Consciência Política ao cooperativismo de crédito, a partir da teoria substantiva.....	222
8.3.4.3	Significando a consciência do cooperado da ASCOOB Sisal sob a perspectiva dos sentimentos e emoções	227
8.3.4.4	A consciência política do cooperado na ASCOOB Sisal: banco ou cooperativa?	231
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	237
	REFERÊNCIAS	242
	APÊNDICES	263

PRÓLOGO

Para começo de conversa, este trabalho parte de interações e construções sociais, num diálogo incessante entre o “eu” e o “mim” da doutoranda que escreve esta tese, alicerçado aos dados de análise. Onde reflexos de sua *identidade coletiva* se infiltraram e endossaram a discussão sobre cooperativismo. Afinal, não há como falar da pesquisa sem falar da doutoranda, e não há como falar de Suellen, sem falar do seu longo percurso trilhado em busca do conhecimento, que reverberou e está reverberando na consciência política sobre cooperação.

Ela, mulher, capixaba/mineira/baiana, docente no curso Superior Tecnologia em Gestão de Cooperativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, em Serrinha/BA, casada, doutoranda e “mãe” precoce do seu próprio pai. Sim, trata-se das novas significações da vida!

Mas, antes de seguir nessa prosa, cabe dar um passo atrás, afinal suas *crenças, valores e expectativas* importam e refletem suas ações. A começar pela vida acadêmica da Suellen. Em 2007, ela ingressou em um curso de graduação chamado “Gestão de Cooperativas”, na Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde o cursou por 5 anos. Ah! Seu pai foi quem a levou para ter esse primeiro contato com o mundo!

Durante a graduação, realizou estágio na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e na empresa Júnior do curso, onde pôde aplicar um pouco dos conhecimentos obtidos em sala de aula percebendo a *eficácia política* da ação coletiva. Após formar (seu pai esteve lá para prestigiar esse momento único!), cursou mestrado em Economia Doméstica, onde pesquisou o Programa Nacional de Habitação Rural e as necessidades, expectativas e realidades dos beneficiários. Em 2014, assumiu o cargo de Assessora e, posteriormente Diretora de Apoio ao Cooperativismo na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. Nesta função, conheceu de perto os *interesses coletivos* e as *metas e repertórios de ações* das organizações mineiras.

Após quase 3 anos frente às demandas das cooperativas do Estado, resolveu largar o emprego, encarar os *sentimentos com respeito aos adversários*, e retomar a pesquisa ingressando no doutorado em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); inspirada nas experiências obtidas ao longo dos anos, bem

como no desafio da interdisciplinaridade, alinhando estudos organizacionais e psicologia política, ao universo do cooperativismo.

Neste momento, as vitórias do primeiro emprego e do ingresso no doutorado, já não foram comemoradas pelo pai que, devido aos problemas de saúde que se avançaram, passou a ter uma memória recente limitada.

Após 1 ano de doutorado, ela foi aprovada no concurso para docente no IF baiano, onde desenvolveu, juntamente ao corpo de professores do Campus, projetos e parcerias cooperativistas. Um desses parceiros é a ASCOOB Sisal, que despertou na doutoranda um grande interesse de estudo.

Assim, a mudança do Espírito Santo para a Bahia em meio ao doutorado, bem como as demandas do ofício, a realização do casamento (como não poderia faltar...o pai, mesmo na cadeira de rodas, a acompanhou até o altar!), os cuidados com o pai, e o período de pandemia, foram desafiadores e requereu resiliência da doutoranda. Mais desafiador foi desconstruir pensamentos e significados consolidados ao longo da carreira profissional, e reconstruí-los a partir do outro e com o outro.

A *vontade de agir coletivamente* originou os resultados desse trabalho: as compreensões dos escritos primários e das interações sociais, as perspectivas privilegiadas dos entrevistados e suas implicações, bem como as perspectivas da doutoranda se tornaram explícitas!

Mas e aquela prosa lá do início? Ah, sim! Cabe dar sequência à reflexão... dado seu lugar de fala e autodeclarada “mãe” precoce do seu próprio pai, a doutoranda se pôs a se perceber nas interações coletivas, compreendendo também o significado das coisas e objetos presentes nas relações. E percebeu que o outro pode assumir diversos significados...culminando no *self* que a leva a internalizar conceitos e reagir à ação. É a vida imitando a teoria! Ou seria a teoria imitando a realidade? Na verdade elas caminham juntas, e essa orientação serviu de inspiração para que o presente trabalho chegasse aos finais.

Cabe também considerar a importância que a temática da consciência política e participação possuem dentro do universo de estudo ao qual a doutoranda se propõe estar: uma cooperativa de crédito, com características orientadas pelo Banco Central do Brasil, de natureza econômica, mas que precisa se distinguir enquanto movimento social coletivo. E como fica o cooperado mediante este cenário? Quais são suas compreensões? Em meio a este cenário de “mãe precoce do seu próprio pai”, onde as compreensões quanto a ação com o outro numa instituição financeira,

assumem diferentes significados mediante a identificação da instituição enquanto cooperativa de crédito e a difícil conciliação entre a natureza social e econômica; é que o estudo parte de uma análise dedutiva e indutiva com o uso do modelo conceitual de consciência política proposto por Sandoval e Silva (2016).

Além disso, esse estudo baseia-se na perspectiva metodológica pragmática, interacionista simbólica, fazendo uso da Teoria Fundamentada nos Dados Construtivista, no que propõe uma teoria substantiva a partir dos dados. A pesquisa fornece uma contribuição à psicologia política ao analisar o modelo conceitual e sua aplicabilidade às cooperativas de crédito rural, contribuindo com este tipo de organização e com os estudos organizacionais, ao fornecer um marco teórico para análise da consciência política e participação nessas cooperativas.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, frente aos avanços do capitalismo e suas consequências perversas, gerando desemprego para grande parte da população, surgiram novas formas de produção e consumo, baseadas na justiça social e solidariedade. No século XX emergiram novas buscas por soluções contra a miséria, a exclusão, o desemprego e a cultura individualista dominante (MORAIS *et al.*, 2011), o que conduziu ao surgimento de grupos coletivos politicamente organizados e inspirados na cultura cooperativista.

Surge assim, essa oportunidade de trabalho não explorado, envolta por valores de solidariedade, democracia, equidade, igualdade e responsabilidade. Nutre-se uma expectativa por estudos que aprofundem discussões e reflexões acerca dessas propostas alternativas de trabalho na sociedade, em virtude do momento de crise, desemprego e exclusão vigente.

Deste modo, nos estudos organizacionais, no campo da administração, defende-se o desenvolvimento de uma reflexão crítica sobre as organizações e a sociedade (PALASSI; MARTINS; PAULA, 2016). Duarte, Lopes e Santos (2016) apresentaram um mapeamento da produção científica acerca do cooperativismo no Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD) no período de 2010 a 2014, e verificaram que o assunto tem sido representado em 13,5% dos trabalhos aprovados (DUARTE; LOPES; SANTOS, 2016).

Entretanto, os temas levantados com maior relevância envolvendo as produções sobre cooperativas foram: Casos para Ensino em Administração e Contabilidade; Estratégias Empresariais e Corporativas e; Estudos Críticos e Práticas Transformadoras em Organizações (DUARTE; LOPES; SANTOS, 2016). Não sendo constatados estudos cuja temática aborde interdisciplinaridade com a psicologia social. Esta, que intenciona compreender a realidade social de trabalhadores e identificar “[...] suas diferenças e igualdades, suas histórias, regras, reestruturações e lutas” (COUTINHO, 2005).

O histórico do cooperativismo é marcado justamente por entidades de movimentos sociais que se organizaram em grupos coletivos, na construção de uma proposta contrária aos padrões determinados pelo capitalismo; abrindo uma oportunidade de pesquisa pela perspectiva da psicologia social.

Nasciutti *et al* (2003) estudaram o cooperativismo popular urbano na cidade do Rio de Janeiro relacionando-o à psicologia social e perceberam uma nova cultura emergente, a eficácia da ação coletiva. Também reconheceram que “A legitimação de um novo lugar psicossocial se faz presente no discurso de cooperativizados [...]” (NASCIUTTI, 2003, p.

91).Lugar este, em que solidariedade e cooperação geram renda, e possibilitam outras formas de vínculos de trabalho. O lugar psicossocial esteve presente no discurso dos cooperados ao indicarem a cooperativa como um ambiente com ausência de rotina e liberdade na escolha do horário e ritmo de trabalho; isso, dado o princípio autogestionário da instituição.

Scopinho e Martins (2003) trabalharam o desenvolvimento organizacional em cooperativas populares de produção agropecuária, e utilizaram esse tipo de organização nos estudos de psicologia social, tendo em vista que a cooperação é uma ferramenta de luta política e social ao contribuir para a sobrevivência econômica dos cooperados, melhorando as condições de vida e ampliando possibilidades de acesso a bens de consumo coletivo.

Ao adentrar o campo da consciência política, poucos estudos foram encontrados envolvendo o cooperativismo. Por consciência política, entende-se um conjunto de dimensões psicossociais inter-relacionadas, composta por significados e informações que permitem aos indivíduos tomar decisões quanto ao melhor curso de ação em contextos políticos e situações específicas (SANDOVAL, 2001).

Essas diferentes dimensões psicossociais estão retratadas no modelo conceitual de consciência política de Sandoval e Silva (2016), e constituem a consciência política individual acerca da sociedade e sobre si mesmo como parte dessa sociedade e, conseqüentemente, representa a disposição do indivíduo para a ação coletiva de acordo com essa consciência (SANDOVAL, 2001).

Fonseca (2004), em sua dissertação de mestrado, trabalhou a consciência política e identidade social no ambiente de uma cooperativa popular. Reck (2005), em sua tese de doutorado, pesquisou a consciência política de uma cooperativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Reck (2005) abordou que a vivência em movimentos sociais (no caso da pesquisa, o MST), e a realidade formativa dos cooperados tendem a mantê-los no movimento cooperativo e os fazem enxergar que o trabalho realizado está a serviço da mudança social.

O trabalho de Reck (2005) deixa pistas de como uma organização coletiva pode ser motivada; cabe questionar a partir desse trabalho, se a aversão aos valores e princípios do cooperativismo seria de fato, uma alienação, ou se a educação cooperativista seria uma forma de alienação disfarçada. Somado a isso, poucos estudos têm sido realizados no sentido de “[...] se pensar a ressignificação do lugar do sujeito social através da estrutura cooperativista” (NASCIUTTI *et al.*, 2003, p. 92).

Favero (2004) complementa que os interesses individuais e coletivos precisam ser ressignificados, visto que as relações sociais, institucionais e de trabalho são distintas das

relações tradicionais presentes no modelo empresarial, conduzindo à reflexão sobre a necessidade de uma educação voltada para esta nova configuração de empreendimento, que se dá coletivamente.

Muitas cooperativas passam por dificuldades para o funcionamento e alcance do objetivo social que almejam atingir. Essas dificuldades podem ocorrer devido aos interesses divergentes dos cooperados e, no caso específico de cooperativas de crédito de economia solidária, por serem classificadas como instituições financeiras e seguirem normas e procedimentos do Banco Central do Brasil (MARTINS, 2010).

Além disso, esse modelo de cooperativa precisa a todo tempo estar mostrando as vantagens e obrigações da cooperação nos processos econômicos, com serviço diferenciado voltado para a comunidade; tendo em vista que a oferta de serviços bancários por organizações financeiras tem se tornado cada vez mais comum (BÚRIGO, 2006).

Não menos importante, cabe mencionar que o caráter das cooperativas pressupõe a propriedade cooperativa, onde o cooperado é, ao mesmo tempo, usuário e proprietário (BÚRIGO, 2006). Em outras palavras, um agricultor familiar além de lidar com a produção agrícola diária, faz uso dos serviços da cooperativa e, ao mesmo tempo a gere.

Somado a isso, Búrigo (2006) afirma que em cooperativas tradicionais, há uma combinação equilibrada de valores e normas, entre racionalidade econômica e associativismo; entretanto, esse equilíbrio não está assegurado, ao se predominar valores solidários numa cooperativa de crédito, visto que ela tende a se moldar de acordo com a realidade local.

Os pontos supracitados ressaltam o quanto se faz desafiadora a proposta da existência da cooperação numa cooperativa de crédito de economia solidária. E conduz à reflexão de que estratégias de educação cooperativista podem estar fortalecendo características sociais peculiares de um empreendimento solidário, o diferindo de outras instituições financeiras; ou fortalecendo características da economia tradicional engendrada pelo capitalismo; ou, até mesmo, o quanto essas estratégias contribuem para um processo de doutrinação, transmitido verticalmente, de modo a “forçar” a ação coletiva e a participação.

Na década de 1960, a participação aparece como recurso de emancipação popular, que significa “[...] tornar o povo ator da sua própria história e, por conseguinte, porta-voz dos seus próprios interesses” (LAVALLE, 2011, p.34). Soma-se a essa discussão, que a participação realiza a autodeterminação e a inclusão, pois aposta nas camadas populares e na organização de grupos para a construção de um projeto com um fim a ser atingido, e aparece como meio a serviço de uma visão da emancipação dos envolvidos (LAVALLE, 2011). Desse modo, Palassi (2011, p.117) cita que “[...] Quem participa em um movimento são indivíduos

conscientes da tensão existente entre o aprofundamento das questões específicas de um movimento e a necessidade de relacioná-las com a realidade”.

Essa compreensão sob as lentes da psicologia política abarca análises do quanto as estratégias de educação cooperativa conduzem o cooperado às dimensões da consciência política e à participação. Nessa perspectiva é que se busca a compreensão do seguinte problema de pesquisa: Como o Modelo Conceitual de Consciência Política (SANDOVAL; SILVA, 2016) se aplica ao cooperativismo de crédito rural solidário? Como a educação cooperativista desenvolvida na cooperativa de crédito rural solidário contribui para a formação de uma consciência política crítica e participativa?

Na busca por essas respostas, é que o *locus* da pesquisa, se passa no ambiente cooperativo. Paes de Paula (2008, p.965) ratifica a importância do estudo ao inferir que:

[...] as cooperativas, as organizações não-governamentais, os movimentos sociais, os conselhos, bem como outras formas de organização de inspiração autogestionária, se tornam campos férteis para pesquisa, pois envolvem modelos de organização complexos e sofisticados, pois se voltam para a auto-organização e participação.

Desse modo, a doutoranda optou por trabalhar com a cooperativa de crédito rural solidário Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (ASCOOB SISAL/BA), que se destaca como a maior cooperativa do Sistema ASCOOB, tendo que lidar com a dupla função desta modalidade de empreendimento: função econômica e função social; frente ao desafio de manter o equilíbrio destas.

Decorre-se a partir das exposições, a temática central dessa pesquisa: consciência política e participação. E o objetivo geral se concentra em analisar como a consciência política dos cooperados gera uma predisposição à participação na gestão e/ou em ações coletivas da cooperativa e do movimento cooperativista. Os objetivos específicos que subsidiam o objetivo geral, são: problematizar o Modelo Conceitual de Consciência Política (SANDOVAL; SILVA, 2016); compreender as contribuições do modelo para o cooperativismo de crédito rural solidário; e analisar, qual o papel da ASCOOB na construção da consciência e participação política dos cooperados.

A tese está estruturada em 8 capítulos, sendo o primeiro esta Introdução com a contextualização da temática, lacunas encontradas, problema, objetivos e justificativa para o desenvolvimento da pesquisa. O capítulo 2 aponta a contribuição da pesquisa para os estudos organizacionais, apresenta o modelo cooperativista como a base para o estudo, no tocante ao cooperativismo de crédito, também destrinchado no referencial teórico. Aborda definições da

educação cooperativista e desafios encontrados numa cooperativa de crédito de economia solidária. O empreendimento ASCOOB Sisal será investigado, a fim de se chegar a um modelo teórico de estudo da consciência política para cooperativas.

O capítulo 3 apresenta uma revisão de literatura que expõe inicialmente uma discussão acerca da origem dos movimentos sociais e a compreensão de autores sobre as teorias que perpassam esses movimentos, o que conduz a uma reflexão sob a ótica da psicologia social a partir de elementos culturais e identitários encontrados; também aborda a construção do pensamento sobre a consciência política.

O capítulo 4 apresenta o estado da arte acerca do modelo conceitual de consciência política, por meio de um levantamento bibliográfico de artigos, dissertações e teses sobre o assunto. Já no capítulo 5, o leitor terá acesso a todo percurso realizado por diversos teóricos quanto à orientação acerca da consciência política, o que motivou Sandoval (2001) a elaborar o Modelo analítico de Consciência Política, ajustado para Modelo Conceitual de Consciência Política por Sandoval e Silva (2016). As dimensões do modelo conceitual são detalhadas e o modelo é problematizado a partir das emoções, que são associadas metodologicamente à perspectiva do interacionismo simbólico e do pragmatismo. O leitor também compreenderá acerca da importância da consciência política para os estudos organizacionais, e como o movimento social conhecido como movimento cooperativista, pode agregar nessa construção teórica, a partir da análise empírica.

E por falar em análise empírica, o capítulo 6 contempla a construção teórica do interacionismo simbólico, abordado neste trabalho como uma corrente teórica essencial ao direcionamento metodológico. A metodologia é apresentada nesta tese no capítulo 7, a partir da triangulação dos dados, onde é utilizada a observação, a análise documental e a entrevista.

O capítulo 8 contém todo desenvolvimento da pesquisa de campo, desde análise do levantamento bibliográfico, passando pela análise documental e observação, até se chegar à análise das entrevistas. Por fim, o capítulo 9 contempla as considerações finais do trabalho.

20 INDIVÍDUO E SUAS INTERAÇÕES: UMA CONTRIBUIÇÃO AOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

O próximo tópico trará o principal foco de análise deste trabalho. Os demais tópicos seguem tecendo discussões que se aproximam a partir de dois elementos em comum a todas elas. Tanto nos estudos dos movimentos sociais, no modelo conceitual de consciência política para a compreensão da participação em ações coletivas, quanto no interacionismo simbólico, *o indivíduo e suas interações sociais* são elementos fundamentais ao desenvolvimento de pesquisas nessas temáticas.

Neste sentido, o objetivo deste capítulo está em destacar a discussão dos movimentos sociais, relacionando-a com os estudos organizacionais; a fim de acomodar o presente estudo dentro dessa linha de pesquisa do campo da Administração. A partir disso, será trazido a fundo a compreensão da organização cooperativa, até se chegar ao objeto de análise empírico, que são os cooperados da Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB Sisal.

2.1 A RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Os movimentos sociais (MS) e os estudos organizacionais (EO) surgiram concomitantemente no início da década de 1960, e foram “[...] duas das arenas mais ativas e criativas da atividade acadêmica nas ciências sociais durante as últimas quatro décadas” (MCADAM; SCOTT, 2005, p. 4, tradução nossa). Inicialmente, esses dois campos não se conectavam visto que os estudos organizacionais se concentravam no comportamento instrumental e organizado e os movimentos sociais, focavam justamente no inverso, em comportamentos espontâneos e desorganizados.

Os EO ganharam notoriedade ao considerarem os sistemas abertos, com a importância dada ao ambiente externo, levando-se em consideração recursos materiais, forças políticas, institucionais e culturais; também os estudos dos movimentos sociais começaram a reconhecer o ambiente externo, não apenas em contextos de alienação e privação, mas como fonte de recursos e processos organizacionais (liderança, estrutura administrativa, incentivos à participação obtenção de recursos) (MCADAM; SCOTT, 2005).

Os MS requerem alguma forma de organização: liderança, estrutura administrativa, incentivos à participação e meio de obtenção de recursos e apoio. Além disso, o estudo da ação coletiva também se faz relevante nos MS. Neste sentido, os movimentos sociais constituem práticas de organização social, e a contribuição dos estudos organizacionais para a

abordagem dos MS “[...] envolve gerar construções teóricas marcadas pelas especificidades de nossa área temática sem, no entanto, abandonar as conexões dialógicas com o conhecimento gerado em outros campos disciplinares” (MISOCZKY *et al.*, 2008, p.2).

2.2 O SURGIMENTO DO MOVIMENTO COOPERATIVO

Os primeiros pensamentos de coletividade e a proposta da organização econômica coletiva centrada no indivíduo surgem no século XVI na Inglaterra e na França (AGUIAR; REIS, 2002). Na Inglaterra Plockboy idealizava a união de pequenos grupos econômicos constituídos por agricultores, professores, artesãos e marinheiros e professores que contribuiriam com o que dispusessem, desde animais, mão-de-obra, recursos em dinheiro, terra e transporte, em prol do bem coletivo (AGUIAR; REIS, 2002). Já o socialista Bellers preconizou a formação de colônias cooperativas de trabalho (AGUIAR; REIS, 2002).

A economia solidária nasce após o capitalismo industrial, como contraponto ao empobrecimento de artesãos em virtude da difusão das máquinas das fábricas de produção (SINGER, 2002). Como a exploração do trabalho nas fábricas era exacerbada e as jornadas de trabalho eram longas levando até a mortalidade dos trabalhadores, industriais mais esclarecidos como o britânico Robert Owen, iniciaram um processo de defesa dos trabalhadores na Grã-Bretanha. Com a profunda depressão e desemprego, Owen apresentou um plano ao governo britânico de reinserção de trabalhadores ociosos na produção, fazendo a economia girar com o ganho e consumo gerado (SINGER, 2002). Owen propôs na segunda década do século XIX a “[...] compra de terras e construção de Aldeias Cooperativas, em cada uma das quais viveriam cerca de 1.200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim, a sua própria subsistência” (SINGER, 2002, p.25). Mas, a proposta não foi bem aceita pelo governo e Owen partiu para os Estados Unidos criando lá, em 1825, em New Harmony, uma Aldeia Cooperativa que sofreu cisões até findar em 1829 (SINGER, 2002).

Neste período, discípulos de Owen começaram a criar comunidades cooperativas em Londres, dentre eles George Mundie, Abram Combe e Dr. William King (conhecido como o médico dos pobres) (SINGER, 2002). Este último fundou em 1827 a Brighton Co-operative Trading Association (Associação Cooperativa de Troca de Brighton), uma associação de cultivo de legumes vendidos no armazém, também chamada armazém cooperativo, que durou dois anos (SINGER, 2002). King, por meio da Brighton Association, redigiu e publicou em 1828 o mensário *The Co-operator* que relatava os princípios do cooperativismo; a partir dessa

publicação, o número de cooperativas em Londres passou de 4 para 130 em um ano (SINGER, 2002).

Em 1829 surge a figura do líder John Doherty que passou a lutar pela “[...] organização sindical de todas as categorias de trabalhadores logrando fundar em 1833-34 o Grand National Consolidated Trades Union” (SINGER, 2002, p.28). Neste sentido, os trabalhadores grevistas, em conflito com os empregadores, passaram a tentar “[...] eliminar o assalariamento e substituí-lo pela autogestão” (SINGER, 2002, p.29), ou seja, deixaram de exigir melhoria salarial e por condições de trabalho, e buscaram uma solução alternativa criando as cooperativas operárias; cooperativas essas que surgiam como uma alternativa ao capitalismo (SINGER, 2002). A autogestão é um “[...] projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta” (MOTHÉ, 2009, p.26).

Na França o grande socialista motivador da economia solidária foi Charles Fourier com a criação do falanstério “[...] uma comunidade suficientemente grande (com 1.800 pessoas trabalhando) para oferecer a cada uma ampla escolha entre trabalhos diversos” (SINGER, 2002, p.36). Nos falanstérios os membros teriam propriedade privada e liberdade para mudança de trabalho, bem como os meios de produção pertenceriam a todos, mas o resultado seria repartido em proporções já estabelecidas previamente (SINGER, 2002). Alguns discípulos de Fourier foram Muiron, Considerant, Godin, Mme. Vigoureux que estabeleceram a chamada escola associativa em 1825 (SINGER, 2002).

Essa foi a origem histórica do cooperativismo de economia solidária, em que socialistas utópicos como Owen e Fourier ousaram contrapor a hegemonia da produção capitalista, introduzindo no mundo novas ideias e pensamentos voltados para ações de coletividade.

O cooperativismo na Europa ficou marcado com o surgimento da cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, no norte da Inglaterra, em 1844, fundada por 28 operários que foram impulsionados por uma derrota da greve dos tecelões neste mesmo ano (SINGER, 2002). Estes pioneiros criaram os princípios universais do cooperativismo:

1º) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo um princípio aceito quem desejar-se aderir. Por isso este princípio é conhecido como o da “porta aberta”; 3º) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; 6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam puros (isto é, não adulterados); 7º) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas (SINGER, 2002, p.40).

Esses princípios foram modificados e transformados em sete, que são os princípios que doutrinam o cooperativismo na atualidade: 1º) adesão livre e voluntária; 2º) gestão democrática; 3º) participação econômica dos membros; 4º) autonomia e independência; 5º) educação, formação e informação; 6º) intercooperação e; 7º) interesse pela comunidade (SISTEMA OCB, 2018).

O princípio da adesão livre e voluntária garante que qualquer pessoa interessada possa se associar na cooperativa independente de sexo, raça, classe, crença ou ideologia. Já a gestão democrática, permite aos cooperados participar de todo processo de tomada de decisão. A participação econômica dos membros significa a contribuição equitativa para o capital da organização.

Quanto à autonomia e independência, as cooperativas são controladas pelos próprios membros que estabelecem a relação de ajuda mútua. A educação, formação e informação, como o próprio nome se refere, é a capacitação do cooperado e trabalhadores para que possam contribuir com o desenvolvimento das atividades. A intercooperação é a cooperação entre cooperativas. Por fim, o interesse pela comunidade diz respeito à contribuição com o desenvolvimento sustentável das comunidades (SISTEMA OCB, 2018).

Os Pioneiros de Rochdale iniciaram o empreendimento com 28 sócios (conforme anteriormente dito) e um capital de 28 libras, em 1849 o número de associados subiu para 390, e com a ampliação do quadro social, ampliou-se também a oferta de serviços: vendas a varejo de bens, alfaiataria, biblioteca, além da participação na fundação de outras cooperativas que fortaleceu o movimento (Moinho de Trigo Cooperativo de Rochdale e Sociedade Cooperativa Manufatureira de Rochdale) visto que o objetivo da Sociedade dos Pioneiros era “[...] constituir uma colônia comunista, em que grande parte das necessidades de consumo seriam satisfeitas com o trabalho dos membros” (SINGER, 2002, p.45).

Essa organização, no entanto, foi perdendo força ao longo dos anos pelas diferentes atividades exercidas por ela, mas inspirou, anos mais tarde, experiências como o complexo de Mondragón na Espanha (FLECHA; NGAI, 2014; PARANQUE; WILLMOTT, 2014). A Mondragon é um grupo cooperativo composto por 289 instituições, das quais 110 são cooperativas, 147 são empresas e as demais estão distribuídas entre fundações, sociedades de benefícios e serviços internacionais. A maioria das cooperativas está localizada no País Basco e Navarra, já as empresas subsidiárias estão localizadas no País Basco, na Espanha e no exterior (FLECHA; NGAI, 2014).

Flecha e Ngai (2014) em seus estudos na Espanha analisaram o processo de expansão da Mondragon e as barreiras à expansão. Como resultados dessa pesquisa, foram verificadas quatro barreiras que impediram a expansão do complexo: econômicas, legais, culturais e de investimento. No âmbito cultural, foi verificado que muitos países não possuem a cultura cooperativista, o que dificulta a expansão. Sendo assim, para os autores, a Mondragon tem investido em estratégias de disseminação de valores cooperativos.

Assim, o cooperativismo foi se disseminando pelo mundo e essa disseminação conduziu à criação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) em 1895, como forma de representação internacional e articulação das cooperativas junto às diferentes instituições.

Importa citar experiências do cooperativismo em alguns países da Europa e da América. Na Alemanha, por exemplo, o forte de empreendimentos coletivos encontra-se em cooperativas de vinho, sendo a primeira delas criada em 1868 na região de Ahr. Em 1900, o número de cooperativas passava de 110 com mais de 1000 membros envolvidos e, em 2010 as cooperativas passaram a representar cerca de um terço do mercado de vinho alemão (HANF; SCHWEICKERT, 2014).

Na pesquisa realizada por Hanf e Schweickert (2014), observados os princípios e valores cooperativistas em cooperativas de médio e grande porte da Alemanha, foram verificados que as cooperativas de vinho passavam por um problema de horizonte, em que cooperados vendiam vinho indiretamente a grandes varejistas e não valorizavam a entrega coletiva da produção, estabelecendo que o mais importante fosse atender os clientes comerciais em primeiro lugar. Contudo, cooperados mais antigos, relataram que a organização cooperativa para prosperar precisaria ter sócios que se identificassem com o movimento, indo além de uma atividade puramente lucrativa. Essa consciência formava parte de uma cultura cooperativista que prioriza a coletividade.

Na Venezuela, o cooperativismo surgiu por iniciativa de setores populares, devido às altas taxas de desemprego e ao alto índice de pobreza, entretanto, formalmente tem-se a primeira cooperativa de poupança e crédito criada em 1890 (RIOS, 2011). Para fundadores de cooperativas, pertencer a uma não é algo comum ao cidadão; deste modo, os princípios e valores precisam ser transmitidos por meio da educação cooperativista (RIOS, 2011). Com relação à política, Rios (2011) aponta que ela se dá por meio do poder exercido pelos sócios internamente nas assembleias gerais.

Em Lisboa o cooperativismo surge primeiramente a partir de associações de ajuda mútua que se caracterizavam pelos princípios liberais de autoajuda, com destaque para o centro artesanal e industrial, que existiu ao longo do século XIX e início do século XX

(PEREIRA, 2018). A partir de 1867 foram criadas as primeiras cooperativas, inicialmente em Lisboa e no Porto, passando a todo país mais tarde.

Dessa forma, o cooperativismo surge como movimento reorganizado dentro da comunidade do artesanato de Lisboa, após a revolução liberal e com registros de pelo menos 49 sociedades cooperativas na capital portuguesa, que reuniam alfaiates, sapateiros, tecelões, dentre outros ofícios (PEREIRA, 2018). Posteriormente, após a lei basilar de 02 de julho de 1867 que autorizava a cooperativa comprar para vender aos membros, sementes, fertilizantes e matérias-primas, construir casas para os membros, realizar operações de crédito, dentre outros benefícios, 851 cooperativas foram fundadas em Portugal com diferentes objetivos (PEREIRA, 2018). Dentre essas cooperativas, Pereira (2018) destaca as Casas do Povo que funcionavam como organizações em defesa dos interesses dos trabalhadores rurais. O movimento cooperativista emergiu como uma ação coletiva institucionalizada.

Já o movimento cooperativo no México surgiu durante a década de 1920 e 1930 por intervenção do governo comprometido com um projeto de socialismo de estado em virtude da Revolução Mexicana, não sendo uma iniciativa dos próprios produtores envolvidos (HERNANDEZ; PEREZ, 2015). O cooperativismo social cresceu, ganhou espaço de representação, bem como foi influenciado fortemente na política social dos governos, promovendo em 1927 a Lei Geral das Sociedades Cooperativas, sendo a segunda Lei promulgada em 1938 já sob o cardenismo.

Entretanto, o movimento no México ficou bem dependente das políticas governamentais, uma delas foi a introdução do ensino do cooperativismo na educação nos ensinos primário, secundário, técnico e comercial. Outra, foi uma proposta de criação de uma universidade cooperativa apoiada pelo Estado (HERNANDEZ; PEREZ, 2015). Assim, tinha-se a educação cooperativista imposta em meio a uma forçada política de coletividade por parte do governo. Era o movimento cooperativista controlado verticalmente pelo Estado.

Nota-se que, devido às mudanças ocorridas historicamente no contexto social, cultural e econômico “[...] o cooperativismo destacou-se no cenário internacional como uma opção de gestão, baseada na obtenção dos objetivos pessoais por meio da coletividade e da solidariedade que se fortaleceu pelos seus princípios originais” (TARIFA; SCHALLENBERGER, 2017, p.616).

No Brasil a introdução das cooperativas ocorreu “[...] originalmente por obra de imigrantes europeus, no final do século XIX, como forma de vencer as situações de flagrante desamparo em que viviam” (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017, p.94). Surgindo

assim, cooperativas de consumo, de crédito e agropecuárias, principalmente no Sul do país, via colonização europeia.

O cooperativismo no país se inicia com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em 27 de outubro de 1889, tida como a primeira cooperativa de trabalhadores livres após o escravismo (PINHO, 2004). Logo após, a partir de 1902, surgem no Rio Grande do Sul as cooperativas de crédito por influência do Padre suíço Theodor Amstad e o italiano De Stefano Paterno em 1906 (PINHO, 2004).

Para Pires e Lima (2017, p. 71), a partir da década de 1930, “[...] o cooperativismo aparece cada vez mais como política estatal subordinada, tal qual o sindicalismo, a um Estado progressivamente mais regulador”. Em 1969, foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo que atua como representante do sistema cooperativista nacional (SISTEMA OCB, 2018). Logo, em 1971, com as ações da OCB, foi criada a Lei 5.764/71, que define a Política Nacional de Cooperativismo e o sistema jurídico das cooperativas, na época. Ainda que a OCB fosse organizada em unidades estaduais, o cooperativismo era controlado e fiscalizado pelo Estado por meio do Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA) e pelo Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC). Somente em 1988, com a promulgação da Constituição, é que o Estado foi vetado de interferir na atividade cooperativa (VELLOSO, 2011).

A OCB e suas seções estaduais deram um enfoque empresarial às cooperativas, passando essas organizações a serem percebidas como um modo de gestão vinculado ao mercado, e destituído de qualquer prática social emancipadora (PIRES; LIMA, 2017, p.71). Atualmente, “[...] grandes cooperativas funcionam como empresas de capital, voltadas para a lucratividade no mercado, empenhadas na profissionalização e na racionalização administrativa” (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017, p.94).

Posteriormente, como instituição fortalecedora do cooperativismo, fora criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) “[...] criado pela Medida Provisória nº 1.781-7, de 11 de março de 1999, com personalidade jurídica de direito privado, composto por entidades vinculadas ao sistema sindical” (BRASIL, 1999). Esse sistema tem como um dos objetivos “I - organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional e a promoção social dos trabalhadores e dos cooperados das cooperativas em todo o território nacional” (BRASIL, 1999); compõe o Sistema S e, conforme artigo 4º do Decreto 3017/1999, é presidido pelo presidente da OCB.

De acordo com o Artigo 4º da Lei 5.764/71 “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência,

constituídas para prestar serviços aos associados [...]” (BRASIL, 1971). Nas cooperativas não há a ideia de lucro, e sim de sobras, e o capital social é subdividido em quotas-partes a serem integralizadas pelos sócios (donos), também chamados de associados ou cooperados (FREITAS *et al.*, 2010).

Na atualidade, o cooperativismo tradicional brasileiro conta com mais de 13 milhões de associados atuantes em cooperativas representadas em treze ramos: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho e turismo e lazer. Recentemente, em março de 2019, fora aprovada em Assembleia Geral Ordinária da OCB, a reorganização do número de ramos do movimento cooperativista nacional, passando a existir sete ramos: produção de bens e serviços, infraestrutura, consumo, transporte, saúde, agropecuário e crédito (SISTEMA OCB, 2018).

Abaixo, é apresentada a Tabela 1, ainda na classificação antiga, com a disposição dos ramos, e distribuição em números, de cooperativas, associados e empregados no Brasil:

Tabela 1 - Cooperativismo tradicional em números.

Ramo de atividade	Cooperativas	Associados	Empregados
Agropecuário	1555	1.016.606	188.77
Consumo	147	2.990.020	14.056
Crédito	976	7.476.308	50.268
Educacional	279	50.847	3.966
Especial	8	315	9
Habitacional	293	144.567	886
Infraestrutura	125	955.387	6.154
Mineral	79	57.204	187
Produção	257	12.494	3.458
Saúde	813	225.191	96.230
Trabalho	895	193.773	1.580
Transporte	1205	136.23	11.209
Turismo e Lazer	23	1.823	15
Totais	6655	13.230.960	376.795

Fonte: ANUÁRIO BRASILEIRO... (2018).

Os dados acima se referem ao sistema estruturado do cooperativismo em seu formato tradicional/empresarial. Interessa expor que ao longo da história foi-se construindo duas vertentes do cooperativismo: o cooperativismo de economia solidária e o cooperativismo tradicional/empresarial. Sendo a primeira, “[...] gênero do qual esta última é espécie” (ALCANTARA, 2014, p.941), porém, ambas foram originárias do cooperativismo rochdaliano já explanado anteriormente. Por economia solidária entende-se:

[...] o conjunto de práticas cooperativas, com solidarização de capital e com organização autogestionária, de caráter produtivo, prestação de serviços, consumo, habitação ou ramo agropecuário, com ou sem registro formal, podendo adotar

formas como mutirão, associação, cooperativa, grupo de produtores informais e outros (ALCÂNTARA, 2014, p.135).

A economia solidária é “[...] outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002, p.10). Esse modelo vem contrapor o modelo de empresa capitalista, onde empregados ganham salários desiguais num ambiente de competição, buscam a alta produtividade e maximização do lucro e onde o empresário é o dono dos meios de produção (SINGER, 2002).

Deste modo, a economia solidária é, pois, um modo de organizar a produção, distribuição e consumo, que tem por base a igualdade de direitos e responsabilidades de todos os participantes dos empreendimentos econômicos solidários. Os meios de produção de cada empreendimento e os bens e/ou serviços neles produzidos são de controle, gestão e propriedade coletiva dos participantes do empreendimento (GAIGER; FERRARINI; VERONESE, 2018).

As iniciativas surgidas desse campo da economia solidária, são denominadas de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que, por vez, são organizações que devem ser geridas pelos trabalhadores que, ao mesmo tempo, são consumidores e usuários detentores do capital deste empreendimento que é autogestionário (GAIGER; FERRARINI; VERONESE, 2018). Costuma ser o foco desses grupos, “[...] a geração de bem-estar social e sobrevivência digna para seus associados” (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017, p.89).

Na empresa solidária os sócios ao invés de receberem salários, recebem a retirada conforme receita obtida pela organização e decidem em assembleia como deve ser a divisão da retirada: se de forma igual ou diferenciada (SINGER, 2002).

A instituição representante dos Empreendimentos Econômicos Solidários é a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), que inicialmente objetivou coordenar e organizar as experiências de economia popular desenvolvidas e não apoiadas pelo cooperativismo tradicional representado pelo Sistema OCB (ALVES; SAQUET, 2014). A UNICAFES atua diretamente com os agricultores familiares na representação do movimento, articulação de políticas públicas e organização de cadeias produtivas vinculadas a pequenas propriedades e setores da economia solidária em âmbito nacional (ALVES; SAQUET, 2014).

Independente das vertentes supracitadas cabe salientar que ambas seguem os princípios doutrinários cooperativistas, apenas diferenciam-se quanto à representatividade e

estrutura organizacional. O cooperativismo tradicional, que tem como órgão representativo a OCB, conta com contribuição dos próprios sócios (as quotas-partes) e faz-se mais rentável financeiramente. Já o cooperativismo de economia solidária, o cooperativismo popular, cuja unidade de representação é a UNICAFES, nasce em decorrência de problemas sociais e depende, em sua grande maioria, de recursos provenientes do poder público e de entidades de fomento.

Na presente pesquisa, pelo desafio da contradição de características, o enfoque do estudo será dado ao cooperativismo de crédito solidário, deste modo, a seguir, será apontado como surgiram essas iniciativas financeiras no Brasil e no Nordeste.

2.3 O SURGIMENTO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO BRASIL

As instituições financeiras possuem um alto nível de exigência dificultando o acesso ao crédito e aos serviços bancários de uma parcela da população; emergindo a partir disso, as cooperativas de crédito com a finalidade de possibilitar o acesso ao crédito e a empréstimos a juros abaixo do praticado pelos bancos tradicionais (MARTINS; MAFRA, 2018).

O cooperativismo de crédito resultou de um longo processo de realizações de experiências financeiras com foco nos mais pobres, e se iniciou na Europa no século XVIII. Já na Inglaterra havia os *lendingcharity*, que eram fundos para empreendedores pobres, também a cooperativa de consumo dos Pioneiros de Rochdale ajudou financeiramente seus sócios ao aceitarem depósito a juros fixos; outro destaque de fundos de empréstimos, ocorreu na Irlanda no século XIX, com os *irischloanfunds*, que suportaram a pressão dos bancos por muito tempo (BÚRIGO, 2006, p.66).

Por mais que a iniciativa dessas experiências financeiras tenha surgido nas ilhas britânicas, na Alemanha, em meados do século XIX, que essa iniciativa ganhou o formato de cooperativa de crédito prestando serviço em diversas comunidades pobres do país; já o formato de cooperativa voltado à população rural surgiu em 1864 e 1865 na Itália (BÚRIGO, 2006, p.67).

Após se consolidar em países europeus, o cooperativismo de crédito passa a se difundir nas primeiras décadas do século XX em países da Ásia, América Latina, Caribe, Oceania e África por religiosos. Na América Latina, os bancos cooperativistas carregam um histórico de bastante dificuldades visto a insuficiência no trabalho de difusão e consolidação junto a associados (BÚRIGO, 2006).

A primeira a surgir no Brasil foi em 1902 na cidade de Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, contudo, devido a regulamentações restritivas, somente na década de 1960, com a reestruturação do Sistema Financeiro Nacional através da lei 4.595 de 1964, é que as cooperativas foram equiparadas às instituições financeiras, passando a ser regulamentadas pelo Banco Central do Brasil (MARTINS; MAFRA, 2018; FREITAS; FREITAS, 2014).

Já o cooperativismo de crédito rural surge efetivamente no Brasil na década de 1980, mas “[...] a maior parte das cooperativas de crédito era constituída como uma seção de crédito das cooperativas agropecuárias, e não como uma organização independente” (MARTINS; MAFRA, 2018, p.43). Com isso, os sócios dessas cooperativas eram agricultores já organizados nas cooperativas agropecuárias, que passaram a ser incentivados em projetos de modernização da agricultura, no que se priorizava agricultores mais capitalizados em seus empréstimos financeiros (MARTINS; MAFRA, 2018).

Na década de 1990, com a verticalização administrativa, cooperativas constituídas para contrapor o Sistema Financeiro Nacional, o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), a Cooperativas de Crédito dos Profissionais da Área de Saúde (Unicred) e o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi); passaram a aderir a esse Sistema, deixando de fora agricultores menos capitalizados que, posteriormente viriam a ser representados pelo Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol) (MARTINS; MAFRA, 2018; BÚRIGO, 2006).

Em meados de 1990 começam a surgir alternativas a esse modelo existente: as cooperativas de crédito rurais solidárias ligadas a movimentos sociais, “[...] com a proposta de oferecer acesso diferenciado aos serviços financeiros de que os agricultores periféricos ao Sistema Financeiro necessitavam [...]” (MARTINS; MAFRA, 2018, p.45). Esses acessos também visam garantir o desenvolvimento econômico e social dos associados, visto que a captação de recursos do quadro social e a reversão destes em empréstimos possibilitam transações financeiras no comércio local; no que contribui para o desenvolvimento local (MARTINS; MAFRA, 2018).

Com relação à configuração das cooperativas de crédito rural solidárias, estas eram vistas como frágeis por conterem uma variedade de interesses e formas de atuação dispersas. Desse modo, no intuito de se fortalecerem e alcançarem legitimidade mediante o Sistema Financeiro tradicional, passaram a se organizar em rede, constituíram a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (Ancosol) em 2004; e, em 2008 a Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (Confesol) (MARTINS; MAFRA, 2018).

A Confesol é composta pelo Sistema Cresol – Cresol Central SC/RS, Central Cresol Sicooper e Central Cresol Baser pelo Sistema de Cooperativas de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária (Sistema Crehnor) e pela Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (Sistema ASCOOB). Cada uma dessas centrais atua numa base regional prestando serviços à cooperativas singulares (MARTINS; MAFRA, 2018).

2.4 COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO TERRITÓRIO DO SISAL

As famílias do território sisaleiro da Bahia passaram por grande instabilidade na vida financeira, visto os monopólios tradicionais que levavam os agricultores a permanentes endividamentos e subordinação aos agentes econômicos controladores das organizações locais. Além disso, o território é um ambiente de profunda incerteza com sua condição climática característica do semi-árido, que nos períodos de seca, obrigam o agricultor a prática do “fiado”, sendo um recurso que posteriormente conduz ao endividamento, no que leva à dependência clientelista (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007).

Entretanto, alternativas a esse quadro foram surgindo: as instituições comunitárias baseadas em relações de cooperação; com “regras próprias de participação, troca e controle – contribuem para a viabilidade financeira das unidades familiares” (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007, p. 109).

As tradições culturais, valores e atividades lúdico-religiosas das comunidades rurais da região sisaleira, criavam vínculos sociais e permitiam a sobrevivência coletiva; permitindo também trocas financeiras via relações de cooperação e solidariedade que atendiam a interesses individuais (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007).

Na década de 1970, com o apoio de padres ligados à Teologia da Libertação, a ação da Igreja Católica por meio das CEBs em torno de sindicatos e associações, levou à formação “das redes de cooperação e das cooperativas de crédito que tornaram possível o acesso dos agricultores familiares a um novo mercado financeiro formal” (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007, p. 109).

Com isso, surgiu no sertão baiano um mercado de microfinanças, decorrente de mudanças culturais e institucionais onde indivíduos sertanejos foram sendo modificados, e as instituições nascentes, orientadas para atender interesses individuais, bem como fundamentados na cooperação e combate à pobreza.

Inicialmente houve a aplicabilidade de quatro experiências de organização financeira: A Poupança Associações dos Pequenos Agricultores (APAEB), o Fundo de Investimentos, o

Fundo Rotativo e o Fundo Solidário; que introduziram serviços financeiros mais acessíveis. Contudo, a partir da avaliação dessas experiências, viu-se a necessidade de se criar organizações formais com regras mais definidas, evitando-se a inadimplência (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007).

Surgiram então as cooperativas de crédito configurando-se enquanto “[...] um novo mercado que passa por uma complexa rede de organizações, fluxos de informações e intensa movimentação financeira por meio de variados serviços de crédito e de poupança” (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007, p. 114). Esse surgimento da cooperativa se dá “[...] não só como uma forma de luta de classes neste sistema, mas também como uma proposta de superação da desigualdade e exploração” (SANTOS, 2018, p.107).

As cooperativas que atuam no território do Sisal são Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB Sisal (ASCOOB Sisal), Cooperativa de Crédito Rural Vale do Itapicuru (ASCOOB Itapicuru) e Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB Cooperar (ASCOOB Cooperar); e Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Nordeste e Centro Sul da Bahia Ltda (SICOOB Coopere).

A diferença entre as cooperativas do Sistema SICOOB e o Sistema ASCOOB-Central que teve início a partir do Sistema ASCOOB-Associação, está na preocupação do Sistema ASCOOB em negociar financiamentos visando fortalecer a agricultura familiar e de economia solidária da região (SILVA, 2016). Essas cooperativas do Sistema ASCOOB-Central possuem uma importante atuação, visto que “[...] atendem a aproximadamente 40 mil associados (clientes) em dezesseis dos vinte municípios que compõem o Território do Sisal [...]” (SILVA, 2016, p. 163).

2.4.1 Um pouco sobre a ASCOOB

A Associação das Cooperativas de Apoio à Agricultura Familiar (ASCOOB) foi criada em 1999 com o apoio de entidades ligadas a movimentos sociais da Bahia; tendo por base fortalecer a agricultura familiar. A exemplo dessas entidades há o Movimento de Organização Comunitária (MOC), a APAEB, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e o Instituto de Cooperação Belgo-brasileiro para o Desenvolvimento Social (DISOP Brasil) (SISTEMA ASCOOB, 2020).

Posteriormente, em 2008, fora criada a Cooperativa Central de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bahia (ASCOOB Central) ampliando sua atuação por todo

território baiano, atingindo também Alagoas e Sergipe; e passou a suprir a lacuna de representatividade legal das cooperativas filiadas, junto ao Banco Central do Brasil (SISTEMA ASCOOB, 2020).

A ASCOOB Central atua em dezesseis territórios, abrange um total de 50 mil filiados, e possui como missão “Fortalecer a economia familiar solidária, através do cooperativismo de crédito, fomentando os processos de desenvolvimento local integrado, sustentável e solidário do estado da Bahia” (SISTEMA ASCOOB, 2020, n.p).

A ASCOOB atua em duas instâncias: enquanto associação e central; além de atuar em quatro áreas estratégicas: Gestão, Educação Cooperativista, Assistência Técnica Rural (ATER) e Microcrédito. Dentre as cooperativas filiadas à Central ASCOOB, encontra-se a Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB SISAL - Serrinha, tendo a presente pesquisa o foco na consciência política e participação do cooperado.

2.5 A EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA COMO PROCESSO FUNDAMENTAL NA PARTICIPAÇÃO DOS COOPERADOS DA ASCOOB

Antes de falar propriamente do conceito de educação cooperativista, cabe uma abordagem inicial acerca da educação e da cooperação, de forma a evidenciar como esses termos estão interligados.

Para Freire (1996, p. 38) “A educação é uma forma de intervenção no mundo”, já a cooperação para Frantz (2001, p.242) é definido como um processo social “[...] embasado em relações associativas, na interação humana, pela qual um grupo de pessoas busca encontrar respostas e soluções para seus problemas comuns, realizar objetivos comuns, busca produzir resultados, através de empreendimentos coletivos com interesses comuns”. Dessa forma, pode-se perceber também a cooperação como uma forma de intervenção no mundo, só que de forma coletiva. Importa salientar que a educação também é um processo social na vida humana.

Frantz (2001, p.243) ratifica essas ideias ao afirmar que “[...] a educação e a cooperação são duas práticas sociais que se processam de tal forma que, sob certos aspectos, uma contém a outra”. A partir da organização cooperativa tem-se a produção da educação, bem como no processo de educação podem-se identificar práticas de cooperação (FRANTZ, 2001).

Com relação à prática da cooperação, Frantz (2001, p. 249) afirma que essa prática “[...] como expressão das ações entre pessoas que se associam em razão de seus interesses ou

necessidades é, certamente, também um lugar privilegiado de processos de comunicação e de interação, isto é, de educação”.

Uma vertente mais pedagógica dos conceitos de educação é abordada por Gohn (2006), que traz três tipos de educação: formal, informal e não-formal. A educação formal possui características físicas como o espaço territorial da escola com regulamentações e normatizações, em que o educador é o professor, que utiliza de conteúdos para aprendizado sistematizado (GOHN, 2006).

A educação informal refere-se a processos de socialização nas relações intra e extrafamiliares que atua no campo das emoções e sentimentos, encontra-se carregada de culturas e valores próprios em que os agentes educadores são pais, amigos, família, vizinhos, dentre outros agentes encontrados em espaços de referências de nacionalidade, localidade, etc.; e que ocorre de forma espontânea e não organizada (GOHN, 2006). Nessa educação, atitudes, comportamentos e hábitos são desenvolvidos de acordo com valores e crenças do grupo que se frequenta ou de pertença.

Já a educação não formal é caracterizada pelo compartilhamento de experiências em espaços e ações coletivas onde há processos interativos intencionais construídos coletivamente (GOHN, 2006). Neste tipo de educação “[...] uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes” (GOHN, 2006, p.29). O processo de educação não formal surge a partir de interesses e necessidades emergidos no coletivo, sendo transmitida informação e formação política, social e cultural a um grupo; além de trabalhar a identidade coletiva do mesmo (GOHN, 2006).

Sob esses conceitos é possível inferir que a educação cooperativista pode ser entendida como uma educação não formal, visto que ela propõe intencionalmente um repasse de informações e uma formação acerca da cultura cooperativista, bem como uma formação política e social para o coletivo.

Os princípios e fundamentos cooperativistas conduzem a uma formação humana voltada para agir coletivamente, a fim de se obter um objetivo comum.

O princípio do empenho na educação cooperativa é também uma herança owenista. Ela deriva da ideia de que os homens são o que a educação (ou sua falta) faz deles. Para Owen, os vícios e o egoísmo são frutos de uma educação errada. Portanto, para que o cooperativismo seja atendido e apoiado em seus propósitos, é necessário que não só os cooperados, mas o público em geral seja educado em seus princípios ou, mais amplamente, em sua visão de mundo (SINGER, 2002, p. 42).

Nessa perspectiva, a educação cooperativista precisa acontecer para que a organização cooperativa funcione. O próprio Banco Central defende a aplicação dessa educação, ainda que de forma domesticada, visto que o que diferencia uma instituição financeira tradicional de uma cooperativa de crédito é justamente o reconhecimento do associado como dono e usuário do seu negócio e atuante em cooperação (ARAÚJO; CHRISTOFFOLI, 2016).

Jesus (2019) desenvolveu uma pesquisa interessante acerca da percepção de cooperados a respeito das virtudes necessárias ao cooperativismo, numa cooperativa de crédito, e tiveram como resultado que a cooperação não estava entre as cinco virtudes consideradas mais importantes, ficando em sétimo lugar. A responsabilidade foi a virtude mais relatada. A autora revela que isso pode ter ocorrido devido aos sócios não se sentirem dono e usuário da cooperativa, motivados pelo pensamento autogestionário. Desse modo, a virtude da cooperação foi pouco lembrada.

Com isso, é possível inferir que espírito cooperativo não é próprio do sujeito, ele é próprio de um processo de formação de consciência coletiva. Tendo em vista que para que se consolide o cooperativismo, não basta apenas cooperar, afinal muitas organizações cooperam, inclusive Marx (1968, p.378) define cooperação como “A forma de trabalho dentro da qual muitos indivíduos trabalham de modo planejado uns ao lado dos outros e em conjunto, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, porém conexos [...]”.

O termo educação cooperativista está intimamente ligado à prática da cooperação sendo definido por Valadares (2005, p.33) como um “[...] processo e um método para formular e executar políticas de educação e comunicação cujas características se referem a aspectos essenciais à prática da cooperação: a gestão democrática”. Sousa *et al.* (2013, p.75) vão ao encontro desse entendimento ao afirmarem que o verdadeiro papel da educação cooperativista é “[...] viabilizar a gestão social, cultivar os valores democráticos que permeiam a prática do cooperativismo [...]”.

Desse modo, muito além da ação de cooperar, está o sujeito e o coletivo que exerce a cooperação. Esta que deve estar motivada por valores da gestão democrática, autogestão e solidariedade. Entretanto, essa educação cooperativista transmitida e por vezes, domesticada, possui a fragilidade de estar sendo transmitida de forma verticalizada a ponto de se “forçar” uma consciência coletiva.

Alguns autores trazem em suas próprias definições de educação cooperativista, argumentos coercitivos, afirmações descendentes e verticalizadas. Sousa *et al* (2018, p.38) inferem que os “[...] processos educativos vinculados ao cooperativismo são meios pelos quais ocorre a transmissão dos valores, orientados para uma melhor relação e organização do

fluxo de informações direcionada aos associados e públicos afins”. E ainda, Ferreira, Sousa e Amodeo (2018, p.520) abarcam que a “[...] educação cooperativista ou educação cooperativa está indissolúvelmente ligada ao desenvolvimento destas organizações, proclamando-se como crucial para o cumprimento dos objetivos organizacionais das cooperativas e destinando-se recursos específicos para isso”.

Os autores consideram haver a transmissão de valores, numa educação tida como imposta de cima para baixo, além de considerá-la determinante para o sucesso da cooperativa. A ideia e a denominação da educação cooperativista nas cooperativas surgiram em 1844, quando os pioneiros de Rochdale reconheceram a necessidade de promover processos de aprendizagem organizacional com os cooperados, a fim de garantir a sobrevivência da organização (FERREIRA; SOUSA; AMODEO, 2018). Essa prática da educação cooperativista foi consolidada ao compor um dos 7(sete) princípios cooperativos: “educação, formação e informação”.

Um princípio com três verbos de diferentes significações. Além de educar, cuja significação está no processo de desenvolvimento da capacidade física e intelectual, “Informar é reproduzir, enquanto formar pressupõe mudança ou adequação de comportamentos. Informar liga-se à reprodução da informação e formar à influência, acréscimo” (TEMER *et al.*, 2006, p.3).

A aplicação desse importante princípio cooperativista, conta com recursos provenientes de convênios e/ou que estão explicitados na Lei 5.764/71 que institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, onde consta a obrigatoriedade de constituição do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), “[...] destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício” (BRASIL, 1971).

Ferreira, Sousa e Amodeo (2018, p. 548) mencionam que as atividades de educação cooperativista “[...] podem ser organizadas pelas próprias cooperativas, realizadas localmente em parceria com organizações de alcance regional, estadual ou nacional ou, também, enviando representantes a participar de atividades de capacitação organizadas por instituições especializadas”.

Numa cooperativa de economia solidária, a educação cooperativista também se faz presente e pode ser vista com destaque no cooperativismo de crédito, visto a forte necessidade de se haver um equilíbrio entre o econômico e o social. Magalhães e Abramovay (2007) perceberam em seus estudos que organizações econômicas voltadas para populações rurais de

baixa renda, contavam com dirigentes e associados participantes em Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e pressupunham que a gestão financeira de agricultores possuía um compromisso social na vida econômica preservando valores básicos ligados à doutrina social da igreja, como solidariedade, união, organização social e luta; que se somam aos fatores econômicos como balanço contábil e sobras das cooperativas, por exemplo (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007).

Assim, tinha-se “[...] a gestão racional desenvolvendo-se em concomitância com a formação de um projeto político e social [...]” (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007, p. 108), de forma a abordar duas dimensões unificando a racionalidade econômica com a promoção de valores ligados à equidade e participação direta dos indivíduos na gestão de seus negócios.

Nessa perspectiva, o Sistema ASCOOB em 2000 criou o Departamento de Educação Cooperativista (DECOOP), com trabalho sistêmico e organizacional fomentando a educação e formação, comum às cooperativas filiadas à ASCOOB (ARAÚJO; CHRISTOFFOLI, 2016). O DECOOP adotou como orientação metodológica baseada na perspectiva pedagógica de Paulo Freire, uma educação a partir das lutas dos movimentos sociais.

Nesse período as organizações sociais e movimentos populares passavam por momentos de lutas pela inclusão social, o que influenciou as práticas organizativas da ASCOOB, que criou além do DECOOP, os Departamentos de Educação Cooperativista (DECs), os Núcleos de Educação Cooperativistas (NUDECs) e os Núcleos Cooperativistas de Base (NUCOOBs).

O DECOOP era vinculado diretamente à Diretoria Executiva da ASCOOB, e prestava serviço de assessoria político-pedagógica aos DECs, NUDECs, NUCOOBs e à Rede de Educadores Cooperativista da ASCOOB - REDECOOP (ARAÚJO; CHRISTOFFOLI, 2016).

Os DECs eram espaço de realização da educação cooperativista presentes nas cooperativas singulares. Suas funções eram de implementação de processos pedagógicos-metodológicos e educativos através de cursos e programas de formação voltados para o cooperativismo e disseminação dos valores solidários (ARAÚJO; CHRISTOFFOLI, 2016).

Os NUDECs eram instâncias educativas-organizativas com função de unir movimentos e instituições parceiras das cooperativas; no intuito de auxiliar na disseminação da cultura da cooperação e solidariedade (ARAÚJO; CHRISTOFFOLI, 2016).

Os NUCOOBs eram instâncias organizativas voltadas para a educação e formação dos cooperados, criadas nas comunidades rurais com o apoio das associações comunitárias ou grupos de produção solidária, no intuito de disseminar o cooperativismo de crédito rural, o

funcionamento das cooperativas e as necessidades socioeconômicas dos agricultores familiares (ARAÚJO; CHRISTOFFOLI, 2016).

Além dessas atividades executadas por esses núcleos e departamentos, ainda destacam-se os programas de Formação de Novos Quadros Dirigentes Cooperativistas (FORMACOOBs) que intencionavam consolidar o cooperativismo de crédito solidário e de agricultura familiar nas regiões de atuação do cooperativismo de crédito rural; por meio de jornadas ou missões cooperativistas (ARAÚJO; CHRISTOFFOLI, 2016).

A partir de 2008, esse processo de educação cooperativista pela ASCOOB entra em declínio, devido à redução de recursos investidos e a alta demanda por ampliação de vendas, melhoria e inovação de produtos e serviços, em vista do momento de revolução da informação e do conhecimento, aumentando também a competitividade e a busca pela sustentabilidade financeira. Neste sentido, a educação cooperativista passa por uma crise estabelecida entre a transformação social e a busca por resultados financeiros (ARAÚJO; CHRISTOFFOLI, 2016).

Assim, em 2010, as ações da educação cooperativista sofreram limitações e houve o enfraquecimento do DECOOP. Entre 2010 e 2015, o sistema passou a ter enfoque voltado para a lógica capitalista com ênfase na educação empreendedora e financeira, firmando parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) na Bahia (ARAÚJO; CHRISTOFFOLI, 2016).

Araújo e Christoffoli (2016) defendem que as concepções do empreendedorismo SEBRAE apontam para uma promoção da ideologia mantenedora da ordem capitalista, no que reproduz posturas e práticas que não motivam a construção da consciência crítica e a transformação social das realidades injustas; mas incentivam a lucratividade, eficiência empresarial e oportunidades de negócio, reproduzindo práticas de dominação e controle.

Enfim, precedidos relatos do formato de educação cooperativista atual, nota-se que o processo de formação de consciência coletiva tem sido ressaltado como essencial à manutenção da cooperativa, podendo ser esse processo “transmitido” para o cooperado. Entretanto, a realidade das cooperativas de crédito de economia solidária, é de uma educação cooperativista pautada em valores capitalistas e individualistas, visto as próprias características e exigências da instituição financeira que está regulamentada e deve seguir normas do Banco Central.

Eis aí uma contradição no processo de viabilização do equilíbrio entre o social e o econômico, e que conduz a um resultado pautado na formação de uma consciência política do

cooperado. Cabe entender dentro dessa dinâmica, quais as dimensões estão sendo contempladas e de que forma isso vem ocorrendo.

2.6 EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA E PARTICIPAÇÃO

Nas ciências humanas, estudos afirmam que o ser humano vive em grupo e sente a necessidade de participar da vida numa interação com outros seres humanos. “Seja por questões econômicas (garantir a sobrevivência), por questões políticas (exercer o poder, estabelecer controles, regular conflitos) ou por questões afetivas (partilhar, cooperar)” (TAVARES, 2014, p.133).

Freitas *et al.* (2011, p.91) entendem a participação como “[...] relacionada a um processo sistemático, no qual o indivíduo se sente e se reconhece como parte de um grupo ou de um processo”. Para Vaz (2013) a participação está ligada à solidariedade, partindo do pressuposto da produção coletiva do poder, em que o envolvimento dos indivíduos nas decisões políticas é tomado como condição para a autonomia do indivíduo.

Com relação à classificação, Vaz (2013, p.73) aborda alguns modelos de participação. O modelo de centralidade abarca aspectos objetivos e subjetivos dos indivíduos, tais como renda e escolaridade, atitudes e crenças, respectivamente; aspectos que para o autor são “[...] determinantes na decisão de participar politicamente”.

O modelo identitário defende que a disposição em participar estaria ligada às redes já estabelecidas entre indivíduos no decorrer da vida (VAZ, 2013). O terceiro modelo é da racionalidade, onde toma por base o indivíduo racional que enfatiza custos e oportunidades a fim de participar do processo (VAZ, 2013). Por fim, há o último modelo institucional ou das estruturas de oportunidades, em que escolhas do presente ou passado, tendem a determinar e constranger as opções e escolhas futuras de participação e engajamento político.

Varman e Chakrabarti (2004) estudaram a participação na cooperativa de trabalhadores chamada SAMITI por meio da observação participante. Essa cooperativa é uma organização de serviços que realiza trabalhos contratuais em áreas como manutenção civil e limpeza.

Os pesquisadores verificaram que embora os membros entendessem rapidamente o significado e protocolo de participação em reuniões, dificilmente participavam no sentido real, visto não estarem totalmente informados. Eles notaram também uma diferença na qualidade da participação entre membros antigos e novatos, em que estes últimos não aceitavam as regras colocadas pelos primeiros, tornando-as ineficazes.

Varman e Chakrabarti (2004) verificaram como impedimento mais considerável para a participação, é a enorme quantidade de tempo e energia dispensada para torna-la significativa. Durante uma situação emergencial, as decisões acabam sendo tomadas pelo corpo administrativo da cooperativa, sendo a participação dos cooperados, como um todo, restrita a questões relativamente menores.

Um outro ponto também perceptível foi que a falta de participação de alguns e a tendência à oligarquização, propiciaram um desenvolvimento de um sistema paternalista com tendências autoritárias (VARMAN; CHARKRABARTI, 2004). Neste sentido, Vaz (2013, p. 72) traz uma importante contribuição, a de que “[...] indivíduos e grupos detentores dos recursos necessários à participação são, afinal, aqueles com maior potencial de influenciar os processos públicos de tomada de decisão”.

No caso relatado, pode-se considerar que a oligarquização minimiza a autonomia dos cooperados, e “Participação sem autonomia não é participação com ação, tão pouco representa a apreensão de ações coletivas e institucionalização de práticas cooperativas que promovam mudanças concretas numa dinâmica local” (FREITAS *et al.*, 2011).

No contexto do cooperativismo, a promoção da participação dos sócios nos espaços de governança “[...] fortalece os mecanismos de decisão coletiva, obtendo-se, assim, a participação de um maior número de associados nas deliberações estratégicas” (PIES; BAGGIO; ROMEIRO, 2017, p. 222). Essa promoção da participação se dá em decorrência da educação cooperativista aplicada à cooperativa que conduz a soluções de problemas, proporcionando:

[...] a intensificação da participação dos membros associados, a concretização de uma gestão mais democrática, o aprimoramento da circulação dos fluxos de informação e comunicação no ambiente interno e externo da cooperativa, e maior entendimento da doutrina e da cultura cooperativista e, conseqüentemente, o reconhecimento do papel do cooperado no empreendimento como dono-usuário [...] (SOUSA *et al.*, 2013, p.74).

Para além de pregar a doutrina e os princípios cooperativistas, a educação cooperativista capacita os associados numa melhora do nível de participação e interação nas atividades rotineiras da cooperativa, viabilizando-a como empreendimento competitivo e capaz de obter um desenvolvimento organizacional, estrutural e econômico (SOUSA *et al.*, 2013).

Entretanto, processos de dominação podem ocorrer através da educação cooperativista transmitida de forma verticalizada, domesticada, imposta como doutrina na cooperativa.

Outro aspecto de dominação pode ocorrer pela transmissão da educação cooperativista não condizente com os princípios da autogestão e sim, voltados para o pensamento capitalista, conforme tem sido evidenciado em cooperativas de crédito.

Segundo Ferreira, Sousa e Amodeo (2018), inicialmente importa desenvolver um sentido de cooperação que fortaleça a participação. Esta que no dia a dia das cooperativas pode dar-se via assembleias, que são reuniões em que se tomam as decisões principais, onde cada sócio tem direito a um voto; ou via pequenas ações de cooperação entre sócios, dirigentes e funcionários (FERREIRA; SOUSA; AMODEO, 2018). Afinal, “[...] não existe educação cooperativista ‘de fato’ sem a participação efetiva e consciente de todo o corpo de associados, dirigentes e funcionários” (FERREIRA; SOUSA, 2017, p.313).

Estas pequenas ações de cooperação conduzem à fidelização e evitam comportamentos oportunistas daqueles que somente se relacionam quando é do interesse próprio. Deste modo, “[...] manter os associados informados e participativos é de fundamental importância para o desenvolvimento das organizações; nesse sentido, a educação cooperativa tem um importante papel nesta fidelização dos cooperados como donos e clientes das cooperativas” (FERREIRA; SOUSA; AMODEO, 2018, p. 537).

Cabe ressaltar que a educação cooperativista está fortemente atrelada à participação dos associados em organizações cooperativas (FRANTZ; SCHONARDIE, 2016), pois quanto maior for a prestação de informações qualificadas ao cooperado, maior será a participação deste na cooperativa. A educação cooperativista deve ser um processo contínuo de aprendizagem, abrangendo níveis educativos e públicos distintos (associados, dirigentes, funcionários e comunidade), a depender da demanda de cada cooperativa (FERREIRA; AMODEO; SOUSA, 2013, p.81).

Desse modo, a educação cooperativista insere-se de forma essencial dentro da cooperativa, e que conduz o associado a participar em ações coletivas. Participação esta, que poderá ser compreendida a partir das interações simbólicas estabelecidas, numa perspectiva pragmática, a fim de evidenciar as dimensões do modelo conceitual de consciência política. Interações essas, que ocorrem nos movimentos sociais, sendo importante discriminar todo percurso teórico histórico que define os movimentos.

3TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A fim de se compreender o modelo analítico de consciência política nos movimentos sociais proposto por Sandoval (2001), faz-se necessário voltar aos primórdios do século XX quando se dava início à Psicologia Política dos Movimentos Sociais, que promoveu um campo interdisciplinar do conhecimento (SANDOVAL; SILVA, 2016). Caberetomar, nesse resgate histórico, os paradigmas clássicos e contemporâneos das teorias dos movimentos sociais.

3.1 ABORDAGEM CLÁSSICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O enfoque sócio psicológico nos séculos XIX e XX em contextos de rupturas sociais, concomitante ao surgimento das Ciências Sociais, fizeram emergir investigações sobremultidões, classes sociais e ações coletivas; autores da sociologia como Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim tiveram grande contribuição nesses estudos.

Alguns estudiosos levaram a entender que as multidões eram tidas como irracionais por natureza, vivendo uma loucura coletiva de sonho, ilusão e sentimentos contraditórios manifestados em seu nervosismo e violência (CORREA; ALMEIDA, 2012). Estudiosos da abordagem clássica sobre os movimentos sociais nas ciências sociais norte-americanas, corroboravam dessa hipótese e pregavam que indivíduos desorientados com rápidas mudanças sociais e desorganização social, aderiam irracionalmente a movimentos (CORREA; ALMEIDA, 2019).

A abordagem clássica desenvolveu-se nos Estados Unidos, entre os anos 1940 e 1960, onde surgiram as primeiras teorias dos movimentos sociais e ações coletivas (GOHN, 1997).Gohn (1997) aponta 5 correntes da abordagem clássica sobre ação coletiva: aEscola de Chicago e alguns interacionistas simbólicos do início do século XX, representadas nos trabalhos de Mead (décadas de 30 e 40), Blumer (1939), Goffman (1959), dentre outros; as teorias sobre a sociedade de massas de Fromm (1941), Hoffer (1951) e Kornhauser (1959) nos anos 40 e 50; teorias baseadas em variáveis políticas presente nos trabalhos de Lipset (1950) e Heberle (1951) nos anos 50; a combinação das teorias da Escola de Chicago com a teoria da ação social de Parsons, onde se fez presente nos trabalhos de Goffman (1959), Turner e Killian(1957), Smelser(1962) e Aberle (1966); e a corrente organizacional-institucional, representada nos trabalhos de Gusfield (1955) e Selznick (1952).

A primeira teoria, da Escola de Chicago foi fundada em 1892 por Thomas, e gerou produção no campo das relações sociais de onde se originou o interacionismo. A escola era orientada a promover uma reforma social que ocorreria através da mudança social. Para os estudiosos dessa escola, a interação entre o indivíduo e a sociedade era o foco principal e a participação do sujeito na comunidade tinha um sentido integracionista “[...] por meio daquela participação, e utilizando-se de alguns mecanismos educativos, acreditava-se que era possível ordenar os processos sociais” (GOHN, 1997, p. 27).

A mudança social referida anteriormente tinha como agentes básicos as lideranças, que estimulavam a mudança por meio de seus próprios exemplos, e eram vistas como “[...] elites reformistas, detentoras de um conhecimento científico útil” (GOHN, 1997, p. 28). A atuação desses líderes levaria ao surgimento de novas instituições que, juntamente com a educação, direcionariam as pessoas e a relação de cooperação. Esses pressupostos estão ligados aos movimentos sociais populares dos anos 70 e 80 que seguiram a liderança representada pela Teologia da Libertação (GOHN, 1997).

As relações sociais também proporcionavam os conflitos causados pelo choque cultural e diferença de realidades; que deveriam ser solucionados pelos líderes. Assim, a educação e a constituição de instituições são base para a teoria da mudança social da escola de Chicago (GOHN, 1997).

Blumer (1946) um grande teórico dos movimentos sociais na abordagem clássica do paradigma norte-americano, define movimentos sociais como “[...] empreendimentos coletivos para estabelecer uma nova ordem de vida”(GOHN, 1997, p.31) que partem da insatisfação e inquietação social ao desejo por novas formas de vida. Para Blumer os movimentos sofrem uma transição: inicialmente é indefinido, ganhando características de uma sociedade posteriormente, com forma, lideranças, costumes e tradições (GOHN, 1997).

O teórico ainda dividia os movimentos em 3 categorias: genéricos, em caráter episódico e de poucas manifestações, surgidos em virtude de mudanças gradativas nos valores, crenças e preocupações (de cunho individual e psicológico) das pessoas, e conseqüente surgimento do movimento social; específicos, é a fase seguinte ao movimento genérico, onde as motivações de descontentamento, esperança e desejo se cristalizam e onde os objetivos e metas encontram-se definidos, podendo ser reformistas ou revolucionários, que surgem com a agitação popular, formalização e institucionalização; e expressivos, surgem com objetivo de mudança, adotam comportamento expressivo, que se cristaliza e gera efeitos na personalidade do indivíduo (GOHN, 1997).

A segunda teoria, sobre a sociedade de massas de Fromm (1941), Hoffer (1951) e Kornhauser (1959) nos anos 40 e 50 “[...] via os comportamentos coletivos como resultado de ações advindas de participantes desconectados das relações em ações normais e tradicionais” (GOHN, 1997, p.35). Esses teóricos estavam preocupados com “[...] o totalitarismo, com os movimentos não-democráticos, com a alienação das massas, a perda de controle e de influência das elites culturais, e com o desamparo das massas para encontrar tipos substanciais de racionalidade à elaboração política” (GOHN, 1997, p.35).

A terceira teoria baseada em variáveis políticas presentes nos trabalhos de Lipset (1950) e Heberle (1951) nos anos 50, parte de uma abordagem sociopolítica em que os teóricos buscavam compreender comportamentos coletivos do tipo político-partidário, a partir da articulação com a problemática das classes sociais e das relações de produção (GOHN, 1997). Gohn (1997, p.38) diz que Heberle (1951) afirmava que os movimentos sociais surgem a partir da consciência grupal, do sentimento de pertencimento, solidariedade e identidade, num processo de “[...] descontentamento dos indivíduos com a ordem social vigente [...]”; e têm como função formar a vontade política de um grupo, e auxiliar no processo de socialização.

A quarta teoria baseava-se no comportamento coletivo sob a ótica do funcionalismo, e trazia alguns teóricos como Parsons, Turner, Killian e Smelser. A partir da teoria da ação social de Parsons, cujo desenvolvimento do sistema de ação leva aodesenvolvimento do sistema social, que ocorre por ações individuais, chegou-se à concepção do homem utilitarista de Hobbies “[...] com uma orientação normativa instrumental, visando racionalmente metas, usando meios econômicos e culturais eficientes para atender à suas necessidades, assegurar sua sobrevivência e maximizar seu equilíbrio” (GOHN, 1997, p. 40).

Assim, a teoria parsoniana, aplicada aos movimentos sociais origina a abordagem funcionalista, e os movimentos são vistos como comportamentos coletivos que surgem em momentos de inquietação social e desconforto. Desse modo, o movimento é visto como algo estranho que se contrapõe à sociedade e surge com base em 3 ordens emergenciais: “[...] cultural (mudança de valores), social (desorganização e descontentamento) e política (injustiça social)” (GOHN, 1997, p.40).

Já Turner e Killian definiam os movimentos sociais como expressão da ação coletiva que se institucionaliza ao alcançar grau de estabilidade interna, passando a conter funções e áreas de competência. Smelser tenta demonstrar como a teoria dos comportamentos coletivos se difere dos comportamentos rotineiros, sendo os primeiros identificados como respostas às tensões estruturais surgidas a partir da modernização (GOHN, 1997). Sob a ótica

funcionalista, Smelser percebe o surgimento de novas crenças a partir do funcionamento do sistema social, e indaga a interferência delas nos comportamentos coletivos.

Por fim, há a corrente organizacional-institucional, representada nos trabalhos de Selznick (1952) e Gusfield (1955) que constatou que os movimentos se organizam instrumentalmente em torno de interesses. Essa corrente influenciou as teorias que substituíram o paradigma clássico, mas não gerou uma teoria específica sobre os movimentos sociais, ainda assim, ela abriu caminho para a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) (GOHN, 1997).

3.2 TEORIAS CONTEMPORÂNEAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Correa e Almeida (2019, p.97), apresentam quatro teorias dos movimentos sociais, com diferentes abordagens: “[...]os primeiros tempos e as abordagens ‘psicológicas’, a abordagem estrutural da Teoria da Mobilização de Recursos, a ênfase da cultura e da ideologia na Teoria dos Novos Movimentos Sociais, a mobilização política e a busca da esfera cultural/ideológica da Teoria do Processo Político.”

Os primeiros tempos e as abordagens “psicológicas”, tem como marco a abordagem clássica dos movimentos sociais, já tratados neste trabalho em tópico anterior.

A TMR pregava que os movimentos sociais disputam recursos com organizações e instituições de forma estratégica e tática, sendo atores políticos racionais (CORREA; ALMEIDA, 2019). Autores como Mayer, McCarthy, Zald e Olson tiveram destaque nessa teoria.

A base explicativa principal da TMR é a de que os movimentos sociais são tidos como grupos de interesses, analisados sob a ótica da burocracia de uma instituição e explicados no âmbito organizacional; tendo como variáveis importantes os recursos humanos, financeiros e de infraestrutura (GOHN, 1997). Assim, para esta teoria, os movimentos surgem quando há líderes disponíveis e oportunidades políticas para ações coletivas, e as táticas das organizações se baseiam em cálculos de como se atingir os objetivos e não em emoções de cidadãos frustrados (REICHMAN, 1994). A teoria que é utilitarista, traz uma “[...] visão exclusivamente economista, baseada na lógica racional da interação entre os indivíduos, que buscam atingir metas e objetivos, em estratégias que avaliam os custos e benefícios das ações” (GOHN, 1997, p.51).

No contexto dos anos 1960 surgiu na Europa, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), inspirada por autores como Touraine, Habermas, Melucci e Offe. Essa teoria possui

foco na esfera cultural/ ideológica e prioriza análises de questões voltadas para a cultura, ideologia, consciência, crença, solidariedade, e com foco na construção de identidades coletivas (CORREA; ALMEIDA, 2019).

Os novos movimentos surgem por lutas simbólicas, em que sujeitos buscam participação política e autonomia (HABERMAS, 2010). De acordo com Correa e Almeida (2019, p.103) “[...]a categoria mais relevante na análise da TNMS é a identidade coletiva, a qual seria gerada no processo das ações coletivas”.

O debate entre a TMR e a TNMS, fez emergir a Teoria do Processo Político (TPP), que traz em destaque alguns teóricos como Tilly, Tarrow, MCAdam, Snow e Benford, e que definem os movimentos sociais, como fenômenos políticos que ocorrem de forma processual (CORREA; ALMEIDA, 2019). A TPP traz como categorias mais importantes, as oportunidades políticas e os *frames*. Baseada na teoria de Goffman sobre *frames*, indivíduos dotam de sentido suas experiências e ações, numa espécie de esquema interpretativo, que codifica objetos, situações e experiências dentro de um ambiente (CORREA; ALMEIDA, 2019).

Importa expor que estudiosos da TNMS assumiram que a TPP possuía mais elementos para lidar com aspectos objetivos, como a racionalidade e a lógica dos movimentos sociais, visto envolver questões sobre recursos e estratégias. Posteriormente, a TPP passou a refletir sobre aspectos subjetivos como emoções, sentimentos, identidade e cultura (CORREA; ALMEIDA, 2019).

3.3 ANÁLISE MICRO E MACROSSOCIAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Gohn (1997) explica que o nível micro refere-se a explicações específicas do universo com ênfase na cultura e na política dos grupos e movimentos, já o nível macro refere-se a explicações gerais que enfatizam processos políticos e não econômicos da Mobilização de Recursos.

A teoria clássica ousou interpretar a consciência das lideranças dos movimentos operários; e teóricos contemporâneos, também buscaram esse intento que, de início, partiu de um pensamento funcional de que os movimentos sociais são calculistas, estratégicos e que dependem de disponibilidade de recursos para ocorrer, quando motivados numa estrutura de organização (ALEXANDER, 1998).

Tilly referiu-se à violência como recurso político dos movimentos sociais no sentido de aumentar a utilidade dos atos públicos; ele é um dos analistas macrossociológicos que

assemelham os movimentos a complexas máquinas maximizadoras (ALEXANDER, 1998). Entretanto, o papel da subjetividade dentro dos estudos macro contemporâneos dos movimentos sociais, foi lembrado por alguns autores como Snow e colegas (SNOW *et al.*, 1986; SNOW; BENFORD, 1988), GAMSON (1988, 1992), KLANDERMANS (1988, 1992) e TARROW (1992, 1994) (ALEXANDER, 1998).

Esses autores agem em paralelo dando uma resposta às teorias européias que inspiraram o modelo clássico; até mesmo na própria Europa, dimensões emocionais e racionais do comportamento de grupo, eram disseminadas como alternativa ao modelo revolucionário (ALEXANDER, 1998). Já nos Estados Unidos, o pragmatismo americano abriu espaço para a subjetividade, e tiveram destaque autores como Park (1972), Cooley (1909) e Mead (1934), Blumer (1951), Turner e Killian (1957) (ALEXANDER, 1998).

A introdução de temáticas como significados culturais, identidades psicológicas e a teorização de fatores institucionais no enfoque clássico, levou ao surgimento dos novos movimentos sociais, que surgiu na Europa, mas se difundiu nos Estados Unidos (ALEXANDER, 1998). Assim, os sociólogos dessa teoria discutiam subjetividade, ainda fazendo uso da visão instrumental e materialista dos movimentos.

Enquanto a teoria da mobilização de recursos era estudada por uma perspectiva macro, a teoria dos novos movimentos sociais dava-se por uma perspectiva micro. Nos novos movimentos sociais, destaca-se “[...] o caráter subjetivo e psicocognitivo, com procedimentos e métodos empregados mais adequados ao estudo de atores individuais que coletivos; em contraposição ao caráter estrutural objetivo-racional, sistêmico e macrosocial e institucional do primeiro” (GOHN, 1997, p. 75).

A análise dos movimentos sociais dos anos 90 focou em unir as teorias macro e microsociais sem excluir uma ou outra (GOHN, 1997). Para Melucci (1999), tanto modelos macro quanto micro possuem capacidade de explicar as motivações para a ação coletiva e o envolvimento dos indivíduos. Entre determinantes estruturais e preferências individuais, ainda não há um nível intermediário que compreenda o motivo pelo qual o indivíduo age em grupo, por mais que estudos comparáveis entre a abordagem européia e a americana ocorram.

Sob a perspectiva microsocia, com a finalidade de se discutir a participação política, Olson retoma escolhas racionais por meio do seu modelo cumulativo que “[...] assume que a mera existência de interesses materiais similares entre um conjunto de indivíduos é condição suficiente para a formação de uma consciência comum [...]” (SANDOVAL, 1989, p. 430a), isso associado a um número de pessoas e interesses comuns. No entanto, esse modelo não chegou a compreender o indivíduo e sua motivação para participar de uma coletividade.

Também o estruturalismo tentou explicar a ação coletiva postulando a existência de estruturas que agrupam os indivíduos, no entanto, esses agrupamentos pré-existentes também não foram capazes de explicar a participação dos indivíduos (SANDOVAL, 1989a).

Alexander (1987) abrange outro ponto de vista, o de que as teorias macro e micro estão inter-relacionadas e, somente nessa configuração é que é possível entender os movimentos sociais. O autor acredita que as ações individuais podem “[...] desviar-se dos imperativos estruturais, as conseqüências objetivas dessas ações são determinadas por estruturas que estão além do controle dos atores” (ALEXANDER, 1987, p.16). Assim, as tradições micro e macro que outrora foram tratadas separadamente, sofrem agora ação contrária, de junção, onde junta-se também a teoria sobre ação e estrutura.

Para Alexander (1987, p.19), a simultaneidade empírica conduz ao entendimento de que a “[...] ligação entre micro e macro necessite ser vista como uma relação analítica fundada em processos indivisíveis no sistema mais amplo”. Dessa forma, essa ligação ocorre devido às regras de transformação a ações individuais. Assim, as ações individuais, passam a não ser consideradas “[...] como objetos de análise em si mesmos, mas como condições iniciais para a operação e mecanismos estruturais” (ALEXANDER, 1987, p.19).

Sandoval, ao apoiar-se em Touraine e na TNMS, analisa os movimentos sociais mediante a compreensão da consciência política e da participação, que se insere por uma perspectiva microsocial, a partir da vida cotidiana do indivíduo e seu envolvimento nas relações sociais, visto que, para o autor, a formação da consciência se dá a partir dessas interações (SANDOVAL, 1989a).

Entretanto, para Alexander (1987) ao seguir essa perspectiva microsocial, elementos culturais do indivíduo, não são considerados; e o significado das “coisas” passa a ser determinado pela reação dos outros às ações daquele indivíduo. Na compreensão de Alexander (1987) este se trata do interacionismo simbólico pragmático de Blumer. Assim, o autor reconhece a importância das contribuições teóricas de Parsons acerca da diferença entre personalidade, cultura e sociedade, defendendo a significação da cultura nas relações.

3.4 A CRISE ANALÍTICA DA SOCIOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E O PAPEL DA PSICOLOGIA POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DO ESTUDO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA

Com relação à terminologia, Touraine (2006, p.18) traz a ideia do “[...] movimento social como uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social

generalizada”. Para Touraine (2006), os movimentos sociais colocam em questão condições particulares, ou seja, socialmente definidas, mas que geram um impacto geral. O autor complementa que somente há movimento social se a ação coletiva se opuser a algum tipo de dominação voltada para aspectos da vida social; caso contrário, o movimento poderá se configurar enquanto movimento cultural e social ou histórico.

Gamson e Wolfsfeld (1993) compreendem por movimento social, uma organização de um campo de atores que desafiam as autoridades ou códigos culturais, de forma sustentada e autoconsciente. Para Sabucedo (1996) os traços que definem os movimentos sociais são um conjunto de crenças e ações voltadas para a ação social, que tenham um caráter coletivo, em que exista uma estruturação interna, modalidades de ação política não-convencionais, e que reflitam situações de conflito e mudança política.

Neste sentido, Correa e Almeida (2019, p.89) apontam que “[...] os movimentos sociais são caracterizados por elementos de ordem política – ações coletivas, estruturadas, não-institucionais, marcadas pelo conflito, com estratégias comuns, que buscam mudanças sociais etc.”. Para esses autores, o movimento social constitui uma organização não-institucional, atuando em diferentes esferas sociais em busca de ganhos a curto prazo, podendo estar atrelado a demandas voltadas para o campo do trabalho e necessidades básicas como moradia, terra, emprego, salários, dentre outros (CORREA; ALMEIDA, 2019).

A participação em movimentos sociais gera ganho mútuo: “[...] ao mesmo tempo em que o movimento social eleva o sujeito e seu olhar para além das percepções vigentes, o próprio sujeito converte sua postura em ganhos e benefícios que fortalecem o movimento” (VERONESE; LACERDA, 2011, p.423). Neste sentido, o movimento social tem o sentido de “[...] despertar o sujeito e é justamente nesse ponto que reside sua força, pois não se trata de um aglutinado de indivíduos massificados, mas sim de um coletivo – potencialmente poderoso – de pessoas despertas que, naquele momento, se propõem a lutar de forma consciente” (VERONESE; LACERDA, 2011, p.424).

Correa e Almeida (2019) ressaltam que os movimentos sociais possuem características que ultrapassam a racionalidade, tornando em evidência aspectos subjetivos e emocionais, a partir de elementos culturais, ideológicos, identitários e cognitivos; no que insere elementos de análise da Sociologia, das Ciências Políticas e da Psicologia Social.

O movimento social é definido por Javaloy (2003, p.173) como “[...] uma forma mais complexa, organizada e duradoura de comportamento coletivo”, já Turner e Killian (1957, p.223, tradução nossa) definem movimento social como “[...] uma comunidade que age com

certa continuidade para promover ou resistir a uma mudança na sociedade ou grupo do qual faz parte”.

Nesta definição Javaloy (2003) complementa com o detalhamento de 3 elementos importantes no movimento social: coletividade, que conduz à identidade do grupo; continuidade, relativo ao tempo de permanência da organização; e mudança social, que implica um conflito com a ordem estabelecida. Assim, pode-se dizer que “A dimensão histórica dos movimentos sociais se manifesta particularmente na medida em que são portadores de ideologias que defendem a mudança social [...]” (JAVALOY, 2003, p. 176).

O movimento social enquanto objeto de estudo, teve contribuições teóricas e empíricas de psicólogos europeus e norte-americanos, entretanto, a “[...] tarefa da compreensão sistemática desses movimentos foi ficando em mãos de sociólogos” (SANDOVAL, 1989a, p.429).

Sandoval (1989a, p.429) relata que as análises sociológicas não consideram disposições individuais, somente grupais, e deixam de elaborar uma teoria que contenha “[...] processos mediadores e a natureza dos vínculos entre o indivíduo e a decisão coletiva do grupo”. O autor alerta que ao se aceitar que o movimento social é resultado de várias decisões individuais, deve-se entender como essas decisões se combinam para formar o movimento, e como surge o compromisso e motivação individual.

Em suas abordagens críticas, Sandoval (1989a) expõe as deficiências do modelo cumulativo que considera a existência de interesses materiais comuns entre indivíduos, suficiente para a formação da consciência comum e das ações coletivas, contudo, o modelo não explica as motivações para a participação, muito menos a etapa de transição da identificação de necessidades para organização de grupos. Assim como as falhas do modelo estruturalista, que considera a existência de uma estrutura, pela qual agrupa os indivíduos, como bairros e partidos, facilitando a mudança dos interesses individuais à ação coletiva; esse modelo traça caminho inverso, visto que delimita categorias sociais para depois inferir que representam interesses dos indivíduos dessa categoria, contudo, nem todos indivíduos de uma categoria se engajam no movimento social (SANDOVAL, 1989a).

Sandoval (1989a) critica também o uso de modelos de atores únicos, quando intenta-se imputar no indivíduo ações e orientações dos grupos envolvidos nos movimentos sociais, conduzindo o significado macrosocial a um reducionismo da dinâmica interna dos movimentos. Aborda ainda, que os modelos sociológicos de estudo dos movimentos sociais têm sido em grande parte, estatísticos; sendo as análises mais descritivas e menos interativas no sentido de evidenciar a luta entre movimentos sociais e grupos da arena política.

Dessa forma, a sociologia brasileira e cientistas sociais europeus, reconheceram as lacunas na teorização e análise dos movimentos sociais, e perceberam que interpretações psicossociais de fenômenos políticos e de participação foram desconsideradas (SANDOVAL, 1989b). Estudos de ação coletiva com a investigação do comportamento coletivo e dos movimentos sociais, que são formas de interação entre o indivíduo e a sociedade, excluíram na década de 1970 o ponto de vista psicossocial; pois sociólogos consideravam essas formas de ação falta de racionalidade ou patologia (JAVALOY, 2003).

Na década de 1980, passou a ser defendida atenção à experiência subjetiva dos participantes da ação coletiva (JAVALOY, 2003). Fez-se necessário compreender os modos de percepção, crenças, valores, normas, identidade e orientações dos indivíduos, enfim, as representações socioculturais e psicossociais capazes de romper com estruturas de dominação social (SANDOVAL, 1989).

Sandoval (1989b) desconhece o que impulsiona a fragilidade da mobilização popular e da participação e reconhece que as pessoas são mais predispostas a não participar, bem como entende que a compreensão desse fator é possível através de estudos alinhados entre a sociologia e a psicologia; visto que devem ser estudados fatores estruturais e culturais, relações sociais e custo e benefício da participação.

Para este autor, há fragilidades dos estudos da sociologia em relação aos movimentos sociais. E a primeira delas, é com relação ao estudo do motivo pelo qual o indivíduo participa de uma ação coletiva, sendo que modelos atuais estudam apenas o motivo pelo qual um coletivo de pessoas compartilha interesses coletivos (SANDOVAL, 1989b).

Mediante discussões teóricas e estudos da sociologia sobre os movimentos sociais, autores inserem também a psicologia social nesse campo temático. A psicologia social visa “[...] resolver problemas sociais aplicando técnicas de intervenção específicas [...]” (JAVALOY, 2003, p. 170) e, na perspectiva de Sandoval (1989), surge no sentido de entender como os processos de participação e politização são obstruídos, e perde-se o interesse pela participação em movimentos sociais. Nela “[...] o enfoque é dirigido a analisar aqueles determinantes da dinâmica interna e externa nos movimentos sociais que influem nas formas de participação que as pessoas assumem frente às ações coletivas e os movimentos sociais” (SANDOVAL, 1989b, p.67).

O sociólogo italiano Melucci (1999), faz indagações acerca dos estudos existentes na sociologia sobre o comportamento coletivo, em que a ação coletiva é representada como a resposta à crise do sistema social, surgindo a partir de um descontentamento e do interesse pela mudança. Para Javaloy (2003, p.170, tradução nossa) “[...] a ação coletiva tenta melhorar

a situação recorrendo a protestar através de formas de ação não convencionais, como demonstração, boicote ou ocupação de um prédio”. Outros fundamentos explicativos da ação coletiva estão amparados na análise de ações sociais que os atores tenham em comum.

A análise da ação coletiva teve início a partir das lutas sociais pela cidadania e a ação da classe trabalhadora na fase do capitalismo industrial, também foi utilizada para estudo dos fenômenos coletivos; em que se destacava o conflito industrial associado à busca de direitos políticos por parte dos grupos sociais excluídos. Assim, pressupõe-se o surgimento dos movimentos sociais que destinam-se à libertação ou ao controle das massas sob liderança de agitadores (MELUCCI, 1999).

Contudo, os conflitos sociais vieram agregando diferentes campos, atores e formas de ação, se diferenciando ao longo dos anos, e dados empíricos unitários se tornaram frágeis em termos analíticos dos fenômenos coletivos. Assim, “O fenômeno coletivo é, de fato, o produto de processos sociais diferenciados, orientações de ação, elementos de estrutura e motivação que podem ser combinados de diferentes maneiras” (MELUCCI, 1999, p.57, tradução nossa). Entender como esses elementos se combinam, se unem, formam e mantêm um ator coletivo, é onde se encontra o problema de análise. Portanto, os fenômenos coletivos não devem ser interpretados sob uma lógica linear de estímulo-resposta, numa interpretação de que a ação coletiva ocorra por manipulação ou sugestão.

Melucci (1999, p.58) também afirma que tanto fatores macroestruturais quanto variáveis individuais não são capazes de explicar o motivo pelo qual os indivíduos atuam em conjunto, visto que explicar “[...] condições estruturais comuns para os atores pressupõe sua capacidade de perceber, avaliar e decidir o que eles têm em comum; em outras palavras, ignora os processos que permitem (ou impedem) os atores definirem a situação como suscetível à ação comum”. Por outro lado, entender diferenças e motivações individuais também não explica totalmente como os indivíduos se reconhecem e se tornam “[...] parte de um ‘nós’ mais ou menos integrado” (MELUCCI, 1999, p.58).

Esse impasse, segundo o autor, é resolvido ao considerar dados e unidade da ação coletiva, em que se questionam os dados no intuito de se entender os elementos analíticos de orientação, significados e relações da ação. Além disso, novos atores surgiram com modelos de organização e repertórios de ação diferentes dos movimentos sociais anteriores, constituindo um quadro de referência revelador que “[...] abre caminho para o reconhecimento da pluralidade de significados e formas de ação presentes em fenômenos coletivos específicos” (MELUCCI, 1999, p.58).

Compreender esses fenômenos parte da interdisciplinaridade entre determinantes sociológicas e psicológicas, de modo a favorecer o conhecimento científico, visto que para se entender o motivo pelo qual umas pessoas colaboram e outras não, é preciso que haja uma interseção entre fatores estruturais, relações sociais, visões de mundo a partir da constituição cultural e reflexões de custos e benefícios da participação (SANDOVAL, 1989b).

Melucci (1999, p.63), aponta que a motivação para a participação “[...] certamente está enraizada nas diferenças psicológicas individuais e nos traços de personalidade, mas é construída e consolidada na interação”. Sandoval (1989b) aponta os fatores da esfera interna e externa, determinantes da participação em mobilizações coletivas. Os fatores da primeira são grupos, identidades, interesses, consciência política, lideranças, identificações, dentre outros; já os da segunda, referem-se à estrutura de poder local e da sociedade, grupos políticos, ideologias, forças políticas, alianças, dentre outros.

A participação em ações coletivas foi objeto de estudo de Sandoval (1994a) ao sistematizar as mudanças políticas e sociais ocorridas entre 1945 e 1990 no movimento grevista brasileiro, sendo perceptível que esse movimento sofre modificações à medida que os trabalhadores acessam a estrutura de poder e buscam influenciar a política.

Em seu estudo acerca do movimento trabalhista e da classe trabalhadora na década de 1990, Sandoval (2001) notou que mudanças econômicas, de globalização e de ataques do governo aos direitos da classe trabalhadora; geraram também mudanças na consciência política dos trabalhadores da sociedade brasileira. A partir dessa constatação, o autor opta por trabalhar o modelo conceitual de consciência política criado por ele próprio.

Sandoval (2001) se preocupou em constituir um modelo conceitual que abarcasse dimensões que, agregadas, teriam condições de formar um conjunto de representações que direcionariam a participação de uma pessoa como ator político. Essas sete dimensões são: identidade coletiva, crenças e expectativas sociais, sentimentos de interesses coletivos e adversários, eficácia política, sentimentos de injustiça, disposição para agir coletivamente e propostas de ação persuasivas; e serão mais bem discutidas no capítulo 5. Porém antes, no capítulo 4, será apresentado um mapeamento de estudos utilizando o modelo e os motivos que levaram à escolha do mesmo para estudo.

4 ESTADO DA ARTE DO MODELO CONCEITUAL DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA: ANÁLISE DESCRITIVA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA DE 1989 A 2021.

O modelo de consciência política foi criado e desenvolvido recentemente por Salvador Sandoval. No intuito de clarificar a compreensão e utilização do modelo, numa perspectiva crítica, é que se realizou um levantamento bibliográfico das pesquisas brasileiras que trabalharam especificamente com o modelo desde o período de seu lançamento a partir de 1989.

Sandoval criou o modelo de consciência política, que, para Hur e Sabucedo (2018), pode ser entendido como conceito inaugural da psicologia política brasileira. Neste modelo se articulam 7 (sete) dimensões de participação e consciência política relacionadas a construções conceituais clássicas da Psicologia Política e Social (HUR; SABUCEDO, 2018). O modelo passou por diversas reformulações ao longo dos anos (1989, 1994, 1997, 2001, 2005, 2015 e 2016) e tem sido utilizado em distintas áreas do conhecimento com diferentes atores sociais, que participam de pesquisas cuja base de estudo é, quase que na totalidade, empírica.

Esse capítulo se baseia em trabalhos provenientes de um levantamento bibliográfico orientado para a reflexão, buscando evidenciar os trabalhos brasileiros que usaram o modelo de consciência política de Sandoval, apresentando os principais resultados de uma pesquisa em que se buscou identificar os caminhos ontológicos, epistemológicos e metodológicos que vêm sendo adotados na produção acadêmica brasileira sobre o modelo conceitual de consciência política de Sandoval.

O objetivo deste capítulo é desenvolver uma análise crítica e um mapeamento dos estudos sobre o modelo de consciência política de Sandoval. A estrutura deste capítulo é inspirada no trabalho de Beyda e Macedo-Soares (2010).

4.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

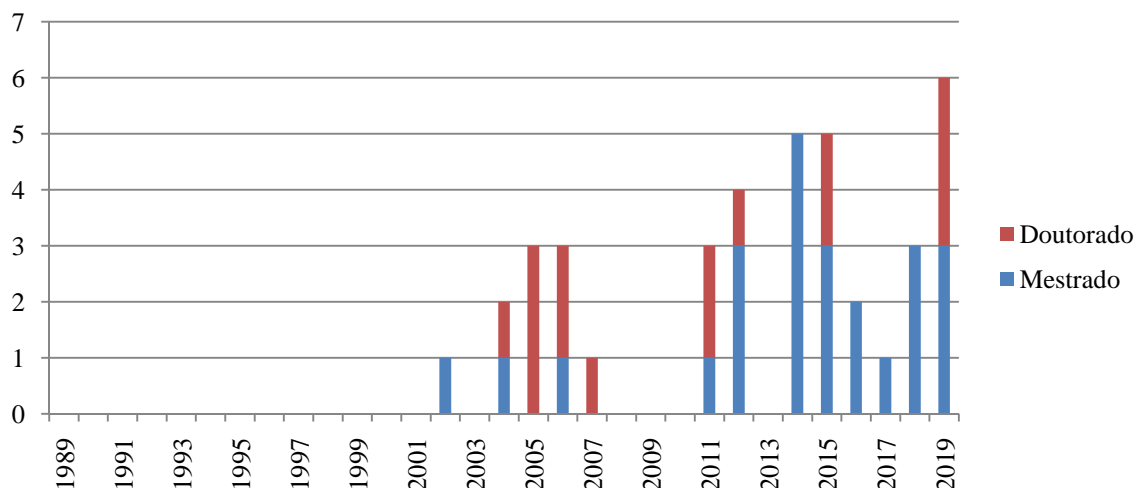
A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica de dissertações, teses e artigos, realizada no mês de novembro de 2021, em dois momentos. No primeiro momento, foi realizado um levantamento das teses e dissertações na base de dados “Catálogos de teses da Capes”, no período de 1989 a 2021, com o termo de busca “consciência política”. A partir dessa busca, apareceram 270 trabalhos referentes à temática e abrangendo diversas áreas do conhecimento.

Contudo, foi preciso fazer uma análise minuciosa em cada arquivo de dissertação/tese a fim de discriminar os trabalhos que realmente tratavam do foco da pesquisa que é o modelo de Consciência Política de Sandoval. Ressalta-se também, a dificuldade no acesso a alguns arquivos mais antigos, visto que não foram encontrados no formato digital. A esses materiais, foram feitas apenas análises do resumo disponível ou, em último caso, uma análise do título do trabalho junto à perspectiva de estudo do(a) orientador(a); como foi feito em 2 trabalhos que não tiveram resumos disponibilizados. Assim, dos 270 trabalhos, apenas 40 tratavam do modelo, sendo 25 dissertações de mestrado e 15 teses de doutorado.

Sabe-se da existência de algumas teses e dissertações mais recentes que ainda não constam (na data do levantamento) na base de dados “Catálogos de teses da Capes”. Esses trabalhos não foram incluídos no capítulo, por se obedecer ao critério de seleção baseado somente nos dados encontrados na base selecionada.

Na Figura 1, é possível notar os períodos em que houve produção acadêmica na área, bem como períodos onde não há registro de publicação. Assim, entre 1989 a 2001, não houve produções sobre o tema, mas a partir do ano 2002, as pesquisas foram surgindo. Os anos de maior representatividade em termos de publicações de trabalhos foram 2014, 2015 e 2019, que tiveram 5, 5 e 6 publicações, respectivamente.

Figura 1 - Produção acadêmica de teses e dissertações sobre o Modelo de Consciência Política de Sandoval.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

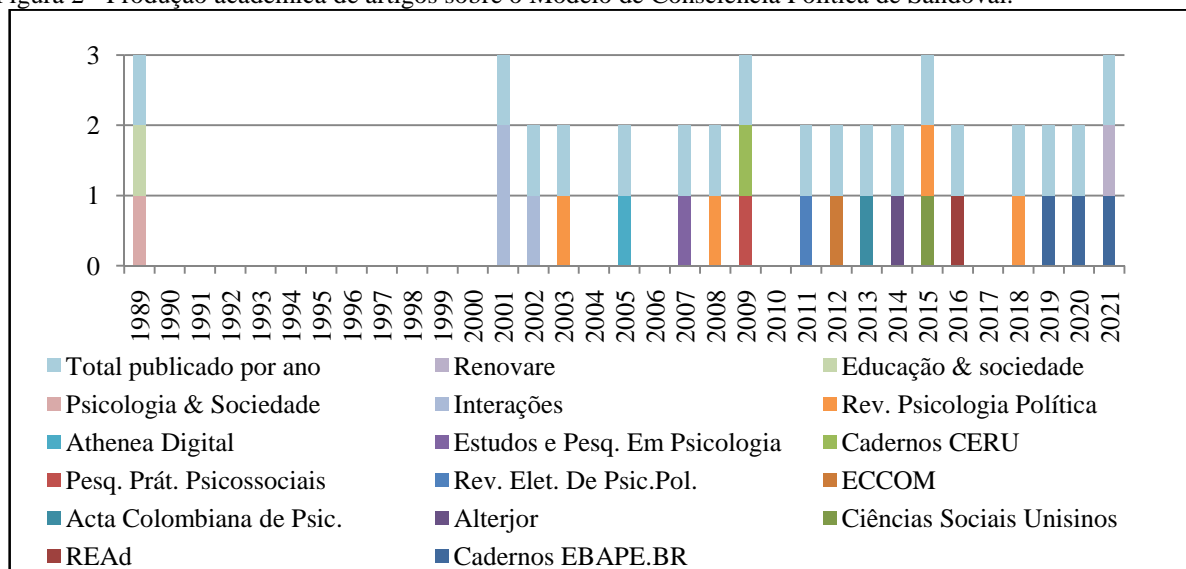
Em um segundo momento, foi realizado o levantamento dos artigos brasileiros publicados em periódicos diversos, no período de 1989 a 2021. O levantamento foi feito via consulta realizada na base de dados *Spell Scientific Periodicals Electronic Library*, utilizando o termo "consciência política", onde foram encontrados apenas 4 artigos que tratam

especificamente do modelo de consciência política. Assim, foi iniciada também uma busca no Google acadêmico (*Google Scholar*) com o mesmo termo, e foram encontrados 19 artigos; totalizando 23 artigos sobre o tema do modelo. A busca foi realizada pela análise aprofundada em cada trabalho que surgia nas páginas do Google Acadêmico, sendo descartados teses, dissertações, trabalhos de eventos e livros ou capítulos e livros. A pesquisa se esgotou a partir do momento que as páginas começaram a se repetir.

A escolha por essas bases de dados se deu, pois o repositório *Spell* abarca periódicos específicos das áreas de administração pública e de empresas, contabilidade e turismo; sendo um dado importante, perceber o quanto o tema em foco, tem sido estudado e desenvolvido por pesquisadores dessas áreas e, principalmente, da área da administração, visto ser um tema da psicologia política, mas que tem encontrado campo nos estudos organizacionais. Já o Google Acadêmico, foi escolhido por reunir várias fontes em uma mesma base, visto que a intenção da busca era de encontrar as diversas publicações acerca do modelo.

Assim, como pode ser visto na Figura 2, nesses 30 anos de pesquisa, 17 periódicos publicaram sobre o tema do modelo conceitual de Consciência Política de Sandoval. Porém, somente 23 trabalhos foram publicados no total, o que significa uma quantidade baixa, mas ainda em expansão e notoriedade, visto terem atingido periódicos de considerável qualidade de produção intelectual.

Figura 2 - Produção acadêmica de artigos sobre o Modelo de Consciência Política de Sandoval.



Fonte: Dados da pesquisa(2021).

Após identificada a produção acadêmica brasileira pertinente ao estudo do modelo conceitual de consciência política de Sandoval, procedeu-se a análise dos artigos, dissertações e teses cujos resultados são discutidos a seguir.

4.2 RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção será traçado um panorama do conteúdo da produção acadêmica brasileira sobre o modelo de consciência política no período de 1989 a 2021. A começar pelas teses e dissertações encontradas, será apresentado um quadro detalhado com os objetivos do trabalho, principais conclusões e organização estudada. A partir dessa exposição será realizada uma análise acerca desses dados encontrados. O mesmo esforço se dará com os artigos acadêmicos levantados. Em seguida será apresentado um quadro descritivo das principais abordagens metodológicas adotadas nas teses, dissertações e artigos.

4.2.1 Panorama da produção acadêmica e metodológica nacional

Como pode ser analisado nos Quadros 1 e 2, dos 40 trabalhos (teses e dissertações) analisados, todos apresentaram pesquisa empírica, sendo que 23 possuem como objetivo principal a compreensão ou análise da consciência política ou conscientização de determinado grupo. Os 17 trabalhos restantes abordam como variáveis no objetivo principal a ação coletiva, memória política e coletiva, participação e valores. Importa reforçar que observações realizadas na presente pesquisa, não incluem análise detalhada de 2 trabalhos (GONÇALVES, 2005; FONSECA, 2004), visto que a pesquisadora não teve acesso ao conteúdo.

Quadro 1- Panorama da produção acadêmica de dissertações que utilizam o modelo conceitual de Consciência Política de Sandoval.

(continua)

Referência	Objetivo	Principais Conclusões	Sujeito(s) da pesquisa
Silva (2002)	Compreender as razões que motivam sujeitos a adotarem ações coletivas como alternativa para a transformação social da realidade em que vivem.	Os sujeitos, ainda que portadores de diferentes configurações de consciências políticas, têm claro para si questões como condição de pobreza, necessidade de união pela conquista de sonhos e da terra.	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - acampados no Pontal do Paranapanema - SP.

Quadro 2- Panorama da produção acadêmica de dissertações que utilizam o modelo conceitual de Consciência Política de Sandoval.

(continuação)

Referência	Objetivo	Principais Conclusões	Sujeito(s) da pesquisa
Fonseca (2004)	Não encontrado.		
Baptista (2006)	Identificar qual é o significado atribuído pelos conselheiros usuários à sua participação no interior do CMS-BH.	Participar, para o conselheiro usuário, significa conhecer as políticas de saúde, reivindicar sua efetiva realização, discuti-las em reuniões e propor formas de que elas possam, de fato, ser implementadas junto à comunidade.	Conselheiros do segmento dos usuários, dos prestadores e dos trabalhadores.
Luconi Júnior (2011)	Descrever e analisar elementos da consciência política, através de sete dimensões, conforme proposto por Sandoval (1994).	A economia solidária guarda um potencial emancipatório e de espaço de construção dos sujeitos nas relações que ela engendra; e seu futuro depende da ação de todos os envolvidos.	Coopertan - Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT e a Artetan - Associação dos Artesões de Tangará da Serra-MT.
Souza (2012)	Analisar a consciência política dos principais atores envolvidos na implantação do Orçamento Participativo (OP) da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim - Espírito Santo	OP é motivada por diferentes tipos de consciência política: popular democrática, restritiva, de enfretamento, reflexiva e de justiça social.	Membros do Conselho do OP (COP).
Sousa (2012)	Investigar se há relação entre valores transmitidos através do futebol com valores em crianças com idades que variem de 10 a 12 anos de idade.	O entendimento quanto à justiça no futebol é parcial de acordo com a visão de aliados e adversários.	Crianças do sexo masculino, com idade entre 10 a 12 anos do colégio particular Anglo Brasileiro em São Paulo.
Oliveira(2012)	Descrever e analisar o processo grupal da associação, especificamente no que se refere à produção de uma identidade grupal e à participação política	Tanto na perspectiva grupal quanto individual o processo identitário envolve afetividade e solidariedade e tem um sentido emancipatório, pois há o desejo e objetivo de ser mais sujeito e cidadão.	Associação de diabéticos de São João del-Rei, MG
Martins (2014)	Compreender a dinâmica da consciência política dos estudantes da graduação em administração de uma universidade pública federal no sudeste do Brasil em sua relação com a participação cidadã nos lugares públicos participativos no estado e municípios	Estudantes que não participam possuem uma consciência política de senso comum, demonstrando valores sociais e políticos inerentes aos modismos presentes na vida cotidiana das pessoas. Já os estudantes com participação mais ativa apresentam uma consciência política de conflito.	Estudantes universitários da graduação em administração

Quadro 3- Panorama da produção acadêmica de dissertações que utilizam o modelo conceitual de Consciência Política de Sandoval.

(continuação)

Referência	Objetivo	Principais Conclusões	Sujeito(s) da pesquisa
Oliveira (2014)	Interpretar e analisar segundo a constituição da consciência política e da memória coletiva os sentidos políticos do Jeca	O sujeito político está imerso nos mecanismos de operação política do coronelismo.	Roteiro, discursos e imagens do filme "Jéca Tatu"
Gregório (2014)	Analisar o impacto da formação continuada na Consciência Política de educadores sociais	A formação continuada tem um modelo neoliberal construído dado o contexto onde está inserida contribuindo para a ampliação do dismantelamento do Estado quase como um caminho sem volta.	Educadores sociais.
Ferro (2014)	Identificar elementos constitutivos de uma consciência política de moçambicanas e moçambicanos	Foi identificada uma consciência política subalternizada (consciência do senso comum; fragmentária).	Moçambicanas e moçambicanos.
Pudenzi (2014)	Pesquisar o movimento popular organizado por mulheres que surgiu na década de 1970, na periferia sul da cidade de São Paulo, a União Popular de Mulheres de Campo Limpo	A experiência de luta e de mobilização coletiva da UPM, concebida na auto-organização das mulheres, transferiu um conhecimento muito rico para o trabalho atual e exerce influência na atuação política da UPM nos dias de hoje.	Pessoas atuantes na fundação.
Gontijo (2015)	Compreender como se dá o processo de conscientização política dos ativistas do Service Civil International (SCI).	Foram evidenciados limites e potencialidades que encontradas na aplicação da proposta metodológica.	Ativistas do Service Civil International (SCI).
Chicareli (2015)	Investigar os aspectos psicopolíticos da trajetória da Pastoral Carcerária na defesa dos direitos humanos nas prisões e a sua participação política na promoção ou transformação de políticas públicas criminais e penitenciárias no Brasil.	A pastoral representa uma importante referência no debate público da questão prisional, contribuindo para a conscientização política em relação à esta realidade social.	Pastoral Carcerária.
Kawata (2016)	Entender em que medida o engajamento de indivíduos neste novo modelo de voluntariado, sendo ele uma ação coletiva e focada em mudança social, pode contribuir para uma cultura política mais participativa, a partir da formação da consciência política dos voluntários.	Identificamos que ainda há um forte caráter de caridade e assistencialismo na atividade da ONG, mas com grande potencial de formação política dos jovens voluntários, especialmente a partir das vivências nos assentamentos precários; identificamos pontos que desfavorecem a formação da consciência política.	ONG Teto.
Martinelli (2016)	Compreender como se configura a consciência política e a participação dos presidentes das organizações que fazem parte do Movimento Empresa Júnior – MEJ nas ações coletivas do movimento.	Apesar da nomenclatura MEJ, a estrutura do “movimento” aproxima-se mais de uma organização empresarial.	Presidentes de organizações do Movimento Empresa Júnior, em um campus de uma universidade pública federal no sudeste do Brasil.

Quadro 4- Panorama da produção acadêmica de dissertações que utilizam o modelo conceitual de Consciência Política de Sandoval.

(continuação)

Referência	Objetivo	Principais Conclusões	Sujeito(s) da pesquisa
Silva Júnior (2016)	Conhecer a dinâmica de participação política na esfera online.	A relação de identificação entre atores políticos pelo discurso, não é suficiente para produzir uma identidade política coesa, pois é no cotidiano que se constroem laços de solidariedade.	Redes sociais online.
Dau (2017)	Compreender como se configura a consciência política e a participação dos conselheiros titulares e suplentes representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória (ES).	Diferentes consciências políticas interferem na participação dos representantes: representantes de trabalhadores participam de maneira limitada às plenárias, comissões temáticas e em ONGs.	Conselheiros titulares e suplentes representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória.
Farias (2018)	Analisar a dinâmica da consciência política dos estudantes de graduação em Administração de uma universidade pública federal brasileira quanto à participação em ações coletivas de combate à corrupção no Brasil.	Quanto maior o sentimento de pertencimento a um coletivo, maior o impulsionamento a participar de ações coletivas contra a corrupção. Por outro lado, quanto menores os sentimentos de identidade grupal, maior a desmotivação a agir coletivamente.	Estudantes de graduação em Administração.
Andrade (2018)	Entender a construção da consciência política de uma mulher, Olga Guimarães, no período da sua juventude, com base na compreensão da sua trajetória de vida, da relação familiar e na análise dos espaços de sociabilidade que Olga vivenciou.	O estudo desse caso evidenciou que o processo de construção da consciência política é fruto do inter-relacionamento das esferas de ação, que, neste caso, traduziram-se nas relações entre as formas de identificação do Eu nas esferas sociais da vida cotidiana.	Olga Guimarães.
Puccini (2018)	Analisar os elementos formadores da consciência política de integrantes do movimento da obstetrícia na Universidade de São Paulo.	A ação do movimento transforma, portanto, seus atores, sejam eles internos à Universidade ou externos a ela.	Ex-alunos e docentes da Graduação em Obstetrícia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP) e representantes da Associação de Alunos e Egressos do Curso de Obstetrícia da Universidade de São Paulo (AO-USP)
Coriolano (2019)	Identificar os determinantes psicossociais que atuam na formação da consciência política do universitário e a relação entre as variáveis da tríade constituída pela consciência política, voto e ideologia (esquerda/direita).	Determinantes psicossociais identificadas: a renda familiar do universitário, o vínculo de pagamento com a instituição de ensino do universitário, a cor do universitário e a religião do universitário.	Universitários de diferentes instituições de ensino superior da Grande São Paulo e de cursos de áreas distintas do conhecimento.

Quadro 5- Panorama da produção acadêmica de dissertações que utilizam o modelo conceitual de Consciência Política de Sandoval.

Referência	Objetivo	Principais Conclusões	Sujeito(s) da pesquisa
Oliveira Neto (2019)	Compreender como se configura a consciência política e a participação dos sindicalistas em ações coletivas contra a privatização no Espírito Santo (ES) durante o Governo Temer (2016- 2018).	Os sindicalistas dispõem: primeiro, de uma consciência política defensiva, que preza pela defesa e manutenção dos direitos trabalhistas; segundo, de uma consciência política combativa, contemplada pelos sindicalistas representantes de estatais; terceira, de uma consciência política utópica, caracterizada por uma visão emancipatória para a sociedade e de combate às desigualdades e injustiças sociais, por acreditarem que a privatização impacta, deliberadamente, grupos sociais fragilizados.	Sindicalistas de diversos setores que passam pela iminência da privatização no ES.
Santos (2019)	Analisar as dimensões de consciência e participação política e as estratégias de ação adotadas pelos Conselho Gestor das de duas Unidades de Conservação dos Campos de Cima da Serra, RS.	Consciência política é indispensável para que as estratégias políticas sejam eficazes	Conselhos Gestores da Área de Proteção Ambiental Rota do Sol e da Estação Ecológica Estadual Aratinga, Rio Grande do Sul.
Bezerra (2021)	Compreender a importância do espaço político não institucional, em meio ao som das madrugadas de sábado, sendo o lócus da pesquisa, um evento cultural, o Bekoo das Pretas, organizado pelo Instituto Das Pretas (IDP).	A investigação permite apontar que, o Bekoo das Pretas, se constitui essencial, ao estabelecer na Juventude Negra o desejo de encaminhar-se a outros espaços políticos e também almejar estar em outros processos deliberativos. Revela-se uma identidade coletiva compartilhada, entre a Juventude que não participa; e uma identidade coletiva em construção, da Juventude que participa, na medida em que a inserção em novo campo (mercado) feito pelo IDP/Bekoo das Pretas, obriga uma inter-relação com um novo público (os jovens não negros).	Jovens negros de 15 a 29 anos que frequentam o evento Bekoo das Pretas.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Tanto o panorama da produção de teses quanto o panorama da produção de dissertações, apresentaram conclusões de consideráveis contribuições acadêmicas:

Quadro 6 - Panorama da produção acadêmica de teses que utilizam o modelo conceitual de Consciência Política de Sandoval. (continua)

Referência	Objetivo	Principais Conclusões	Sujeito(s) da pesquisa
Reck (2005)	Compreender e avaliar com maior profundidade o processo de conscientização que se dá através do trabalho cooperado sob a égide do MST	Conscientização está ligada à satisfação das necessidades, e relações afetivas, econômicas e políticas que reforçam identidade.	Cooperativa de Produção Agropecuária Canudos (COOPAC – Campo Verde - MT)
Palassi (2004)	Mostrar qual foi o impacto do movimento (anti)privatização na consciência política e na participação dos trabalhadores no movimento antiprivatização	Identificamos impactos comuns a todos eles, como o desenvolvimento da consciência após a participação no movimento antiprivatização, fortalecendo ainda mais a identidade banesiana.	Dirigentes da Afubesp e Sindicato
Ansara (2005)	Analisar a memória coletiva que foi construída a partir do processo de redemocratização brasileiro (pós ditadura militar)	A memória pode estimular a consciência política e proporcionar formas de ação coletiva, da mesma maneira que a existência de uma consciência política pode ser determinante na construção de uma memória política	Lideranças comunitárias e sindicais e de questionários aplicados a estudantes universitários.
Gonçalves (2005)	Não encontrado.		
Costa (2006)	Compreender a formação da consciência política, viabilizada pela participação política.	O exercício da cidadania viabilizado pela participação política compõe um cenário para a formação da consciência política	Moradores e trabalhadores de unidades de reciclagem de lixo.
Silva (2006)	Analisar da participação na Parada do Orgulho LGBT de cada um destes países	Elementos de festa e de protesto em moldes mais tradicionais se mesclam no processo de construção política dos próprios movimentos, que atuam como um elemento questionador das estruturas estabelecidas	Militantes dos movimentos LGBT e de homossexuais militantes em outros movimentos ou partidos políticos.
Silveira (2007)	Identificar a lógica dos proprietários e/ou gerentes de estabelecimentos do ramo de entretenimento de Curitiba sobre a restrição de fumar em ambientes fechados	Proprietários e gerentes compartilham do mesmo ponto de vista, não tendo relevância a função ocupada na empresa. Fatores de ordem social e política acerca da restrição são relevantes e com mesmo impacto.	Proprietários e/ou gerentes de estabelecimentos do ramo de entretenimento de Curitiba.
Azevedo (2011)	Conhecer ideias, pensamento, conjunto de crenças e valores, opiniões em relação à atividade política ou à participação política dos alunos de maneira a conhecer as dimensões da consciência	Os alunos são pessoas cuja identidade coletiva apresenta uma divisão entre sentimentos de solidariedade, preocupação com o outro, disposição em ajudar, de um lado, e por outro lado, são pessoas com grande	Alunos de instituições de ensino superior localizadas no Vale do Paraíba.

	política.	dificuldade de se identificar com o grupo, e desenvolver sentimento de envolvimento coletivo.	
--	-----------	---	--

Quadro 7– Panorama da produção acadêmica de teses que utilizam o modelo conceitual de Consciência Política de Sandoval.

(continuação)

Referência	Objetivo	Principais Conclusões	Sujeito(s) da pesquisa
Costa (2011)	Observar e analisar de que forma está sendo reproduzido o campesinato no estado do Espírito Santo (ES), bem como, está sendo desenvolvida a consciência política dos jovens no MPA-ES.	A categoria campesinato, enquanto ator político, ativo, atuante, vem sendo reproduzido alicerçado em seus princípios básicos; a identidade camponesa vem sendo construída nos discursos e, principalmente, nas ações.	Cooperativas e jovens rurais.
Silva (2012)	Analisar de que forma e que valores cooperativos estão sendo construídos na execução do projeto político pedagógico desta Licenciatura, na prática docente, nos diferentes tempos educativos desse processo formativo	O fator aproximativo entre cooperação e colaboração, é o sentimento de pertença.	Professores da UnB em Licenciatura em Educação do Campo.
Pereira (2015)	Identificar os elementos pedagógicos constituídos na resistência dos moradores da Vila de Pescadores de Jaraguá, em Maceió-AL	Os impactos da Educação Popular fizeram diferença na formação política desses moradores, capacitando-os para o enfrentamento da luta contra a remoção	Moradores da Vila de Pescadores de Jaraguá, em Maceió-AL.
França (2015)	Analisar a influência das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) na participação e consciência política de jovens da região metropolitana de São Paulo	Embora a utilização da internet esteja relacionada à participação e consciência política dos jovens, o seu uso indiscriminado não o está. Apenas o uso específico da internet está diretamente associado à participação e consciência política dos jovens analisados	Jovens, de diferentes estratos sociais da região metropolitana de São Paulo.
Gonçalves (2019)	Compreender o papel da linguagem audiovisual na Educação do Campo, sobretudo em seus cursos de licenciatura, investigando o sentido da formação nesta linguagem e suas intencionalidades pela análise de experiências de formação, realização e exibição de audiovisual, denominadas nesta pesquisa como percursos audiovisuais	Após a análise, compreendemos que as experiências contribuem na construção de um método de trabalho com a linguagem, caracterizado como processo pedagógico e criativo.	Participantes dos percursos audiovisuais.

Ortolano (2019)	Analisar a consciência política de atores sociais frente aos contextos de desproteção de parques municipais em Americana e São Francisco de Paula.	As representações dos parques denotam elementos importantes para memória e pertencimento, portanto, inserem-se na constituição da consciência política.	Pessoas que compartilham problemas socioambientais que ocorrem nas localidades onde vivem.
-----------------	--	---	--

Quadro 8– Panorama da produção acadêmica de teses que utilizam o modelo conceitual de Consciência Política de Sandoval.

(conclusão)

Borella (2019)	Discutir e apresentar a potência de encontros de velhos e de jovens e como suas memórias circulam para a construção de consciência política e uma memória política comprometida com a transformação do socius.	Possibilitar esses espaços de partilha entre os participantes de gerações próximas e distantes promove ressignificações frente às questões que os sujeitos vivem.	Pessoas entre 18 a 78 anos no qual um desses deveria estar cursando ensino superior; estudantes dos cursos de Psicologia, direito, enfermagem, agronomia, engenharia civil, arquitetura e administração de um Centro Universitario do interior de São Paulo.
----------------	--	---	--

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os trabalhos abarcaram distintas organizações investigadas, dentre elas, apenas 4 foram organizações cooperativas, expressas nos trabalhos de Fonseca (2004), Reck (2005) Costa (2011) e Luconi Júnior (2011). Fonseca (2004) pesquisou a Coopermape, cooperativa de recuperação de reciclagem em geral, de Embu das Artes-SP. Reck (2005) trabalhou em sua pesquisa com a Cooperativa de Produção Agropecuária Canudos (COOPAC – Campo Verde - MT). Costa (2011) analisou processos de educação rural de jovens oferecidos pelas cooperativas rurais, no contexto do cooperativismo e seu comportamento dentro da extensão rural e Luconi Júnior (2011) com a Coopertan - Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT e a Artetan - Associação dos Artesões de Tangará da Serra-MT. Não houve pesquisas com cooperativas de crédito até o momento deste levantamento.

Outro dado importante a se destacar, refere-se ao número de publicações de dissertações e teses por Universidade (QUADRO 3). Foram encontrados trabalhos em 9 universidades. A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo é a que possui mais publicações de trabalhos com a temática do modelo conceitual de Consciência Política de Sandoval. Esse dado tem relação direta com a influência teórica do criador do modelo conceitual, o professor Salvador Antônio Mireles Sandoval, que compõe o quadro docente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social na referida universidade. Sandoval ainda é professor assistente doutor na Universidade Estadual de Campinas.

Quadro 9 - Número de publicações de dissertações e teses por Universidade.

UNIVERSIDADE	Nº de publicações
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	14
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	8
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	7
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	3
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	4
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	1
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI	1

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Dos 40 trabalhos encontrados acerca do modelo conceitual no período de 1989 a 2021, Sandoval é responsável pela orientação de 20 destes, ou seja, 50% do total de teses e dissertações encontradas. Os professores Márcia Prezotti Palassi e Alessandro Soares da Silva seguem, respectivamente, em 2º e 3º lugar, com 7 e 4 orientações de teses e/ou dissertações sobre o tema. Palassi e Silva foram orientados por Sandoval na pós-graduação e adotaram o modelo conceitual de consciência política em seus trabalhos, dentre outros referenciais teóricos com abordagens epistemológicas diferentes.

Já relacionado à área de interesse em estudos envolvendo o modelo conceitual de consciência política (QUADRO 4), há um destaque para a área da psicologia social com 16 publicações, seguidas pelas áreas da administração e mudança social e participação política, ambas com 6 publicações.

Quadro 10 - Número de publicações de dissertações e teses por área.

Área	Nº de publicações
Psicologia Social	16
Administração	7
Mudança social e participação política	6
Educação	5

Psicologia	2
Comunicação	1
História	1
Ambiente e sustentabilidade	1
Ciências sociais	1

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com relação aos procedimentos metodológicos, conforme Quadros 5 e 6, dos 40 trabalhos (teses e dissertações), apenas 3 adotaram a pesquisa quali-quantitativa (SILVEIRA, 2007; COSTA, 2011; SILVA, 2012) e 2 apresentaram pesquisa puramente quantitativa (FRANÇA, 2015; CORIOLANO, 2019), os demais 35 trabalhos, utilizaram métodos qualitativos de pesquisa.

Quadro 11 - Procedimentos metodológicos de dissertações que tratam do modelo de Consciência Política de Sandoval.

(continua)

Referência	Método e/ou tipo de pesquisa	Instrumento de coleta de dados	Método de análise de dados
Silva (2002)	Qualitativo	Entrevistas semiestruturadas	Dimensões adotadas como categorias analíticas
Fonseca (2004)	Não encontrado.		
Baptista (2006)	Qualitativo/ exploratório	Entrevistas semiestruturadas / análise documental	Análise temática (abordagem da análise de conteúdo) - análise temática, via categorias estabelecidas a partir do modelo de consciência política, desenvolvido por Sandoval (2001)
Luconi Júnior (2011)	Qualitativo/ estudo de caso	Entrevistas individuais, grupos focais e observações do pesquisador	Categorizar os discursos dos sujeitos através das dimensões da consciência política
Souza (2012)	Qualitativo	Entrevista/ análise documental	Análise de conteúdo
Sousa (2012)	Qualitativo/ exploratório	Entrevistas semiestruturadas / observação	Análise e interpretação pelo modelo de consciência política (SANDOVAL, 2001)
Oliveira (2012)	Qualitativo/ estudo de caso	Observação participante, análise de documentos e oficinas em dinâmica de grupo	Análise do discurso e Teoria dos Atos de fala de Austin (1990)
Martins (2014)	Qualitativo	Questionário e entrevistas semiestruturadas	Dimensões adotadas como categorias analíticas
Oliveira (2014)	Qualitativo	Análise documental	Dimensões adotadas como categorias analíticas
Gregório (2014)	Qualitativo	Análise documental, grupo focal, entrevistas semiestruturadas e observação	Análise de conteúdo
Ferro (2014)	Qualitativo	Entrevista aberta	Dimensões adotadas como categorias analíticas

Pudenzi (2014)	Qualitativo	Entrevista semiestruturada	Dimensões adotadas como categorias analíticas
Gontijo (2015)	Qualitativo	Questionário	“Narrativas do Cotidiano”, desenvolvida pelo GRIS-UFMG, e o “Modelo de Consciência Política”, desenvolvido por Salvador Sandoval
Chicareli (2015)	Qualitativo	Entrevista semi-aberta	Dimensões adotadas como categorias analíticas

Quadro 12– Procedimentos metodológicos de dissertações que tratam do modelo de Consciência Política de Sandoval

(conclusão)

Referência	Método e/ou tipo de pesquisa	Instrumento de coleta de dados	Método de análise de dados
Kawata(2016)	Qualitativo	Entrevista	Dimensões adotadas como categorias analíticas
Martinelli (2016)	Qualitativo	Observação participante, questionários, grupos focais e entrevistas semiestruturadas	Análise de conteúdo/ Dimensões adotadas como categorias analíticas.
Silva Júnior (2016)	Qualitativo exploratório	Análise de Redes Sociais (ARS) (coleta nas redes sociais online) via crawlerNodeXL, um software que disponibiliza tuítes publicados na mídia digital Twitter	Dimensões adotadas como categorias analíticas relacionadas às Métricas
Dau (2017)	Qualitativo	Análise de documentos, observação não participante às plenárias e entrevistas semiestruturadas	Análise de conteúdo/ Dimensões adotadas como categorias analíticas.
Farias (2018)	Qualitativo	Questionários e entrevistas semiestruturadas	Análise de conteúdo/ Dimensões adotadas como categorias analíticas.
Andrade (2018)	Qualitativo	Entrevista/ observação	Análise das memórias com foco nas dimensões: identificação de adversários e de interesses antagônicos, eficácia política e ações e objetivos do movimento social.
Puccini (2018)	Qualitativo	Entrevistas semiestruturadas	Dimensões adotadas como categorias analíticas
Coriolano (2019)	Quantitativo /Survey seccional	Questionário	Teste qui-quadrado de Independência/ análise teórica dos resultados junto às dimensões do modelo.
Oliveira Neto (2019)	Qualitativo exploratório	Entrevistas semiestruturadas	Análise de conteúdo/ Dimensões adotadas como categorias analíticas.
Santos (2019)	Qualitativa, exploratória, descritiva e analítica	Análise documental; mapas falados; questionários e elaboração de Diário de Campo	Análise dos dados foi integrativa a partir da identificação e interpretação dos elementos/ análise das dimensões do modelo.
Bezerra (2021)	Qualitativo	Pesquisa documental; autoetnografia; diário de campo e entrevista com roteiro semiestruturado.	Análise de Conteúdo com dimensões a priori definidas no modelo analítico, como macro categorias de análise

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quadro 13 - Procedimentos metodológicos de teses que tratam do modelo de Consciência Política de Sandoval

Referência	Método e/ou tipo de pesquisa	Instrum. De coleta de dados	Método de anál. De dados
Reck (2005)	Qualitativo	Observação e das entrevistas semi-estruturadas	Dimensões adotadas como categorias analíticas
Palassi (2004)	Qualitativo	Entrevista/ análise documental	Análise de conteúdo/ Dimensões adotadas como categorias analíticas.
Ansara (2005)	Qualitativo	Entrevistas semi-estruturadas	Leituras dos discursos, e elaboração de categorias de análises para interpretação
Gonçalves (2005)	Não encontrado.		
Costa (2006)	Qualitativo/ estudo de caso	Questionário e entrevistas semi-estruturadas / pesquisa documental	Leituras dos discursos, e elaboração de categorias de análises para interpretação
Silva (2006)	Qualitativo/ estudo de caso	A entrevista aberta como metodologia e um esquema de livre-associação de palavras	Dimensões adotadas como categorias analíticas
Silveira (2007)	Qualitativo/ Quantitativo/ exploratório	Entrevista/ análise documental/ questionário	Análise e interpretação pelo modelo de consciência política (SANDOVAL, 2001), o PEN-3 (AIRHIHENUWA, 1995) e análise estatística.
Azevedo (2011)	Qualitativo	Questionário	Análise e interpretação pelo modelo de consciência política (SANDOVAL, 2001) e tabulação do questionário aplicado.
Costa (2011)	Qualitativo/Quantitativo	Análises documentais, história oral, etnografia, entrevistas, questionários e observação participante	Análise e interpretação pelo modelo de consciência política (SANDOVAL, 2001).
Silva (2012)	Qualitativo/Quantitativo/ estudo de caso	Entrevista semi-estruturada/ escala de Likert	Análise de conteúdo/ Dimensões adotadas como Unidades de Registro (categoria analítica) / análise estatística
Pereira (2015)	Qualitativo	Entrevista aberta/ pesquisa documental/ observação participante	Dimensões adotadas como categorias analíticas
França (2015)	Quantitativo de abordagem psicossocial	Questionário	Software estatístico SPSS

Gonçalves (2019)	Qualitativo/ pesquisa ação e o materialismo histórico-dialético	Pesquisa bibliográfica, análise documental, análise fílmica, entrevistas	Análise teórica dos resultados junto às dimensões do modelo.
Ortolano (2019)	Qualitativo	Pesquisas em fontes primárias e por meio de entrevistas semi-estruturadas	Análise de conteúdo/ Dimensões adotadas como categorias analíticas.
Borella (2019)	Qualitativo	Grupos focais	Análise qualitativa, categorização de dados, análise de conteúdo

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O trabalho de doutorado de Silveira (2007) apresentou como instrumento de coleta de dados entrevista, análise documental e questionário e usou como método de análise de dados a interpretação dos dados com base no modelo de consciência política de Sandoval, bem como o método PEN-3 e análises estatísticas a partir do *Statistical Package for the Social Sciences*–SPSS. O método PEN-3 desenvolvido por Airhihenbuwa (1995) foi utilizado para identificar fatores que influenciam a identidade e o empoderamento cultural, tendo no modelo de Sandoval (2001) os elementos políticos que sustentariam o comportamento político.

Já a tese de Silva (2012) utiliza como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada e a escala de Likert, além de apresentar como métodos de análise de dados a análise de conteúdo e análise estatística. Os trabalhos puramente quantitativos utilizaram o questionário como técnica de coleta de dados, além de *software* e testes estatísticos.

Considerando o método qualitativo, 27 trabalhos apresentaram como método de coleta de dados a entrevista. Dentre esses, 20 utilizaram da técnica da triangulação de dados, e envolveram na pesquisa outros métodos de coleta tais como observação, observação participante, análise documental, associação livre de palavras, autoetnografia, grupo focal, oficinas em dinâmica de grupo, Análise de Redes Sociais (ARS), análise fílmica, pesquisa bibliográfica, mapas falados, diário de campo e questionário.

Cabe pontuar alguns trabalhos que se destacam pelo método pouco usual como ARS presente na dissertação de Silva Júnior (2016), que estabelece uma coleta nas redes sociais via um *software* que disponibiliza tuítes publicados no *Twitter*. Uma metodologia de pesquisa que pode ser uma opção em meio ao isolamento social e trabalho remoto, acometidos pela pandemia do Coronavírus.

Também tem destaque, a análise fílmica de Gonçalves (2019), que analisou em sua tese uma amostra de produção audiovisual na Educação do Campo, e o mapa falado na dissertação de Santos (2019), que é um método que permite de forma esquemática, o registro e a visualização de uma região ou serviço, sob a percepção do(s) sujeito(s) pesquisado(s).

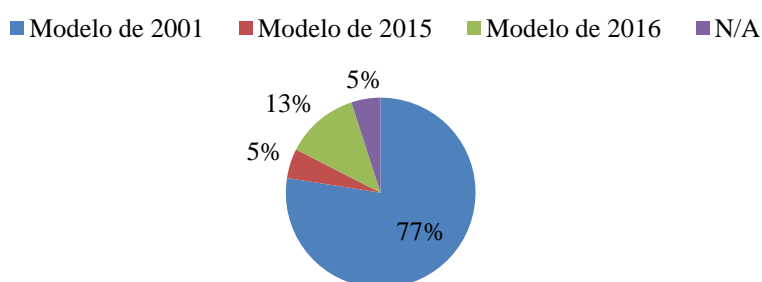
Partindo para o método de análise de dados, 20 trabalhos adotaram as dimensões do modelo de consciência política de Sandoval como categorias analíticas, seja dentro da análise de conteúdo, ou puramente da interpretação dos dados coletados.

Com relação ao tipo de modelo de consciência política utilizado, conforme pode ser observado na Figura 3, 77% (31) dos trabalhos incluindo teses e dissertações, utilizou o modelo de Consciência Política de Sandoval (2001). Somente 5 trabalhos utilizaram o modelo reformulado (FARIAS, 2018; OLIVEIRA NETO, 2019; ORTOLANO, 2019; BORELLA, 2019; BEZERRA, 2021); mesmo pesquisas que se deram a partir do ano da reformulação do modelo em 2016, utilizaram o modelo de 2001 (KAWATA, 2016; MARTINELLI, 2016; SILVA JÚNIOR, 2016; DAU, 2017; ANDRADE, 2018; GONÇALVES, 2019).

Também foi encontrado o uso do modelo de 2015 em 2 trabalhos (PUCCINI, 2018; CORIOLANO, 2019). Dentre os trabalhos analisados, 2 se equivocaram quanto ao uso do modelo. Santos (2019) informou que usou o modelo de 2016, mas a análise dos dados foi realizada com o modelo de 2001. Já Coriolano (2019) cita o modelo de 2001, porém utiliza o modelo de 2015 na análise. Todos os trabalhos que fizeram uso do modelo de 2016, trataram das emoções e/ou sentimentos afetivos inseridos em cada dimensão do modelo. Entretanto, nenhum destes trabalhos discutiu acerca da reformulação do modelo e da inserção das emoções de modo conceitual.

Figura 3 - Modelo de consciência política utilizado nas dissertações e teses.

Modelo utilizado em Teses e Dissertações



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em se tratando de artigos, dos 20 trabalhos encontrados, 15 se referem a trabalhos empíricos e 8 a trabalhos teóricos (QUADROS 7 e 8, respectivamente). Os trabalhos empíricos trazem em seus objetivos as variáveis: consciência política, ação coletiva, memória e participação. Já os teóricos abarcam reflexões acerca das contribuições da sociologia sobre

os movimentos sociais, coletividade, relação da teoria de Mead com a de Sandoval, relação da consciência política com a comunicação comunitária, com a práxis política a partir de Vigotski e Gramsci e com a memória.

Quadro 14 - Panorama da produção de artigos acadêmicoteóricos que usam do modelo de Consciência Política de Sandoval.

Referência	Objetivo	Principais Conclusões	Tipo de Organização
Sandoval (1989a)	Refletir acerca das contribuições até então dadas por estudos da sociologia sobre movimentos sociais	Polemiza considerações sobre a óptica psicossocial ao analisar os movimentos sociais.	Não encontrado.
Sandoval (1989b)	Refletir sobre coletividade.	O que leva o sujeito a participar, tem sido direcionado para estudos da sociologia. Sendo que a psicologia também tem importante participação nessa discussão.	Não encontrado.
Sandoval (2001)	Discutir as mudanças que ocorreram na consciência política dos trabalhadores na década de 1990	Apresentação do modelo de consciência política e suas dimensões.	Não encontrado.
Silva (2001)	Estabelecer uma articulação entre a Teoria Social do Self, de George Herbert Mead, e o Modelo de Estudo da Consciência Política, de Sandoval	Possibilidade de entender de que modo os processos de construção da consciência, de identidades, da cultura política e as definições de estratégias reordenam cada um desses aspectos da vida do sujeito	Não encontrado.
Silva (2003)	Indagar sobre as razões que motivam sujeitos a adotarem ações coletivas como alternativa para a transformação social da realidade em que vivem.	Destaca-se a família como unidade de análise para a compreensão do movimento, bem como da construção da consciência política	Não encontrado.
Costa, Deliberador e Silva (2014)	Discutir as contribuições da noção de consciência política para a pesquisa e prática da comunicação comunitária.	A comunicação comunitária pode ser uma ferramenta de socialização política e um instrumento de ação para fazer frente à incompetência democrática	Não encontrado.

Rosa (2015)	Articular duas propostas teóricas sobre a participação política: o modelo de consciência política de Salvador Sandoval e a práxis política a partir de Vigotski e Gramsci.	A articulação indica possibilidades de entendimento da participação política por meio do entrelaçamento de elementos cognitivos e afetivos, assim como subjetivos e sociais	Não encontrado.
Fraccaroli, Arantes e Aragusuku (2018)	Contribuir com o seu desenvolvimento a partir da proposição de uma análise crítica centrada em sua relação com a memória	Foi destacada a maneira como as dimensões de crenças e valores sociais e de identidade coletiva se relacionam com a memória	Não encontrado.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os trabalhos empíricos prevaleceram sobre os trabalhos teóricos, como pode ser visto abaixo.

Quadro 15 - Panorama da produção de artigos acadêmicos empíricos que usam do modelo conceitual de Consciência Política de Sandoval.

(continua)

Referência	Objetivo	Principais Conclusões	Tipo de Organização
Silva (2002)	Entender o lugar das crenças e valores sociais na formação da consciência política de trabalhadores e trabalhadoras sem-terra vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra – MST.	As crenças e valores sociais podem promover um fechamento do indivíduo ao novo e, portanto, uma cristalização da consciência política.	Trabalhadores rurais sem-terra acampados
Silva (2003)	Indagar sobre as razões que motivam sujeitos a adotarem ações coletivas como alternativa para a transformação social da realidade em que vivem.	Destaca-se a família como unidade de análise para a compreensão do movimento, bem como da construção da consciência política	MST acampadas no Pontal do Paranapanema - SP
Silva e Barboza (2005)	Investigar a percepção da consciência política entre 12 travestis	A ação do poder público contribui no processo de complexificação da consciência política, visto que este as impulsiona à participarem politicamente afim de lograr uma outra forma de inclusão	Travestis
Silva (2007)	Observar como a Identificação de Adversário, de Interesses Antagônicos e de Eficácia e Ineficácia política atuam como dimensões de um processo mais amplo de conscientização política	O deslindar das fronteiras existentes entre os distintos conteúdos que compõem cada uma dessas dimensões é um passo importante para a obtenção de maiores complexidades de consciência política	Trabalhadoras e aos trabalhadores rurais sem terra acampados no Pontal do Paranapanema, São Paulo.

Referência	Objetivo	Principais Conclusões	Tipo de Organização
Ansara (2008)	Compreender as implicações da memória coletiva no comportamento político de pessoas	A memória pode estimular a consciência política e proporcionar formas de ação coletiva, da mesma maneira que a existência de uma consciência política pode ser determinante na construção de uma memória política.	Lideranças comunitárias e sindicais
Silva e Barboza (2009)	Entender como o ENTLAIDS – Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta e Prevenção à AIDS – pode constituir-se enquanto um espaço privilegiado de militância	A prática militante tem produzido efeitos no processo de conscientização política das ‘trans’ que dele participam e faz que elas busquem diuturnamente construir estratégias eficazes para a superação	Transgêneros militantes
Gonçalves (2009)	Verificar se a participação política das mulheres interfere na construção de novas identidades entre elas.	Concluiu-se que de fato a participação das mulheres em política interfere tanto na vida pública, quanto na vida privada	Mulheres mineiras atuantes em política partidária vereadoras

Quadro 16 – Panorama da produção de artigos acadêmicos empíricos que usam do modelo conceitual de Consciência Política de Sandoval.

(continuação)

Referência	Objetivo	Principais Conclusões	Tipo de Organização
Silva (2011)	Refletir e publicizar elementos ocultos da vida social de grupos minoritários que são atos eminentemente políticos	Ações de massa têm transformado as relações sociais em cada um dos contextos nos quais se celebram	Lideranças
Azevedo (2012)	Compreender melhor o comportamento dos alunos universitários no que tange à sua participação política.	Os resultados mostraram alunos muito solidários, preocupados com o bem comum e ético, porém refratários à participação em atividades coletivas ou políticas.	Alunos de instituições de ensino superior localizadas no Vale do Paraíba.
Silva (2013)	Analisar como as metas da ação coletiva e a vontade de atuar coletivamente afetam o processo de formação da consciência política e a participação política dos trabalhadores rurais sem terra	O modelo oferece um referencial teórico consistente para a pesquisa da participação política, da participação coletiva	Famílias de trabalhadores sem terra acampados em Pontal do Paranapanema
Souza, Palassi e Silva (2015)	Compreender a dinâmica da consciência política e da participação cidadã no Orçamento Participativo (OP) em Cachoeiro de Itapemirim (ES)	Diferentes concepções de consciência política motivam a participação no OP estudado	Conselheiros do OP
Palassi, Martins e Paes de Paula (2016)	Analisar a dinâmica da consciência política dos estudantes de graduação em Administração de uma universidade pública federal brasileira	Estudantes que participam possuem uma consciência política de senso comum e os que participam apresentam uma consciência política de conflito	Estudantes de graduação em Administração
Dau, Palassi e Silva (2019)	Compreender como se configuram a consciência política e a participação dos conselheiros titulares e	Diferentes consciências políticas interferem na participação dos representantes: representantes de trabalhadores participam de	Conselheiros titulares e suplentes representantes da sociedade civil no

	suplentes representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória (ES)	maneira limitada às plenárias, focando-se mais em comissões temáticas e ONGs.	Conselho
Palassi, Martinelli e Paes de Paula (2020)	Compreender a dinâmica da consciência política no Movimento Empresa Júnior (MEJ), examinando seu papel no fomento da formação cidadã e da identificação coletiva dos empresários júniores, num dos campi de uma universidade pública federal nosudeste do Brasil.	Conclui-se que o MEJ apresenta a estrutura de um “movimento”, pois se aproxima mais do ideário de uma organização empresarial, que valoriza o discurso empreendedor. Além disso, a ausência de uma identidade coletiva mais sólida, enfraquece a noção de consciência política dos empresários júniores.	“Movimento Empresa Júnior”, em um dos campi de uma universidade pública federal no Sudeste do Brasil.

Quadro 17 – Panorama da produção de artigos acadêmicos empíricos que usam do modelo conceitual de Consciência Política de Sandoval.

(conclusão)

Referência	Objetivo	Principais Conclusões	Tipo de Organização
Oliveira, Palassi e Paes de Paula (2021)	Compreender os aspectos psicopolíticos da participação dos trabalhadores em ações coletivas antiprivatização conduzidas por uma organização sindical	Conclui-se que predomina o sentimento de oposição à privatização da empresa, porém, sem engajamento dos trabalhadores nas ações coletivas antiprivatização, optando por ações individuais voltadas à permanência no mercado de trabalho	Trabalhadores de diferentes categorias profissionais de uma empresa de saneamento.
Vieira, Silva e Vieira (2021)	Refletir e realizar uma breve correlação das sete dimensões psicossociologias da consciência política desenvolvida por Salvador Sandoval as manifestações dos vinte centavos, ocorridos a partir de junho de 2013.	Constatou-se que as categorias vinculadas à consciência política não só suscitam ou motivar a participação nas manifestações, mas elas encontram ali um fértil terreno para serem produzidas e alimentadas.	Materiais sobre as manifestações de 2013.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação ao conceito Qualis Capes¹ das publicações em periódicos (Quadro 9), foi observado que 50% do total dos trabalhos (Quadros 7 e 8), se classificaram no conceito de revista A4. Ao verificar os conceitos de maior relevância, apenas 2 trabalhos se classificaram no conceito A1 (SANDOVAL, 1989a; SANDOVAL, 1989b), e 4 no conceito A2

¹Conforme planilha preliminar do novo Qualis Capes.

(OLIVEIRA, PALASSI; PAES DE PAULA, 2021; PALASSI, MARTINELLI; PAES DE PAULA, 2020; DAU, PALASSI; SILVA, 2019; PALASSI, MARTINS; PAES DE PAULA, 2016).

Quadro 18 - Conceito Qualis Capes das publicações em periódicos que tratam do modelo de Consciência Política de Sandoval.

Qualis Capes	Total de publicações
A1	2
A2	4
A3	2
A4	10
B1	4

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Já relacionado aos procedimentos metodológicos, conforme Quadros 10 e 11, dos 23 trabalhos, todos apresentaram o tipo de pesquisa qualitativa.

Quadro 19 - Procedimentos metodológicos dos artigos teóricos que usam o modelo conceitual de Consciência Política de Sandoval.

Referência	Método e/ou tipo de pesquisa	Instrumento de coleta de dados	Método de análise de dados
Sandoval (1989a)	Qualitativo	N/A	Discussão teórica
Sandoval (1989b)	Qualitativo	N/A	Discussão teórica
Sandoval (2001)	Qualitativo	N/A	Discussão teórica
Silva (2001)	Qualitativo	N/A	Discussão teórica
Silva (2003)	Qualitativo	Revisão bibliográfica	Discussão teórica
Costa, Deliberador e Silva (2014)	Qualitativo	N/A	Análise e discussão teórica
Rosa (2015)	Qualitativo	N/A	Análise e discussão teórica
Fraccaroli, Arantes e Aragusuku (2018)	Qualitativo	N/A	Análise da obra Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil/ discussão teórica

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Comforme pode ser visto no Quadro 11, a entrevista foi utilizada como instrumento de coleta de dados em todas as 15 pesquisas empíricas. As dimensões do modelo de consciência política de Sandoval foram utilizadas como instrumento de análise de dados em todos os trabalhos empíricos.

Quadro 20 - Procedimentos metodológicos dos artigos empíricos que usam o modelo conceitual de Consciência Política de Sandoval.

(continua)

Referência	Método e/ou tipo de pesquisa	Instrumento de coleta de dados	Método de análise de dados
Silva (2002)	Qualitativo	Entrevistas semiestruturadas	Análise dos resultados com base nas dimensões do modelo
Silva e Barboza (2005)	Qualitativo	Entrevistas semiestruturadas	Análise dos resultados com base nas dimensões do modelo
Silva (2007)	Qualitativo	Entrevistas semiestruturadas	Análise dos resultados com base nas dimensões do modelo
Ansara (2008)	Qualitativo	Entrevistas semiestruturadas	Análise dos resultados com base nas dimensões do modelo
Silva e Barboza (2009)	Qualitativo	Entrevistas semiestruturadas	Análise dos resultados com base nas dimensões do modelo
Gonçalves (2009)	Qualitativo	Entrevistas semiestruturadas de história de vida	Análise dos resultados com base nas dimensões do modelo
Silva (2011)	Qualitativo	Entrevista	Análise dos resultados com base nas dimensões do modelo

Quadro 21 – Procedimentos metodológicos dos artigos empíricos que usam o modelo conceitual de Consciência Política de Sandoval.

(conclusão)

Referência	Método e/ou tipo de pesquisa	Instrumento de coleta de dados	Método de análise de dados
Azevedo (2012)	Qualitativo	Entrevista	Análise dos resultados com base nas dimensões do modelo
Silva (2013)	Qualitativo	Entrevistas semiestruturadas	Análise dos resultados com base nas dimensões do modelo
Souza, Palassi e Silva (2015)	Qualitativo	Observação participante, análise de documentos e entrevistas semiestruturadas	Análise de conteúdo / Dimensões adotadas como macrocategorias analíticas.
Palassi, Martins e Paes de Paula (2016)	Qualitativo	Questionários e entrevistas semiestruturadas	Análise de conteúdo / Dimensões adotadas como macrocategorias analíticas.
Dau, Palassi e Silva (2019)	Qualitativo	Análise documental, observação e entrevistas semiestruturadas	Análise de conteúdo/ Dimensões adotadas como macrocategorias analíticas.
Palassi, Martinelli e Paes de Paula (2020)	Qualitativo	Pesquisa documental, Entrevistas semiestruturadas e grupos focais	Análise de conteúdo/ Dimensões adotadas como macrocategorias analíticas <i>a priori</i> .
Oliveira, Palassi e Paes de Paula (2021)	Qualitativo	Questionário <i>online</i>	Análise de conteúdo/ Dimensões adotadas como macrocategorias analíticas.
Vieira, Silva e	Qualitativo	Depoimentos, trechos de	Correlação das sete dimensões psicossociológicas da consciência

Vieira (2021)		reportagens e fotos sobre as manifestações como material de análise e as fontes escolhida foram as revistas <i>online</i> .	política desenvolvida por Salvador Sandoval as manifestações encontradas.
---------------	--	---	---

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com relação ao uso do modelo conceitual de consciência política, 20 dos 23 trabalhos utilizaram o modelo de 2001. Apenas 3 trabalhos adotaram os modelos de 2015 e 2016. O trabalho de Rosa (2015) fez uma discussão teórica envolvendo os modelos de 2001 e 2016; o trabalho de Fraccaroli, Arantes e Aragusuku (2018) teceu uma discussão teórica envolvendo os modelos de 2015 e 2016; e o trabalho de Oliveira *et al* (2021), utilizou o modelo de 2016 para verificar a participação do público pesquisado.

Por fim, ao realizar uma análise da representatividade de autores nos trabalhos encontrados, cabe destaque para Alessandro Soares da Silva que teve 9 artigos publicados, dentre os 23 levantados na presente pesquisa. Na sequência, seguem Márcia Prezotti Palassi, com 5 artigos publicados em periódicos, e Salvador Antônio Mireles Sandoval, com 3 artigos.

Ressalta-se que outros trabalhos desses autores tiveram grande destaque no estudo do modelo de consciência política, como os trabalhos de Sandoval (2015) e Sandoval e Silva (2016), publicados como capítulos de livros e que trouxeram grandes contribuições em relação aos ajustes proporcionados ao modelo. Entretanto, o presente trabalho não contemplou a análise de capítulos de livros e livros publicados usando o modelo.

Ao considerar os resultados obtidos no levantamento bibliográfico realizado acima, pode-se notar que, dentre os 63 trabalhos encontrados (teses, dissertações e artigos), apenas 4 utilizaram como modelo de organização, a cooperativa. De todos os trabalhos analisados, nenhum abordou uma discussão teórica acerca da inserção das “emoções” no modelo de consciência política de Sandoval e Silva (2016). Ainda que alguns trouxessem elementos de análise acerca de sentimentos emotivos encontrados em cada dimensão do modelo.

Dos 63 trabalhos encontrados, 55 desenvolveram a pesquisa empírica. Dentre estes, 35 adotaram as dimensões do modelo de consciência política de Sandoval como categorias analíticas, ou como método direto de interpretação dos dados coletados. O que leva a compreender que, aproximadamente, 63% das pesquisas, ainda que utilizassem o modelo como marco teórico, o adotaram também como instrumento metodológico.

Esses dados constituem fatores de motivação para o desenvolvimento da presente tese. No sentido de desenvolver um trabalho a partir dos “*gaps*” diagnosticados pelo estado da arte

realizado, é que se torna importante discutir teoricamente as dimensões do modelo de consciência política e a inserção das emoções, no intento de se perceber como as dimensões constroem junto às emoções a significação da consciência política.

Apesar de alguns trabalhos abordarem uma discussão acerca da teoria do *Self* de Mead, nenhum aplicou metodologicamente a teoria do *self* e o interacionismo simbólico. Este trabalho fará essa abordagem, a fim de explicitar a epistemologia do modelo conceitual de consciência política.

Em se tratando das pesquisas no campo da administração, foram verificados apenas 7 trabalhos mestrado envolvendo a temática. Dessa forma, este será o primeiro trabalho de doutorado desenvolvido no campo da administração, e que abordará também na discussão teórica proposta, a relevância da pesquisa para os estudos organizacionais, visto que até o momento, essa discussão não foi apresentada.

E, conforme citado anteriormente, apenas 3 trabalhos utilizaram a cooperativa como organização pesquisada. A cooperativa será a organização escolhida para a presente tese, tendo em vista que é um tipo de organização “movida” a partir da consciência política de seus membros. Dessa forma, compreender como o modelo se insere neste ambiente, conduzirá a contribuições sócio-políticas para este tipo de organização.

Acredita-se que, até o momento, todos os trabalhos aqui apresentados proporcionaram aporte teórico que justificam a importância do modelo criado no sentido de significar o termo “consciência política” nos mais variados tipos de organizações e discussões teóricas. A partir desse aporte teórico, é que surgiu o interesse em desenvolver uma abordagem crítica do modelo de consciência política de Sandoval (2016), com base numa pesquisa teórica e empírica, em uma cooperativa de crédito solidária. Escolhida também, por representar simbolicamente fatores constituintes e contrastantes, de cunho “social” e “econômico”.

Assim, a presente tese se justifica a partir do ineditismo apresentado e das contribuições interdisciplinares pretendidas, envolvendo o campo da sociologia, psicologia política e administração. Esta última, com uma pesquisa peculiar nos estudos organizacionais, a cooperativa, visando ainda discutir a pertinência e o futuro do modelo conceitual de consciência política, como adequado ou não, à pesquisa em organizações que demandam a vontade de agir coletivamente.

5 O MODELO CONCEITUAL DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA PARA A COMPREENSÃO DA PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES COLETIVAS

A Psicologia Política visa compreender de modo interdisciplinar os comportamentos e discursos políticos inseridos em aspectos da vida em coletividade, que conduzem a um redimensionamento do espaço e dos princípios que regem a construção desse ambiente coletivo compartilhado (MACHADO, 2013).

Almeida, Silva e Corrêa (2012) citam que a Psicologia Política é o ponto de interseção entre as áreas científicas da Psicologia e da Política, onde condições objetivas e subjetivas compreendem diferentes abordagens teóricas e sejam “[...] constituintes dos comportamentos coletivos, dos discursos, das ações sociais e das representações que constituem antagonismos políticos no campo social” (ALMEIDA; SILVA; CORREA, 2012, p.3). Além disso, a Psicologia Política apoia-se em distintos objetos, tais como preconceito social, ações coletivas e movimentos sociais, participação, dentre outros. Ela teve seus precursores vindos da Europa, e criadores norte-americanos e alemães (HUR, 2019).

Já a Psicologia Política Latino-Americana assume uma perspectiva crítica, política e voltada para as minorias (HUR, 2019). No Brasil o destaque na Psicologia Política vai para Salvador Sandoval que contribuiu para a formação de diversos pesquisadores da área no país, além de ter criado o modelo conceitual de consciência política.

Este modelo conceitual surgiu a partir da influência de diversos autores e correntes teóricas que “[...] deram foco à problemática da formação do pensamento e da visão de mundo de indivíduos em sua interação com a realidade social” (SANDOVAL, 2015, p.179). Mas antes de expor as características do modelo conceitual, é importante esmiuçar os significados atribuídos à palavra consciência.

Consciência para Martin-Baró (2006) está atrelada à dimensão social e política e denota libertação pessoal, transformação social, crescimento individual e organização coletiva, e a conscientização permite ao indivíduo construir a própria história. A conscientização é um processo de reflexão do indivíduo num exercício de ação transformadora: quanto mais conscientizado, mais denunciador e anunciador será o indivíduo (FREIRE, 1981).

Já Sandoval (1994b) define o conceito de consciência como significados atribuídos pelos indivíduos por meio de interações estabelecidas no seu ambiente social. Ele aborda a consciência política como um “[...] composto de dimensões psicológicas sociais inter-relacionadas de significados e informações que permite que os indivíduos tomem decisões

quanto ao melhor curso de ação dentre de contextos políticos e situações específicas” (SANDOVAL, 2001, p.185, tradução nossa).

Assim, Sandoval (2015, p.179) cria um modelo conceitualpsicopolítico como um “[...] instrumento conceitual para instrumentalizar a análise da consciência ou das consciências das pessoas que agem politicamente”. Além de oferecer elementos que subsidiem propostas de intervenções para processos de conscientização.

Diferentes dimensões psicossociais são retratadas no modelo conceitualde consciência política de Sandoval (2001, p.185, tradução nossa), que “[...] que constituem a consciência política individual da sociedade e de si mesmo como membro dessa sociedade e conseqüentemente representa sua disposição para a ação de acordo com essa consciência” (SANDOVAL, 2001, p.185, tradução nossa).

Já a participação emerge num processo de ação coletiva que “[...] está ancorada na percepção dos indivíduos em participarem de determinado movimento social da qual se sintam identificados por meio de hábitos e costumes que orientam o discurso e suas ideologias” (DAU, 2017, p.27); e que se dá a partir da consciência política do indivíduo no grupo de pertença.

O modelo conceitual para estudo da consciência política de Sandoval tem sido utilizado na análise de processos políticos nos estudos de movimentos sociais e ações coletivas. Ele contempla a combinação e articulação de diferentes dimensões que visam compreender o fenômeno do engajamento na política (SANDOVAL; SILVA, 2016). No referido modelo, Sandoval “[...] articula teorias sobre a identidade em suas múltiplas possibilidades (social, coletiva, política e cultural); crenças, valores e expectativas societais, eficácia política etc., no que se referem à sua aplicação no campo das ações coletivas” (SANDOVAL; SILVA, 2016, p. 26).

Sandoval e Silva (2016) destacam alguns autores que influenciaram Sandoval (2001) na construção do modelo conceitual de consciência política, tais como Touraine (1966), Gamson (1992), Klandermans (1997), Mansbridge (2001), Tilly (2003), Tajfel e Melucci (1983) e Hewstone (1989). Contudo, outros autores também serviram de inspiração para a proposição do modelo conceitual, como Goffman (1986).

5.1 REVISITANDO AS ARTICULAÇÕES TEÓRICAS PARA A CONSTRUÇÃO DO MODELO CONCEITUAL DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA

Tiveram contribuição essencial na construção do modelo conceitual de Consciência Política os autores Charles Tilly (1978), Alain Touraine (1966) e William Gamson (1992) (SANDOVAL; SILVA, 2016).

Charles Tilly (1978) foi um grande sociólogo e historiador que discutiu ação coletiva e deu importantes contribuições aos movimentos no paradigma norte-americano. O trabalho de Tilly não está incluso na teoria da Mobilização de Recursos, nem se relaciona com o paradigma dos Novos Movimentos Sociais, como pensam alguns autores, por ser um trabalho com características próprias que aborda a solidariedade, mas que tece críticas ao foco na identidade e na perspectiva microsocial (GOHN, 1997).

Em seu livro “*From Mobilization to Revolution*”, Tilly (1978) estudou o comportamento coletivo e o histórico acerca das teorias sobre ação coletiva, na perspectiva de três grandes correntes das ciências sociais: Durkheim, Weber e Marx. Também trouxe ao longo do seu trabalho, abordagens de autores contemporâneos, e inicia sua própria abordagem a partir de um problema apontado por Marx sobre como mudanças estruturais afetam modelos de ação coletiva (GOHN, 1997).

O teórico desenvolveu uma análise de dados quantitativos a fim de estudar mudanças ocorridas em greves, protestos, rebeliões e outras formas de ação coletiva no decorrer do tempo. Tilly (1978) conseguiu demonstrar através de seus estudos as alterações ocorridas nas ações coletivas e na postura dos atores sociais, e formulou hipóteses sobre as causas dessas mudanças, que estiveram relacionadas ao capitalismo, industrialização, urbanização e formação dos Estados nacionais, aumento das associações e organizações formais.

No decorrer dos anos, Tilly (1979, p.15) buscou explicações a essas mudanças e adotou o termo “repertório de ação coletiva”, interpretado por ele como um “[...] conjunto de meios efetivos que estão disponíveis para um determinado grupo de pessoas”. Monsma (1996) reorganiza essa definição e traz como uma variedade de possíveis formas de ação coletiva, que as pessoas sabem como usar num determinado tempo e lugar.

Para Tilly (1979) o estudo dos repertórios é oportuno no sentido de unir a análise geral da adesão à coletividade com as realidades concretas da disputa cotidiana, ou seja, o estudo possibilita a descrição dos meios de ação disponíveis a um conjunto específico de pessoas.

O próximo autor que inspirou Sandoval foi Touraine (1966), um sociólogo francês, que segue uma análise macrossocial e trabalha com o tema dos movimentos sociais na Europa (GOHN, 1997). Seus primeiros estudos eram voltados para condutas e comportamentos, passando, posteriormente, ao estudo dos sistemas e mudanças sociais.

Touraine (1966) analisou atitudes do trabalho, como o estudo das satisfações e a relação com as expectativas e experiências; o estudo funcionalista do sistema social, identificando as relações e normas sociais; e o ator social e suas ações que vieram a constituir o sujeito histórico e os movimentos sociais (BENOIT-GUILBOT; DURAND, 1967). Essas atitudes seguem uma perspectiva que se inicia no indivíduo, atinge o sistema de relações sociais, depois os problemas organizacionais (de tomada de decisão que conduzem à ação), até chegar na consciência.

Esta, que vai se transformando de acordo com a evolução das técnicas de produção, além de também questionar a ordem social estabelecida, em busca de um modelo de sociedade que defenda a liberdade e lute contra alienação. Assim, Touraine (1966) identificou um sistema de relações que abrange: identidade (dada pela autoconsciência do trabalhador), oposição (em que o trabalhador reconhece o adversário ou aquele que se apropria do lucro) e consciência da sociedade ou totalidade como sistema de poder.

O próximo teórico de inspiração foi o professor e sociólogo Gamson (1992) que no seu livro *“Talking Politics”* preocupou-se em desenvolver um tipo específico de consciência política apoiadora da participação na ação coletiva. Ele entendia que eventos externos, como mudanças no sentimento, exerciam forte influência sobre a consciência política ser ou não traduzida em ação.

Na obra citada, o autor explana sobre os *“frames”* que são enquadramentos de ação coletiva, e analisa três componentes desses quadros: a injustiça que se refere à indignação moral do indivíduo, a agência que se refere à consciência de que é possível mudar as condições ou políticas por meio da ação coletiva, e por fim, a identidade que se refere ao processo de definição do *“nós”* (GAMSON, 1992).

Pode-se dizer que Sandoval se baseou em Tilly (1979) ao buscar entender em seu estudo realizado em 1994, as mudanças ocorridas no movimento grevista brasileiro entre 1945 e 1990 e adotou no modelo conceitual de Consciência Política como uma das dimensões, o repertório de ações coletivas.

Seguindo a linha da busca pela compreensão da transformação do trabalhador ao longo dos anos, Touraine (1966) agrega a realidade da sociedade de classes e a ação coletiva, e abordou esquema de consciência operária que agrega três dimensões: identificação de classe, oposição ao adversário e totalidade; que foram importantes para o estudo empírico da consciência e para a construção do modelo de Sandoval.

Numa perspectiva um pouco diferente desses teóricos, “[...] Sandoval procura desenvolver uma conceituação baseada em categorias psicopolíticas e não nos fatos de ações

coletivas ou nos acontecimentos específicos que rodeiam os atores, tal como ocorre no caso da análise de *frames*” (SANDOVAL; SILVA, 2016, p.31). Ele também critica Touraine, ao ignorar a percepção do indivíduo em sua capacidade de intervenção para alcance de interesses, visto ser essa dimensão, uma forma de ação coletiva (SANDOVAL, 1994). A partir dessas críticas, Sandoval estrutura seu modelo conceitual de consciência política a ser descrito em detalhes mais adianta, contudo, antes é imprescindível retomar a compreensão dos “*frames*”.

5.2 FRAMES DE AÇÃO COLETIVA

A “escola de Chicago” trouxe diversas abordagens de cunho funcionalista, tal como a Teoria da Mobilização de Recursos, e entendia as relações entre os indivíduos de forma mais estrutural. Contudo, em 1974, o sociólogo norte-americano Erving Goffman, também da escola de Chicago, publica o livro intitulado “*Frame analysis: na essay on the organization of experience*”, numa perspectiva microsocial, portanto inovadora, por meio da análise dos quadros interpretativos (*frame analysis*), com interesse na dimensão subjetiva dos movimentos sociais, visto tratar de estratégias interpretativas dos indivíduos envolvidos (ALEXANDER, 1998). Em 2012 o livro foi publicado na versão em português.

O termo inglês “*frame*” significa “quadro” em português. Contudo, Gohn (1997, p.87) ao definir o termo com base em Goffman, o traz como “marcos referenciais significativos e estratégicos da ação coletiva”, pois se tratam de quadros que sustentam as ações ao expressar os significados atribuídos às ações do grupo coletivo, além de criar um conjunto de representações estrategicamente.

O pensamento teórico metodológico do enquadramento (ou marco interpretativo) “*framing analysis*” de Goffman foi formulado a partir de pesquisas sobre comportamento humano nos espaços do cotidiano tendo provocado intensas mudanças no pensamento sociológico do século XX. O autor busca conhecer as experiências dos indivíduos que, para ele, são resultantes das realidades em que estes indivíduos estão inseridos. Essas experiências são descobertas a partir do questionamento sobre o que ocorre em um determinado espaço naquele momento.

Inicialmente, o autor sugere em seus trabalhos, um realce nas estruturas culturais e normativas da sociedade no sentido de conduzir as interações sociais entre os indivíduos; ele não dispensa a ideia de uma negociação dos aspectos da interação, mas reitera que feito isso,

prosseguem-se os processos mecânicos entre os indivíduos (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017).

O termo *frame* foi adotado por Goffman (2012), e adaptado para o campo da sociologia, a partir de um estudo do biólogo e antropólogo Gregory Bateson, e está atrelado à compreensão e interpretação dos tipos de situações cotidianas, sendo definido pelo autor como um coletivo de definições de situações, que exercem governo sobre eventos sociais, governando também o envolvimento subjetivo do indivíduo neles. Desse modo, as situações elaboradas de acordo com a organização dos acontecimentos e o envolvimento subjetivo do indivíduo nestes, e que são identificadas, podem ser definidas como quadros; a análise dos quadros se refere ao exame da organização da experiência (GOFFMAN, 2012).

A todo tempo as pessoas (participantes e/ou observadores) estão compartilhando quadros. Existem os quadros primários que são os naturais e os sociais. Os primeiros tratam de acontecimentos físicos sem precedentes, já os últimos tratam de outros tipos de acontecimentos (GOFFMAN, 2012).

É uma proposta de análise minuciosa das interações interpessoais do cotidiano, em que se apoia no interacionismo simbólico partindo de um indivíduo dotado de um *self* como essência da personalidade. Esse indivíduo que poderá exercer diferentes papéis, e agir de modo teatral a fim de obter respostas de seu interesse dentro de um coletivo, ou se adequar ao coletivo sendo moldado por este, seguindo a linha do “eu generalizado” de George Mead que será melhor explicado posteriormente. Outros teóricos foram expoentes do interacionismo simbólico de George Mead, tais como Willian Gamson, Bert Klandermans, David Snow e Robert Benford (SANDOVAL; SILVA, 2016).

O sociólogo Gamson (1985) fez uma análise da teoria dos *frames* de Goffman, e expôs a contribuição que o teórico forneceu com relação à micromobilização e consciência política ao desenvolver o estudo dos *frames*. A micromobilização se refere ao fato de que mobilizações sociais ocorrem a partir de encontros interpessoais, no que infere características de um estudo microssocial realizado por Goffman.

Gamson (1985) evidencia também como contribuição do autor analisado, que a consciência política é moldada conforme o “mundo político” é moldado, sendo essa consciência a responsável por dispor o indivíduo a ficar quieto ou a participar de ação coletiva. E conclui neste trabalho que Goffman não se interessou por analisar a interação, a fim de entender sua contribuição para a mobilização de ações coletivas, direcionada à mudança social, ou seja, o estudo dos *frames* não abordava um interesse na mudança da consciência política (GAMSON, 1985).

Ele conclui que mesmo Goffman, não tendo se dedicado a fenômenos políticos, focando na micro-interação de indivíduos, seus estudos foram adotados por estudiosos dos movimentos sociais. Isso se deu visto que os debates teóricos norte-americanos buscavam superar a abordagem clássica sobre comportamentos políticos na primeira metade do século XX, que tratava o comportamento como uma patologia e encontraram como alternativa na década de 1970, a TMR (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017).

Gamson aborda que os estudos de Goffman abarcam uma dimensão micro, e complementa seus estudos com uma dimensão macrosocial, a fim de contemplar a compreensão da ação coletiva. Para Sandoval e Silva (2016, p.28), Gamson “[...] analisa a relação entre eu e sociedade articulando aspectos micro e macrosociais para compreender os processos de interação grupal envolvidos em ações coletivas”.

Gamson utiliza como base de análise dessas interações, a teoria dos *frames*. Para este autor, a interação ocorre entre o mundo cultural (exterior) e o mundo subjetivo do sujeito nas relações estabelecidas em seu cotidiano. É daí que parte o comportamento consciente do sujeito, sendo a “[...] consciência política construída e representada em sua dimensão cultural por meio de tradições que centram sua atenção em questões ideológicas e discursivas [...]” (SANDOVAL; SILVA, 2016). Assim, a consciência política é construída a partir dos significados construídos pelos sujeitos em suas relações cotidianas; a mídia e suas facetas ideológicas se agregam a esses instrumentos de construção de significados (SANDOVAL; SILVA, 2016).

Outros teóricos que apresentaram contribuições acerca dos *frames* foram Bert Klandermans (1997) e Jane Mansbridge (2001), e identificaram *frames* de protesto e *frames* de oposição, respectivamente.

Klandermans (1997) aborda em seus estudos o sentimento de injustiça e o define como indignação ao tratamento dado por uma autoridade a um problema social, no que pode resultar de uma percepção de desigualdade ou de queixa referente a imposição ou violação de princípios. O autor traz a identidade coletiva como fator importante nesse processo, visto que a indignação moral compartilhada e a consciência de oposição a tornam politicamente significativa. Por fim, ele traz o componente da agência como oportunidades percebidas, visto acreditar que a disseminação da crença de que a ação coletiva pode ser bem sucedida, é elemento fundamental para a construção do protesto.

Mansbridge(2001) trabalha em seus estudos a “consciência de oposição”, que se refere à reivindicação de identidade anteriormente subordinada a uma identificação positiva, à identificação de injustiças ocorridas no grupo, à exigência por mudanças na política,

economia ou sociedade a fim de corrigir tais injustiças; bem como se refere ao interesse pelos demais membros do grupo, em corrigir essas injustiças.

Contudo, Sandoval e Silva (2016, p.29) acreditam que essas modificações nas abordagens dos *frames* “[...] pouco contribuem para explicar o processo de conscientização dos indivíduos que leva ao engajamento em ações coletivas”, visto que as explicações apresentadas por esses autores são *ex post facto* ao engajamento, e não explicam os motivos da participação.

Outros teóricos de destaque na teoria dos *frames* foram Benford e Snow (2000) que se inspiraram na abordagem de Gamson, mas, ao invés de abordarem um enfoque na negociação entre indivíduos em situações políticas, analisaram o desenvolvimento de estratégias nos processos de mobilização. Eles relataram que os *frames* são “[...] conjuntos de crenças e significados orientados para a ação que inspiram e legitimam atividades e campanhas de movimentos sociais”(BENFORD; SNOW, 2000, p.614).

De acordo com esses autores, os *frames* têm como objetivo a organização da experiência e orientação da ação, no que ajudam a tornar os eventos significativos. Esses teóricos aprofundam a reconstrução das práticas interpretativas que Turner e Killian iniciaram (ALEXANDER, 1998).

Ainda na década de 1990, os teóricos tentaram um diálogo com a TPP e acabaram por desenvolver o conceito de macro molduras interpretativas (máster *frames*). Entretanto, o enfoque estratégico inicial dado por Benford e Snow (2000), muito se aproximava da TMR e foi duramente criticado, visto conflitar com os princípios originais de Goffman, ignorar a interpretação por movimentos sociais e a capacidade reflexiva dos indivíduos (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017).

Os autores, posteriormente, fizeram uma reorientação dos trabalhos e reconheceram “[...] que os processos estratégicos são apenas um dos meios pelos quais ativistas constroem suas interpretações, sendo as molduras também construídas através de processos discursivos e contenciosos de enquadramento” (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017, p.153).

Cornelissen e Werner (2014) desenvolveram um estudo de revisão das pesquisas sobre *frames* e enquadramento em três níveis de análise: na micro, meso e macro literatura. No nível micro, a pesquisa sobre *frames* analisou esquemas de conhecimento, as percepções e ações individuais; no nível meso, a análise se pautou em verificar como linguagens e gestos simbólicos conduziam os indivíduos aos cursos de ações e identidades sociais; já o nível macro se concentrou em analisar como modelos culturais amplos se institucionalizam fornecendo regras para comportamentos adequados em específicos contextos sociais. Os

referidos teóricos foram motivados a desenvolver essa pesquisa pela força analítica e versatilidade do construto, sendo um importante conteúdo para as áreas de pesquisa gerencial e organizacional.

Para além dessa contribuição, o debate dos *frames* foi uma das principais teorias desenvolvidas na tentativa de responder “[...] à demanda por modelos analíticos mais qualificados para abordar os processos interpretativos na constituição e desenvolvimento dos movimentos sociais” (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017, p.144). Apesar de, segundo esses autores, ter sido uma abordagem ignorada no campo dos estudos dos movimentos sociais no Brasil.

No entanto, ainda que nas últimas décadas a teoria dos *frames* tenha tido um vasto desenvolvimento, novas proposições teóricas têm surgido, dentre elas o modelo conceitual de consciência política elaborado por Sandoval. Este, que irá dialogar com Gamson ao propor um estudo de caráter político para a compreensão da ação coletiva e da participação.

Ainda assim, Gamson e Sandoval se diferem quanto à perspectivas conceituais da consciência política, “Enquanto para o primeiro as categorias analíticas da consciência política emergem da ação coletiva, veremos que para o segundo, a consciência política é entendida como a chave para analisarmos tanto a mobilização como a desmobilização” (SANDOVAL; SILVA, 2016, p.30).

Uma outra diferença é que Gamson defende que os indivíduos oferecem *frames* de ação coletiva e se mobilizam nessas interações estabelecidas; já Sandoval realiza uma análise por meio de categorias teóricas que possibilitam a compreensão de comportamentos políticos de mobilização e de desmobilização (SANDOVAL; SILVA, 2016). A seguir será reconstruído o percurso de elaboração do modelo conceitual de Sandoval, a fim de melhor explicar esses processos de compreensão dos comportamentos políticos.

5.3 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO MODELO CONCEITUAL DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA

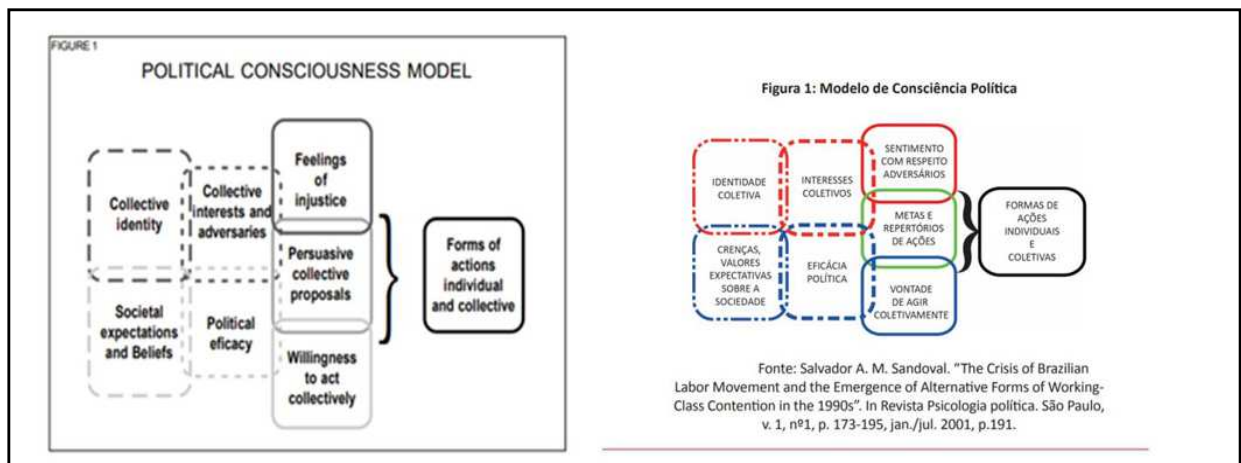
O modelo conceitual de consciência política para compreensão da participação em ações coletivas foi pensado pelo professor da área de psicologia social, Salvador Antonio Mireles Sandoval na década de 1980, no intuito de estudar o movimento sindical operário. Seu primeiro diagrama, publicado em 2001 no artigo “*The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s*”, era composto pelas seguintes sete dimensões: identidade coletiva, crenças e

expectativassocietais, interesses coletivos e adversários, eficácia política, sentimentos de injustiça, disposição para agir coletivamente e propostas coletivas persuasivas (SANDOVAL, 2001, p.185, tradução nossa). Entretanto, ao longo da descrição das dimensões do modelo, o professor as apresenta incluindo alguns elementos não apresentados (destacados em itálico) no diagrama: crenças, *valores* e expectativas societais; interesses *antagônicos* e adversários; sentimentos de *justiça* e injustiça; *objetivos e ação do movimento social*.

Sandoval e Silva (2016) mencionam que, frente à necessidade de se analisar o papel que as emoções desempenham no processo de conscientização das pessoas no contexto dos movimentos sociais, considerando a versão de 2001 do modelo, Sandoval apresentou no XIII Encontro Nacional da Abrapso (Associação Brasileira de Psicologia Social), em 2005, uma reformulação do modelo integrando emoções e sentimentos emotivos.

Em 2015 no trabalho teórico “A Psicologia Política da crise do movimento sindical brasileiro dos anos 1990: Uma análise da consciência política num momento de desmobilização”, Sandoval apresenta novamente o modelo de consciência política. Ao ilustrar o diagrama, o autor refere como fonte seu trabalho de 2001. Entretanto, as dimensões apresentadas são distintas, conforme pode ser visto na figura comparativa abaixo.

Figura 4- Figura comparativa.



Fonte: SANDOVAL (2001; 2015).

Como pode ser visto, o autor traz como novos elementos (destacados em itálico) presentes no diagrama do modelo de consciência política: crenças, *valores* e expectativas sobre a sociedade; *interesses coletivos*; *sentimento com respeito a adversários*; e *metas e repertórios de ações*.

Além disso, ao descrever as dimensões do modelo (apresentado em 2015, mas que se referia a 2001), novamente o autor apresenta alterações na nomenclatura, incluindo elementos

de análise (destacados em itálico) que não estão presentes no diagrama: *interesses coletivos e adversários antagônicos; sentimentos de justiça e injustiça; ação e objetivos do movimento social.*

Ao decorrer das leituras e análises dos referidos trabalhos, em nenhum momento o autor explicou as alterações realizadas, bem como as cores e tracejados apresentados. Esses modelos com diagramas e descrições distintas (TABELA 2) e sem explicações plausíveis a respeito, foram replicados em diversos trabalhos do campo da psicologia social e estudos organizacionais entre os anos 2000 a 2019.

Tabela 2 - Alterações realizadas nas dimensões do modelo de consciência política ao longo dos anos.

Alterações do modelo de consciência política				
Nomenclatura	Ano da publicação	Autor(es)	Diagrama apresentado	Descrição do modelo
Modelo de Consciência Política	2001	Sandoval	Identidade coletiva; expectativas e crenças sociais; interesses coletivos e adversários; eficácia política; sentimentos de injustiça; propostas coletivas persuasivas e vontade de agir coletivamente.	Identidade coletiva; crenças, valores e expectativas sociais; interesses <i>antagônicos</i> e adversários; eficácia política; sentimentos de <i>justiça</i> e injustiça; <i>objetivos e ação do movimento social</i> ; e vontade de agir coletivamente.
Modelo de Consciência Política	2005	Sandoval	(Modelo reformulado, integrando as emoções)	(pesquisadora não teve acesso à obra)
Modelo de Consciência Política	2015	Sandoval	Identidade coletiva; crenças, valores e expectativas sobre a sociedade; <i>interesses coletivos</i> ; eficácia política; <i>sentimento com respeito a adversários</i> ; metas e repertórios de <i>ações</i> e vontade de agir coletivamente.	Identidade coletiva; crenças, valores e expectativas sociais; interesses coletivos e <i>adversários antagônicos</i> ; eficácia política; <i>sentimentos de justiça e injustiça; ação e objetivos do movimento social</i> ; e vontade de agir coletivamente.
Modelo analítico para o estudo da Consciência Política	2016	Sandoval e Silva	Identidade coletiva; <i>crenças e valores sociais</i> ; <i>Identificação de adversários e de interesses antagônicos</i> ; eficácia política; <i>sentimento de justiça e injustiça</i> ; metas de ação coletiva e vontade de agir coletivamente.	Identidade coletiva; crenças e valores sociais; interesses antagônicos e os adversários; eficácia política; sentimentos de justiça e injustiça; metas e ação do movimento social; vontade de agir coletivamente.
Modelo conceitual da consciência política	2016	Sandoval e Silva	Identidade coletiva; crenças, valores e expectativas sobre a sociedade; interesses coletivos; eficácia política; sentimentos com respeito aos adversários; metas e repertórios de ações; vontade de agir coletivamente. E o elemento "emoções" que está presente em todas as demais dimensões.	(somente descreveu as emoções)

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ainda que aparentemente essas alterações possam se apresentar irrelevantes a determinados trabalhos teóricos mediante o foco estar na compreensão da participação em ações coletivas; isso não é o que ocorre nesta pesquisa, visto que os elementos presentes em cada dimensão do modelo estão sendo minuciosamente analisados e criticados, numa

perspectiva histórica de sua construção, até se chegar na problematização do “Modelo Conceitual de Consciência Política” de Sandoval e Silva (2016).

Por mais que o modelo conceitual de consciência política tenha tido as primeiras mudanças em 2005 com a inserção das emoções, somente em 2016 ele adquire a nomenclatura de “Modelo Conceitual de Consciência Política”, e a exclusão dos sentimentos de injustiça é então justificada. As mudanças aconteceram pela reflexão crítica das dimensões pelo autor do modelo.

Conforme já mencionado, diversas pesquisas foram desenvolvidas tomando como base o modelo conceitual de consciência política, e muitas delas trouxeram divergências quanto às dimensões discriminadas no diagrama apresentado, ou seja, quanto à nomenclatura de cada dimensão, e à explicação das mesmas; ou entre as dimensões discriminadas no diagrama apresentado e o ano e autor que propôs aquele diagrama. Das pesquisas realizadas a partir de 2016, serão abordadas algumas que discutiram o modelo conceitual reformulado de consciência política proposto por Sandoval e Silva (2016).

Dau (2017), em sua pesquisa de mestrado, apresentou um diagrama com a descrição das dimensões do modelo por Sandoval (2015), contudo, ao citar a fonte, disse se tratar do modelo de Sandoval (2001); que se difere do anterior pela nomenclatura de dimensões. O pesquisador também apresentou o modelo de 2016, mas preferiu adotar como critério de análise o modelo anterior que incluía a dimensão “sentimentos de justiça e injustiça” por entender que essa dimensão “[...] permite ao pesquisador compreender onde surgiram estas emoções que orientam as ações dos indivíduos nos movimentos sociais e que, de fato, constituem a construção da consciência dos mesmos” (DAU, 2017, p.37). Sendo assim, Dau (2017) valoriza a importância da permanência dessa dimensão no modelo.

Fraccaroli, Arantes e Aragusuku (2018), desenvolveram uma pesquisa em torno da relação entre memória e consciência, observando os estudos de Ansara (2008) e as dimensões do modelo conceitual da consciência política proposto por Sandoval e Silva (2016), visto que incluem as emoções na discussão; os autores produzem um diagrama do modelo a partir de Sandoval (2001, 2015) e Sandoval e Silva (2016) e, apesar de algumas divergências apresentadas na descrição das dimensões, eles verificaram a importância da memória ter um destaque maior dentro do modelo.

Em 2018, a pesquisadora Puccini ao desenvolver sua pesquisa de mestrado sobre consciência política e humanização no parto, utilizou o diagrama do modelo conceitual de consciência política de Sandoval (2015), o descaracterizando ao explicar as dimensões, visto divergirem com as apresentadas no diagrama. Puccini (2018, p.66), traz de volta a dimensão

“sentimentos de justiça e injustiça” e justifica que “[...] apesar de excluídos do diagrama, representam ainda a quinta dimensão”.

Puccini (2018) abarca uma importante contribuição em seu trabalho, ao afirmar que o diagrama do modelo conceitual de consciência política não ilustra suficientemente a interdependência entre as dimensões e propõe um diagrama concêntrico, no que permite visualizar as ações individuais e coletivas protagonizadas que impulsionam modificações contínuas e uma composição contínua e dialética entre razão e emoção.

Puccini (2018, p.69) é ousada ao imaginar uma nova configuração para o modelo conceitual: “Se pudéssemos incluir movimento na imagem, ela seria parecida a um modelo atômico, mas com variações orbitais de cada dimensão, de modo que se evidenciassem choques, fusões e mudanças a cada experiência humana”. A pesquisadora, no entanto, reconhece a limitação tecnológica no estudo, e propõe uma mandala em que as partes formam um núcleo-tema a partir de cadeias; cada dimensão se toca, o que torna complexa a análise em separado de cada uma delas (FIGURA5).

O esboço para a compreensão gráfica do modelo conceitual de consciência política sugerido por Puccini (2018), se aproxima muito da conceituação proposta por Sandoval ao definir “consciência política”, no que proporciona uma maior compreensão do modelo conceitual se comparado aos diagramas até então existentes.

Figura 5 - Esboço para compreensão gráfica do modelo para análise da consciência política de Sandoval aplicado ao movimento da obstetrícia.



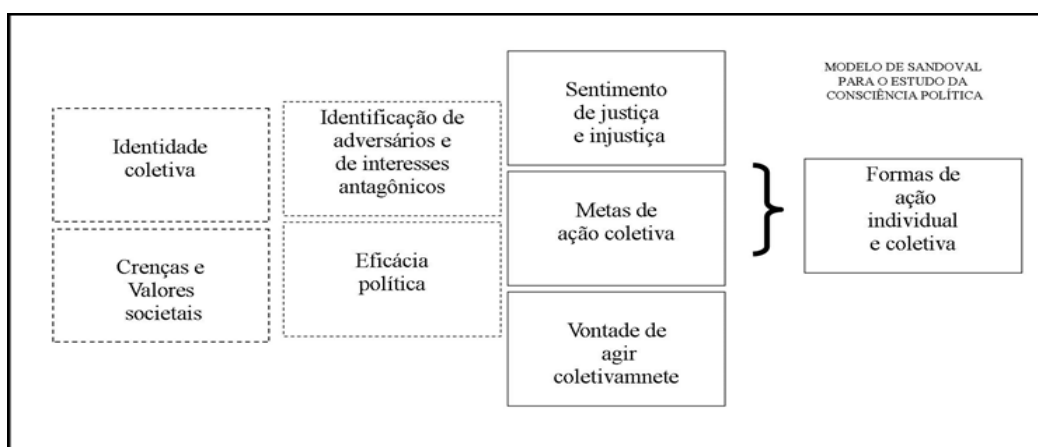
Fonte: Puccini (2018).

Desse modo, apresentadas as contribuições, contradições e lacunas referentes à construção histórica do modelo conceitual de consciência política, para fins de apresentação analítica das dimensões, e levando em consideração o foco dessa pesquisa que se dará na

última reformulação do modelo conceitual apresentado por Sandoval e Silva (2016); foi tomado como base de estudo, o trabalho dos referidos autores. Serão apresentadas, portanto, as representações do modelo conceitual.

Este que abarca sete dimensões psicossociológicas (Figura 6) já relatadas neste trabalho, e que permitem diferentes configurações da consciência política. Para Sandoval (1994b), a consciência política é organizada em modalidades que permitem perceber a realidade social, sendo possível realizar uma análise sistemática; o que contribui na justificação do modelo conceitual.

Figura 6 - Diagrama do modelo analítico de consciência política para compreensão da participação em ações coletivas.



Fonte: Sandoval e Silva (2016), adaptado de Sandoval (2001).

Importante ressaltar que as dimensões psicossociais do modelo conceitual foram tratadas por Sandoval (2001, 2005, 2015) e Sandoval e Silva (2016) a partir de diferentes correntes teóricas. Talvez essa opção dos autores tenha ocorrido porque “O campo da Psicologia Política não se preocupa com um dogmatismo teórico, mas sim com o fenômeno em si [...]” (HUR; SANDOVAL; DANTAS, 2014, p.10). Ou seja, o modelo conceitual de consciência política prioriza a construção de um conceito, o de consciência política, porém, voltado para a participação em ações coletivas. De acordo com o campo da psicologia política priorizam ainda a investigação e o campo de investigação e atuação, em detrimento das teorias; estas últimas, funcionam como ferramentas de análise dos processos psicopolíticos (HUR; SANDOVAL; DANTAS, 2014).

Portanto, a definição epistemológica do modelo conceitual não se dá na análise de diferenças epistemológicas e conceituais que possa haver nas dimensões da consciência, mas sim em utilizar as dimensões para se chegar às configurações de consciência política em

determinado contexto. A definição epistemológica do modelo conceitual de consciência política de Sandoval e Silva (2016) se dá na perspectiva do interacionismo simbólico que se insere no pragmatismo, pois se trata da construção de um conceito. Desse modo, o foco deve ser no conceito desenvolvido pelos autores.

Destarte, os caminhos teóricos para a construção de cada dimensão serão percorridos a seguir. Lembrando que didaticamente, serão expostos numa ordem e sequencia, contudo, o modelo conceitual emerge de acordo com cada realidade estudada, sendo as dimensões úteis para analisar as reflexões realizadas por um sujeito no intuito de decidir por participar de uma ação coletiva ou individual, ou não participar (DAU; PALASSI; SILVA, 2019).

5.3.1 Identidade coletiva

A identidade coletiva juntamente com a identidade social, o conjunto de crenças, a cultura e as experiências vividas constituem as dimensões da consciência política. Importante explicitar que a identidade social é percebida de forma diferente pela psicologia social de orientação psicológica e pela psicologia social de orientação sociológica. A primeira estuda a identidade na perspectiva do indivíduo, enquanto a segunda, do ponto de vista do grupo. Aqui, a identidade social será tratada pela perspectiva de orientação psicológica.

Sandoval (2001) traz que a identidade coletiva se refere à forma como os indivíduos estabelecem uma identificação psicológica de interesses e sentimentos de solidariedade e pertencimento a um coletivo. Para Sandoval e Silva (2016, p. 33) “[...] a identidade coletiva é uma especificação da identidade social de Tajfel que se desenvolve pela politização do sujeito”. Na compreensão de Sandoval, as duas identidades compõem a consciência política.

Cabe, neste momento, retomar a compreensão do psicólogo social polonês Henri Tajfel (1979) quanto ao conceito de identidade social. Primeiramente, este autor elaborou uma sequência de processos psicossociais que conduziam a formas de comportamento intergrupos, que eram comuns aos membros de determinado grupo; mas que os tornavam distintos de membros de outros grupos. A sequência consiste em: categorização social – identidade social – comparação social.

A categorização social é definida por Tajfel (1979, p.254, tradução nossa) como “[...] um processo de reunir objetos ou eventos sociais em grupos que são equivalentes em relação às ações, intenções e sistema de crenças de um indivíduo”. Já a identidade social “[...] refere-se aos aspectos da imagem de si mesmo de um indivíduo, que surgem porque ele vê que

pertence a uma determinada categoria social, classe ou grupo” (MORLEY, 1982, p.196). E assim, os indivíduos se comparam entre si e membros do grupo de pertença ou entre si e membros de outros grupos.

Contudo, algumas críticas foram feitas a componentes dessa sequência, tal como a de que rotular indivíduos como pertencentes a uma determinada categoria, não significa que eles tenham um conjunto de atributos idênticos (MORLEY, 1982).

Por outro lado, a filósofa Soraia Ansara (2008) assume a postura psicossocial de análise da identidade social de Tajfel e se apoia nas especificações desse autor acerca das motivações para o comportamento intergrupar, visto que ele alega ser caracterizado, adaptado e modificado pelo contexto social. A partir disso, ela afirma que “[...]as pessoas são produtos da história, da cultura e da sociedade, sendo que suas opiniões, valores, visões, significados e práticas são apreendidos ou adquiridos através dos outros” (ANSARA, 2008, p.36). Assim, é possível concluir que a identidade individual é fortemente influenciada pela identidade sócio-cultural dominante.

Ansara (2008) desenvolveu seu estudo voltado para a memória coletiva e os aspectos citados acima, demarcam essa opção teórica. Ela aponta que o processo intergrupar contribui para a construção de distintas memórias.

Outro teórico que serviu de inspiração à construção dessa dimensão do modelo, foi o professor e sociólogo Alberto Melucci, que desenvolveu seus estudos acerca dos movimentos sociais.

No estudo da teoria dos movimentos sociais, a discussão da identidade surge a partir do momento que condições externas, as injustiças e as desigualdades sociais se tornam elementos insuficientes para explicar a mobilização social; assim, a atenção se volta para a capacidade que os movimentos sociais possuem para mobilizar as pessoas internamente (AMPARAN; GALLEGOS, 2007). Com isso, a Teoria da Mobilização de Recursos, traz novos elementos que são a disponibilidade de recursos e oportunidades nos processos de mobilização.

Contudo, esses elementos não contemplam o significado dos novos movimentos sociais e o processo pelo qual os atores coletivos são construídos que está intimamente relacionado à identidade. Para Melucci (1996), a teoria da mobilização de recursos implicou a teoria da identidade, porém, não a explicou. Desse modo, o autor busca traçar uma teoria mais relacional da ação coletiva, de forma a basear suas análises nas forças a favor e contra a ação coletiva, buscando assim, em seus estudos, estabelecer uma relação entre ação e identidade, e

entre identidade individual e coletiva (MELLUCI, 1996). Essas identidades que são definidas a partir do envolvimento do indivíduo na ação coletiva.

A identidade individual abarca a particularidade de cada sujeito bem como as experiências por ele vivenciadas; assim, o “eu” é enigmático, ambivalente (possui similaridade com o outro e ao mesmo tempo apresenta-se singular) e múltiplo (visto que cada indivíduo pertence a uma pluralidade de grupos) (MELUCCI, 2004). Já a identidade coletiva é “[...] produzida por vários grupos e que se refere às orientações da ação e ao campo de oportunidades em que a ação ocorre” (MELUCCI, 1995, p.44).

Na concepção de Melucci (2004), a identidade se institui a partir da relação social: o indivíduo age e os efeitos dessa ação geram sentidos simbólicos para o indivíduo e o grupo. Para este teórico, a identidade constitui um processo composto por três elementos “a) a permanência de uma série de características ao longo do tempo; b) a delimitação do sujeito em relação a outros assuntos e c) a capacidade de reconhecer e ser reconhecido (AMPARAN; GALLEGOS, 2007, p.143).

Estes processos que estão aliados a um conjunto de símbolos, valores, significados e crenças relacionadas ao sentimento de pertencimento ao grupo social e à imagem construída de si, do outro e com o outro na interação cotidiana. Os movimentos sociais, guiados pela ação social não buscam recursos materiais, mas identidade, autonomia e reconhecimento (AMPARAN; GALLEGOS, 2007). E Cohen (1985) vem reforçar essa compreensão ao afirmar que os movimentos sociais são caracterizados pela conscientização e reflexão acerca da construção de identidades.

Desse modo, é possível perceber ao longo deste tópico que as abordagens macro e microsociais, estiveram presentes, respectivamente, através da teoria da mobilização de recursos e da teoria dos novos movimentos sociais na busca pela compreensão dos processos de ação coletiva. Sendo a identidade representada nesta última teoria. Entretanto, não existe um modelo intermediário que abarque a compreensão da ação do indivíduo em grupo, conforme já relatado por Melucci (1999) neste trabalho.

Sandoval segue nessa perspectiva microsocial e percebe a identidade como uma dimensão da consciência política, por se relacionar com sentimento de pertencimento a um grupo social. Sandoval e Silva (2016, p. 39) definem identidade coletiva como “[...] aquele momento em que o indivíduo escolhe a prioridade para focar sua lealdade e solidariedade em relação a uma categoria social específica no processo de se tornar um ator mais politizado”. Por isso, a importância de se incluir a identidade como uma dimensão do modelo de consciência política.

Sandoval e Silva (2016) destacam a compreensão da literatura de que a identificação com o grupo é componente necessário quanto à orientação individual e coletiva na ação política.

Entretanto, cabe incluir aqui alguns questionamentos de Cohen (2012) acerca da identidade coletiva, da consciência e da solidariedade. Em seu trabalho teórico, o autor apresenta esses questionamentos à definição de grupos por Tilly; este, traz elementos que muito se aproximam da perspectiva de Sandoval.

Para Cohen (2012, p.685, tradução nossa) o problema da identidade social é que “[...] não está totalmente claro quando e por que uma característica compartilhada se torna relevante para o reconhecimento mútuo dos membros do grupo”. Da mesma forma, há o problema da consciência, em que a articulação de interesses e relações de produção não é automática; com relação à solidariedade, é necessário compreender como os interesses coletivos são reconhecidos, interpretados e capazes de exigir lealdade.

Cohen, assim como sintetizado aqui, confunde consciência e identidade com o processo de conscientização. Os questionamentos de Cohen são relevantes, mas são objetos de análise e não definições *a priori*.

5.3.2 Crenças e valores sociais

Essa dimensão consiste nas crenças e valores que um indivíduo desenvolve em relação à sua sociedade, e ela expressa mais explicitamente noções de ideologia política nas visões de mundo dos indivíduos (SANDOVAL, 2001).

Mas antes de adentrar os aspectos da presente dimensão, é necessário entender o percurso de análise da filósofa húngara Agnes Heller, discípula de Lukács², que trouxe importantes contribuições para “[...] a tomada da consciência ética e política do ser social, bem como da formação do sujeito revolucionário, individual e coletivo” (VERONEZE; MARTINELLI, 2015, p.409).

A teórica discutiu em sua obra “O cotidiano e a história” acerca da vida cotidiana do ser social, definida por ela como “[...] a vida de todo homem” (HELLER, 2016, p.17), visto que ninguém consegue se desligar do cotidiano por mais que tenha seu posto na divisão do trabalho intelectual e física. O indivíduo participa da vida cotidiana por inteiro, com sua

² Filósofo húngaro (1885-1971) foi um dos expoentes marxistas do século XX.

personalidade e individualidade, e aplica seus sentidos, habilidades, sentimentos, paixões e ideologias (HELLER, 2016).

A autora complementa que a vida cotidiana é heterogênea e igualmente hierárquica. Essa hierarquia é condição da organicidade da vida cotidiana e se modifica em termos de estruturas econômico-sociais (HELLER, 2016). Sandoval e Silva (2016, p.36) acrescentam que a vida cotidiana é ainda segmentada, sendo essa segmentação expressa “[...] na conduta e níveis de consciência desenvolvidos por cada sujeito”.

O homem nasce já em meio a esse cotidiano e se torna adulto a partir do momento que consegue viver por si só sua cotidianidade, assimilando a manipulação das coisas (como pegar um copo ou sentar em uma cadeira, por exemplo), e assimila assim também, as relações sociais (HELLER, 2016). Dessa forma, a assimilação começa nos grupos da família, da escola e de outras pequenas comunidades; que estabelecem uma mediação entre o indivíduo e os costumes, normas e a ética (HELLER, 2016).

Essa assimilação no mundo da vida cotidiana aparece naturalizada, e assim o indivíduo tem sua consciência orientada pelo senso comum, sendo as crenças e valores sociais cristalizados, não oportunizando a capacidade de reflexão individual e/ou coletiva. Isso demonstra uma característica essencial da vida cotidiana que é a espontaneidade. Essa que conduz o sujeito a uma forma de pensar utilitarista, superficial e também alienante (SANDOVAL; SILVA, 2016).

Para Sandoval e Silva (2016), questionar a rotina causaria uma ressignificação da ordem vigente. Por outro lado, aceitar as normas vigentes, a estruturação de classes, as desigualdades sociais e a submissão política, torna o indivíduo um conformista e acrítico (SANDOVAL, 1994).

Entretanto, num ambiente de cotidiano tumultuado, onde há dissociação entre o político, o social e o econômico, não havendo estabilidade, surgem os descontentamentos que se convertem em reivindicação no cenário político (SANDOVAL, 1994). Para Sandoval e Silva (2016, p. 39) “[...] a politização do indivíduo pressupõe a ruptura com a rotina cotidiana e a introdução de uma reflexão mais racionalizada e política frente às condições da vida cotidiana”.

Esses autores associam a dimensão das crenças e valores sociais e as demais dimensões à espontaneidade da vida cotidiana. Espontaneidade, neste sentido, se refere à maneira que o indivíduo deixa de refletir criticamente aspectos de seu cotidiano, o conduzindo à alienação num cenário que não produz consciência política e sim consciência do senso comum.

A consciência política acontece quando o sujeito ressignifica a realidade em que está submetido, a partir do despertar que pode dar-se por meio da educação que conduz o indivíduo a “[...]a assumir determinados posicionamentos éticos e políticos, individuais e coletivos, diante da barbárie da contemporaneidade[...]” (VERONEZE; MARTINELLI, 2015, p.419).

Nesse contexto, Heller desenvolveu a “filosofia da práxis social”, em que pensamentos, desejos, ideias e ideais de vida do sujeito, são construídos aos poucos “Eles nascem, frutificam e se objetivam da soma de inúmeras experiências, contatos e relações sociais ao longo da vida” (VERONEZE; MARTINELLI, 2015, p.412). Nesse percurso o indivíduo sofre influências sociais, culturais, espirituais, políticas e econômicas; como também as de cunho individual e subjetiva, que perpassam o campo das emoções e da intelectualidade.

Em uma análise da discussão da vida cotidiana de Heller relacionada com os sentimentos e emoções, Ruschel (2002) entende que as determinações para o sentimento são orgânicas e sociais, e suas manifestações são emocionais e também orgânicas e sociais.

A dimensão apresentada perpassa relações externas e objetivas, e inerentes a estrutura pessoal; sendo todas elas, parte da composição da identidade do indivíduo. Assim, a dimensão tem nos laços de identidade grupais, os elementos fundamentais na construção da realidade de cada indivíduo, é a partir desses laços que a visão pessoal sobre o meio social e sobre a sociedade é construída (SANDOVAL; SILVA, 2016).

Os valores, por exemplo, compõem a identidade do indivíduo, visto que eles podem servir como um guia, e “[...] apresentam-se como padrões e metas de vida, podendo manifestar sensações de dor, esforço, abnegação” (PALASSI, 2011). As identidades de pertencimentotambém impõem condições *a priori* para pertencer, e nessa dialética entre identidades e valores sociais, pode emergir as contradições para impulsionar um processo de conscientização.

5.3.3 Identificação de adversários e de interesses antagônicos

Essa dimensão se refere “[...] aos sentimentos do indivíduo em relação aos seus interesses simbólicos e materiais em oposição aos interesses de outros grupos” (SANDOVAL; SILVA, 2016, p.40). Portanto, faz-se necessária a permanente capacidade de reflexão, visto o perigo representado pelos interesses antagônicos e adversários.

Os interesses antagônicos, ou seja, contrários, conduzem os indivíduos a perceber e conscientizar acerca de possíveis adversários do meio social. A partir dessa noção da existência de um adversário, é possível mobilizar os indivíduos a agirem contra um objetivo específico (SANDOVAL; SILVA, 2016). Os autores trazem as contribuições de Tajfel (1982, 1983) e Dominic e Hogg (1998) para a construção e compreensão dessa dimensão.

Tajfel (1982, 1983) como já foi apontado, em outras obras deu uma grande contribuição aos estudos sobre intergrupos apontando o conceito de identidade social, trazendo também o estudo da comparação entre indivíduos ou entre grupos.

Como já foi dito, o teórico trabalhou três processos de relações entre indivíduos (categorização – identidade social – comparação social) e, a partir dessas categorias, ele preocupou-se em evidenciar que a categorização acentua a compreensão quanto às semelhanças entre membros da mesma classe, e diferenças entre os indivíduos pertencentes a grupos distintos (MORLEY, 1982). No que surge, mediante este processo, a identidade social que pode ser positiva, à medida em que são obtidos resultados favoráveis ao se realizar uma comparação intergrupos; assim, o comportamento intergrupar pode ser motivado pelo desejo de se atingir ou manter uma identidade positiva e distinta de outros grupos (MORLEY, 1982).

Já para as comparações que conduzem a uma identidade negativa, ou que ameaçam as características positivas do grupo de pertença, Tajfel desenvolveu três estratégias de ação: “[...] mobilidade individual (tentativas de sair ou se dissociar do grupo); competição social (tentativas de mudar a avaliação do grupo ou dimensões valorizadas por cada grupo); e criatividade social (tentativas de encontrar novas dimensões de comparação)” (MORLEY, 1982, p.197, tradução nossa).

Nota-se nessas contribuições de Tajfel que o indivíduo insatisfeito no grupo, ou seja, tendo interesses antagônicos, pode adotar estratégias distintas que vão desde a busca por mudanças e melhorias à dissociação desse grupo.

Além desses comportamentos no grupo, podem ocorrer comportamentos intergrupos, definidos por AbramseHogg (2006, p. 29, tradução nossa) como “[...]a maneira como as pessoas se comportam umas com as outras como membros de diferentes grupos sociais”.

Os psicólogos britânicos Michael Hogg e DominicAbrams na obra “*Social identifications: A social psychology of intergroup relations and group processes*”, trouxeram as formas mais extremas de comportamentos entre grupos, dentre eles: preconceito, racismo, sexismo, conflito e violência política. Essa relação extrema se dá devido a estereótipos³

³Para Abram e Hogg (1998, p.57, tradução nossa), estereótipos são “[...]generalizações sobre pessoas com base na associação à categoria”.

aplicados aos grupos externos, a partir de um conjunto de valores e normas criados nos relacionamentos interpessoais dentro de um grupo. Assim, no processo de comportamento intergrupar, o que foge a essas normas e regras, incita à competição e ao estabelecimento de um estereótipo negativo e depreciativo com o grupo externo (ABRAMS; HOGG, 1998).

Por outro lado, mediante compreensões a partir de alguns estudos e experimentos realizados, estes teóricos afirmam que as diferenças culturais, físicas e de personalidade não são, necessariamente, causas de um conflito; eles perceberam também que a competição intergrupar é condição suficiente para gerar um ambiente de hostilidade.

Sandoval e Silva (2016) notaram que o pensamento superficial, o comodismo e a espontaneidade podem conduzir a resultados trágicos para o indivíduo e seu grupo de pertencimento. Sendo, portanto, a ressignificação do cotidiano, um importante comportamento para se eximir processos alienantes.

Alguns autores trouxeram em suas obras, a perspectiva da compreensão que o sujeito tem da classe de pertença, das outras classes e da relação intergrupar, tais como Mansbridge (2001) com a “Consciência da oposição” e Touraine com o sistema de relações que abrange a oposição (no que trouxe como adversário do trabalhador, o tomador de serviços que se apropria do lucro) (SANDOVAL; SILVA, 2016). As dimensões abordadas por esses autores, muito se aproximam da proposta de Sandoval na dimensão de interesses antagônicos e adversários visto, que tratam de reivindicações e oposições com relação às classes dominantes, ou em relação a outros segmentos dominantes como grupos raciais, de gênero étnico, regionais ou coloniais, na busca por correção de injustiça e/ou obtenção de benefícios materiais e políticos.

O sentimento fundamental para uma consciência política na ação coletiva é justamente esse sentimento de injustiça e de tomada do outro ou de outro grupo como adversário (SANDOVAL, 2001).

5.3.4 Eficácia política

Por eficácia política, Sandoval (2001, p.188, tradução nossa) compreende “[...]os sentimentos de uma pessoa sobre sua capacidade de intervir em uma situação política”. Neste sentido, o autor apoia-se na Teoria da Atribuição de Hewstone (1989), para explicar essa dimensão que se baseia na interpretação das causas dos acontecimentos cotidianos.

A Teoria da Atribuição busca também entender como as pessoas explicam, em senso comum, seus comportamentos e os dos outros; suas características estão ligadas aos princípios do cognitivismo onde se realça o papel do indivíduo. Assim, os procedimentos cognitivos são construídos através da informação que o meio fornece, da informação que fica na memória e da manipulação dessa informação; e a causalidade presente no sistema cognitivo do indivíduo interpretará a realidade (PEREIRA, 1995).

Na conjuntura da dimensão da eficácia política a Teoria da Atribuição pode dar-se em três *locus* de atribuição causal: os eventos podem resultar de forças transcendentais, tendências históricas, desastres naturais ou intervenção divina; podem resultar do próprio indivíduo; ou das ações de outros indivíduos e/ou grupos.

No primeiro *locus*, o sentimento de eficácia política é baixo, visto que o indivíduo tende a se conformar com determinadas situações, numa condição de submissão e sofrimento social, já que para ele a situação é algo “natural” e uma ação não a resolveria. No segundo *locus*, a causa de uma situação é tomada pelo indivíduo como ele próprio, e nessa abordagem solitária, acaba não tendo uma eficácia política satisfatória. O terceiro *locus* permite ao indivíduo acreditar que suas ações, sejam elas tomadas individual ou coletivamente, conduzirão à mudança de uma situação política, levando à eficácia (SANDOVAL, 2001).

5.3.5 Sentimentos de justiça e injustiça

Moore Jr. (1987) foi um sociólogo político estadunidense que trouxe como sentimento de injustiça social a indignação moral com relação a uma norma. O teórico aborda ao longo do seu trabalho uma noção operacional sobre situações injuriosas aos seres humanos, tais como privações psíquicas (como ausência de amor e respeito) e a incapacidade para satisfazer certas exigências físicas (como ar, água, alimento e o sono), no que gera sofrimento ao indivíduo. Para o autor, o ser humano sempre tentará evitar essas situações de frustrações, a fim de atingir metas positivas, ou evitar a negatividade.

É com base nesse conceito de injustiça que Sandoval (2001) desenvolve a dimensão dos sentimentos de injustiça. Para o autor, a justiça social está expressa no sentimento de que obrigações e recompensas ocorrem de maneira mútua; caso ocorra a ruptura dessa mutualidade, levando ao desequilíbrio das relações, tem-se a injustiça. Entender o que conduz

ao equilíbrio ou desequilíbrio das relações parte da complexidade dos processos sócio-históricos.

Parte assim de um resgate da memória histórica do indivíduo vinculado às experiências da vida cotidiana e às interações estabelecidas. Dentro de um grupo, a identificação com a dor e com o sofrimento daqueles que lutaram e se organizaram, seja dada pela vivência (vive diretamente um fato e o recorda por representações sociais) ou pela ressignificação do passado (contado por outras gerações) provoca sentimentos de injustiça e indignação, no que pode impulsionar a ação política (ANSARA, 2008).

Ansara (2008) constatou em seus estudos que o resgate da memória passada do indivíduo, desperta o sentimento de justiça e injustiça e instiga a ação política. Sandoval (2001) ressalta que esse sentimento de injustiça tem sido encontrado no descontentamento coletivo e nas manifestações de protesto; ele também legitima as reivindicações e a culpabilidade de um adversário durante a participação em movimentos sociais.

Anos mais tarde, Sandoval passa a pensar sentimentos de justiça e injustiça não como carência ou necessidade representada na dimensão coletiva, e sim como uma emoção que é atribuída em qualquer das dimensões, e por isso justo/injusto não seria uma dimensão, e sim um significado de algumas dimensões.

5.3.6 Vontade de agir coletivamente

A vontade de agir coletivamente surge a partir da busca pelo reparo à(s) injustiça(s) cometida(s) contra o indivíduo, este acredita que a atividade coletiva poderá corrigir suas queixas a um custo acessível (KLANDERMANS, 1984, 1997; STEKELENBURG; KLANDERMANS, 2015). Dessa forma, “[...] quanto mais eficaz um indivíduo acredita que é a participação em um protesto, maior a probabilidade de ele participar” (STEKELENBURG; KLANDERMANS, 2015, p.889, tradução nossa). A identificação desse indivíduo com o grupo, também é fator estimulador da participação em protestos.

Nota-se aqui que as dimensões, identidade coletiva, sentimentos de justiça e injustiça e eficácia política estão inter-relacionados com essa sexta dimensão e as quatro estão correlacionadas com a participação em ações coletivas.

Dimensão essa que, de acordo com Sandoval (2001), foca em três aspectos de situações que condicionam a participação coletiva. O primeiro se refere aos custos e

benefícios às lealdades e vínculos interpessoais, ou seja, amigos, parentes são essenciais para motivar o indivíduo a participar.

O segundo se refere aos ganhos ou perdas materiais, considerando racionalmente os custos e benefícios despendidos “[...] que uma pessoa de camada popular possa ter como resultado de participar ou não-participar em um movimento social” (SANDOVAL 1989, p.64). O terceiro se refere aos riscos físicos de envolvimento que diz respeito ao que o movimento social implementa e as consequências sofridas pelos indivíduos por engajarem na ação (SANDOVAL; SILVA, 2016).

Seguindo essa perspectiva, o professor de psicologia social Klandermans (1984, p.584, tradução nossa) afirma em sua obra, que “Uma pessoa participará de um movimento social se souber as oportunidades de participar, se for capaz de usar uma ou mais dessas oportunidades e se estiver disposto a fazê-lo”.

Portanto, essa teoria tem como princípios as expectativas e o valor sobre os resultados a serem alcançados; a soma desses princípios é o que motiva o indivíduo a participar (KLANDERMANS, 1984). Por mais que tenha sido apresentada uma estrutura de escolha participativa racional, Klandermans(1984) ressalta que emoções e sentimentos se encontram presentes nas interações.

Ainda que a teoria de Klandermans (1984) siga a linha de alguns teóricos da escolha racional para debates sobre participação coletiva, tal como Olson (1965), os indivíduos ou grupo fazem escolhas baseadas nas informações e significados atribuídos por eles mesmos, e que influenciam sua participação e compromisso com o movimento social (SANDOVAL, 2001).Sandoval (2001) defende que essas escolhas são tomadas com a contribuição das demais dimensões da consciência política.

5.3.7 Metas de ações coletivas

Essa dimensão abarca um desafio, que é o de combinar objetivos e estratégias do movimento social, com as aspirações e capacidades auto perceptivas dos indivíduos envolvidos. Assim, busca-seentender o grau em que os indivíduos percebem a correspondência de interesses materiais e simbólicos, reivindicações de justiça contra o adversário, sentimentos de eficácia política, com os objetivos e propostas do movimento (SANDOVAL, 2001).

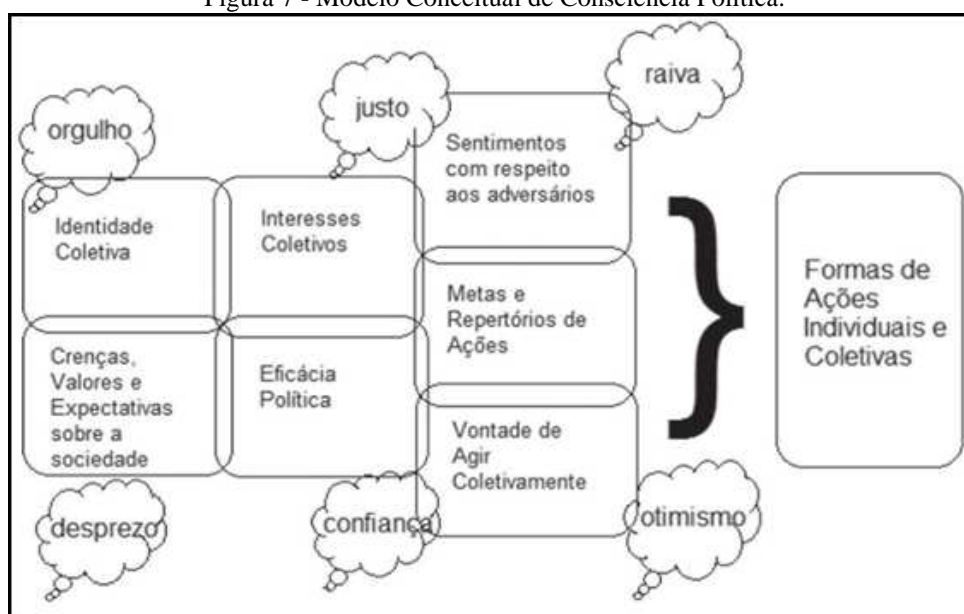
A presente dimensão compreende a forma com que as demais dimensões do modelo conceitual de consciência política “[...] interagem com características de organização do movimento. Essa interação proporciona um ambiente *psicossocialmente* predisposto à ação coletiva” (SANDOVAL; SILVA, 2016, p.44).

Importa pontuar que as dimensões explicitadas não possuem uma sequência, tal como exposto neste trabalho de descrição das mesmas. Também não se trata de encaixar dados em categorias, mas sim de verificar como cada uma dessas dimensões da consciência, em conjunto, configuram tipos de consciência política, possibilitando compreender a (des)mobilização em um contexto específico.

5.4 A REFORMULAÇÃO DO MODELO CONCEITUAL DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA POR SANDOVAL E SILVA (2016): A INSERÇÃO DAS EMOÇÕES.

O modelo analítico de consciência política elaborado por Sandoval (2001), passa por uma reformulação, tendo como alterações a exclusão da dimensão “Sentimentos de justiça e injustiça”, pois Sandoval e Silva (2016) entendem que esses sentimentos já estão contidos no conjunto de sentimentos emotivos que perpassam as demais dimensões do modelo. Este que passa a ilustrar, por meio dos balões de pensamento, a relação integrada entre conteúdos sociocognitivos e os significados emotivos. Sandoval e Silva (2016) alegam que o diagrama apresentado (FIGURA7) se refere a alguns exemplos de sentimentos emotivos contidos numa consciência política positivamente orientada a agir em um movimento social.

Figura 7 - Modelo Conceitual de Consciência Política.



Fonte: Sandoval; Silva (2016).

Ao mesmo tempo que o modelo reformulado abarca essa especificidade, ele generaliza, ao modificar “Metas e ações do movimento social” para “Metas e repertórios de ações”. O pensamento de Tilly (1989) corrobora com essa mudança visto que ao se pensar em repertórios tem-se uma seleção de ações já praticadas por determinados indivíduos. Por repertório “[...] entende-se aquele acervo de experiências em mobilizar recursos e agir coletivamente e o valor atribuído a essas experiências” (SANDOVAL, 1989b, p.72). Nos repertórios as mudanças podem ocorrer a partir da adoção de novos meios, evolução dos já disponíveis e abandono dos meios considerados inadequados. Para Tilly (1989b), o estudo dos repertórios oferece uma grande oportunidade para unir a análise geral da adesão coletiva às realidades concretas da disputa cotidiana.

Outra mudança, é que a dimensão interesses antagônicos e adversários, deixou de existir, surgindo as dimensões interesses coletivos e sentimentos com respeito aos adversários. Sandoval e Silva (2016) não justificam essa alteração ao longo do trabalho; entretanto, ao relatarem a descrição das dimensões, trazem novamente a discussão sobre interesses antagônicos e adversários.

Retomando as novidades do modelo, o grande destaque dessas alterações, foi a inserção das emoções. Segundo Sandoval e Silva (2016, p.45), a partir do ano 2000, o papel das emoções no processo de participação em ações coletivas de movimentos sociais começou a ser notado; eles afirmam que “[...] a participação em movimentos sociais é a forma de comportamento político mais emotivo entre a grande variedade de maneiras de participar na arena política de uma sociedade”.

Os autores são incisivos também em dizer que debates, mobilizações e confrontos são acontecimentos que provocam emoções e sentimentos emotivos de experiências passadas (SANDOVAL; SILVA, 2016). E estranham que a importância das emoções na discussão teórica acerca dos processos de conscientização e mobilização para ações coletivas tenha sido ignorada por pesquisadores.

A partir dessas reflexões, é que se dá um novo percurso teórico de inserção das emoções no modelo. Para isso, Sandoval e Silva (2016) se basearam nos estudos de Jasper (1997), com o livro “*The art of moral protest*”, Goodwin, Jasper e Polletta (2001) com a coletânea “*Passionate politics: emotions and social movements*”, Jonathan H. Turner e Jan E. Stets (2005) com o livro “*The sociology of emotions*” e Robert Plutchik (2001) com o artigo “*The nature of emotions: How emotions have deep evolutionary roots, a fact that may*”.

Dessa forma, será realizado aqui, um percurso teórico nos trabalhos supracitados a fim de compreender como se deu a inserção das emoções no modelo conceitual de consciência política e quais as críticas feitas a partir dessa e de outras mudanças.

Inicialmente, faz-se necessário trazer à tona o significado de emoção. Bem como diferencia-lo de sentimento. Mas antes de serem abordadas aqui algumas definições, é necessário dizer que o estudo da emoção ainda é confuso na história da psicologia, sendo ao longo do século XX, propostos mais de 90 conceitos; o que torna perceptível a discordância de teóricos contemporâneos acerca do tema (PLUTCHIK, 2001; TURNER; STETS, 2005).

A complexidade ao se tratar da emoção, ocorre visto que a experiência interna é pessoal e pode ser muito confusa, visto que em um indivíduo, várias emoções podem ocorrer ao mesmo tempo, como também podem ser reprimidas pelo próprio indivíduo; isso foi constatado pela psicanálise, além de constatarem que as emoções podem ser inibidas ou inconscientes (PLUTCHIK, 2001). Ainda há a complexidade da linguagem, que por ser ambígua, não facilita a descrição das emoções, sendo complicado, por exemplo, distinguir medo e ansiedade, inveja e ciúme, ou culpa e vergonha (PLUTCHIK, 2001).

Mesmo assim, Plutchik (2001, p. 344b, tradução nossa) reconhece a importância de se desenvolver uma abordagem teórica acerca das emoções, visto serem elas “[...] uma parte essencial de quem somos e de como sobrevivemos”, mas há de se considerar o desafio em estudá-las e compreendê-las dentro dos limites do estudo científico.

O autor, ao realizar um levantamento de estudos sobre a emoção, verificou que ela pode ser encontrada em animais e seres humanos, pode ser vista em um modelo estrutura que está vinculado à adaptação, e interage com a cognição e a ação em ciclos de *feedback* (PLUTCHIK, 2001).

Para Plutchik (2001), cognição consiste na atividade de conhecer, aprender e pensar; e abarca a emoção. Esta, definida como “[...] uma cadeia complexa de eventos frouxamente conectados que são estimulados e incluem sentimentos, mudanças psicológicas, impulsos para a ação e comportamento específico, direcionado a objetivos” (PLUTCHIK, 2001, 345c). Já os sentimentos, são respostas a determinadas situações que possuam um grande significado na vida de um indivíduo, o que pode motivar a ação (PLUTCHIK, 2001).

Como complemento da definição das emoções, Damásio (2000, p.74) diz que são “[...] conjuntos complexos de reações químicas e neurais, formando um padrão; todas as emoções têm algum tipo de papel regulador a desempenhar, levando [...] à criação de circunstâncias vantajosas para o organismo em que o fenômeno se manifesta”.

As emoções podem ser positivas (onde a avaliação de objetos/eventos é potencialmente benéfica) ou negativas (potencialmente prejudiciais) (TURNER; STETS, 2005); também podem ser primárias (universais), secundárias (adicionais) ou de fundo; representadas respectivamente, pela alegria, tristeza, medo e raiva; ciúme, culpa e orgulho; tensão, bem-estar ou mal estar (DAMÁSIO, 2000; PLUTCHIK, 2001; TURNER; STETS, 2005).

Elas ainda se classificam, de acordo com o pensamento de Sandoval, em duas categorias: mobilizadoras e não-mobilizadoras. As emoções “[...]mobilizadoras seriam aquelas que potencializariam as possibilidades da participação política, enquanto que as não-mobilizadoras não afetariam ou diminuiriam tais possibilidades” (ROSA, 2015, p.399). Essas categorias não estão relacionadas à emoções positivas ou negativas, tendo em vista que uma emoção de raiva, por exemplo, não necessariamente mobiliza o indivíduo para a ação.

Assim uma emoção de medo, não desmobiliza o indivíduo, tendo como exemplo, um grupo de mulheres que se mobiliza contra o medo de sofrer abusos na vida pública ou privada. Também emoção de alegria, pode indicar certo conforto e pressupor uma desmobilização; contudo, há contextos no qual a alegria compõe a mobilização, como as marchas LGBT, por exemplo (ROSA, 2015).

Os sociólogos norte-americanos Goodwin, Jasper e Polletta (2009) trouxeram a reflexão sobre a importância das emoções no contexto das ações políticas. Essa importância vem ganhando espaço gradativamente, mas nos anos 1980 não tinha lugar nos modelos racionalista, estrutural e organizacional da análise política acadêmica, sendo os seres humanos tratados como racionais e instrumentais.

Dessa forma, Goodwin, Jasper e Polletta (2009, p.2) resolveram contribuir com a discussão e reincorporação de “[...] emoções como raiva, indignação, medo, nojo, alegria e amor em pesquisas sobre política é protesto”.

Para os autores, Max Weber foi quem associou emoção à irracionalidade: quanto mais o indivíduo é suscetível a emoções como orgulho, raiva, ambição, amor, inveja, vingança, dentre outros, mais cresce a conduta irracional e a empatia. Na compreensão de Weber, a ação racional não poderia ser emocional e vice-versa, o que norteou o caminho para os cientistas sociais.

Neste sentido, Goodwin, Jasper e Polletta (2009) trazem em seu trabalho, vários cientistas sociais que ao longo dos séculos XIX e XX estudaram os indivíduos nos movimentos sociais (multidão e movimento de protestos) sob essa perspectiva. Contudo, a nova geração de estudiosos que defendia a teoria da mobilização de recursos, tratava as

manifestações racionais como desprovidas de emoções. Em virtude disso, em fins da década de 1960, as emoções eram pouco encontradas nas teorias dos movimentos sociais e da ação coletiva.

Também as metodologias de pesquisa utilizadas não favoreciam a identificação das emoções, pois a pesquisa histórica excluía a observação participante, que os autores denotam “[...] ser o melhor meio para identificar as emoções de protesto” (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2009).

Contudo, os teóricos da mobilização de recursos mantinham estudos empíricos, científicos e rigorosos, mas ignoravam o que se passava nos corações das pessoas. O modelo foi evoluindo entre as décadas de 1980 a 2000, e alguns elementos foram ganhando reconhecimento no processo de análise dos movimentos, tais como: o meio ambiente, as interpretações através de lentes culturais, os *frames* (já abordados no presente trabalho); e a solidariedade de grupo como fator motivacional para a participação do indivíduo.

Goodwin, Jasper e Polletta (2009) afirmam que por mais que as emoções não tenham sido teorizadas ou reconhecidas nos estudos organizacionais, elas estiveram e estão presentes nos conceitos relacionados à compreensão dos movimentos sociais, como, por exemplo, nos estudos de identidade coletiva, *frames* e oportunidades políticas.

E mais ainda, é possível perceber a presença das emoções em cada dimensão da consciência política. O conceito de identidade coletiva, por exemplo, está fortemente atrelado às emoções visto que os laços afetivos muito contribuem para o estabelecimento de redes sociais e ações coletivas, afinal “Aceitamos o convite de um amigo para uma manifestação porque gostamos dela ou porque tememos sua desaprovação se a recusarmos, não apenas porque concordamos com ela” (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2009, p.8, tradução nossa).

Os autores também perceberam que sentimentos fortes existentes por um determinado grupo tornam a participação agradável em si, e isso independe se o movimento terá êxito em seus objetivos ou não; e verificaram que o ato de protestar, pode ser uma forma de “falar sobre si”, sobre sentimentos e emoções de um coletivo; o que revela a identidade do grupo (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2009). Há de se considerar as emoções negativas sobre a identidade, como verdade e culpa, e identidades puramente cognitivas.

Tanto os *frames* quanto a identidade coletiva, geraram uma maior receptividade das emoções, visto que para se entender estes elementos, é preciso perceber os sentimentos das pessoas sobre crenças.

As crenças também se encontram presentes na dimensão “crenças, valores e expectativas sociais”. Goodwin, Jasper e Polletta (2009) trazem que as emoções são moldadas por expectativas sociais e surgem da personalidade de cada indivíduo, mas também são socialmente construídas.

Nessa linha de pensamento, Turner e Stets (2005) afirmam, numa perspectiva sociológica, que as emoções são construções sociais, pois elas influenciam e são influenciadas pela interação em estruturas sociais reguladas por normas, crenças e valores culturais.

Os sentimentos de justiça e injustiça, por exemplo, abarcam emoções que constroem socialmente os movimentos de protesto. Gamson (1992) acredita que esses movimentos são explicados pelos *frames* de justiça, que despertam as emoções de indignação e ira. Desse modo, é possível notar que “[...]A necessidade de emoções fortes, em outras palavras, pode levar os organizadores a distorcer suas análises cognitivas” (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2009, p.8). Por outro lado, Jasper (1997, p. 49, tradução nossa) trouxe emoção e cognição numa atuação conjunta, ao dizer que as “[...] emoções como raiva ou indignação e cognições, como atribuições de culpa, juntas formam uma estrutura de injustiça”.

Goodwin, Jasper e Polletta (2009) defendem que o estudo das emoções se encontra no nível micro e macrosociológico de análise, visto que elas podem ser individuais e coletivas, e permeiam diferentes tipos de organizações sociais como locais de trabalho, bairros, comunidades, partidos políticos, movimentos; além disso, os conceitos macrosociológicos ajudam a explicar os movimentos, devido às emoções ocultas neles.

Jasper distinguiu as emoções geradas dentro de um movimento social, em dois tipos: as recíprocas e as compartilhadas. As primeiras se referem aos sentimentos contínuos existentes entre os indivíduos, como os laços de amizade, amor, solidariedade, lealdade, dentre outras peculiares do próprio grupo; já as compartilhadas, são as emoções que um grupo tem por outro, como por exemplo, a indignação existente contra políticas governamentais; ambas as emoções ainda que diferentes realizam um reforço mútuo (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2009).

Essas emoções compartilhadas, muito se assemelham à dimensão dos “sentimentos com respeito aos adversários”, visto que partem delas todos os sentimentos constituídos e/ou disseminados com relação a outro grupo.

Quanto aos “interesses coletivos”, esses emergem a partir das emoções recíprocas e das emoções envolvidas no processo de formação da identidade coletiva, já mencionadas neste subtópico. Será o interesse em comum que norteará as relações dos indivíduos uns com os outros, seguidas das “ações do movimento, suas metas e seus repertórios”. Esta dimensão é

impulsionada por emoções recíprocas e compartilhadas que se inter-relacionam. Neste momento, retoma-se a mescla entre os níveis micro e macrosociais de análise.

Contudo, tais emoções podem variar nos resultados em termos de participação no movimento social. Emoções de frustração, ciúme e inveja podem levar ao enfraquecimento do movimento, por outro lado, amor e atratividade conduzem ao maior envolvimento e participação. Assim, os repertórios emocionais disponíveis para os movimentos posteriores, estarão condicionados às emoções externadas no dado momento.

A “vontade de agir coletivamente” pode ser fruto de repertórios emocionais positivos ou negativos. Emoções associadas à raiva, tanto podem impulsionar a ação coletiva, como o rompimento dela e o desmembramento de indivíduos no grupo.

As relações feitas até aqui relacionando as dimensões da consciência política com as emoções, não são estáticas; podendo se caracterizar e se relacionar de forma variada, “[...] no entanto as possibilidades e limites dessas caracterizações e relações se darão a partir do conflito entre as diferentes concepções de mundo vigentes na sociedade, a partir da luta pela hegemonia ideológica em curso” (ROSA, 2015, p.401). Essa “luta” por uma mudança social ou superação de angústia social mediante uma situação de conflito, reflete a “eficácia política” do indivíduo ou grupo.

Outro ponto a se considerar é de que alguns escritores (JASPER, 1997; GOULD, 2001) afirmam que essas emoções por si só, mobilizam o indivíduo; assim, os movimentos não dependem de oportunidades políticas e nem de redes anteriores para suscitarem, no que desafia os princípios da teoria do processo político (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2009).

Também, no sentido de confrontar a teoria do processo político, escritores ressaltam que os indivíduos podem ingressar em organizações a partir de uma identificação emocional com a causa (de indignação, por exemplo), não precisando necessariamente de uma motivação ou até coerção por parte de outros indivíduos (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2009). Os autores chamam esse processo emocional que encoraja a participação, de choque moral. Este, que pode até reanimar uma ação.

As emoções têm grande importância no processo participativo, visto que laços de afeto e desafeto são motivadores da participação. Além disso, os sentimentos comuns gerados ajudam no processo de criação da identidade. Os indivíduos compartilham num movimento de protesto, sentimentos recíprocos de indignação, o que reforça emoções de carinho pela relação identitária percebida. O contrário também pode ser percebido, onde o afeto mútuo e o

apreço pelo outro, faz com que determinado indivíduo adote emoções e características daquele (JASPER, 1997).

Resumidamente, Jasper (1997, p. 188, tradução nossa), traz que “Emoções recíprocas e compartilhadas fomentam a solidariedade dentro de um grupo de protesto. Elas são as principais fontes de identificação com um movimento”.

Turner e Stets (2005, p. 1, tradução nossa) complementam o fomento da solidariedade ao afirmarem que as emoções são “[...] a ‘cola’ que une as pessoas e gera compromissos com estruturas sociais e culturais em grande escala [...]”; e tornam estruturas sociais e sistemas culturais de símbolos viáveis, visto que o indivíduo, ao confiar nas emoções, forma laços sociais e constrói estruturas socioculturais complexas.

Trazendo para o campo da consciência política, as emoções “[...] são importantes em todas as fases da ação política, por todos os tipos de atores políticos, em uma variedade de arenas institucionais” (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2009, p.16). Quanto à consciência, essa ocorre no interior de um organismo, mas se associa a diversas manifestações públicas que por sinais reveladores da consciência e não pela tradução do pensamento através da fala (DAMASIO, 2000).

Esses sinais reveladores podem ser definidos por Mead como gestos emocionais expressos por um indivíduo, e que emitem significados específicos, baseados nas respostas que despertam em outras pessoas (TURNER; STETS, 2005). Assim, Mead traz significado às expressões emocionais que surgem numa interação social; esta, movida por impulsos ou estado de desequilíbrio em relação ao meio social.

Portanto, é na interação simbólica que ocorre a interpretação mútua de gestos que estão acompanhados dos significados, sendo palavras, expressões faciais, semblante corporal e demais comportamentos, interpretados pelos indivíduos envolvidos que a todo o tempo assumem e desempenham papéis (TURNER; STETS, 2005).

Com base nesses estudos e teorias é que Sandoval (2005) propôs a reformulação do modelo de consciência política em que contemplou a integração de emoções e sentimentos emotivos no processo de conscientização orientado pelas dimensões do modelo original; no intuito de entender os papéis que as emoções exercem no processo de conscientização (SANDOVAL; SILVA, 2016).

Sandoval e Silva (2016, p. 46) afirmam que “[...] emoções têm um papel funcional e chave na formação da consciência política” e emergem das experiências vividas pelos indivíduos. Neste sentido, Sandoval compreende que os sentimentos emotivos cumprem 4 funções-chave ao predispor um engajamento no movimento social, sendo elas:

1) sentimentos emotivos atribuem significância e relevância às pessoas e às experiências do passado do indivíduo; 2) sentimentos emotivos afetam o processo de conscientização influenciando a retenção seletiva na memória de eventos, experiências e pessoas do passado que ganham significados pelas emoções; 3) os sentimentos emotivos impactam a sociabilidade entre as pessoas na medida em que influenciam o desejo de se agrupar ou se agregar a outras pessoas ou de não desejar agregar-se ou desagregar-se de algumas pessoas ou grupos; 4) os sentimentos emotivos impactam na disposição do indivíduo de agir individual ou coletivamente em parte como consequência de significados emotivos atribuídos anteriormente a eventos, conteúdos ou pessoas (SANDOVAL; SILVA, 2016, p.47).

É possível perceber que os sentimentos emotivos mencionados pelos autores estão muito atrelados ao resgate da vivência passada, da história do indivíduo, o conduzindo às ações individuais ou coletivas no presente. Para esses autores ainda, os sentimentos emotivos influenciam o processo de conscientização e são, simultaneamente, significantes e autossignificantes.

Uma pessoa pode atribuir significado emotivo a um fato, acontecimento ou pessoa, ao passo que atribui a si mesma um significado que corresponde ao seu agir frente ao fato; esse significado emotivo pode ter forma valorativa negativa ou positiva (SANDOVAL; SILVA, 2016).

Essa reflexão de Sandoval e Silva (2016) muito se aproxima da teoria abordada por Turner e Stets (2005) ao tratarem das emoções sob a perspectiva do interacionismo simbólico. Os autores compactuam da ideia de que as emoções têm grande impacto nas experiências das pessoas, e influenciam o modo como atribuem significados e interpretam vivências ao longo da vida.

Nessa perspectiva, o próximo capítulo trará um pouco mais acerca do interacionismo simbólico e do pensamento de Mead, alinhado às emoções e à consciência política de Sandoval e Silva (2016).

6 A CORRENTE TEÓRICA E ESTRUTURA METODOLÓGICA DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO

A partir desse capítulo, o interacionismo simbólico será apresentado como uma corrente teórica abordada por distintos teóricos, entretanto, neste trabalho o enfoque se dará nos pensamentos de George Mead e Herbert Blumer. O interacionismo também será apresentado como uma estrutura metodológica a ser desenvolvida juntamente com outros métodos na presente pesquisa.

6.1 O INTERACIONISMO SIMBÓLICO E AS EMOÇÕES

O interacionismo simbólico é tido como uma corrente teórica e como uma estrutura metodológica nas ciências sociais (BLUMER, 1982). Ele se baseia nas contribuições de George Herbert Mead (1934), em alguns escritos de Charles Horton Cooley (1902), John Dewey e W. Thomas (1928) e do discípulo de Mead, Herbert Blumer (1969), Robert Park, William James, Florian Znaniecki, James Mark Baldwin, Robert Redfield e Louis Wirth (BLUMER 1969; BLUMER, 1982).

O pioneiro nos estudos do interacionismo simbólico foi Mead, mas a identidade nítida da teoria foi dada por Herbert Blumer, seu discípulo. Este, que apresentou 3 premissas como base para o interacionismo simbólico:

A primeira premissa é que os seres humanos agem em relação às coisas com base nos significados que as coisas têm para eles. Tais coisas incluem tudo o que o ser humano pode notar em seus objetos físicos do mundo, como árvores ou cadeiras; outros seres humanos, como mãe ou balconista; [...] instituições, como escola ou governo [...] e situações que o indivíduo encontra em sua vida cotidiana. A segunda premissa é que o significado de tais coisas é derivado ou surge da interação social que se tem com os colegas. A terceira premissa é que esses significados são manipulados e modificados por meio de um processo interpretativo usado pela pessoa ao lidar com as coisas a serem encontradas (BLUMER, 1969, p.2, tradução nossa).

Pela primeira premissa, é possível afirmar que o interacionismo simbólico vê o significado surgindo do processo de interação entre as pessoas; e o significado de uma coisa tem sentido a partir da ação de uma pessoa em relação a outra(s) ou a essa coisa (BLUMER, 1969). Desse modo, os significados são produtos sociais formados em consequência da interação num processo de interpretação de gestos.

Os gestos são símbolos de mesmo significado para as partes emissora e receptora que interagem assumindo papéis num processo de leitura das palavras, expressões faciais, semblante corporal ou outro comportamento que tenha significado comum (TURNER; STETS, 2005).

O processo de interpretação se divide em duas etapas: na primeira o indivíduo interage consigo mesmo e aponta para si as coisas que possuem significado; na segunda, ocorre a interpretação ao lidar com os significados “O ator seleciona, verifica, suspende, reagrupa e transforma os significados à luz da situação em que ele é colocado e direciona sua ação” (BLUMER, 1969, p.5, tradução nossa). Assim, ocorre a interpretação que funciona como um processo formativo pelo qual a ação é orientada a partir do uso e revisão dos significados.

A teoria propõe que a partir da interação social, tem-se a formação da consciência de auto-existência e do significado de um comportamento, que resulta em “[...]um sistema de significados intersubjetivos, um conjunto de símbolos cujo significado os atores participam. O conteúdo do significado nada mais é do que a reação dos atores à ação em questão.” (BLUMER, 1982, n.p., tradução nossa).

Através da interação social, as pessoas compartilham, interpretam e criam significados que se tornam sua realidade. Ao ocorrer, a interação social cria autoconsciência e capacidade de refletir; a partir da reação do outro ao comportamento de um indivíduo, é que esse indivíduo se descobre enquanto sujeito e objeto, “[...]como na terminologia de Mead, como um ‘mim’ que se vê e é visto pelos outros e como um ‘eu’ que observa e age” (BLUMER, 1982, n.p., tradução nossa). O “eu” (identidade) implica na existência de outro(s) para existir.

Turner e Stets (2005) interpretam “eu” visto e interpretado pelo outro como uma autoimagem do indivíduo que se cristaliza numa concepção mais duradoura de si mesmo. E se refere, portanto, a autoconcepção de um indivíduo composta por significados e emoções, que influenciam na forma como estes se apresentam aos outros.

No interacionismo simbólico, a interação social é de vital importância, pois é vista como um processo que forma a conduta humana, diferentemente de esquemas sociológicos e psicológicos que a reconhecem apenas como um meio pelo qual fatores como *status*, cultura, normas, valores, sanções e atitudes produzem o comportamento (BLUMER, 1969).

Necessário também se faz apontar que Mead(1934) identifica dois níveis de interação: simbólica e não-simbólica. Na primeira, o indivíduo procura entender o significado da ação do outro e os gestos, na segunda, não ocorre interpretação da ação (repetições e respostas por impulso) (BLUMER, 1969). O gesto é parte da ação e tem significado para quem o faz e a

quem é dirigido. Além disso, é a interação social, por meio de gestos, que conduz as reações emocionais.

Segundo Blumer (1982), o ponto fraco do interacionismo simbólico, está no determinismo passivo que consiste na formação do sujeito ser determinada pelo contexto social e físico em que se encontra; contudo, Mead(1934) insiste na existência de um sujeito ativo, que escolhe se distanciar de seus próprios atos, enquanto é determinado pelas experiências de interação social; esse sujeito também define situações que encontra, além de agir sobre elas.

Alexander (1987) concorda com esse determinismo passivo, visto que Blumer insistia que o significado nas interações é determinado pela reação dos outros à ação do indivíduo. Este, não é percebido “[...] portador de uma ordem coletiva previamente definida” (ALEXANDER, 1987, p.11), sendo as atitudes definidas pela situação imediata presente na interação.

Turner e Stets (2005) apontam que Mead não examinou a dinâmica emocional que circunda em torno das avaliações dos papéis dos indivíduos nas interações e na avaliação de si mesmo a partir da perspectiva fornecida pelo outro generalizado. Para Mead, as emoções estavam implícitas nos gestos. Foi Charles Horton Cooley quem examinou de forma mais explícita as emoções no interacionismo simbólico, que reconheceu a dinâmica emocional inerente ao processo de interação.

A polêmica do determinismo passivo também é tratada no tópico seguinte, que traz críticas ao interacionismo simbólico ao tratar da consciência política.

6.2 CONCEITOS ABORDADOS POR MEAD E A RELAÇÃO COM A CONSCIÊNCIA POLÍTICA DE SANDOVAL

Inicialmente serão apresentados nessa discussão os conceitos abordados por George H. Mead (1934) em sua obra “*Mind, self and society*”. Conceitos como o “eu”, o “mim”, o outro generalizado, noções de consciência e autoconsciência serão abordados na visão de Mead e de autores que discutem essas abordagens.

Ao decorrer de cada conceito, será realizada uma tentativa de articulação entre a teoria de Mead e de Sandoval. Silva (2001) realizou um ensaio teórico com esse propósito, e analisou a teoria meadiana em relação ao modelo analítico de consciência política de Sandoval (2001). Aqui será realizada uma releitura desse trabalho, de forma a abordar

também aspectos do Modelo Conceitual de Consciência Política (SANDOVAL; SILVA, 2016).

A começar pela categoria “consciência” que, de acordo com a teoria meadiana, refere-se a algo que existe sob determinadas condições do organismo, entendido como paralelo a alguns fenômenos do sistema nervoso, de onde surge a psicologia paralelista. Assim, para Mead (1934, p.30, tradução nossa) “[...] existe um campo de consciência e um campo de coisas físicas que não são conscientes”. Assim, o autor diz que as experiências dos indivíduos aludem à consciência, e o organismo e seu ambiente (objeto comum) referem-se ao campo de coisas físicas não conscientes.

Quando Mead se refere às experiências do indivíduo, significa que o campo experiente das pessoas é tido como uma série causal que está contida no cérebro. Para além dessa experiência interna, a consciência dos indivíduos é o pré-requisito da vida social, que agrega psiques separadas das pessoas, em suas diferentes interações (de conflito, cooperação, competição) (ROCK, 2016).

Cabral (*et al.*, 2015) aborda o conceito de consciência por Vygotsky como sinônimo do psiquismo humano, consciência em si e consciência crítica, e abordam a consciência política e comunitária de Paulo Freire, onde o sujeito atingiria a autonomia pessoal a partir do diálogo, também conhecido como processo de “conscientização”. A consciência política estaria no “[...] sujeito construtor e modificador da realidade concreta” (CABRAL *et al.*, 2015, p. 419). Já Sandoval (1994b), conforme já retratado neste trabalho, trata a consciência como significados que surgem de interações.

Importante abordar a diferença entre consciência e autoconsciência. Esta última refere-se ao despertar no próprio indivíduo, das atitudes que ele tem despertado no outro; esse despertar se faz relevante, ao considerar as reações dos membros de uma comunidade, já a consciência, se refere ao campo da experiência (MEAD, 1934). Por outro lado, a consciência inconsciente “[...] se refere à capacidade de chamar em nós um conjunto de respostas definidas que pertencem aos outros do grupo” (MEAD, 1934, p.163, tradução nossa).

A partir da interação social entre o indivíduo e o grupo, tem-se o surgimento do *self* que, na organização social “[...] integra a subjetividade (experiência singular de cada sujeito) e a objetividade (espaço de interação social, da coletividade)” (SILVA, 2001, p.72). Importa afirmar que para o *self* existir, o grupo deve preexistir e realizar atividades cooperativas (MEAD, 1934).

O *self* está fundamentado no “eu” e no “mim” do sujeito, sendo o “[...] ‘eu’ - parte do sujeito que reage às atitudes dos outros - e de ‘mim’ - parte que processa e internaliza [...] os

eventos externos ao sujeito” (SILVA, 2001, p. 74). Assim, o “mim” é introduzido a partir da reação a ele como o “eu” e, ao lembrar do que disse, o “eu” se torna o “mim” (MEAD, 1934).

O sujeito ao agir com o “eu” somente, não está plenamente consciente dele mesmo e se surpreende com sua própria ação. Entretanto, quando o “eu” interage com o “mim”, há uma busca constantemente na memória por lembranças de experiências, ou seja, o “eu” histórico, que se torna o “mim” ao ser resgatado. Assim, o “mim” internaliza atitudes do próprio sujeito e do outro, o “mim” volta-se para o passado e o “eu” para o presente e expectativas futuras (SILVA, 2001).

Mead (1934) ressalta em seus estudos sobre “eu” e “mim”, que o “eu” reage às atitudes do “mim”; para ele a consciência do indivíduo quanto ao conteúdo e significados, depende da atitude de outro indivíduo em relação aos seus próprios gestos, ou seja, a consciência somente tem sentido a partir da interação com o outro. Assim, Silva (2001) constata que o outro está incluso na ação política e social do sujeito, e pode capitalizar expectativas a seu favor.

A partir da relação entre “eu” e “mim”, tem-se o *self* completo e a internalização do sujeito que pode se dar com base na generalização da atitude do outro; no que emerge o outro generalizado.

Mead (1934, p. 154) define o outro generalizado como “A comunidade organizada ou o grupo social que dá ao indivíduo sua unidade do *self*[...]A atitude do outro generalizado é a atitude de toda a comunidade”. O filósofo americano ainda afirma que o sujeito desenvolve o “eu” completo somente a partir do momento em que adota atitudes do grupo social organizado ao qual pertence, em relação à(s) atividade(s) cooperativa(s) em que participa.

Essa relação entre sujeito e sociedade e a integração intensa entre o “eu” e o “mim”, conduz o sujeito a uma consciência complexa e para Silva (2001, p. 76):

[...] esta consciência é eminentemente política, é consciência política e se constrói em relação a si próprio, ao outro generalizado e à sociedade. Quanto mais articulados estiverem o eu e o mim, formando um *self* completo, mais política poderá ser esta consciência desenvolvida pelo sujeito.

O sujeito que tem um *self* completo, com maior articulação entre o “eu” e o “mim” e desenvolvimento da consciência de si, possui consciência política; esta que poderá ser complexa. Essa constatação leva a um processo dialético conduzido pelo eu-mim na construção do *self*, em que se forma concomitantemente a consciência política (SILVA, 2001).

Dessa forma, os estudos da consciência política não devem se limitar a um processo sociológico, nem tanto a um processo psicológico, haja vista que Mead (1934) assume que a própria psicologia não deve ser estudada somente no campo da consciência, devendo trazer aspectos de um campo mais extenso, que envolva introspecção e experiência interna do indivíduo. Os estudos da consciência política devem estar submetidos à complexidade de um processo psicossocial, o que justifica a abordagem pela perspectiva interacionista simbólica de Mead.

Com isso, adentra-se à relação entre a Teoria Social do *Self* e o modelo de Consciência Política de Sandoval (2001); este último que foi influenciado por Tilly (1978), Moore (1978) Touraine (1966, 1984), Tajfel (1981), Melucci (1996) e Heller (2016), mas que se apropriou de alguns pressupostos meadianos, da tradição acadêmica norte-americana (SILVA, 2001).

Silva (2001, p.81) aponta que as principais aproximações entre Sandoval e Mead referem-se à consciência de si que é social, podendo vir a ser política; e apresenta outras premissas comuns, tais como “[...] a reciprocidade existente entre sujeito e sociedade, a mediação desse processo pela identificação e apropriação da atitude do grupo de pertença e a possibilidade de se aprofundar progressivamente esta consciência política”.

Silva (2001) em seu ensaio aborda também comparações de características opostas entre as teorias, a começar pelo caráter crítico e acrítico de cada uma delas. Para ele a teoria do *Self* não tem caráter crítico, o que permite a formação de uma consciência de si acrítica; e a teoria de Sandoval possui um caráter crítico do indivíduo, pelas experiências dele com o outro na construção da identidade coletiva.

O autor reforça esse caráter acrítico da teoria meadiana, visto que ela não propõe ruptura com a vida cotidiana do indivíduo e a consequente politização deste; contudo, neste ambiente, é que se constrói e desenvolve as crenças, valores sociais e expectativas. Mas o sujeito, na perspectiva de Sandoval, em dado momento rompe com o cotidiano em busca de uma consciência politizada.

É preciso salientar que nesse processo indivíduo e sociedade são indissociáveis e, na percepção de Mead (1934, p.189) e Silva (2001), a sociedade antecede ao indivíduo, e o “eu” deste depende da evolução histórica da sociedade: “[...] tem que haver um processo social para que haja indivíduos”. Sociedade esta, que se torna possível a partir de reações comuns, por exemplo, atitudes organizadas e processos de educação (MEAD, 1934).

Essas atitudes organizadas conduzem ao fenômeno das instituições que podem ser “[...] além de formas organizadoras dos comportamentos inter-sujeitos e dos sujeitos que as compõem, promotoras da individuação do sujeito” (SILVA, 2001, p. 77).

Aproveitando o ensejo, importa afirmar que “Para a psicologia social, o todo (sociedade) é anterior à parte (o indivíduo), não a parte ao todo; e a parte é explicada em termos do todo, não o todo em termos da parte ou partes” (MEAD, 1934, p.7). Assim, o sujeito está atrelado à sociedade num processo dialético, ele pertence à comunidade social organizada e é construído a partir das interações sociais que ocorrem nela (MEAD, 1934).

Silva (2001, p.79) em seu ensaio, aborda uma reflexão polêmica acerca da análise meadiana, e afirma que ela é “[...] por demais idealista e funcional”, ao observar em seus estudos, que Mead deixa implícito que a conduta do sujeito é contaminada por uma conduta moral; longe de ser um produto das relações sociais (SASS, 1992).

É verdade essa afirmativa de que a análise meadiana tenha características idealistas, visto que Mead interagiu em Harvard com o professor neocristão hegeliano Josiah Royce, que enfatizava a natureza social do “eu” e da moralidade, e que foi responsável pela influência sobre Mead do idealismo alemão (MEAD, 1934; SOUZA, 2011). O idealismo alemão surgiu em 1781 e teve como principais teóricos Kant, Fichte e Schelling e Hegel. O pensamento “[...] considera que a nossa mente intervém ativamente na elaboração do conhecimento e que o real, para nós, é resultado de uma construção” (LEITE, 2016, p.24).

Blumer (1969, p.22) considera que a posição filosófica do idealismo seja influente na investigação científica na ciência social e psicológica da atualidade e, para ele o “[...]idealismo é que o ‘mundo da realidade’ existe apenas na experiência humana e aparece apenas na forma em que os seres humanos ‘veem’ esse mundo”.

O idealismo alemão influenciou o paradigma⁴ funcionalista a partir das contribuições de diversos teóricos, dentre eles, Meade Blumer que, para Carrieri e Luz (1998) são autores que compõem uma corrente cruzada da escola de pensamento dentro do paradigma funcionalista. Para Carrieri e Luz (1998, p.3), o paradigma explica de forma racional as relações sociais, controla os fatos sociais e possui uma abordagem objetiva “[...] caracterizando-se pela preocupação em explicar o *status quo*, a ordem social, o consenso, a integração social, a solidariedade, a satisfação de necessidades e a realidade”.

Já Fine (2005) vê a interação simbólica como uma espécie de refúgio para os descontentes da sociologia e frustrados com a ortodoxia funcionalista, e acredita que a sociologia está dividida em três partes: funcionalismo, teoria do conflito e interacionismo simbólico.

⁴ Definidos como "pressupostos meta-teóricos básicos, que subscrevem um quadro de referência, um modo de teorizar e um *modus operandi* dos cientistas que operam dentro deles" (BURREL; MORGAN, 1979, p. 23).

O que se nota aqui é um descompasso, fruto das muitas teorias interacionistas que surgiram a partir de 1986, no período pós-blumeriano; inclusive nos anos 1990, uma diversidade de princípios foram estabelecidos por teóricos ao interacionismo simbólico, o que é bom por um lado, visto que “infla” o campo intelectual, porém, levanta dúvidas acerca de pontos da teoria: questiona-se se há um modelo dominante, se os teóricos pertencem à mesma escola e se, de fato, o interacionismo simbólico é funcionalista ou não (FINE, 2005).

Também há a abordagem simultânea objetiva e subjetiva da teoria que ocorre inclusive nos trabalhos de Blumer. Se por um lado, o interacionismo defende “[...] o estudo subjetivo e a interpretação da experiência humana, os interacionistas também esperam, por outro lado, criar uma ciência da conduta humana, uma abordagem realista social baseada em critérios científicos naturais” (FINE, 2005, p.7).

Neste sentido, ainda que Silva (2001) apresente o caráter acríptico do interacionismo simbólico de Mead, ensejando indagações acerca da epistemologia do modelo, e acabe tendo um posicionamento similar ao de Turner e Stets (2005) e Alexander (1987) outrora evidenciado neste trabalho, em que expõem a perspectiva de um interacionismo simbólico determinista passivo empregado por Mead; o autor, ao considerar o estudo da consciência política, entende que as experiências do indivíduo são resgatadas na memória, tendo ele papéis socialmente e culturalmente construídos.

O tópico abaixo reforçará esse entendimento, evidenciando que o indivíduo exerce sua capacidade de pensar e sua capacidade cognitiva nas interações e se distancia do funcionalismo estrutural, ao focar no sujeito. Assim, para fins desse estudo, o limite se dará no interacionismo simbólico de Mead e algumas contribuições de Blumer, numa perspectiva pragmática.

6.3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO

Com relação a correntes teóricas encontradas no interacionismo simbólico, há duas: a filosofia do pragmatismo e do behaviorismo psicológico (ROCK, 1979).

Na filosofia do pragmatismo nada no mundo é real, e tudo que existe é criado a medida em que o indivíduo atua dentro e fora deste mundo (BLUMER, 1982). As lembranças e a base de conhecimento deste indivíduo, ocorrem a partir do que foi útil para ele, e os objetos físicos e sociais encontrados são definidos conforme seu uso. Dessa forma, para se entender os atores sociais, deve-se compreender o que eles fazem no mundo social.

A partir dessa teoria, o interacionismo simbólico abarca 3 aspectos: “[...]: i) o foco está na interação entre o mundo social e o ator social; ii) ver o ator social e o mundo social como processos dinâmicos e não como estruturas estáticas; iii) a grande competência atribuída ao ator para interpretar o mundo social” (BLUMER, 1982, n.p., tradução nossa).

Já o behaviorismo psicológico influenciou o interacionismo simbólico, mas foi diferenciado do behaviorismo radical de John W. Watson, que foca no estímulo-resposta. Afinal, no interacionismo simbólico as pessoas interpretam estímulos e moldam suas ações a partir dessas interpretações. Assim, para Mead, os seres humanos devem ser vistos como unidades reflexivas e de interação, que possuem capacidade de pensar. Esta que está embutida na mente, percebida pelo interacionismo simbólico como um processo contínuo relacionado à “[...]socialização, significados, símbolos, o eu, a interação e até a sociedade” (BLUMER, 1982, n.p.).

Desse modo, Blumer (1969) defende que o interacionismo simbólico não pode ter como base de análise, fatores externos como estímulos e normas, conforme prega o behaviorismo radical e o funcionalismo estrutural; mas deve ter como base o sujeito.

Também a sociologia tentou explicar fenômenos sociais por aspectos supraindividuais, ou seja, a ação do indivíduo como resultado de um sistema normativo. Entretanto, no interacionismo simbólico, o indivíduo constrói o significado de um processo; e normas, posições e classes, são abstrações sem sentido, visto que não são diretamente conectadas aos atos e experiências das pessoas (BLUMER, 1982).

Assim, Blumer (1969) afirma que novas situações surgem constantemente na vida de indivíduos em um grupo, e tornam as normas estabelecidas inadequadas; até mesmo em uma ação conjunta pré-estabelecida e repetitiva, cada instância da ação deve ser formada novamente. Dessa forma, compreende-se no interacionismo simbólico, que o processo social é quem cria e mantém as regras, e não as regras que orientam os processos sociais do grupo.

A capacidade de autorreflexão e autoconsciência, onde o indivíduo socializado na interação social se torna capaz de agir conscientemente pensando ações passadas e futuras, é o que o torna único e distinto de um animal. A linguagem também reforça essa distinção, e é por ela que ocorre a transmissão de conhecimento que se dá pela troca de símbolos, numa comunicação verbal e/ou não verbal (BLUMER, 1982).

À medida que o indivíduo se socializa na interação com o outro (internalizando regras e normas da sociedade), a consciência e o “eu” se originam e se desenvolvem; num processo de interação dialética entre indivíduo e sociedade (BLUMER, 1982). Assim sendo, o “eu” é “[...] em alto grau, um produto social, mas, ao mesmo tempo, é o eu que recria e mantém a

ordem social” (BLUMER, 1982, n.p., tradução nossa). O “eu” é socialmente criado e ativo na criação e construção da realidade social, e não algo passivo, que recebe estímulos externos.

A interação de um indivíduo com outro se conceitua enquanto unidade básica da interação social, outras unidades mais globais que surgem no processo de interação social, tais como sociedade, cultura, estrutura social, dentre outros, são derivadas dessa básica. A interação “[...] ocorre entre pessoas que usam a comunicação simbólica para produzi-la e através dela criar assim um entendimento mútuo” (BLUMER, 1982, n.p., tradução nossa). Desse modo, indivíduos que se encontram, passam por um processo formativo, e levam em consideração a ação do outro, à medida que formam sua própria ação e conduta individual (BLUMER, 1969).

6.4 O PRAGMATISMO DE GEORGE H. MEAD

Mead, na época da graduação em Havard, sofreu influência dos docentes filósofos pragmáticos americanos William James e Josiah Royce, bem como foi influenciado por Charles Sanders Peirce (na Johns Hopkins University, 1879-1894) e John Dewey (na University of Chicago em filosofia de 1894 a 1904).

O significado do pragmatismo deve ser entendido em termos de sua utilidade para o indivíduo e para a sociedade. Essa visão de relação de conduta com o significado se fez presente no pensamento de Mead e Blumer, com o interacionismo simbólico (FINK, 2015).

O termo pragmatismo deriva do grego e significa ação, prática, e foi introduzido pela primeira vez na filosofia em 1878 por Charles Peirce, que expôs da seguinte maneira o princípio do pragmatismo:

O Sr. Peirce, depois de apontar que nossas crenças são realmente regras para a ação, disse que para desenvolver o significado de um pensamento, precisamos apenas determinar que conduta ele está apto a produzir: essa conduta é para nós seu único significado. E o fato tangível na raiz de todas as nossas distinções de pensamento, por mais sutis que sejam, é que não há ninguém tão fino a ponto de consistir em outra coisa senão uma possível diferença de prática. Para obter clareza perfeita em nossos pensamentos sobre um objeto, então, precisamos apenas considerar que efeitos concebíveis de tipo prático o objeto pode envolver - que sensações devemos esperar dele e que reações devemos preparar. Nossa concepção desses efeitos, sejam imediatos ou remotos, é, então, para nós, toda a nossa concepção do objeto, na medida em que essa concepção tenha algum significado positivo (JAMES, 1907, p.46, tradução nossa).

Esse princípio somente ganhou notoriedade por estudos filosóficos, 20 anos depois, quando William James o apresentou novamente, onde atribuiu “Um novo nome a algumas velhas maneiras de pensar” e, por sinal, é título do seu livro que traz todo marco da concepção e reflexões acerca do pragmatismo (JAMES, 1907).

Pensando em uma aplicação prática no presente trabalho, de forma a aplicar o princípio pragmático em casos concretos, e em observância aos escritos de James (1907), caberia instigar os sujeitos da pesquisa com questões que busquem entender em que aspectos o mundo seria diferente se determinada alternativa ou “aquilo” fosse verdade. Deste modo, uma dada realidade dos sujeitos, influencia suas práticas, sendo a influência, o significado presente na interação.

O interacionismo simbólico considera as interações sociais e simbólicas entre os indivíduos, e adere ao princípio pragmático que considera “[...] o comportamento e sua utilidade na vida cotidiana como a fonte da verdade e do significado” (FINK, 2015, p.3, tradução nossa).

Para Fink (2015), os interesses psicológicos e a filosofia pragmática tiveram grande contribuição no desenvolvimento do interacionismo simbólico, que incorpora a presente filosofia na distinção entre o “eu” e o “mim”, e na representação do *self* como um indivíduo com consciência; bem como na representação do *self* enquanto própria existência do indivíduo.

Já Casagrande (2016, p.378) considera Mead um dos principais fundadores do pragmatismo americano, devido sua originalidade na abordagem da constituição social do *self*, no início do século XX; modelo de abordagem onde “[...] ao menos dois organismos reagem um ao outro por meio de ações e expressões comunicativas recíprocas”, e denominado por Blumer como interacionismo simbólico, conforme já relatado em discussões anteriores neste trabalho.

Também Silva (2017) situa Mead como um pragmático dentro do pragmatismo em relação a Dewey e James. Para o autor, Mead desenvolveu um entendimento singular da filosofia pragmática, que vai além da teoria de James e Dewey, visto desenvolver um pragmatismo social, decorrente de uma filosofia de processo intersubjetiva e compatível com os princípios do método experimental científico (o que não equivale a uma compreensão positivista do método).

Silva (2017, p.3, tradução nossa) ainda relata que a principal função do pragmatismo de Mead é “[...] orientar a ação social para a solução de problemas práticos que confrontam os indivíduos em suas relações com o meio ambiente”. Essas problemáticas estão direcionadas aos interesses de pesquisa de Mead voltados à ciência, política democrática e individualidade. Sendo esta última, a principal contribuição do teórico para as ciências sociais trabalhada através do *self*.

A ciência para Mead nos estudos da psicologia social não se basta na observação de comportamentos; mas este “[...] deve ser localizado dentro de um ambiente composto por agentes humanos e não humanos e ser analisado, em seus aspectos observáveis e não observáveis, orientado para a solução concreta de problemas de ação” (SILVA, 2017, p.6).

A política democrática de Mead se refere à interação que se dá a partir do nível de participação e comunicação de todos os envolvidos. Além disso, por meio do conceito do “outro generalizado” de Mead, que aborda as atitudes comuns, ou seja, normas sociais, é possível avaliar direitos compartilhados na comunidade política, visto serem componente objetivo da estrutura normativa das sociedades modernas (SILVA, 2017). Os indivíduos, deste modo, assumem papéis estabelecendo uma interação política e uma relação de direitos. Estes que podem ser contestados na relação dialética entre o eu-mim (*self*).

Por fim, o *self* concebido como um processo social contínuo entre o “eu” e o “mim”. Essa relação que permite uma dialética mais geral entre o *self* e a sociedade, em que o indivíduo utiliza a criatividade para tomar caminhos de ação, e gerar um desenvolvimento pessoal mediante a experiência social em que está exposto.

Um elemento essencial do pragmatismo social de Mead é sua teoria do significado, que funciona como uma tríade composta pelo gesto de um primeiro indivíduo, da resposta do segundo e da “resultante” do ato social; quando o segundo responde ao primeiro, ele interpreta o gesto e responde com um significado; este, que está implícito em toda estrutura do ato social (SILVA, 2017).

Ao considerar a aproximação entre o interacionismo simbólico de Mead e a consciência política de Sandoval, pode-se dizer que este último adota uma postura teórica pragmática. Conforme já visto, Sandoval considera que o sujeito possui consciência política, quando possui também um *self* completo (de grande articulação eu-mim).

O sujeito com consciência política, ao interagir com a sociedade, nos mais diversos cenários de experiência social individual e/ou coletiva; conduz o pesquisador a um fenômeno de estudo com enfoque epistemológico à *posteriori*, visto que será necessário a compreensão da teoria a partir dos princípios do método experimental científico. Por isso, pode-se dizer que a consciência política de Sandoval, bem como seu modelo conceitual possuem inspiração no pragmatismo.

6.5 ASPECTOS METODOLÓGICOS DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO SOB A PERSPECTIVA PRAGMÁTICA

Em termos metodológicos, a teoria interacionista pode ser empregada nas pesquisas por dois movimentos: a Escola de Iowa, representada por Manfordkunh, que enfatizou uma abordagem mais operacional, permitindo estudos quantitativos; e a Escola de Chicago, trazendo Blumer em destaque, e que enfatizou, sobretudo, os estudos empíricos (BUENO; ALVES; FERREIRA, 2017). Seguindo uma linha mais qualitativa, o presente trabalho abordará o interacionismo de Blumer.

O interacionismo simbólico tem como componentes de análise o símbolo e o indivíduo (qualquer outro conceito deve ser analisado como ação do indivíduo); e tem como unidade de pesquisa a relação do indivíduo com o(s) outro(s), devendo ser realizada em nível micro ou básico. Assim “O pesquisador deve tentar entender como as pessoas categorizam seu contexto social, como pensam e que critérios têm para tomar suas decisões e agir de uma maneira ou de outra” (BLUMER, 1982, n.p., tradução nossa).

Assim, o sujeito está no centro da investigação, e sua atividade criativa somente pode ser acessada com a participação do pesquisador “[...] para, com suas palavras, poder dar uma imagem do que está acontecendo neste mundo” (BLUMER, 1982, n.p., tradução nossa). Desse modo, para Blumer (1969), somente pela pesquisa qualitativa, no estabelecimento de uma pesquisa naturalista⁵ de análise indutiva, num contato próximo e de interação direta com as pessoas, é que torna-se possível fundamentar os processos interpretativos e entender o mundo simbólico dos indivíduos estudados.

Ainda de acordo com Blumer (1982 n.p., tradução nossa), o interacionismo simbólico enfatiza que a sociedade deve ser estudada a partir das perspectivas particulares dos membros da sociedade. A ideia é estudar a vida social como ela ocorre, como é concebida por e para os membros da sociedade, enquanto rejeita qualquer tentativa de forçar o entendimento da realidade social através do uso de modelos teóricos pré-determinados.

Para Mead, a consciência, os pensamentos e os sentimentos devem ser as características centrais do estudo social “[...] de modo que a forma de seu estudo seja baseada em observações de atividades sociais diárias, em fatos disponíveis a todos” (BLUMER, 1982, n.p., tradução nossa). Nesses estudos também se faz necessário entender as coisas concretas e abstratas que existem a partir de significados a elas atribuídos. Essas coisas se tornam objetos a partir da ação, manifestação externa do indivíduo em relação a elas. A ação ocorre devido a símbolos construídos pelos grupos sociais, e pode sofrer variação de acordo com mudanças que ocorrem no mundo dos objetos (BLUMER, 1969).

⁵ A metodologia naturalista “[...] implica estudar em detalhes e sem manipulá-lo, o fenômeno no ambiente em que se desenvolve” (BLUMER, 1982, n.p., tradução nossa).

O objeto é qualquer coisa apontada ou referida como um caderno, uma doutrina religiosa e assim por diante; sendo classificados em 3 categorias: objetivos físicos, como lápis; sociais, como mãe, prefeito; e objetos abstratos como justiça e princípios morais (BLUMER, 1969). Entretanto, um objeto pode ter significado diferente para indivíduos diferentes. O significado do objeto se modifica conforme também se modifica a ação do indivíduo, bem como indivíduos podem compartilhar o mesmo espaço social, mas viverem em “mundos” (no sentido de cenário) diferentes, dando interpretações e significados também diferentes a um mesmo objeto (BLUMER, 1969). Para se compreender a ação de uma pessoa, faz-se necessário entender o seu “mundo” de objetos. Esses, que são formados a partir da interpretação e ação do indivíduo.

O indivíduo pode ser objeto de sua própria ação e se reconhecer como homem, professor, médico, de modo que “[...] guia-se em suas ações para com os outros com base no tipo de objeto que ele é para si mesmo” (BLUMER, 1969, p.12, tradução nossa). Neste sentido, o indivíduo participa de uma auto-interação e, ao mesmo tempo, interage com o outro realizando interpretações, atribuindo significados às ações dos outros, e moldando uma linha de ação (BLUMER, 1969).

Blumer (1969, p.15, tradução nossa), conclui que “[...] a ação por parte do ser humano consiste em levar em conta várias coisas que ele não entende, e forjar uma linha de conduta com base em como ele as interpreta”.

É importante considerar também o trabalho conjunto dos indivíduos, ou seja, a ação social. Esta, que se constrói com base na interação e interpretação social. Assim, os processos internos ocorrem em diferentes indivíduos, que se manifestam externamente dando sentido a coisas, constituindo objetos a partir de símbolos construídos socialmente; num processo de respostas de um indivíduo às ações do outro e estes às do indivíduo, portanto, processo de interação social (BLUMER, 1982).

7 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para execução desta pesquisa. Inicialmente é apresentada a perspectiva teórica do interacionismo simbólico que é usado como “lente” basilar do estudo de levantamento bibliográfico e do estudo empírico. Posteriormente, ocorre a delimitação do local e do objeto de estudo.

Em seguida, são apresentados aspectos de caracterização da pesquisa, destacando as classificações em relação à natureza, meios de produção de dados e fins (VERGARA, 2007). Posteriormente, são expostos os procedimentos para coleta de dados e a teoria alicerçada ao interacionismo simbólico, utilizada para análise dos dados.

7.1 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA NO INTERACIONISMO SIMBÓLICO

Blumer (1969) aborda a orientação metodológica do interacionismo simbólico, realizando uma crítica contumaz aos estudos da sociologia e da psicologia. O autor alega que no interacionismo simbólico não se deve haver um protocolo pré-estabelecido de investigação empírica, como por exemplo, a elaboração de um modelo lógico ou de variáveis predefinidas.

Assim, ele acredita que a natureza do indivíduo ou coletivo em estudo deve ser descoberta por um exame direto e minucioso, e que “[...]a determinação de problemas, conceitos, técnicas de pesquisa e esquemas teóricos deve ser feita pelo exame direto do mundo social empírico real, em vez de trabalhar com uma simulação desse mundo ou com um modelo predefinido desse mundo” (BLUMER, 1969, p.48, tradução nossa).

Blumer (1969, p.50, tradução nossa) abarca as premissas do interacionismo simbólico para melhor explicar a metodologia do estudo. A validade dessas premissas, segundo o autor, é testada facilmente a partir da observação e análise direta da vida social do grupo estudado, ou seja, o pesquisador precisa ir a campo. Ele diz que:

[...] a vida em grupo humano consiste em se encaixar nas linhas de ação dos participantes; esse alinhamento de ações ocorre predominantemente pelos participantes, indicando uns aos outros o que fazer e, por sua vez, interpretando as indicações feitas pelos demais; dessa interação, as pessoas formam os objetos que constituem seus mundos; as pessoas estão preparadas para agir em direção a seus objetos com base no significado que esses objetos têm para elas; os seres humanos encaram seu mundo como organismos consigo mesmos, permitindo que cada um faça indicações para si mesmo; a ação humana é construída pelo ator com base no que ele observa, interpreta e avalia; e a interligação dessas ações em andamento constitui organizações, instituições e vastos complexos de relações interdependentes.

Quanto à metodologia, há inúmeros procedimentos que podem ser empregados para exploração do campo em análise, como estudo de caso, observação, entrevista, história de vida, dentre outros; entretanto, esses procedimentos metodológicos nem sempre são utilizados para se perceber o que ocorre na vida diária de um grupo e deveriam ser estudados minuciosamente, a fim de possibilitarem essa compreensão.

No sentido de traçar caminhos a serem percorridos pelo pesquisador, Blumer (1969) aborda 4 concepções centrais do interacionismo simbólico, e discute cada uma delas aplicando instrumentos metodológicos.

A primeira concepção é de que o indivíduo ou o grupo coletivo age com base nos significados dos objetos. Portanto, faz-se necessário que o pesquisador compreenda como o indivíduo vê o objeto, para assim entender a ação deste indivíduo ou grupo. De forma resumida, Blumer (1969, p. 51) diz que “[...] as pessoas agem em relação às coisas com base no significado que essas coisas têm para elas, não com base no significado que essas coisas têm para o estudioso externo”.

Desse modo, é preciso que o pesquisador se coloque no lugar do indivíduo pesquisado, para assim, tentar identificar o(s) objeto(s) e significados destes que compõem o cenário de atuação daquele indivíduo ou grupo, num processo de observação e descrição de como o indivíduo vê e age em relação ao(s) objeto(s), em variadas situações. Também é necessário perceber e descrever como diferentes indivíduos se referem, através de conversas a respeito daquele(s) objeto(s).

A segunda concepção do interacionismo simbólico, afirma que a associação de pessoas ocorre a partir do processo de interpretação individual e coletiva, onde os indivíduos indicam e interpretam as ações entre si. Assim, as linhas de comportamento de um determinado indivíduo, são construídas com base na interação com outros indivíduos.

Contudo, para Blumer (1969, p.53, tradução nossa),

[...] os sociólogos atribuem o comportamento a fatores como papel social, status, prescrição cultural, normas, valores, afiliação a grupos de referência e mecanismos de equilíbrio social; e os psicólogos atribuem o comportamento a fatores como configurações de estímulos, impulsos orgânicos, disposições de necessidades, emoções, atitudes [...]

O que se percebe é que a interação social é tratada como o “palco” do desenvolvimento desses fatores determinantes, ignorando-se o processo formativo que ocorre por si só a partir da interação social (BLUMER, 1969). Além disso, é necessário considerar que o processo de interação não se restringe a um formato único, ou a fatores predeterminados, ela ocorre de forma diversa, em que o indivíduo encontra as ações do outro

de forma variada: que pode ser de cooperação, conflito, indiferença, competição, dentre outros formatos (BLUMER, 1969). O pesquisador, a partir dessa concepção, não deve predefinir a interação, e sim compreender como ela acontece.

A terceira concepção percebe a ação social como as atividades individuais e coletivas dos indivíduos envolvidos na interação, que observam, avaliam e interpretam as situações que os confrontam. De acordo com Blumer (1969), a ação social deve ocorrer dentro do processo de interação social, após o indivíduo ser confrontado com uma situação. Nessa situação de confronto, o indivíduo poderá interagir com o outro ou consigo mesmo, agindo, abandonando o ato, ou substituindo-o por outro.

A auto-interação poderá ocorrer também em uma coletividade através da forma de discussão, aconselhamento e debate proporcionado por um indivíduo dirigente. O pesquisador deverá ver a ação a partir de quem a forma, e não deve ver a ação como produto, atribuindo fatores antecedentes como causas explicativas dessa ação.

Por fim, a quarta concepção diz respeito às complexas interligações de atos que compreendem as organizações, instituições e divisão do trabalho. Os indivíduos pertencentes a arranjos estão interligados, e situados em diferentes pontos; também são confrontados constantemente com as atividades organizadas de outros indivíduos, devendo praticar suas próprias ações. Neste caso, o pesquisador precisa estudar e explicar a organização em termos de processo de interpretação das ações dos participantes (BLUMER, 1969).

Ações repetitivas precisam ser compreendidas quanto ao significado atribuído por um indivíduo ou grupo a elas. Ações motivadas por regras e normas, também precisam ser analisadas, no sentido de se entender de que forma elas são cumpridas pelas pessoas; se é necessário aplicar sanções ou não, ou seja, se as pessoas cumprem as regras porque concordam e apoiam ou porque são de certa forma, obrigadas (BLUMER, 1969). Também, as ações precisam ser interpretadas fazendo-se ligação com o passado do indivíduo.

O interacionismo simbólico pode ser aplicado a diversos grupos sociais onde haja processos de interação. A seguir, serão delineados o local e objeto do estudo favoráveis à utilização da supracitada orientação metodológica, perfazendo a análise nos moldes da primeira concepção apresentada.

7.2 LOCAL DO ESTUDO

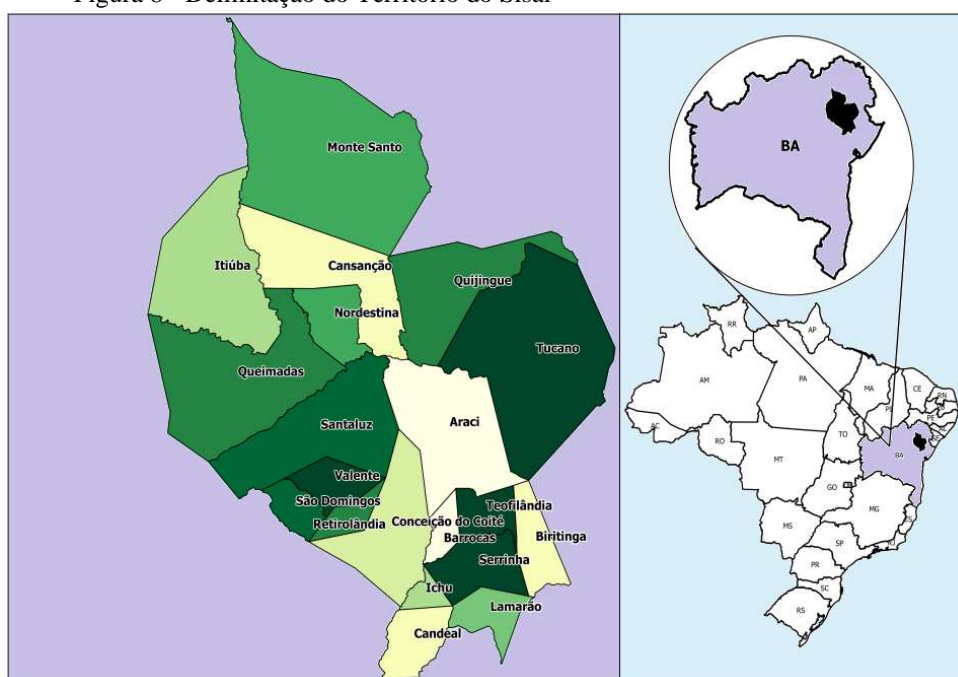
A presente pesquisa tem como espaço de estudo municípios pertencentes ao território do Sisal (FIGURA 8), localizado na região semiárida brasileira e no Nordeste do Estado da

Bahia, recebendo esse nome em virtude da planta sisal, ou *agave sisalana* *perrine*, que se caracteriza enquanto principal fonte de atividade econômica da região (PLANO DE DESENVOLVIMENTO..., 2016). A planta originária do México, teve seu cultivo iniciado na Bahia em 1903 e se adaptou facilmente ao clima da região, propiciando grandes mudanças na vida da população do campo, sendo uma das bases de apoio da economia regional (PLANO DE DESENVOLVIMENTO..., 2016).

O território do Sisal ocupa uma área de 3,6% da área total do estado da Bahia que é de 564.692Km² e abrange os municípios de Araci, Barrocas, Biritinga, Candéal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente. E possui um tipo climático semiárido, com exceções dos municípios de Ichu, Barrocas, Lamarão e Serrinha, considerados subúmidos a secos.

O principal tipo de bioma da região é a Caatinga, com tipo singular de vegetação xerófila tropical (árvores baixas de aparência seca e com folhas pequenas). Já o ecossistema abrange espécies como umbuzeiro, xique-xique, palma, mandacaru dentre outros. O solo do território é seco e pobre em nutrientes.

Figura 8 - Delimitação do Território do Sisal



Fonte: MDA (2020).

A denominação Território do Sisal surgiu em substituição à tradicional Região Sisaleira em 2003, onde novas políticas territoriais foram adotadas pelo Estado brasileiro (CODES SISAL, 2021).

A história do Território do Sisal está ligada ao período colonial brasileiro, quando colonizadores portugueses chegaram no semiárido baiano e no Nordeste em meados do século XVI (SILVA, 2016). O interior do Nordeste foi colonizado considerando fatores como missões religiosas, expansão pastoril e atividades bandeirantes (CODES SISAL, 2021). A pecuária extensiva foi utilizada para penetrar o interior e por possuir baixos custos, atingindo a região do rio São Francisco no século XVIII, mas foi em fins do século XIX e início do XX que esse tipo de ocupação teve concretização.

O território do Sisal é composto por vinte municípios, com regiões de clima semiárido, períodos alternados de chuva e estiagem. Possui também uma variedade de espécies da fauna da caatinga. O território passou por carências de recursos naturais, econômicos e sociais, cuja sobrevivência, no fim do século XIX, era difícil e penosa. A partir da década de 1930, a cultura do sisal passou a operar uma transformação social, propiciando o desenvolvimento da economia nordestina, tendo papel de destaque entre 1938 a 1969 (SILVA, 2016).

Após 1975, com a chegada de produtos substitutos, a cultura do sisal tem seu momento de crise, com produção reduzida em quase 60% até 1997, o que gerou novos problemas sociais e econômicos (SILVA, 2016). Além disso, a expansão da produção do sisal “[...] foi caracterizada pela permanência da propriedade desigual e da distribuição assimétrica dos benefícios econômicos” (SILVA, 2016, p.157). E a atuação no setor sisaleiro sujeitava o trabalhador rural a baixa remuneração e péssimas condições de trabalho; trabalhador este, vindo a migrar para centros urbanos regionais, motivado pela crise da cultura do sisal. Outro fator preponderante para a migração de pequenos e médios produtores, foi a política dos preços mínimos adotada aos setores de exportação e industrialização a partir de 1970.

Essa crise proporcionou mobilizações e alternativas organizativas na região, com o auxílio da igreja Católica e apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que junto à sociedade civil, formou nos anos 1960 o Movimento de Organização Comunitária (MOC), e a partir dele a Associação de Desenvolvimento Sustentável Solidário da Região Sisaleira (APAEBs) e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) (SILVA, 2016).

A APAEB-Valente visava melhorar a qualidade de vida do produtor rural e de trabalhadores do sisal; reduzindo preços de intermediários com a batedeira comunitária em 1986, na busca por valores justos na produção do sisal. Desse período em diante, a APAEB-Valente começou a exportar, receber e processar fibra de sisal, além disso, com um capital

adquirido com o apoio do Banco do Nordeste e governo belga, a Associação criou uma estrutura produtiva com equipamentos têxteis de Holanda em 1996, atuando também nos municípios de Queimados e Retirolândia (SILVA, 2016).

A partir de 2003, surgem no território do Sisal, algumas políticas territoriais, tais como o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Sisal que surgiu pela demanda dos movimentos sociais, a fim de construir discussões de políticas públicas com gestores locais, em busca de benefícios para grupos sociais, cooperativas, associações e prefeituras do território (SILVA, 2016).

Por iniciativa de membros do CODES Sisal que foi fundado em 2010 o CONSISAL (Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal) com a missão de “Promover o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios que Integram o Território, propiciando o bem-estar de forma socialmente justa e ecologicamente equilibrada”. O CONSISAL possui linha de ação envolvendo diversas áreas, dentre elas “[...]abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais, gestão de resíduos sólidos[...]educação profissional, saúde, apoio à agricultura familiar e a economia solidária, entre outras” (SAMPAIO, 2015, p.28).

Cabe abordar também a importância da articulação sindical a partir dos STRs, nos anos 1980, com papel relevante na mobilização social do território do Sisal, em parceria com outros agentes, tais como cooperativas, associações e movimentos sociais.

Outro marco no território do Sisal são as cooperativas de crédito que desenvolveram e desenvolvem um mercado alternativo de crédito e financiamento, melhorando a economia local. No atual período de pandemia, as cooperativas de créditos tem sido uma oportunidade de acesso ao crédito.

Destacam-se cinco cooperativas no território: Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB SISAL - Serrinha (ASCOOB Serrinha), Cooperativa de Crédito Rural Vale do Itapicuru (ASCOOB Itapicuru) e Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB Cooperar (ASCOOB Cooperar); Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Nordeste e Centro Sul da BahiaLtda (SICOOB Coopere) (SILVA, 2016).

7.3 OBJETO DE ESTUDO

A partir dos aspectos históricos do território do Sisal expostos, e da relevância das cooperativas de crédito rural para a região, optou-se por se trabalhar com a cooperativa de crédito rural ASCOOB Sisal. A escolha pelo presente *locus* de pesquisa se deu tendo em vista

que esta é a maior cooperativa do Sistema ASCOOB, abrangendo 11 pontos de atendimento pelo estado baiano.

AASCOOB Sisal busca “[...] fortalecer a economia familiar através do cooperativismo de crédito, fomentando os processos de desenvolvimento local integrado, sustentável e solidário, através da inclusão financeira em sua base social, situada na região sisaleira da Bahia” (SANTOS, 2018, p.119).

A ASCOOB Sisal – Serrinha surgiu em 1991 com a nomenclatura COOCRESE – Cooperativa de Crédito Rural de Serrinha- Ltda, e integrava a CREDIBAHIA, sistema que centralizava as cooperativas no estado, sendo posteriormente integrada no SICOOB – Central; passando-se a se chamar SICOOB – Serrinha em 2000. Depois, com o surgimento da Associação ASCOOB, o SICOOB – Serrinha filiou-se a ela, a fim de fortalecer o crédito rural. Entretanto, o Banco Central aprovou a atuação da ASCOOB como cooperativa central; com isso o SICOOB – Serrinha se filiou e adotou o nome de ASCOOB Sisal (SANTOS, 2018).

Todas essas mudanças ocorreram com o apoio de movimentos sociais que se preocupavam com as limitadas operações e específicas e restritas escalas de trabalho, com poucas políticas assistenciais; o que impossibilitava o atendimento às necessidades dos pequenos agricultores, micro e pequenas empresas (SISTEMA ASCOOB, 2020).

Na presente pesquisa o foco se dará na ASCOOB Sisal, com sede no município de Serrinha, tendo em vista o fato de já existir aproximações com a cooperativa; que surgiu em 2018 a partir de ações de fomento do cooperativismo entre o empreendimento e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, onde a doutoranda atua como docente. Essa incursão impulsionou o interesse por aprofundamentos teóricos acerca do processo de cooperação existente no interior da cooperativa. A aproximação com o *lócus* de pesquisa tende a facilitar o acesso a informações e discussões.

7.4 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA E PRODUÇÃO DE DADOS

Esta pesquisa se caracteriza inicialmente como bibliográfica, apresentada por Pizzaniet *al.* (2012, p.54), como “[...] a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico”. No presente trabalho, as teorias discutidas partiram do levantamento bibliográfico encontrado em livros, teses, dissertações, periódicos, artigos de jornais e revistas, dentre outros, e a partir de premissas teóricas que auxiliaram no resgate teórico dos estudos sobre consciência política, e que motivaram a construção do Modelo analítico de

Consciência Política (2001) e do Modelo Conceitual de Consciência Política (SANDOVAL; SILVA, 2016).

A partir desse levantamento, ampliou-se o campo de discussões e problematização, no que emerge uma extensa construção teórica do modelo que é um marco teórico da psicologia política brasileira. No âmbito dos estudos organizacionais, área da administração que admite a utilização de marcos teóricos das ciências humanas, é que se insere esta pesquisa.

A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso na tipicidade instrumental, visto que Alves-Mazotti (2006) e Stake (2000) consideram se tratar de um estudo que tende a facilitar a compreensão de algo mais amplo. Deste modo, ao estudar a ASCOOP Sisal – Serrinha-BA, pretende-se problematizar o uso do modelo, analisando como suas dimensões emergem nas cooperativas de crédito rural.

Em complemento, tem-se uma pesquisa documental junto à cooperativa, sendo os documentos fontes de informação e conhecimento, que transmitem significações diferentes a depender do contexto social histórico em que seja lido (HODDER, 1994). Na pesquisa documental se deu a análise dos escritos primários, portanto, que não receberam tratamento analítico (DA SILVA *et al.*, 2016), representados por projetos implementados e materiais que tratam da educação cooperativista, estatuto, regimento interno, atas de Assembleias e reuniões, e informações presentes em *sites*.

Em todos esses materiais, tem-se a verificação das características referentes às dimensões do Modelo Conceitual de Consciência Política para Cooperativas. Assim, é feita a seleção de materiais recentes, com maior proximidade em tempo, produzidos há, no máximo, 1 ano (a contar 1 ano antes da data da coleta de dados, ocorrida em janeiro de 2021), visto serem necessários documentos que se constituem enquanto reflexo da realidade (MAY, 2004). Os materiais foram disponibilizados via e-mail e/ou pessoalmente pelo Conselho de Administração e setor de formação da cooperativa.

Os documentos passaram por uma avaliação crítica aplicada em cinco dimensões: o *contexto*, dentro do qual aquele documento foi produzido, observando a conjuntura política, econômica, social e cultural, além da identificação das pessoas, grupos sociais e locais envolvidos; o *autor ou os autores*, observando interesses e motivos que levaram à produção do documento; a autenticidade e a confiabilidade do texto, observando a qualidade da informação; a natureza do contexto, observando o contexto no qual o material é redigido; e os *conceitos-chave e a lógica interna do texto*, de modo a delimitar de forma adequada o sentido das palavras e conceitos, observando gírias, regionalismos, linguagem popular, linguagem organizacional, dentre outros (CELLARD, 2008).

Com relação à análise das dimensões do Modelo Conceitual de Consciência Política (SANDOVAL; SILVA, 2016), a fim de identificar nos materiais coletados, como as interações favorecem o processo de formação da consciência política, coube verificar nos conteúdos, elementos que demonstraram a lealdade do sócio à cooperativa em seu processo de politização (identidade coletiva); elementos que demonstraram os valores, crenças e expectativas dos sócios (crenças, valores e expectativas sociais); elementos que demonstraram a capacidade do sócio em intervir numa situação política (eficácia política); elementos que demonstraram o interesse dos cooperados na ação coletiva (interesses coletivos); elementos que caracterizaram a identificação de aliados e adversários da cooperativa, na compreensão dos sócios (sentimentos com respeito aos adversários); elementos motivadores da participação que conduzem os sócios à busca por direitos e justiça (vontade de agir coletivamente); e elementos que apontaram o grau em que os sócios percebem as metas da cooperativa (metas e repertórios de ações). Além disso, coube analisar nos materiais coletados, quais foram os mecanismos de participação existentes para que os cooperados pudessem participar.

Também foi essencial no processo de ida a campo, a observação da instituição analisada. Neste tipo de coleta de dados, foram realizadas, de forma limitada (devido a pandemia), “[...] anotações de campo sobre comportamento e as atividades dos indivíduos no local de pesquisa” (CRESWELL, 2010, p. 214). Deste modo, foi realizada apenas uma observação na instituição, fazendo uso de máscara, álcool 70% e mantendo distanciamento de 1 metro, conforme prevê a Organização Mundial da Saúde, em virtude da atual pandemia. Importante ressaltar que a cooperativa tem retomado as atividades gradativamente, com o funcionamento de alguns setores, porém, sem a participação presencial dos sócios.

Por fim, houve a realização da entrevista, em que Gaskell (2000, p.65) reconhece sua importância ao afirmar que “A compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados é a condição *sine qua non* da entrevista qualitativa”. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, por amostragem não probabilística, por tipicidade, ou seja, foi selecionado um grupo com características importantes para se analisar a problemática proposta no trabalho (GOODE; HATT, 1979), cujos critérios de seleção dos sujeitos da pesquisa são expostos adiante.

O protocolo de entrevista expresso no Apêndice I, foi baseado nas orientações de Creswell (2010) e Marconi e Lakatos (2003), com a elaboração de um cabeçalho, roteiro de tópicos relativos ao problema e relacionados com as dimensões do Modelo Conceitual de Consciência Política (SANDOVAL; SILVA, 2016), e agradecimentos.

Visto a realidade de isolamento social devido à orientação do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde, para que a população mantenha o isolamento social por período indeterminado, visando o combate ao Coronavírus (COVID-19); as entrevistas ocorreram por meio do serviço de comunicação desenvolvido pelo Google, o *Google Meet*. O serviço é de fácil utilização, podendo ser acessadas via celular ou computador, a partir de um *link* de acesso enviado pelas responsáveis na pesquisa. Houve apenas 1 (um) caso de impossibilidade de acesso à *internet*, e a entrevista se deu via ligação telefônica.

Problemas de ruídos também foram constatados durante as entrevistas, por exemplo, barulhos de obra e de carros de som na rua, e problemas com o áudio no próprio computador. A realização das entrevistas dentro da casa ou no ambiente de trabalho do entrevistado, por um lado, facilitou o acesso, de forma rápida e com baixos custos, porém, por outro lado, permitiu mais momentos de dispersão, em virtude de pessoas próximas ou situações que exigiam a atenção do cooperado.

Outro fator limitante é que as entrevistas foram previstas para ocorrer presencialmente, assim, sentimentos e emoções dos entrevistados seriam captados de forma mais precisa. Devido à mudança na coleta de dados, onde a entrevista ocorreu virtualmente, houve uma dificuldade em se perceber sinais emotivos ou sentimentais; contando também, que o distanciamento e os ruídos interferiram bastante na coleta destes resultados.

Também, a compreensão quanto à participação dos sócios tornou-se limitada a entender qual a predisposição do associado à participação na gestão da cooperativa; visto a impossibilidade de estar presencialmente no ambiente de interação em que se pressupõe uma participação (pré-assembleias, assembleias, cursos, palestras, visitas à comunidade, dentre outros).

Como esses eventos foram suspensos, a predisposição do associado foi analisada com base em determinados questionamentos presentes nas entrevistas. A Assembleia Geral (AG) chegou a ocorrer virtualmente, sendo a Ata componente da análise documental deste estudo. Foi obtida a informação de que o conteúdo da AG encontrava-se gravado, entretanto, apesar de ter sido realizada junto à ASCOOB Sisal Serrinha-BA solicitações de acesso, a gravação não foi disponibilizada.

Assim, foram entrevistados nos meses de fevereiro e março de 2021, sujeitos típicos presentes na ASCOOB Sisal – Serrinha – BA, que conta com 35.619 sócios distribuídos nos três territórios de Identidade que são o sisal (Barrocas, Biritinga, Cidade Nova, Conceição do Coité, Ichú, Lamarão, Serrinha e Salgadália), Recôncavo (Cabaceira do Paraguaçu e Governador Mangabeira) e Baixo Sul (Ituberá, Igrapiuna, Taperoá e Valença), totalizando de

13 municípios, e 14 agências (ASCOOB, 2019). Os critérios de seleção contemplaram diferentes tipos de sujeitos: 1 cooperado de cada agência, totalizando 14 cooperados; e sujeitos pertencentes à estrutura administrativa (Figura 9) da cooperativa com sede em Serrinha/BA, a contar: 1 representante do Conselho de Administração, 1 representante da gerência administrativa, 1 representante da gerência comercial, 1 representante do setor de formação e 1 representante do Conselho Fiscal, totalizando 5 cooperados.

Deste modo, a entrevista teve um total de 19 sujeitos típicos; selecionados por critério de acessibilidade. Importa ressaltar que interessa à pesquisa as percepções em relação à consciência política e participação nos diferentes sujeitos da cooperativa, não sendo relevante a seleção de uma amostra representativa da população, em termos quantitativos. Os entrevistados receberam um convite por e-mail e/ou *whatsapp*, onde foram descritos os objetivos do estudo e a importância da contribuição dos sujeitos para a pesquisa.



Fonte: SISTEMA ASCOOB, 2020.

Para que a identidade dos entrevistados fosse resguardada, foram adotados códigos de identificação dos sujeitos entrevistados. Cabe citar que os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE II) para a participação nesta pesquisa, conforme Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS nº 466 de 12 de dezembro de 2012. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP da UFES, sendo aprovada posteriormente (APÊNDICE III). As entrevistas foram gravadas, com o consentimento dos entrevistados, e foram transcritas, para posterior análise.

Cabe salientar que a pesquisa documental e a pesquisa de campo foram realizadas após finalizada a pesquisa bibliográfica, visto que os resultados obtidos a partir da análise

aprofundado-senomodeloconceitual de Sandoval e Silva (2016), foram fundamentais à análise da consciência política na cooperativa de crédito solidário. Abaixo segue a sistematização metodológica associada aos objetivos da pesquisa:

Tabela 3 - Sistematização metodológica.

Método utilizado	Técnicas de coleta de dados	Instrumentos de análise	Objetivo a ser atingido	Período de análise
Pesquisa bibliográfica	Revisão de literatura	Livros, teses, dissertações, periódicos, artigos de jornais e revistas, dentre outros	Investigar e problematizar o Modelo Conceitual de Consciência Política (SANDOVAL e SILVA, 2016)	Abril a novembro de 2020 (7 meses)
			Compreender as contribuições do modelo para o cooperativismo de crédito rural solidário.	
Estudo de Caso	Observação	Observar ambiente institucional e rede social (site)	Analisar qual o papel da ASCOOB na construção da consciência e participação política dos cooperados.	Dezembro de 2020 e janeiro de 2021 (2 meses)
	Análise documental	Projetos implementados e materiais que tratam da educação cooperativista, estatuto, regimento interno, atas de Assembleias e reuniões, e informações presentes em sites		Janeiro e fevereiro março 2021 (3 meses)
	Entrevista	Sujeitos típicos da ASCOOB SISAL/BA		Fevereiro e março de 2021 (2 meses)

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

7.5 MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS

O aporte teórico do interacionismo simbólico permite “[...] investidas metodológicas flexíveis, adaptáveis a cada realidade ou objeto estudado” (BUENO ALVES; FERREIRA, 2007, p.471). Neste sentido, Bueno, Alves e Ferreira(2017) utilizaram o método de análise interacionista associado à cibercultura, visto que o embasamento teórico culturalista dialoga com questões do campo digital. Para essa análise os autores sugeriram como ferramenta de averiguação, a netnografia⁶, que se aproxima muito da etnografia, um recurso adotado por interacionistas. Os autores sugerem uma análise das trocas sociais que possibilitam a interação no mundo digital, no que pode ocorrer pela análise de diferentes formas de linguagens encontradas no ciberespaço.

⁶ A netnografia “[...] é uma abordagem específica para conduzir etnografia na internet. É uma metodologia de pesquisa qualitativa e interpretativa que adapta técnicas etnográficas tradicionais ao estudo das redes sociais.” (KOZINETS, 2015, p.1, tradução nossa).

Essa inspiração metodológica, baseada na netnografia, leva em consideração “[...] procedimentos de ordens linguísticas, como a natureza da conversação, como também as não-verbais, baseadas na sociolinguística interacional, e ambos podem complementar as discussões teóricas de viés interacionista” (BUENO; ALVES; FERREIRA, 2007, p.469).

Crossetti *et al.* (2019), desenvolveram uma investigação na área da enfermagem, relacionando o interacionismo simbólico ao método Teoria Fundamentada em Dados (TFD), ao considerar a similaridade dos princípios que os estruturam. O sociólogo de Chicago, Anselm Strauss “[...] trouxe para TFD as noções da atividade humana, dos processos emergentes, das significações sociais e subjetivas, das técnicas e soluções de problemas e do estudo integral da ação” (CROSSETTI *et al.*, 2019, p.1405), o que aproxima a teoria da interação simbólica proposta por Blumer.

Já Sauerbronn e Ayrosa (2010) trouxeram como proposta metodológica, o interacionismo interpretativo de Denzin, cujo antecedente é o interacionismo simbólico de Blumer associada à perspectiva interpretativa da fenomenologia com a hermenêutica. O interacionismo interpretativo pressupõe “[...] que as ações humanas se dão em direção ao outro, com o outro e a partir do outro, em processos mútuos que resultam nas experiências interacionais mediadas por símbolos e pela linguagem” (SAUERBRONN; AYROSA, 2010, p.858).

Dentro dos estudos organizacionais, a metodologia baseada no interacionismo simbólico, permite uma melhor compreensão acerca da dinâmica organizacional, por meio do estudo da linguagem; uma compreensão da cultura organizacional, visto que recupera o processo de elaboração do universo simbólico ou construção da realidade da organização; compreensão dos *status* construídos e institucionalizados, por meio de símbolos; e acerca do estudo dos processos de aprendizagem organizacional, no que diz respeito a percepções, atitudes, crenças, valores e identidade (CARVALHO, 2011). O interacionismo também permite ao pesquisador validar e formular teorias, a partir da exploração do universo empírico.

Ao considerar as metodologias apresentadas e a realidade do campo de pesquisa voltada aos estudos organizacionais, cabe compreender a realidade da organização pesquisada, bem como os significados sociais e subjetivos. Esses significados para Strauss, baseiam-se na utilização da linguagem e emergem por meio da ação.

Assim, parte-se de uma perspectiva pragmática que anuncia o interacionismo simbólico, onde Charmaz (2009, p.2) aborda como “[...] uma perspectiva teórica que

compreende que a sociedade, a realidade e o indivíduo são construídos por meio da interação e, assim, conta com a linguagem e a comunicação”.

Neste sentido, a parte empírica do presente trabalho junto à cooperativa de crédito rural ASCOOP Sisal, envolveu uma pesquisa pragmática, interacionista simbólica, alinhada ao método de análise da TFD, visto que esta teoria deriva seus fundamentos teóricos do pragmatismo e do interacionismo simbólico (DEWEY, 1925; MEAD, 1934; BLUMER, 1969).

A *Grounded Theory*, traduzida para o português como Teoria Fundamentada, foi criada nos anos 60 pelos sociólogos Barney Glaser e Anselm Strauss, e pode ser abordada em 3 vertentes: a Clássica vinculada a Glaser, e que possui base filosófica positivista moderada; a Straussiana vinculada a Strauss e Corbin, com base filosófica pós-positivista e interacionista simbólica; e a construtivista, vinculada a Charmaz, com base filosófica construtivista e interacionista simbólica (SANTOS *et al.*, 2017). Araújo (2011), ainda aponta a existência da teoria pós moderna de Adele Clarke.

Charmaz (2009) criticou o pós-positivismo de Strauss, abarcando um procedimento sistemático de codificação, e propôs uma análise intensamente baseada no interacionismo pragmático e simbólico que enaltece a composição da teoria fundamentada com base nos significados, na linguagem, na interpretação e na interação.

A TFD além de tentar descobrir condições relevantes, também determina como os indivíduos respondem às mudanças de condições e às consequências de suas ações; nesse processo, o pesquisador se responsabiliza por captar essa interação (CORBIN; STRAUSS, 1990).

Conforme se é percebido em outras abordagens qualitativas, os dados da TFD podem surgir de procedimentos de coleta de dados como entrevista, observação, análise documental; bem como outras fontes que possam esclarecer as questões propostas no estudo. No presente estudo, ainda que a pesquisa conte com uma vasta quantidade de materiais de análise, optou-se por desenvolver a TFD com base somente nas entrevistas, visto que as percepções relacionadas às emoções e sentimentos e à predisposição à participação, são melhores compreendidas a partir das respostas dos entrevistados. Afinal, ainda que Glaser (2002) afirme que tudo são dados, estes “[...]variam na qualidade, na relevância dos seus interesses emergentes e na utilidade para a interpretação” (CHARMAZ, 2009, p.33).

Nesta pesquisa a opção foi pela TFD construtivista de Charmaz, visto que todo percurso teórico está embasado no interacionismo simbólico e no pragmatismo. Ainda que a vertente Straussiana também esteja embasada no supracitado percurso teórico, a postura da

teoria construtivista parte de uma construção da teoria fundamentada de forma conjunta, que inclui dados coletados e o pesquisador.

Dessa forma, a teoria fundamentada é construída a partir do envolvimento do pesquisador e das “[...] interações com as pessoas, as perspectivas e as práticas de pesquisa, tanto passadas e como presentes” (CHARMAZ, 2009, p.25). Assim, será feito um exercício, a fim de se evidenciar as construções da realidade, por meio dos significados implícitos dos cooperados, bem como opiniões sobre suas experiências (CHARMAZ, 2009).

A partir de conceitos sensibilizadores (BLUMER, 1969), quanto à formulação de determinadas perguntas sobre a temática da consciência política; ideias a serem investigadas e encadeadas às dimensões propostas por Sandoval e Silva (2016) deram lugar ao roteiro de entrevista (Apêndice I). Tais conceitos sensibilizadores são provisórios.

A doutoranda desta pesquisa, por ser formada na área e atuar como docente lecionando disciplinas relacionadas aos tópicos de estudo, possui intimidade com o tema trabalhado e, conseqüentemente, perspectivas privilegiadas. O que impulsionou a imersão no campo de estudo, mas que não determinou os rumos da pesquisa.

Os procedimentos específicos para coleta e análise de dados da TFD construtivista, são os seguintes: codificação aberta (com a denominação de cada palavra, linha ou segmento de dado), codificação focalizada, codificação axial, e codificação seletiva. A codificação, segundo Charmaz (2009, p.69), significa “[...] categorizar segmentos de dados com uma denominação concisa que, simultaneamente, resume e representa cada parte dos dados”. A codificação representa o elo entre os dados coletados e o desenvolvimento da teoria que emerge em explicação a esses dados (CHARMAZ, 2009).

A primeira etapa, *a codificação inicial*, é a comparação de dados para fins da exploração das possibilidades teóricas e conseqüente construção dos códigos. O processo de comparação dos dados permite entender o que os entrevistados da pesquisa vêem como sendo problemático, e isso passa a ser tratado de modo analítico.

A análise faz uso de comparações constantes, ou seja, os conceitos resultantes são rotulados, comparados e agrupados ao longo da pesquisa. Corbin e Strauss (1990) mencionam que a realização de comparações contribui para que o pesquisador se resguarde contra o viés, visto que ele desafia conceitos com novos dados.

As entrevistas foram comparadas umas com as outras, observando-se as localidades distintas, processos, ações e crenças. Os códigos suscitados foram originando conceitos, e até alguns códigos que conduziam a outra perspectiva de um processo, portanto, diferente

daquele defendido pelos entrevistados, foram analisados no sentido de revelar ações e significados ainda ocultos.

A *codificação focalizada* é a etapa que segue, ela “[...] utiliza os códigos anteriores mais significativos e/ou freqüentes para analisar minuciosamente grandes montantes de dados” (CHARMAZ, 2009, p.87). Essa codificação representa a decisão por se utilizar códigos que permitem uma melhor compreensão analítica na categorização dos dados.

Em seguida, tem-se a *codificação axial* que é a etapa onde as categorias são relacionadas a outras categorias e às subcategorias (caso existam) (CORBIN; STRAUSS, 1990). Corbin e Strauss (2008) propõem um esquema organizacional, a fim de classificar e organizar as conexões emergentes, chamado paradigma. Esse paradigma é composto por condições que são situações que determinam a estrutura do fenômeno estudado; ações/interações traduzidas pela rotina dos participantes ou suas respostas a eventos ou problemas; e as conseqüências, que são os efeitos das interações (CHARMAZ, 2009).

Essa etapa, por fornecer uma estrutura a ser aplicada pelo pesquisador, pode provocar uma restrição na capacidade analítica deste. Assim, caso o pesquisador opte por diretrizes simples e flexíveis, que permeiam a ambigüidade, pode abortar a codificação axial.

Nesta pesquisa, foi optado pela não utilização da codificação axial neste formato, visto que o esquema de organização paradigmático, enuncia perspectivas positivistas, motiva a aplicação de uma estrutura analítica dos dados e se distancia da perspectiva metodológica e teórica interacionista simbólica e construtivista, amplamente defendida nesta tese. Assim, serão realizadas análises das relações percebidas entre as categorias e subcategorias elaboradas, de modo a não restringir os códigos construídos.

Por fim, tem-se a última etapa da *codificação teórica*, em que estes códigos são a especificação das relações possíveis entre as categorias desenvolvidas na codificação focalizada (CHARMAZ, 2009). Esses códigos são integrativos e contribuem para que a orientação analítica seja transformada em uma orientação teórica.

O presente trabalho também faz uma análise com base na triangulação dos dados. Minayo (2010) afirma que a triangulação possibilita a “[...] combinação e cruzamento de múltiplos pontos de vista” (MINAYO, 2010, p. 29) e “[...] o emprego de uma variedade de técnicas de coleta de dados que acompanha o trabalho de investigação” (MINAYO, 2010, p. 28). Dessa forma, foi realizada uma triangulação com base nos resultados obtidos da observação, análise documental e entrevista.

No próximo capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa, que se estende até o item 8.6 e, do item 9 em diante, serão apresentadas as considerações finais.

8 PERCEBENDO OS SIGNIFICADOS DAS “COISAS”

Este capítulo abará a apresentação dos resultados e análises realizadas, a partir da triangulação dos dados. Serão apresentadas análises dos documentos coletados junto à ASCOOB Sisal, da observação e das entrevistas, em que os dados foram tratados com base na TFD construtivista.

8.1 A REPRESENTAÇÃO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA CONSTRUÍDA EXPRESSA NOS ESCRITOS PRIMÁRIOS

Neste tópico serão apresentadas análises dos escritos primários que serão relacionados à consciência política e à participação. Mediante diversos materiais de análise, optou-se por uma separação dos dados, a fim de clarificar os resultados e direcionar a discussão. Os membros da estrutura administrativa da ASCOOB Sisal mostraram-se acessíveis e disponibilizaram o Estatuto Social, a ata da Assembleia Geral Ordinária, lista de cursos, relatórios de pré-assembleias, plano de ação, descrição de projetos e programas, além de apontarem as resoluções e leis que regem o cooperativismo de crédito. Outros documentos importantes para análise foram os conteúdos disponíveis nos *sites* da ASCOOB e da CRESOL.

8.1.1 O Estatuto Social e a legislação vigente

Ao analisar o Estatuto Social da cooperativa de crédito ASCOOB Sisal, com redação consolidada na forma das alterações efetuadas pela Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida no dia 25 de julho de 2020, foi perceptível a existência de 18 capítulos que tratam da denominação, da sede, do foro, do prazo de duração, da área de ação e do exercício social; do objeto social; dos associados; livros; do capital social; das Assembleias Gerais; da Administração; do Conselho Fiscal; dos balanços, das sobras, das perdas e dos fundos sociais; da dissolução e da liquidação; regime financeiro; regime de cogestão; da ouvidoria; da representação, da solidariedade e das atribuições e poderes da ASCOOB CENTRAL a qual a ASCOOB Sisal é associada; fundos garantidores; administração de recursos financeiros; uso da marca; das disposições gerais e transitórias.

A fim de direcionar a discussão para os objetivos dessa pesquisa, o Estatuto Social não será tratado em sua integralidade, sendo destacados apenas conteúdos que, aliados à teoria proposta, agreguem na análise crítica. Alguns trechos do Estatuto serão abordados posteriormente junto à análise das entrevistas.

Ao observar o contexto de alterações realizadas no Estatuto, nota-se que elas ocorreram durante o período atípico pandêmico, na primeira assembleia realizada virtualmente. Houve alteração quanto à integralização mínima, passando de 30 para uma cota parte. Bem como os nomes dos membros eleitos para a Diretoria Executiva passaram a ser submetidos à aprovação do Banco Central do Brasil.

Na ata da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária Digital da Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB Sisal, realizada no dia 25 de julho de 2021, não consta a explicação do que motivou essas mudanças no Estatuto. Consta apenas que houve debate com esclarecimentos aos cooperados e, após, votação no sistema CURIA⁷, obtendo-se 109 votos a favor das alterações, 1 contra e 0 abstenções.

Entende-se que o motivo para se reduzir o valor da cota parte de integralização mínima, tenha sido a crise econômica gerada pela pandemia iniciada em março de 2020, onde a cooperativa precisou se adaptar a essa nova realidade e se tornar mais flexível no processo de admissão do associado. Outro fator motivador pode ter sido a visão de “Ser reconhecida como a principal instituição financeira cooperativa do nordeste” (SISTEMA ASCOOB, 2021, n.p), visto que o reconhecimento é concomitante ao aumento do número de sócios.

A outra mudança em que a Diretoria Executiva passou a ser submetida à aprovação do Banco Central do Brasil, pode ter se dado em virtude das mudanças operacionais da cooperativa, visto que a mesma, na época da pesquisa de campo, havia iniciado um processo de governança. Infelizmente, não foi possível o acesso a este documento.

Ao retomar alguns trechos importantes do Estatuto Social foi possível perceber que a Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB SISAL, como é denominada, foi constituída em 08 de novembro de 1991, sendo regida pela Lei Complementar 130/2009, pelas Leis Ordinárias 4595/1964 e 5764/1971, pelos normativos do Banco Central do Brasil e pelo referido Estatuto (ESTATUTO SOCIAL, 2020).

A Lei 4.595 de 1964, redigida pelo presidente Castello Branco no período da ditadura militar, dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o

⁷O sistema CURIA é uma plataforma que possibilita a realização de assembleias digitais, permitindo o registro da presença dos participantes, a criação e gerência de pautas para votação, a inserção de propostas em tempo real e a eleição de candidatos aos conselhos.

Conselho Monetário e dá outras providências. Dentre elas, as que dizem respeito às cooperativas de crédito, no que concerne ao Banco Central da República do Brasil (posteriormente denominado Banco Central do Brasil), a autorização de funcionamento e fiscalização das cooperativas de crédito.

Na conjuntura política em que a Lei foi criada, o Banco Central do Brasil teve plenos poderes para realizar uma intervenção agressiva no processo de reorganização do sistema financeiro brasileiro (ACERVO FGV, 2021).

Já a Lei 5.764 de 1971, foi sancionada pelo Marechal Emílio G. Médici, Presidente do Brasil no terceiro período da ditadura militar, com o objetivo de “[...] tornar a OCB o único veículo de comunicação entre o Estado e o movimento cooperativista” (SILVA, 2006, p. 4).

Silva (2006) afirma que a Lei 5.764/71 permitiu que a OCB atuasse de forma legal, como instrumento político de articulação dos interesses das classes dominantes economicamente, e de desarticulação de grupos de oposição. Isso se deu de forma intensa nacionalmente, visto a reprodução da OCB em todos os estados da Federação e no Distrito Federal, ao que se denomina organizações estaduais – OCEs.

Com relação à menção sobre as cooperativas de crédito, a Lei 5.764/71, prevê a exceção do critério de proporcionalidade de voto para cooperativas centrais, federações e confederações do ramo crédito. Também prevê outras exceções e não aplicabilidade da disposição de determinados artigos, visto que a autorização para funcionamento e fiscalização das cooperativas de crédito subordina-se aos respectivos órgãos normativos.

Assim, a Lei Complementar (LC) 130/2009, sancionada pelo presidente Luíz Inácio Lula da Silva, traduz sobre quais seriam esses órgãos normativos ao dispor sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. A Lei aborda, dentre outras medidas, que as cooperativas de crédito deverão se submeter ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), sendo as competências legais do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil em relação às instituições financeiras, aplicados à cooperativa de crédito.

Em seu Art. 2º, a LC faz uma importante caracterização da finalidade das cooperativas de crédito: “[...] destinam-se, precipuamente, a prover, por meio da mutualidade, a prestação de serviços financeiros a seus associados, sendo-lhes assegurado o acesso aos instrumentos do mercado financeiro” (BRASIL, 2009).

A mutualidade financeira ocorre quando o cooperado realiza a integralização do capital tendo direito à participação das sobras, em troca, a cooperativa viabiliza suas operações financeiras (aplicações e/ou empréstimos) (BANRICOOP, 2021). Nessa perspectiva, a cooperativa tem o propósito de promover a inclusão financeira do associado.

A supracitada Lei Complementar ainda revoga o Art. 84 da Lei 5.764 de 1971, que contemplava que as cooperativas de crédito rural só poderiam operar com associados que desenvolvam atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas, ou voltadas ao pescado, ampliando o perfil de pessoas que pudessem aderir ao movimento.

Tomado conhecimento dessas Leis mencionadas no estatuto, cabe retomá-lo em alguns trechos de destaque e que potencializarão as análises do presente estudo. O Art. 2º do Estatuto informa o objeto social da cooperativa:

- I. Propiciar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados, em suas necessidades pessoais e atividades específicas, com a finalidade de melhoria de condições de vida sua e de sua família, e ainda fomentar a produção e a produtividade rural, bem como a sua circulação e industrialização;
- II. A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo e o associativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito;
- III. Conceder financiamento habitacional a seus cooperados por meio da participação em programas que tenham esse objetivo (ESTATUTO SOCIAL, 2021).

Conforme pode ser observado, os incisos I e III abarcam necessidades econômicas do associado: o primeiro reforça o art. 2º da LC abordando a questão da mutualidade e o terceiro expõe acerca da concessão de financiamento habitacional. Somente o inciso II aborda um objetivo social, o de formação educacional dos sócios.

Apesar da ambigüidade presente no inciso II, é possível fazer a interpretação de que a formação educacional busca promover o associativismo e o cooperativismo. Até então, é possível inferir que essa formação se trataria de uma educação cooperativista.

Ao retomar o conceito de educação cooperativista já abordado nesta tese, faz-se necessário lembrar que se trata de uma educação não formal, ligada à prática da cooperação, com o aspecto essencial da gestão democrática (VALADARES, 2009). Contudo, o texto que complementa o inciso II, indica uma distorção quanto a esse aspecto essencial, e aponta que o fomento do cooperativismo e associativismo ocorre através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito.

O processo educacional do associado precisa perpassar questões sociais e econômicas, até pela própria sustentabilidade da cooperativa. Mas o fomento do cooperativismo e do associativismo transcende esses apontamentos do inciso. Ele parte da interação e formação de consciência coletiva dos membros do grupo, e que envolve valores de gestão democrática, autogestão e solidariedade.

Corroborando com essa discussão, Singer (2002) diz que para que os propósitos do cooperativismo sejam apoiados, é necessário que associados e comunidade sejam educados quanto aos princípios e visão de mundo.

O Capítulo III do Estatuto aponta quais associados podem fazer parte da cooperativa, o que direciona o perfil identitário dos sócios. O Art. 10 afirma que pessoas físicas que desenvolvam atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas na área de ação da cooperativa podem se associar.

Além de empregados e pessoas físicas prestadoras de serviços, em caráter não eventual à cooperativa; empregados ou pessoas físicas prestadoras de serviços, em caráter não eventual às entidades associadas à cooperativa; aposentados que atendiam critérios estatutários de associação; pais, cônjuge dentre outros com grau de parentesco ou dependência com associado vivo ou falecido; pessoas jurídicas, observadas disposições legais.

Como pode ser percebido, há um público minoritário que a cooperativa atinge: agricultores, pecuaristas e extrativistas; mas há também um público mais diversificado que possui algum vínculo com a cooperativa ou com associado. Essa diversidade possibilita várias formas de pensamento, de interação e identidade individual. A partir dela, forma-se a identidade sócio-cultural dominante, ou seja, a identidade coletiva, que será discutida mais adiante na análise das entrevistas.

Outro ponto relevante do estatuto está no direito do associado à participação. E isso está expresso na alínea 'a' do Art. 15: “Tomar parte nas Assembleias gerais, discutir e votar os assuntos que nelas forem tratados, ressalvadas as disposições legais ou estatutárias em contrário” (ESTATUTO SOCIAL, 2021).

O “tomar parte” é se informar e compreender os pontos de pauta das Assembleias. Significa participar dos rumos da cooperativa. Essa participação que é estimulada a partir do momento que o cooperado se identifica com o grupo.

Conforme expresso no Art. 22 do Estatuto, a Assembleia Geral é o órgão supremo da cooperativa “[...] tendo poderes dentro dos limites da lei e deste Estatuto para tomar toda e qualquer decisão de interesse social.” (ESTATUTO SOCIAL, 2021). As decisões tomadas em Assembleia vinculam todos os associados.

Entretanto, o parágrafo 2º do Art. 23, aponta o impedimento ao voto para associados que possuam interesse oposto ao da cooperativa. Ou seja, associados que demonstrem interesse diferente dos interesses coletivos que representam a identidade da cooperativa, poderá ser impedido de votar.

Mais um ponto importante a se destacar no estatuto são os órgãos da administração da cooperativa, sendo eles o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva (ESTATUTO, 2020). A Diretoria Executiva é composta por 2 membros, 1 Diretor Administrativo e 1 Diretor Comercial. Já O Conselho de Administração é composto por 7 membros: 1 presidente, 1 vice-presidente e 5 conselheiros.

Em termos de atribuições, o Parágrafo único do Art. 39 evidencia que o Conselho de Administração possui “[...] atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, que ficarão a cargo Diretoria Executiva”. Assim, o Art. 50 do estatuto complementa que a Diretoria Executiva “[...] tem por atribuição executar as diretrizes, políticas, deliberações e estratégias definidas pelo Conselho de Administração [...]”(ESTATUTO, 2020).

Cabe apontar que no Art.86 são evidenciadas as condições básicas para o exercício dos cargos eletivos junto à ASCOOB, e nenhuma das 7 condições citadas, sugerem a condição de possuir identidade com o movimento cooperativista.

O cooperado ocupante de cargo eletivo, imbuído de formação política e social e com a compreensão dos valores cooperativistas, atribui significados às “coisas” de modo completamente diferente de um cooperado leigo. Mas esses sócios ocupantes de cargos eletivos também poderão participar da educação cooperativista, a fim de melhor conhecer o movimento e reproduzir posturas e práticas que motivem a construção da consciência crítica e a transformação social.

Sobre a distribuição das sobras, o Art.60 aponta que 40% é destinada ao Fundo de Reserva e 10% ao FATES; ficando o saldo restante à disposição da Assembleia Geral. Ao FATES é destinado o custeio de atividades educativas de difusão e fomento do cooperativismo; de formação, capacitação e treinamento e de capacitação técnica. Esse é o único momento do Estatuto em que a educação cooperativista aparece.

Mediante esses apontamentos e ao analisar todo o conteúdo do Estatuto sob a ótica do Modelo Conceitual de Consciência Política (SANDOVAL; SILVA, 2016), é possível notar a ausência de elementos que motivem a politização do sócio e, conseqüente, construção de uma identidade coletiva; ausência de normativas que reforcem os valores, as crenças e expectativas da cooperativa; presença de preocupação com a formação educacional do sócio no sentido de fomentar o cooperativismo.

Elementos que demonstrassem o interesse do cooperado na ação coletiva, não foram percebidos. Mas foram apontados instrumentos de participação (as Assembleias Gerais), pelos quais os interesses na ação coletiva e interesses de participação possam ser notados. As metas

não foram identificadas, mas a descrição do objeto social da cooperativa, já assume os rumos que a cooperativa almeja alcançar.

Com relação aos adversários, o Estatuto não os aponta explicitamente. Mas o próprio cooperado que desconhece e/ou descumpre o conteúdo do presente documento analisado é considerado um adversário. Também as leis vigentes, observando o contexto em que foram escritas, poderão assumir uma postura adversária, se considerada a pauta da educação cooperativista. Bem como a abrangência de atuação que o Banco Central do Brasil assume perante as cooperativas de crédito.

Por fim, cabe analisar alguns trechos da Resolução N° 4.434, de 5 de agosto de 2015, elaborada pelo presidente do Banco Central do Brasil (Bacen) na época, Alexandre Antonio Tombini. A Resolução dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências.

A Resolução é direcionada às cooperativas de crédito, e abrange em seu teor um único artigo que cita a participação e a educação cooperativista:

Art. 26. As cooperativas de crédito devem observar política de governança corporativa aprovada pela assembleia geral, que aborde os aspectos de representatividade e participação, direção estratégica, gestão executiva e fiscalização e controle, e que contemple a aplicação dos princípios de segregação de funções na administração, remuneração dos membros dos órgãos estatutários, transparência, equidade, ética, educação cooperativista, responsabilidade corporativa e prestação de contas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

Conforme pode ser notado no Art. 26, é pela governança corporativa que aspectos de representatividade e participação são abordados. Aliás, “[...] o Bacen tem despendido esforços no intuito de identificar e direcionar a gestão cooperativa” (SANTOS *et al.*, 2021, p.3). Os órgãos de governança da cooperativa de crédito ASCOOB Sisal são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

Fazendo interpretação do Art. 26, os órgãos supracitados, mediante política de governança corporativa, ou seja, mediante um “[...] conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que possibilitam aos cooperados decidir de forma precisa a execução dos objetivos da cooperativa [...]” (SANTOS *et al.*, 2021, p.16), precisam permitir a participação e representatividade, além de contemplar a educação cooperativista.

Assim, o cooperado deve estar representado mediante as decisões tomadas pelos órgãos de governança, bem como deve ter possibilidade de participar e contribuir com a construção da identidade coletiva da cooperativa. Visto que a representatividade ocorre

mediante a identificação do cooperado com a organização. Desse modo, é possível corroborar com o referido artigo, visto que a educação cooperativista estará contemplada a partir do momento que o sócio se sinta “parte participante” da cooperativa.

Também cabe apontar que problemas de governança em cooperativas ocorrem quando os objetivos e interesses dos sócios divergem, criando-se assim uma segmentação entre aqueles que conduzem os negócios e os demais sócios (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007). Deste modo, a sustentação da organização cooperativista ocorre a partir da participação do sócio, acompanhando, manifestando interesses e decidindo junto à gestão.

8.1.2 Relatórios de pré-assembleias

Outros documentos fornecidos pela ASCOOB Sisal e analisados, foram os relatórios das pré-assembleias de 2020. Estes que, conforme exposto no próprio relatório e evidenciado nas falas de alguns entrevistados, significam a antecipação da Assembleia. Portanto, a pré-assembleia é a exposição antecipada da pauta a ser abordada em Assembleia Geral, realizada nos municípios que compõem a ASCOOB Sisal.

Analiticamente, funciona como uma forma de aproximar os sócios dos três territórios de identidade à sede da ASCOOB Sisal, de maneira a permitir o repasse de informações, de modo transparente. As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias ocorrem sempre na sede da cooperativa no município de Serrinha-BA, conforme consta no Art. 26 do Estatuto. Ainda que a significação de uma pré-assembleia diga muito sobre ela, os relatórios de 2020 analisados não evidenciaram ações participativas e/ou sinais de consciência política, por parte dos sócios participantes.

Foram analisados relatórios das Pré-Assembleias realizadas em março de 2020 nos municípios de Ituberá, Igrapiúna, Valença, Taperoá, Governador Mangabeira e Gabaceira do Paraguaçu; pois somente estes foram disponibilizados à presente pesquisa. Notou-se que todos eles apresentaram uma padronização nas informações: o(a) gerente local inicia a pré-assembleia convidando o presidente da ASCOOB Sisal e o diretor administrativo para falar e expor os pontos de pauta.

A pauta das pré-assembleias ocorridas nas agências, abarcou os seguintes pontos: prestação de contas referente ao exercício de 2019; destinação das sobras ou perdas apuradas no exercício de 2019; eleição dos membros do conselho de administração; fixação de

honorários, gratificações e cédulas de presença da Diretoria; Conselho de Administração e Conselho Fiscal e Aprovação do Plano de atividades para o exercício 2020.

Apresentada a pauta, o diretor administrativo expôs os resultados percentuais em relação à 2019-2020, bem como a destinação das perdas e sobras, os nomes dos possíveis candidatos à composição do conselho administrativo e o plano de atividades 2020. Quanto à fixação de honorários, o diretor evidenciou que não há como sugerir, por ser uma política da ASCOOB Central.

Nota-se, pelos dados dos relatórios e pela maneira como foram conduzidas as reuniões, que a pauta é de caráter informativo e não deliberativo, visto que são pontos a serem apresentados também na Assembleia Geral Ordinária, a ocorrer há aproximadamente um mês após a pré-assembleia. Ainda assim, o condutor de cada reunião abriu espaço para questões, sugestões ou dúvidas que surgissem.

Ao analisar a participação dos sócios nessa abertura, um cooperado de Valença-BA, questionou qual seria o crescimento do Baixo Sul (território de Identidade ao qual pertence o município), e recebeu como resposta: o número de captação, as operações de crédito e o número significativo de associados; este último que, segundo o diretor administrativo, se deu devido a operação de crédito, aumentando a carteira. Outros cooperados questionaram acerca do valor da taxa de juros cobrada pela ASCOOB, do número de avalistas para operações de crédito, das linhas de crédito específicas, da melhoria do aplicativo da cooperativa, da implantação de caixa eletrônico, de como é avaliado o valor de um bem após ser adquirido como liquidação de dívida, e questionaram também quanto a se pensar em algo que vise a saúde do cooperado (uma parceria com um plano de saúde, por exemplo).

Há, dentre os relatórios acessados, o posicionamento de um cooperado que questionou quanto ao rateio de perdas operacionais e afirmou que não arcará com nenhuma quantia, visto que a cooperativa capta milhões de depósitos e não remunera (se referindo às sobras da cooperativa ao final do exercício). Outro cooperado se mostrou preocupado com a contribuição dos sócios inadimplentes. E outro inseriu na discussão a necessidade da cooperativa se aproximar dos cooperados e da comunidade.

Apenas um dos relatórios continha informações motivacionais ao cooperado, de modo a instiga-lo a reconhecer a pré-assembleia como uma oportunidade de discussão, participação e realização de apontamentos do que precisa ser melhorado.

Também foi encontrado em apenas um dos relatórios, ao ser tratado o ponto de pauta “sobras ou rateio”, uma breve menção acerca dos cursos realizados com vista ao fortalecimento do cooperativismo na região e das experiências de educação cooperativista

existentes: cursos realizados em parceria com o IF Baiano e chamada pública de ATER. Entretanto, o detalhamento sobre esse assunto não foi relatado em relatório. Um cooperado chegou a solicitar mais informações acerca das parcerias com instituições de ensino e destinação do FATES, recebendo a resposta de que há uma formação interna para diretores e funcionários, bem como formação externa para cooperados (cursos de extensão junto ao IF Baiano e no EAD Cresol). Logo após, o cooperado foi orientado sobre como acessar esses cursos.

No próximo subtópico será tratado mais detalhadamente acerca dos cursos de extensão e cursos do EAD Cresol, e do Plano de atividades para o exercício 2020, assunto este que contou como pauta nas reuniões de pré-assembleias.

8.1.3 Cursos, projetos e Plano de Atividades da ASCOOB Sisal

Com relação aos cursos de extensão, foi obtido o acesso apenas do projeto do Curso de Formação Continuada promovido pelo IF Baiano Campus Valença. O curso de 120 horas, intitulado “Formação em cooperativismo”, teve como público alvo lideranças e pessoas que atuam com o cooperativismo, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, juventude do campo e mulheres produtoras que atuam com economia solidária.

A estrutura curricular do curso foi dividida entre Núcleo Básico e Núcleo Tecnológico. No primeiro, estavam os componentes curriculares: Economia solidária e cooperativismo (20h), matemática aplicada (10h) e redação científica (10h); já o segundo, continha: constituição e legislação brasileira de cooperativas (20h), gestão de cooperativas (20h) e contabilidade em cooperativas (40h).

O curso foi ofertado para a comunidade e abordou um conteúdo misto, mas que agregou conhecimento sobre o movimento cooperativista. Isso tende a promover a compreensão do significado da cooperativa ASCOOB Sisal pela comunidade.

Já o EAD Cresol, é ofertado pelo Sistema Cresol que, conforme já informado neste trabalho, atua prestando serviços às cooperativas singulares, numa base regional. O acesso aos cursos de Ensino à Distância do Cresol está disponível na página do instituto Cresol (<https://ead.cresolinstituio.org.br/comunidade/>). Lá constam 24 cursos livres (TABELA4) para que o cooperado escolha a opção a realizar. Dos cursos disponíveis, apenas 2 (destacados em azul) trazem a explanação acerca do que é o cooperativismo e reforçam conceitos que

motivam a identidade do movimento. Os cursos são expostos com uso de 3 instrumentos de entretenimento: vídeoaulas, apostilas e apresentações em *PowerPoint*.

Tabela 4 - Cursos livres ofertados no site da Cresol

Nº	Cursos livres
1	Cooperativismo cenários e perspectivas
2	Formação de Educador Financeiro
3	Formação de Educador Financeiro 2
4	Sistema Financeiro Nacional
5	Tecnologia e aprendizagem
6	Cooperativa de crédito: o que é?
7	Elaborando o plano de negócios
8	Curso formando o preço de venda
9	Curso administrando meu negócio
10	Curso controlando meu dinheiro para empreendedor
11	Gestão de finanças pessoais
12	Curso de organização de eventos, cerimoniais e protocolos
13	Administração do tempo
14	Curso planejando meu empreendimento: para microempreendedor
15	Matemática financeira básica
16	Conheça a Cresol
17	Curso sobre planejamento financeiro pessoal e familiar
18	Curso sobre boas práticas de fabricação de alimentos
19	Curso de comunicação e oratória
20	Curso sobre liderança
21	Vivenciando o projeto um olhar para o futuro
22	Curso sobre Educação Financeira
23	Curso sobre Introdução e Análise de balanço
24	Curso formação de multiplicadores de educação financeira

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O curso 1 “Cooperativismo, cenários e perspectivas” abarca a história do cooperativismo, fatos sobre o cooperativismo no mundo e no Brasil, bem como os rumos do cooperativismo e as perspectivas para um Brasil cooperativo. Nesta última temática abordada, o conteúdo se propõe a:

Fortalecer o movimento social e contribuir com os trabalhadores para que se tornem sujeitos econômica e politicamente autônomos; aprofundar processos de formação de consciência; formular alternativas e formas econômicas concretas que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis, para a transformação da realidade e para a construção de um mundo justo e solidário (INSTITUTO CRESOL EAD, 2021, n.p.)

O curso objetiva expor uma nova ideia de movimento que instigue os interesses coletivos e a vontade de agir coletivamente. Também é possível notar a valorização da identidade cooperativista, que é resgatada a partir da construção histórica do cooperativismo.

Este mesmo curso apresentou um Podcast⁸ intitulado “Os princípios do cooperativismo e a relação com o desenvolvimento”, e que abarcou algumas questões importantes, a fim de explicar como funciona a compreensão acerca da “cooperação” dentro de uma cooperativa de crédito e como equilibrar o lado econômico e o social da organização.

Neste sentido, os palestrantes do Podcast polemizaram o grande desafio da liderança da gestão cooperativa equilibrar o dinheiro e as pessoas, de forma a motivar o verdadeiro cooperativismo. Discutiram que promover o “novo”, dentro da sociedade capitalista é desafiador, e pensar a finalidade da destinação de recursos é o grande diferencial da cooperativa perante outras instituições financeiras; afinal, financiar uma agroindústria familiar, o pequeno empreendedor ou aplicar no mercado de especulação financeira, traduz, no pensamento dos palestrantes, o grande diferencial do movimento.

Os palestrantes discutem também ser necessário haver equilíbrio entre sócio, funcionário e dirigente, de forma a se promover o bem estar de todos. Esse “tripé” precisa ser bem articulado e compreendido por todos os envolvidos, que precisam se sentir parte da organização, participando dela.

Os palestrantes do podcast acreditam que se o dinheiro está sendo bem aplicado, se as dificuldades locais e regionais estão sendo resolvidas, se a agricultura familiar está sendo fortalecida, a educação cooperativista está ocorrendo, visto que agricultores e outras minorias passaram a estar capitalizadas.

Eles realizam uma reflexão sobre o que seria da agricultura familiar se não fosse o sistema Cresol na região, visto que cumprem papel determinante no desenvolvimento e viabilização de políticas públicas, do acesso ao crédito e capitalização dos agricultores.

Já o curso 6 “cooperativa de crédito: o que é?” aborda todas as informações que o cooperado necessita saber a fim de entender o ambiente organizacional em que ele deseja estar ou que esteja. Os módulos contêm formações sobre o cooperativismo e o cooperativismo de crédito; governança e fundo garantidor; estrutura, produtos e serviços; e Cresol.

Outro material disponibilizado pela ASCOOB Sisal e ASCOOB CENTRAL foi um levantamento dos cursos realizados pelos empregados da ASCOOB Sisal, também chamados colaboradores, no período de 2017 a 2021. Ao todo, nesse período de 4 anos, 111 colaboradores realizaram cursos diversos disponíveis em 3 ambientes: Cresol Ambiente Corporativo; Cresol Ambiente Livre/ Comunidade e INFOCOS (Agri-agência) Parceria Internacional. O único ambiente disponível para acesso de visitantes é o Cresol Ambiente

⁸Os podcasts “[...] são programas de áudio sob demanda, e o ouvinte pode escutá-los na hora que quiser, ao contrário dos programas de rádio tradicionais” (LOUBAK, 2019, n.p.).

Livre/ Comunidade. Para acesso aos demais ambientes necessita-se que seja efetuado o login pelo colaborador.

Neste sentido, o material permitiu constatar que dos 78 cursos ou formações acessados, conforme listados no Quadro 12, os mais requeridos foram “Curso sobre ética e conduta”, “Curso sobre sigilo bancário” e “Curso sobre Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro e de financiamento ao terrorismo”, tendo entre 92 a 99 cursistas. Por outro lado, cursos que tratam da compreensão acerca do movimento cooperativista, como “Curso sobre cooperativismo: Cenários e perspectiva”, “GERCOOP - Fundamentação do Cooperativismo: Evolução, Histórica” e “Curso sobre Cooperativa de Crédito: O que é?” foram pouco demandados, tendo entre 7 a 8 cursistas.

Quadro 22 - Cursos realizados pelos colaboradores da ASCOOP Sisal entre 2017 a 2021.

(continua)

Demanda	Nome do curso
99	Curso sobre Ética e Conduta
95	Curso sobre Sigilo Bancário
92	Curso sobre Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro e de financiamento ao terrorismo
88	Curso sobre Gestão de Riscos
84	Curso sobre Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro
66	Curso sobre Introdução a Responsabilidade Socioambiental no Sistema Financeiro
60	Curso Bem-Vindo à Cresol
52	Curso sobre Gestão de Risco Operacional
51	Formação de Educador Financeiro I
49	Formação de Educador Financeiro II
35	Curso sobre Matemática Financeira Básica
34	Curso de Administração do Tempo
32	Curso de Documentoscopia e Grafoscopia - Noções de Falsidade
28	Curso de Operacionalização do Cheque
24	Curso de Gestão da Qualidade
24	Curso sobre Notas Inadequadas à Circulação
23	Curso de Introdução à Grafoscopia
21	Curso de Negociação
21	Curso sobre Gestão de Finanças Pessoais
21	Curso sobre Matemática Financeira Avançada
18	Curso de Comunicação e Oratória
18	Curso sobre Sistema Financeiro Nacional
17	Curso de Operacionalização do ATM
16	Formação de Multiplicadores de Educação Financeira
15	Curso sobre Desenvolvimento Pessoal e Profissional
14	Curso sobre Formação de Equipes de Sucesso
13	Curso de Prevenção de Lavagem de Dinheiro
12	Curso de Liderança
12	Curso sobre Registro e Comunicação das Operações em Espécie
11	Curso sobre Planejamento Financeiro Pessoal e Familiar
8	Capacitação em Gerenciamento de Cooperativas de Crédito - GE
8	GERCOOP - Sistema Financeiro Nacional
8	GERCOOP - Fundamentação do Cooperativismo: Evolução, Histórica
8	GERCOOP - Normativas Para Cooperativas de Crédito
8	GERCOOP - Governança Cooperativa Cresol
8	GERCOOP - Operacionalização das Políticas de Crédito de Repasse

Quadro 23 – Cursos realizados pelos colaboradores da ASCOOP Sisal entre 2017 a 2021.

(conclusão)

Demanda	Nome do curso
8	GERCOOP - Gestão de Risco do Crédito
8	GERCOOP - Gestão Estratégica de Pessoas
8	GERCOOP - Gestão de Negócios Cooperativos
8	Curso sobre Cooperativismo: Cenários e Perspectivas
8	Curso sobre Gestão de Pessoas
8	Curso sobre Gestão de Conflitos
8	Curso sobre GSuíte I
8	Curso Administrando meu Negócio
7	Curso sobre o Profissional de Vendas da Nova Economia
7	Curso sobre Cooperativa de Crédito: O que é?
7	Curso sobre o Projeto de Inovação: Modelo de Negócio e Opera
6	Curso de Compliance Cooperativo
5	Curso à distância de Matemática Financeira
5	Curso de Políticas Comerciais de Seguros
5	Curso sobre GSuíte II
5	Curso Formando o Preço de Venda
5	Formação para Lideranças: Como estruturar um Feedback
4	Curso Preparatório para Certificação ANBIMA - CPA 10
4	Curso para Conselheiros de Administração - Ano III
4	Curso sobre Marcos Regulatórios do Cooperativismo no Brasil
3	Curso de Redação
3	Curso de Política Comercial de Transferência Eletrônica Disponível
3	Curso: Como Negociar Melhor e Vender Mais
2	Curso de Conselheiros Eleitos para o Conselho de Administração
2	Curso de Organização de Eventos, Cerimonias e Protocolos
2	Curso sobre a Política Orçamentária do Sistema Cresol Baser
2	Curso de Cadastro - Pessoa Física
2	Curso sobre Introdução à Análise de Balanço
2	Encontro Nacional de Diretores Executivos e Gerentes de Agência
2	Curso de Gestão de Projetos Ágeis
2	Curso sobre Inteligência Emocional
1	Curso Cresol Consórcio
1	Curso de Introdução à Contabilidade Cooperativa
1	Curso Controlando meu Dinheiro - para Microempreendedor
1	I Encontro Nacional de Recuperadores de Crédito
1	Seminário de Formação, Comunicação e Relacionamento de nosso
1	Curso sobre Segurança Pessoal e Patrimonial
1	Curso sobre Seguro de Vida Icatu
1	Curso prático sobre Grafoscopia
1	Curso preparatório à Certificação Profissional
1	Curso sobre a Lei Geral de Proteção de Dados
1	Workshop sobre Documentoscopia

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O cenário de demandas por cursos, reflete os interesses dos colaboradores e quais as áreas que eles mais estão se especializando. No que reflete também sobre como o cooperado nos processos de interação percebe a cooperativa a partir do colaborador.

Outro formato de capacitação encontrado nos materiais acessados, foi a formação interna para diretores e funcionários verificada por meio de um manual de formação para conselheiros administrativos e fiscais em cooperativas financeiras preparado pela Cresol, mas difundido pelas centrais. A formação propõe como objetivo, o fornecimento de conhecimentos técnicos específicos de instituições financeiras cooperativas, sobre temas utilizados diariamente, e práticas relacionadas à função que os membros dos conselhos exercem (CRESOL ASCOOB, 2020).

O projeto propõe a sustentabilidade institucional a partir da capacitação dos conselheiros. Como temáticas contempladas no curso destacam-se: ética e conduta, Sistema Financeiro Nacional, governança cooperativa, gestão de riscos, planejamento estratégico, liderança, gestão de pessoas, dentre outros. O curso foi pensado para ser ministrado integralmente com aulas remotas por meio de videoconferências com interações *online*.

Outro projeto de capacitação acessado, foi o “bem viver cooperativa 2020”. Ele foi pensado com o objetivo de capacitar os agentes de negócio para operacionalização dos serviços e produtos oferecidos pelas cooperativas de crédito. Neste sentido, pensaram em um curso, em meio à pandemia, que pudesse criar oportunidades de enfrentamento da crise, a partir de temáticas como marketing digital, inovação e empreendedorismo.

Com relação à pauta sobre o plano de atividades para o exercício de 2020, foi obtido o acesso ao projeto de utilização do FATES para o ano de 2020 (QUADRO13). Dentre as ações propostas, duas foram específicas para jovens, o que evidencia o intuito em fomentar neste público os valores do cooperativismo, bem como despertar os interesses coletivos. Além disso, esses cursos estimulam o processo sucessório no ambiente cooperativo.

Quadro 24 - Projetos de utilização do FATES para 2020

(continua)

Projeto de utilização do FATES para 2020		
Ações	Público alvo	Objetivo
Projeto juventude cooperativista nas escolas	Jovens entre 16 e 29 anos estudantes do Ensino Médio	Fornecer um curso em duas escolas do Território do Sisal, com o seguinte conteúdo: Cooperativismo (6h); Agricultura Familiar (6h); Inovação e Tecnologia (3h); Educação Financeira (6h); Liderança (3h).
Projeto ASCOOB em rede	Funcionários da ASCOOB	Orientar, monitorar e reduzir o consumo de energia elétrica nas agências da rede ASCOOB, através de pequenas e simples atitudes.

Quadro 25 – Projetos de utilização do FATES para 2020

(conclusão)

Projeto de utilização do FATES para 2020		
Ações	Público alvo	Objetivo
Projeto ASCOOB bem perto de você 1	Cooperados e comunidade em geral	Visitar lideranças comunitárias para a distribuição kits (álcool em gel, sabão e máscaras), panfletos com orientações sobre cuidados para evitar a aquisição do Coronavírus.
Projeto ASCOOB bem perto de você 2	Funcionários da ASCOOB	Parceria com o LACEM/ Ba, para fomentar a doação de sangue.
Projeto ASCOOB bem perto de você 3	Comunidade carentes, (famílias e crianças).	Arrecadação e doação de alimento e brinquedo durante semana da criança e período natalino. Firmar parcerias locais
Projeto Bem Vindos	Cooperados, comunidade e entidades parceiras	Formação de novos quadros cooperativistas e apoio às comunidades. Acolhimento de novos cooperados. Participação e realização de atividades comunitárias. (Execução de cursos, feiras, seminários, eventos, etc)
Projeto Elos Claudio Santiago	Cooperados, comunidade tradicionais, grupos produtivos e entidades parceiras	Fomentar capacitação e formação específicas junto a parceiros. (IFbaiano Valença, IFbaiano Serrinha, IFbaiano Governador Mangabeira, UNEB XI-Serrinha, SEBRAE, ARCO, SETRE, Cooperativas de produção, etc)
Projeto Parceiros e ação	Comunidades parceiras e associações interessadas	Garantir assessoria jurídica para a resolução de pendências relacionadas à documentação, Assembleias, registros e outros
Programa de certificação de gerentes - PCG	Gerentes de agências	Fomentar a integração profissional dos gerentes, através de mesas redondas, lives, FIC (formação integrada e contínua), escuta e investimentos em tecnologias e equipamentos.
Projeto Sempre	Diretores, colaboradores e estagiários.	Acolher e cuidar da saúde emocional da família ASCOOB Sisal, através da parceria com instituição de saúde para a realização e palestras de prevenção a doenças e motivacional.
Projeto Juventude.com	Jovens	Mapear, dialogar e fomentar espaços de discussão com a juventude camponesa visando a construção de encaminhamentos cooperativistas e formação de novos quadros cooperativista
ICRESOL	Diretores, funcionários e comunidade	Repasse para a execução de capacitação de conselheiros, funcionários e comunidade, através da plataforma EAD CRESOL.

Fonte: Adaptado de dados secundários (2020).

Ações voltadas para a comunidade, atendendo ao sétimo princípio do “interesse pela comunidade”, foram evidentes em 7 dos 12 projetos. Por outro lado, ações direcionadas à diretoria, funcionários, gerentes e estagiários, foram perceptíveis em 5 projetos.

Ao acessar informações detalhadas do “Projeto juventude cooperativista nas escolas”, foi possível notar pelo conteúdo proposto, que os temas e subtemas abarcam dimensões conceituais da consciência política. Ao trabalhar “cooperativismo”, e os subtemas história do cooperativismo, princípios, valores, ramos, legislação e estruturação; tem-se o incentivo à identidade coletiva e reforça-se as crenças e valores do movimento.

O tema da “agricultura familiar” também proposto, abarca um subtema que merece destaque: cultura e identidade, reforçando a identidade coletiva. Por fim, na temática da “educação financeira”, o conhecimento acerca das metas pessoais, sonhos e projetos aparecem como subtemas. Essa estrutura de curso reforça a compreensão de que os objetivos do indivíduo, suas metas e repertórios de ações giram em torno da questão financeira, em que as aspirações individuais e coletivas não estão voltadas para o movimento cooperativo.

Os objetivos propostos nas ações abarcaram vários aspectos da vida humana, como o consumo consciente da energia, a doação de sangue, a arrecadação e doação de brinquedos, a distribuição de Kits de proteção contra a pandemia do Coronavírus e a saúde emocional do sócio. Importante destacar também o interesse pela formação de novos quadros cooperativistas e acolhimento de novos sócios; bem como formações específicas e a garantia da assessoria jurídica para fins de registros de cooperativa.

Nos objetivos do projeto “Juventude.com” destaca-se o termo “novos quadros cooperativistas” que pressupõe um cooperativismo “emoldurado”, enquadrado em um determinado modelo. Onde a juventude recebe os encaminhamentos cooperativistas, mas não se conscientiza da importância de fazer parte de uma cooperativa.

Outra reflexão é que os projetos foram pensados um pouco antes do início do período de pandemia, e muitos deles foram impossibilitados de serem aplicados por não terem um contato direto com o público alvo.

Além disso, no cenário atual de isolamento social, em que escolas passaram a adotar o ensino remoto, bem como as reuniões formativas ou Assembleias passaram a ser virtuais, algumas propostas precisaram ser adaptadas.

Em uma entrevista semiestruturada realizada em abril de 2021 com o representante do setor de formação da ASCOOB Sisal – Serrinha-BA, onde foi questionado quais ações foram efetivadas e qual a atual situação das demais, o colaborador respondeu que os projetos “ASCOOB em rede”, “ASCOOB bem perto de você 1”, “ASCOOB bem perto de você 3”, “Bem vindos” e “Elos Cláudio Santiago” foram executados. No projeto “ASCOOB bem perto de você 3”, foi o gerente quem elegeu a comunidade carente para doação de alimentos e brinquedos. Já o projeto “Bem Vindos”, a ressalva é de que até o momento da entrevista, o público alvo atingido foram colaboradores e gestores.

O projeto “Juventude cooperativista nas escolas” irá ocorrer remotamente. Já o outro projeto destinado aos jovens, o “Juventude.com” também não se concretizou. A ASCOOB Sisal Serrinha-BA apenas manteve contato com jovens das comunidades, mas, segundo o representante entrevistado, não há balanço social dessas visitas.

O projeto “Parceiros e ação”, onde a ASCOOB Sisal Serrinha-BA presta assessoria jurídica às comunidades e associações parceiras, tem sido realizado, mas também não há balanço social que evidencie as ações do projeto.

O “Programa de certificação de gerentes”(PCG) tem sido aplicado nas diversas agências do território do Sisal. Neste programa os agentes são incentivados a realizar os cursos CPA-10 e CPA-20 fornecidos pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Esses cursos são destinados a profissionais que atuam com distribuição de produtos de investimentos para clientes em agências bancárias (ANBIMA, 2021).

O “Projeto Sempre” tem sido executado pela ASCOOB Central que disponibiliza pedagoga e psicoterapeuta ao público alvo da referida ação. Por fim, a ICRESOL é uma plataforma que disponibiliza ao colaborador por meio do EAD CRESOL o acesso a 46 cursos ativos. A ASCOOB Sisal Serrinha-BA destina um valor do FATES para a manutenção desses cursos.

8.1.4 Ata de Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária

Outro importante documento analisado, foi a Ata de Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada no dia 25 de julho de 2020. Conforme Instrução Normativa DREI nº79, de 14 de abril de 2020, que dispõe sobre participação e votação a distância em reuniões e assembleias de cooperativas, as assembleias digitais passaram a existir como uma alternativa em meio à pandemia.

Assim foi convocada e operacionalizada a Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária da ASCOOB Sisal ocorrida em Serrinha-BA. E que contou com a presença de 303 sócios que, para participar, tiveram que acessar a plataforma Curia Coop, sendo possível acompanhar a apresentação da assembleia, votar nas pautas apresentadas e na chapa indicada para o Conselho de Administração; a transmissão foi realizada pelo aplicativo *Microsoft Teams*. Consta em ata que, na data da publicação do edital de convocação, 37.316 cooperados tinham condições de votar.

A referida assembleia envolveu os pontos de pauta já tratados nas pré-assembleias há 1 mês atrás, foram eles: prestação das contas da administração; destinação das sobras líquidas apuradas no exercício de 2019; eleição dos membros do Conselho de Administração; fixação do valor dos honorários, das gratificações e das cédulas de presença dos membros do

Conselho de Administração e Fiscal; plano de aplicação do FATES e o plano de atividades para o exercício de 2020. Somente o plano de aplicação do FATES que não constava na pauta das pré-assembleias.

Com relação à participação dos sócios na forma de votação nas deliberações, o Quadro 14 evidencia como foi a distribuição dos votos:

Quadro 26 - Votação na AGE.

Deliberações	Votos		
	A favor	Contra	Abstenções
Reforma estatutária	109	1	0
Prestação das contas da administração	155	0	2
Destinação das sobras líquidas apuradas no exercício de 2019	165	3	2
Eleição dos membros do Conselho de Administração	182	0	0
Fixação do valor dos honorários, das gratificações e das cédulas de presença dos membros do Conselho de Administração e Fiscal	158	9	3
Plano de aplicação do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES e o plano de atividades para o exercício de 2020.	157	0	0

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao observar o quadro 14, nota-se uma discrepância da quantidade de associados que participaram por meio do voto, visto que haviam 303 sócios presentes na AGE/AGO. Como se tratou da primeira Assembleia digital, problemas de acesso à internet possam ter ocorrido, bem como problemas de acesso e manuseio à própria plataforma Curia. Infelizmente, essa informação não ficou evidente em nenhum trecho da Ata. Mas pode-se realizar uma constatação a partir dos números: dos 37.316 associados que tiveram acesso ao edital de convocação e tiveram condições de votar, apenas 182 manifestaram participação no ato da votação; o que representa aproximadamente 0,5% dos associados, uma porcentagem baixa se pensar que estes, representam o poder de decisão dos demais representados.

Se observado o quantitativo total de associados na ASCOOB Sisal, que é de 38.607 sócios (RELATORIO DE SUSTENTABILIDADE, 2020), essa porcentagem cai ainda mais, passando a aproximadamente 0,47% de sócios que exerceram a participação na Assembleia da ASCOOB Sisal.

Cabe pontuar que consta no Estatuto Social a respeito do “quorum” mínimo, as seguintes informações:

Art.25 O “quorum” mínimo de instalação da Assembleia Geral, que será apurado pelas assinaturas lançadas no livro de presença, é o seguinte:

- a) 2/3 (dois terços) do número de associados em condições de votar, em primeira convocação;
- b) Metade mais um do número de associados em condições de votar, em segunda convocação;
- c) Com o mínimo de 10 (dez) associados, em terceira e última convocação. (ESTATUTO SOCIAL, 2021).

Dessa forma, ainda que a porcentagem participativa seja considerada baixa, ela está adequada à normativa supracitada.

8.1.5 Planilha de registros da Semana Nacional de Educação Financeira

Um último documento analisado foi a planilha de registros da Semana Nacional de Educação Financeira realizada pela ASCOOB em novembro de 2020. Esse evento é promovido pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e pelo Banco Central do Brasil, e conta com um conteúdo de palestras, encontros, cursos presenciais e à distância que discutem a conscientização sobre a importância da educação financeira.

O Banco Central é um dos órgãos do governo que compõe o CONEF, sendo o comitê a instância responsável pela direção, supervisão e fomento da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Assim, o CONEF promove a Semana Nacional de Educação Financeira e a Cresol a executa juntamente com as cooperativas filiadas, dentre elas a ASCOOB Sisal.

Por ocorrer em meio à pandemia, algumas palestras e oficinas foram ministradas de forma *online*. Ocorrendo também *lives* nessa configuração. As demais atividades foram realizadas de modo presencial, como panfletagem, visita aos cooperados, blitz na sinaleira, dia de campo, dentre outras atividades.

Pela planilha, foi possível perceber que o público alvo variou entre adultos, geral e jovens, distribuídos nos municípios de Governador Mangabeira, Conceição do Almeida, Sapeaçu, Cruz das Almas, Igrapiuna, Ituberá, Biritinga, Conceição do Coité, Serrinha, Barrocas, Ichu, Lamarão e Salgadália; no que atingiu mais de 2 mil pessoas. Esse documento foi produzido como forma de comprovação das ações da Semana Nacional de Educação Financeira, contendo também especificado os nomes dos organizadores.

Assim, foi possível notar a partir do presente documento, que a Semana Nacional de Educação Financeira auxilia no processo de politização do associado, que conduz à lealdade junto à cooperativa, no que se define a formação da *identidade coletiva*. Essa politização

implica na ruptura com a rotina cotidiana frente às condições da vida cotidiana, no que leva o sujeito a refletir e criticar acerca de suas decisões individuais e familiares que envolvem recursos financeiros, rompendo com a cristalização de crenças e valores sociais; o que possibilita a formação da consciência política (SANDOVAL; SILVA, 2016).

8.2 ANÁLISE DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA NO AMBIENTE FÍSICO DA ASCOOB SISAL SOB A PERSPECTIVA DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO

Em janeiro de 2021 foi realizada a primeira observação na ASCOOB Sisal em Serrinha/BA. Na oportunidade, foi realizada uma reunião com o Diretor Presidente da cooperativa e, durante o aguardo do mesmo, foram observados aspectos simbólicos do ambiente que se configuram enquanto parte das dimensões da consciência política.

Inicialmente, cabe uma breve descrição do que foi encontrado. O prédio da ASCOOB Sisal se localiza no centro da cidade de Serrinha/BA. No térreo está a agência bancária que presta atendimento e serviços financeiros aos cooperados. A agência conta com cadeiras verdes, sofás laranjas, caixas e Serviço de Atendimento ao Cliente.

Já no segundo andar com escada de acesso na lateral da agência, está o setor administrativo da ASCOOB Sisal que conta com uma recepção ampla logo na entrada com 3 sofás verdes, com almofadas, televisão, ar condicionado, uma planta e várias cadeiras verdes viradas no sentido das salas de atendimento. Além das paredes conterem placas com a missão, visão e valores da cooperativa.

Missão: Promover o desenvolvimento sustentável através das soluções financeiras, agregando renda e contribuindo para a qualidade de vida dos cooperados e da comunidade; Visão: Ser reconhecida como a principal instituição financeira cooperativa do nordeste; Valores: transparência, ética, solidariedade, equidade, respeito às normas, cooperação, inclusão financeira (ASCOOB, 2022, n.p.).

As salas que constam no setor administrativo são nomeadas: retaguarda e financeiro, administrativo e comercial, recuperação de crédito, diretoria, videoconferências e educação cooperativista. A sala de videoconferências não existia, mas, devido à pandemia do coronavírus, precisou ser criada. Ela ficou no lugar da sala de educação cooperativista, que foi readequada em outro espaço do andar. Já no terceiro andar, está a copa, o almoxarifado e o auditório que, de acordo com funcionários, teve uso reduzido.

A sala da diretoria é um pouco maior do que as demais salas e também possui um sofá verde para recepcionar as visitas. Todos os funcionários foram encontrados com camisas com

alguma propaganda da ASCOOB. O setor administrativo da ASCOOB Sisal, localizado no segundo andar, não possui acessibilidade para deficientes físicos.

No dia seguinte à visita na ASCOOB Sisal, foi realizada a visita na ASCOOB Central, também localizada em Serrinha/BA. A Central também fica localizada no centro da cidade porém, o estabelecimento não possui uma identificação visível. Fica localizada sobre uma empresa de crédito pessoal, com acesso por uma escadaria lateral.

A Central contém algumas salas: recepção, supervisão e auditoria, gestão de pessoas e processos de formação, Tecnologia da Informação, setor comercial e de suporte aos cooperados, setor administrativo e financeiro e a sala do presidente do Conselho Administrativo, localizada em um andar inferior. A ASCOOB Sisal possui mais uma filial localizada no bairro Cidade Nova, distante do centro de Serrinha.

Partindo para a análise desses ambientes, fez-se necessário observar as “coisas” e os significados atribuídos a elas a partir da interpretação e da interação social, associados às dimensões da consciência política de Sandoval e Silva (2016). Essa observação foi realizada em dezembro de 2020 e janeiro de 2021 no ambiente institucional e na rede social da ASCOOB Sisal.

A presente pesquisa não faz uso de imagens da sede da cooperativa, apenas da interpretação visual da estudante de doutorado, e requer um esforço do leitor de imaginar esses ambientes. O resultado desse exercício de análise realizado no ambiente institucional está apresentado no quadro abaixo:

Quadro 27 - Observação do ambiente institucional

(continua)

Dimensão da CP	Notas - Observação do ambiente - Aspectos simbólicos da Consciência Política
Identidade coletiva	Salas com sofás e cadeiras verdes, remetendo à cor simbólica da ASCOOB; o que leva o indivíduo à reconhecer-se enquanto parte pertencente daquele ambiente. Bem como o leva a ser reconhecido, visto que o ambiente com poltronas confortáveis com almofadas, ar condicionado, televisão e uma planta no canto da sala, gera um sentimento de conforto e pertencimento.
Crenças, valores e expectativas sociais	As placas afixadas nas paredes da recepção no setor administrativo da ASCOOB Sisal contendo a missão, visão e valores da cooperativa, representam um incentivo à cristalização das crenças e valores da organização. Não foram observadas possibilidades de ruptura com o cotidiano. Ainda que o ambiente seja hópito, oportunizando o diálogo; a estrutura "bancária" da cooperativa inflexibiliza determinados comportamentos.
Interesses coletivos	A distribuição das salas em "retaguarda e financeiro", "administrativo e comercial", "recuperação de crédito", "diretoria", "videoconferências e educação cooperativista"; representam os interesses coletivos que perpassam a cooperativa. Sugere-se que os interesses econômicos se sobressaem aos interesses sociais, visto que apenas uma sala está direcionada ao social, que é a sala de educação cooperativista.

--	--

Quadro 28 – Observação do ambiente institucional

(conclusão)

Dimensão da CP	Notas - Observação do ambiente - Aspectos simbólicos da Consciência Política
Sentimentos com respeito aos adversários	As propagandas estampadas nas camisas dos funcionários, evidenciam de forma indireta a preocupação da cooperativa em fidelizar seus sócios e motiva-los a adquirir produtos da organização, minimizando a insatisfação e possíveis migrações para bancos concorrentes/adversários.
Eficácia Política	A sala de videoconferências (recém criada) representa um símbolo da eficácia política, visto que, devido à pandemia instaurada, a cooperativa precisou modificar condutas e transformar ambientes afim de garantir a participação política dos sócios e a articulação da ASCOOB Sisal com outras organizações.
Vontade de agir coletivamente	Como as dimensões identidade coletiva, sentimentos com respeito aos adversários e eficácia política estão inter-relacionadas, percebe-se que os aspectos anteriormente relatados contribuem para que os cooperados tenham vontade de agir coletivamente.
Metas e repertórios de ações	As disposições das salas e dos profissionais, bem como as condutas nos processo da cooperativa de crédito, representam o acervo de experiências em mobilizar recursos, ou seja, os repertórios de ações. A distribuição das salas em retaguarda e financeiro, administrativo e comercial, recuperação de crédito, diretoria, videoconferências e educação cooperativista; demonstram bastante acerca das metas de ações essenciais na organização.

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Com relação às emoções, elas foram encontradas veladas na exposição de premiações sobre o armário na sala da Diretoria, como o “*Top of Mind Persona – 2013/14*” pelo qual a ASCOOB recebe chancela para uso do Certificado de Qualidade Popular (CERQUAP).

Como é possível observar no Quadro 15, trata-se de um processo subjetivo de análise e interpretação. Afinal, o ato de estar no ambiente institucional, permitiu à estudante de doutorado interpretar os significados das “coisas” ali presentes. Contudo, como se trata de um processo de interação social, as interpretações realizadas por ela, não necessariamente serão as mesmas de outras pessoas; ou em outros momentos. Questões sentimentais e emotivas podem influenciar positiva ou negativamente no significado atribuído a uma pessoa ou um objeto.

Conforme já mencionado neste trabalho, a interpretação parte de um processo formativo, onde a ação é orientada a partir do uso e revisão dos significados. Sendo assim, para se compreender o significado das “coisas” presentes no ambiente institucional, seriam

necessárias visitas freqüentes à sede da cooperativa, a fim de se compreender os significados de objetos e pessoas, a partir da compreensão e ação dos sócios que freqüentassem o local.

Entretanto, as condições atípicas provocadas pela pandemia, limitaram essa análise visto que, no período da pesquisa de campo, não havia circulação de sócios na cooperativa por motivos de isolamento social. Apenas no térreo, na área de “atendimento ao público” da cooperativa (caixas e gerência), havia a presença de alguns sócios que aguardavam sentados, em bancos alternados, para o atendimento. Neste ambiente, apesar da existência de uma mesa central decorativa, os demais objetos presentes proporcionavam uma interpretação de estrutura de organização bancária.

Importa pontuar que, neste primeiro momento, sentimentos e emoções das pessoas citados no modelo conceitual de consciência política de Sandoval e Silva (2016) não foram tratados na análise do ambiente institucional, visto que a presença da estudante de doutorado pode ter gerado comportamentos atípicos por parte da equipe administrativa presente e demais sócios.

No primeiro contato estabelecido com sócios da estrutura administrativa, houve uma recepção bastante cordial e motivadora com a estudante de doutorado e com os poucos sócios que lá estavam. Já na área de “atendimento ao público”, foi possível notar o contrário: apatia, distanciamento, frieza e individualismo. A compreensão foi de que lá estavam pessoas interessadas apenas em solucionar suas questões financeiras.

8.3 COMPREENDENDO A CONSCIÊNCIA DOS COOPERADOS A PARTIR DA ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM BASE NA TFD CONSTRUTIVISTA

Neste subtópico serão apresentados os principais resultados a partir da análise das entrevistas, com base na Teoria Fundamentada nos Dados construtivista, no pragmatismo e na perspectiva do interacionismo simbólico de Blumer (1982).

8.3.1 Caracterização dos participantes

Em relação à caracterização dos(as) 19 cooperados(as) que participaram do estudo, é importante reforçar que 14 são cooperados representantes das agências da ASCOOB Sisal e 5 são representantes da estrutura administrativa da ASCOOB Sisal.

Para se chegar aos cooperados representantes das 14 agências, foi realizado um contato inicial com os gerentes das mesmas, no sentido de se conseguir uma indicação de um sócio por critério de acessibilidade, ou seja, aquele que fosse mais acessível mediante o cenário atual de pandemia e distanciamento social. Alguns gerentes indicaram sócios mais comunicativos e atuantes. Tais critérios elegidos pela gerência, não influenciaram nos resultados, visto que as questões do roteiro de entrevista, em sua maioria, partem da compreensão dos sócios a respeito do coletivo ou dele próprio.

Já os representantes da estrutura administrativa da ASCOOB Sisal foram identificados pelo representante do Setor de Formação. Somente o representante do Conselho Fiscal que foi selecionado por critério de acessibilidade e disponibilidade do(a) associado(a) em colaborar com a pesquisa. O CF que é composto por 3 membros efetivos e 3 suplentes.

Outra característica importante é que, dos(as) 19 entrevistados(as), 14 são do sexo masculino e apenas 5 do sexo feminino. A análise de gênero não será tratada neste estudo, mas a reflexão a ser feita é de que essa questão aponta sinais da representatividade do coletivo, que imprime a identidade organizacional. Outras características são representadas no Quadro 16.

Quadro 29 - Caracterização dos participantes.

(continua)

Caracterização dos (as) participantes						
Entrevistado(a)	Cidade	Idade	Profissão	Função na ASCOOB	Tempo de assoc.	Exerce outra ativ. Não Gov.
E1	Ichu	19	Microempreendedor	Sócio	3 anos	Não
E2	Cabaceiras	37	Professora	Sócia	10 anos	Não
E3	Valença	42	Vereador e presidente de Associação	Sócio	14 anos	Sim
E4	Lamarão	36	Funcionário público e comerciante	Sócio	4 anos	Sim
E5	Cidade Nova/Serrinha	28	Gerente de material de construção	Sócio	6 anos	Sim
E6	Coité	37	Proprietário de uma fábrica	Sócio	3 anos	Não
E7	Taperoá	29	Vereador e agente comunitário rural	Sócio	7 anos	Sim
E8	Serrinha	40	Diretor administrativo da ASCOOB	Diretor administrativo da ASCOOB	19 anos	Sim
E9	Salgadália	36	Produtor rural	Sócio	5 anos	Sim
E10	Serrinha	40	Assessoria pedagógica no núcleo territorial de educação	Sócia	10 anos	Sim
E11	Serrinha	27	Gerente comercial da ASCOOB	Gerente comercial da ASCOOB	8 anos	Sim

E12	Barrocas	31	Conselheira Fiscal	Conselheira Fiscal	10 anos	Sim
E13	Ituberá	23	Atendente de caixa na ASCOOB	Sócia	1 ano	Sim
E14	Serrinha	31	Presidente do conselho de administração	Presidente do conselho de administração	10 anos	Sim
E15	Barrocas	54	Professor de rede pública	Sócio	6 anos	Não
E16	Biritinga	21	Agricultor familiar	Sócio	10 anos	Sim
E17	Igrapiuna	32	Agricultor e comerciante	Sócio	6 anos	Sim

Quadro 30 – Caracterização dos participantes.

(conclusão)

Caracterização dos (as) participantes						
Entrevistado(a)	Cidade	Idade	Profissão	Função na ASCOOB	Tempo de assoc.	Exerce outra ativ. Não Gov.
E18	Gov. Mangabeiras	46	Administrativo da Embasa	Sócio	12 anos	Sim
E19	Serrinha	38	Orientador educacional na ASCOOB	Orientador educacional na ASCOOB	17 anos	Sim

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Como pode ser notado pelo Quadro 16, os participantes foram identificados pela letra inicial “E” de entrevistado, seguido de um número ordinal. A faixa etária dos entrevistados encontra-se entre 19 a 54 anos de idade, bem como o tempo de associação gira em torno de 1 a 19 anos.

Quando perguntados se exerciam alguma atividade em outras organizações da sociedade civil, por exemplo, partidos políticos, associações religiosas/ de moradores/ culturais/ ambientalistas/ profissionais/ sindicatos/ ONGs ou outros, apenas 4 associados informaram não exercer. Os demais sócios apontaram que participam de movimentos da igreja, associações, principalmente associação de moradores ou comunitária, sindicato dos trabalhadores rurais, ou assumindo um partido político (a entrevistada disse ser secretária de formação do Partido dos Trabalhadores) ou mandato de vereador (por 2 entrevistados que não identificaram os partidos políticos aos quais pertencem).

Dessa forma, ao adentrar o campo da teoria e analisar a participação dos sócios em outras organizações do movimento social por uma perspectiva microssocial, é possível perceber que motivações individuais os fizeram se mobilizar em um coletivo a partir de uma identificação cultural e política. Isso não significa que esse indivíduo produzirá ações efetivas

em grupo, o que, aliás, já foi mencionado na discussão teórica. E será percebido também nos resultados, visto que apesar de ser expressivo o número de sócios que participam de movimentos sociais, a efetiva interação na instituição cooperativa é percebida em poucos destes.

Quando perguntados sobre qual ou quais o(s) motivo(s) que os levaram a participar de outras atividades, as respostas, em sua maioria, eram no intuito de gerar mudanças social e econômica na comunidade de pertencimento. Portanto, a partir de um descontentamento com a realidade, o indivíduo encontra na coletividade, a oportunidade de romper com o cotidiano e de construir uma consciência política mediante as interações (SANDOVAL, 1989a).

Perguntados sobre o que os motivou a ingressar na ASCOOB Sisal, os entrevistados deram as respostas evidenciadas no Quadro 17. Nota-se, a partir das respostas, que 7 dos 19 entrevistados, sofreram algum tipo de influência, seja por parte de familiares ou de outros movimentos coletivos (E1, E5, E8, E11, E15, E16 e E18).

Ainda, do total de entrevistados, 6 acessaram a ASCOOB Sisal devido ao trabalho que condicionou o recebimento do salário via cooperativa, por falta de opção na cidade ou por interesse em realizar empréstimo e outras facilidades de uma instituição financeira (E2, E3, E4, E10, E13 e E17). Outros 6 ingressaram na ASCOOB Sisal por convicção, ou seja, por acreditarem que a proposta da cooperativa é de inclusão e realização do bem comum (E6, E7, E9, E12, E14 e E19).

Quadro 31 - Motivações do cooperado em estar na ASCOOB Sisal

(continua)

Entrevistado	Motivou o ingresso na ASCOOB Sisal	Motiva continuar na ASCOOB Sisal
E1	Banco mais próximo, e por influência dos pais.	A qualidade do banco ASCOOB
E2	Por ser funcionária pública, a conta era na ASCOOB.	Uma identificação muito grande
E3	Uma palestra motivou a abrir a conta e realizar empréstimo	A facilidade que o banco fornece à pessoa jurídica
E4	Falta de opção, na cidade não há outro banco	A ASCOOB oferece produtos melhores que outros bancos
E5	Influência dos pais	A transparência da ASCOOB.
E6	O tratamento, o aconchego.	O tratamento que eles fornecem
E7	O curso de gestão de cooperativas da UFRB	A transparência que a ASCOOB tem com os cooperados
E8	A orientação dentro do núcleo da APAEB aos jovens, para se afiliar a ASCOOB	Por entender o papel que tem uma cooperativa de crédito
E9	A oportunidade dada ao pequeno, ao microempresário e ao agricultor familiar	O vínculo com os funcionários e tratamento dado.

E10	As possibilidades de se ter alguns acessos	A possibilidade de a ASCOOB estar perto do pobre e da pessoa do campo
E11	A influência dos pais	A gestão participativa e solidária da cooperativa
E12	Espaços possíveis do bem comum acontecer	A ASCOOB não é só uma questão financeira, existem outras relações que encantam
E13	A proposta de emprego primeiramente	Pela cooperativa fortalecer a economia local

Quadro 32 – Motivações do cooperado em estar na ASCOOB Sisal

(conclusão)

Entrevistado	Motivou o ingresso na ASCOOB Sisal	Motiva continuar na ASCOOB Sisal
E14	Questão da identidade, do sentimento de pertencimento	Por acreditar que é algo importante e fundamental para o município, para o território por estar próximo das pessoas e conseguir dialogar com a realidade
E15	Por influência do sobrinho, motivando a ter um financiamento.	Saber que num futuro próximo irá participar de um financiamento
E16	Por influência da associação que era membro e que tinha conta na ASCOOB	A facilidade que motiva.
E17	A falta de agências na cidade	Para andar nesse processo da luta da ASCOOB e se tornar referência bancária no município.
E18	Pela luta pelo coletivo e por já possuir vivência a organizações comunitárias.	Por ela oferecer e ofertar de forma ampla e acessível crédito, isso me motiva também estar lá, mas para além disso é o aspecto social que tem dentro da cooperativa de crédito.
E19	Possibilidade de inclusão e realização de sonhos	A inclusão financeira

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Deste modo, nota-se a existência de 3 grupos de motivações de ingresso no movimento social “cooperativa ASCOOB Sisal”: por influência, interesses ou convicção. As interações dos sócios que se dão a partir dessas motivações, é que conduzem à identidade coletiva.

Esse fenômeno coletivo que abrange diferentes motivações à existência do movimento social, é resultado de processos sociais diferenciados e orientações de ação que são combinados, conforme compreendido por Melucci (1999).

E esse é o desafio da presente análise: compreender como esses elementos são combinados, a fim de sustentar interações que signifiquem a ASCOOB Sisal, a partir da compreensão de cada sócio. O que será foco de análise a partir de então, não são os fatores macro e microssociais, mas as relações a partir da perspectiva pragmática e interacionista simbólica.

O que se pode concluir já nesse princípio de análise é que Melucci (1999) foi assertivo ao dizer que houve uma mudança nos repertórios de ação em relação a movimentos sociais

anteriores, o que resulta na pluralidade de significados e formas de ação presentes na ASCOOB Sisal. Desse modo, tem-se o esforço da estudante de doutorado em compreender o fenômeno das relações entre os sócios e como a partir disso, a cooperativa alcança ou não a participação. Para isso, serão considerados os fatores da esfera interna e externa, determinantes da participação, apontados por Sandoval (1989b), a partir do modelo conceitual de consciência política (SANDOVAL; SILVA, 2016).

No sentido de iniciar a discussão e já entender o que mantém os sócios ativos na cooperativa, os mesmos foram questionados sobre isso e as respostas foram distintas, mas tendenciaram a uma única significação: inclusão financeira. É ela que abarca uma acessibilidade maior aos produtos financeiros ofertados pela cooperativa, de acordo com a realidade social e econômica de cada associado. Bem como abarca a reinserção do sócio no mercado, possibilitando também uma reestruturação social a partir da atenção equitativa fornecida. Podendo ser notada pelo tratamento entre colaboradores e sócios, pela facilidade de acesso ao crédito, pelos produtos específicos destinados a agricultores familiares ou pescadores, ou pelo fortalecimento da economia local.

A inclusão financeira consegue atender todas as motivações de ingresso e expectativas criadas no ato da admissão do sócio. O que não significa que haja, por parte do associado, uma consciência política e participação. A consciência dos entrevistados existe, visto se dar a partir de significados atribuídos nas interações, mas a consciência política envolve um composto de dimensões que conduzem à ação em contextos políticos (SANDOVAL, 2001).

Neste sentido, os cooperados foram convidados a responderem questões relacionadas a esse composto de dimensões, no sentido de nortear os objetivos da pesquisa. Contudo, como a análise dos resultados está baseada na Teoria Fundamentada nos Dados, o conceito de consciência política formado pelas dimensões foi considerado provisório, até ser encontrado nas falas dos entrevistados. Todo o tratamento dos dados encontrados será detalhado a seguir.

8.3.2 Entrevista

Ainda que o roteiro de entrevista tenha partido das dimensões do modelo conceitual de consciência política de Sandoval e Silva (2016), foram propostas questões abertas no sentido de permitir ao entrevistado evidenciar com detalhes suas experiências e interpretações relacionadas ao tema.

A todo o tempo, a estudante de doutorado ficou atenta em como o entrevistado a percebia e como se dava esse processo de interação entre ela e o entrevistado. Foi perceptível que a entrevista por chamada de vídeo provocou um certo conforto no sócio permitindo mais liberdade para falar, entretanto, a falta do contato direto e, por vezes, o ambiente com circulação de pessoas ou com presença de ruídos, impossibilitou a privacidade do entrevistado, bem como gerou uma interação mais “fria”, contida, entre a estudante de doutorado e o entrevistado. Também, os detalhes de gestos corporais apresentaram dificuldades de serem percebidos e analisados.

Durante toda a entrevista, o entrevistado foi estimulado a expor seus interesses e articular os significados atribuídos por ele às coisas (representadas por pessoas ou objetos). Do mesmo modo, a estudante de doutorado manteve a atenção, a fim de não forçar dados, de forma a impor conceitos preconcebidos (CHARMAZ, 2009).

As questões abertas sobre motivação e trajetória na cooperativa, ainda que valorativas, serviram também para permitir ao entrevistado que contasse sua história, ficando mais à vontade com a entrevista. As próximas 17 questões estiveram relacionadas às dimensões da Consciência Política: identidade coletiva; crenças, valores e expectativas sociais; interesses coletivos; sentimentos com respeito aos adversários; eficácia política; vontade de agir coletivamente e metas e repertórios de ações.

Conforme já informado, as dimensões foram tratadas como conceitos provisórios, sendo consideradas na teoria apenas se encontradas nas entrevistas, ou por estarem ausentes significativamente delas (CORBIN; STRAUSS, 1990).

Devido ao caráter cíclico do método de análise dos dados na TFD, ou seja, em que a análise é realizada concomitante a coleta até o alcance da saturação teórica; na medida em que os dados foram sendo analisados, questões analíticas precisaram ser incluídas na entrevista, a fim de contribuir com a validação das categorias de análise. Assim, foram inseridas 2 questões: “O que mudou nesse período de pandemia na relação entre cooperado e cooperativa?” e “O que é uma cooperativa para você?”.

8.3.3 Analisando os dados obtidos pelo método da TFD

Antes de iniciar a descrição do processo de microanálise, é importante apontar sob qual perspectiva metodológica da Teoria Fundamentada nos Dados, a presente pesquisa se baseia. De início, uma característica importante, é que a presente análise visa produzir uma

teoria substantiva, podendo, posteriormente, servir de base para uma teoria formal. No presente caso, é substantiva pois produz uma teoria “[...] gerada a partir de um contexto específico [...]” (SANTOS *et al.*, 2017, p.3), aplicada somente ao campo de investigação, que é a ASCOOB Sisal.

Outras características necessárias, é que a pesquisa parte da vertente Construtivista da TFD, com base filosófica construtivista e interacionista simbólica, fazendo uso de uma reflexão mais consciente e menos automática dos dados (CHARMAZ, 2009).

O ponto de partida para o início da análise com base na TFD é o fenômeno estudado. No caso deste trabalho, refere-se ao problema de pesquisa em que se busca a compreensão sobre como o Modelo Conceitual de Consciência Política (SANDOVAL; SILVA, 2016) se aplica ao cooperativismo de crédito rural solidário; bem como requer entender se a educação cooperativista desenvolvida na cooperativa de crédito rural solidário contribui para a formação de uma consciência política crítica e participativa.

Os dados foram analisados a partir de intensas leituras das entrevistas transcritas na íntegra. A análise iniciou pelo processo de “[...] comparação constante dos dados, conhecido como análise comparativa constante” (SANTOS *et al.*, 2017, p.2). De acordo com Gasque (2007, p.96) a codificação pode ocorrer pela “[...] análise linha a linha, frase a frase, parágrafo a parágrafo ou de documentos inteiros, dependendo da questão, intenção e do estágio da pesquisa ou estilo do pesquisador”. No presente caso, os dados foram minuciosamente analisados parágrafo por parágrafo com o propósito de gerar códigos conceituais direcionados às questões relacionadas às dimensões da CP.

Assim, na primeira etapa da análise dos dados, nomeada codificação inicial, foi realizada uma leitura intensa das entrevistas transcritas, a fim de se identificar frases semelhantes que foram agrupadas em códigos, com a “[...] finalidade de delimitar e visualizar os dados que estão emergindo” (MAIRINK *et al.*, 2021, p.4). Os códigos são frases ou expressões iniciando em verbos conjugados no gerúndio.

O uso do gerúndio representa as ações que estão passando pelo processo de codificação, além de representar o dinamismo presente na interação simbólica. Santos *et al.* (2017, p.6) afirmam que “O objetivo da adoção do gerúndio é auxiliar no desenvolvimento da sensibilidade teórica do pesquisador, possibilitando a identificação de conceitos e processos em desenvolvimento”. Representa algo que está em construção e passível de alteração.

Posteriormente, as reflexões sobre os dados produzidos foram geradas por meio de memorandos, que contribuiriam para a formação da teoria que está sendo evidenciada. Foram elaboradas notas teóricas por meio eletrônico, ou seja, interpretações dos fatos percebidos.

Na próxima etapa, os códigos foram analisados quanto à significância atribuída pelos entrevistados, observada nas falas; assim, ocorreu a codificação focalizada, onde os códigos mais significantes foram categorizados originando subcategorias (quando necessário). Já na codificação axial, foram realizadas comparações constantes entre categorias e subcategorias. Essa análise permitiu uma melhor visualização dos fatos e aproximação com o objeto de estudo, o que possibilitou a interpretação dos dados.

Na codificação teórica, toda perspectiva analítica sobre os resultados foi transformada numa orientação teórica, a fim de se alcançar a teoria substantiva. Todas as etapas descritas acima foram seguidas e, para uma melhor compreensão, abaixo no Quadro 18, há uma amostra parcial dos resultados obtidos.

Quadro 33 - Codificações inicial e focalizada, conforme a TFD construtivista.

Trecho da entrevista	Codificação inicial		Codificação focalizada	
	Código inicial	Nota teórica	Subcategoria	Categoria
“[...] ela tem um negocio é que ajuda os agricultores” (E1).	Diferenciando a ASCOOB Sisal	A ASCOOB tem um atendimento voltado para as minorias/ grupos específicos (agricultores, pescadores...)	Gestão social	A dupla natureza da cooperativa
“[...] a gente que, que é cliente a gente quer ter um produto mais acessível, entendeu?” (E4)	Percebendo interesses coletivos	O interesse dos sócios são adversos, mas todos culminam em interesses econômicos	Gestão econômica	
“[...] é uma coisa que eu levo como princípio, inclusive do processo de formação né, desde cedo e entendo que isso é necessário estar junto e contribuindo” (E8).	Percebendo crenças e valores coletivos	Compromisso, respeito, cooperação mútua foram preponderantes como crenças e valores percebidos, entretanto, a cultura da ação coletiva ela não é percebida entre os sócios.	Inclusão financeira	A política da ASCOOB Sisal

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

8.3.3.1 Codificação inicial

Inicialmente os dados coletados foram lidos e relidos, e comparações constantes foram realizadas entre as entrevistas transcritas, e entre as questões de cada entrevista. De modo a serem considerados significados atribuídos pelo entrevistado, seja atuando enquanto

colaborador ou enquanto sócio somente; seja pertencendo à agência de Serrinha, ou de Igrapiúna (por exemplo). Também foi considerada a motivação do sócio em pertencer ao coletivo ASCOOB Sisal, se ele exerce outra atividade não governamental e o contexto atual de pandemia.

As dimensões do modelo conceitual de consciência política de Sandoval e Silva (2016) serviram de inspiração teórica para orientar a discussão da entrevista. Mas não foram determinantes na elaboração dos códigos. Estes foram suscitados a partir da vida estudada, de modo a retratar significados e ações presentes nos relatos (CHARMAZ, 2009).

Um exemplo dessa codificação pode ser encontrado no seguinte trecho extraído de um parágrafo analisado: “[...] a gente que, que é cliente, a gente quer ter um produto mais acessível, entendeu?” (E4) (QUADRO 18). O entrevistado ao falar sobre a cooperativa expôs importantes informações no relato. Inicialmente, o lugar de fala dele foi enquanto “cliente” que busca por produtos acessíveis. Portanto, os interesses desse cooperado estão atrelados a essa relação econômica com a cooperativa, em busca da acessibilidade financeira.

Trata-se de um sócio com 4 anos de associação, e que participa de outra organização não governamental. Sendo a média de tempo de associação dos entrevistados estimada em aproximadamente 8 anos, o entrevistado 4, pode ser considerado um recém ingresso. Esse ingresso pode estar atrelado a atuação em outra organização, que tende a facilitar o primeiro contato com a cooperativa.

A motivação do cooperado para ingressar como sócio foi a falta de opção, visto que na cidade de Lamarão (onde reside) não há outro “banco”, conforme ele mesmo informou em entrevista. Essas e outras informações acerca do entrevistado estão evidenciadas nos quadros 16 e 17 deste trabalho. O perfil apresentado do entrevistado 4, atribui sentido ao trecho “[...] a gente que, que é cliente, a gente quer ter um produto mais acessível, entendeu?” (E4), que se repete neste momento propositalmente, a fim de tencionar uma outra compreensão de quem o lê. Os códigos foram ajustados aos dados, permanecendo abertos ao que o material sugere.

Enquanto profissional da área, e considerando as experiências de campo por ela traçadas, a estudante de doutorado reconhece que esse tipo de relação do cooperado com a cooperativa não motiva o interesse pela participação. Entretanto, ainda que o lugar de fala da doutoranda seja conhecido, a interpretação analítica precisa partir de uma construção social coletiva que envolva as nuances do pesquisado.

Desse modo, o trecho evidenciado recebeu a codificação “percebendo os interesses coletivos”, com o uso do gerúndio para dar a sensação de ação e sequência (CHARMAZ, 2009). Ao realizar a comparação dos dados, trechos de variadas entrevistas compuseram os

significados atribuídos pelos sócios e como eles percebem os interesses coletivos. Disso, se originou o código.

Ao todo foram encontrados 66 códigos evidenciados no Apêndice IV dessa tese. A tese ficaria extensa e excessivamente descritiva se fossem abordadas todas as análises dos parágrafos e trechos de destaque, que conduziram à formação de cada um dos códigos; relacionando ainda às ações e significados atribuídos pelos sócios. Uma análise mais abrangente envolvendo a construção das categorias e subcategorias será detalhada na próxima etapa desta análise.

8.3.3.2 Codificação focalizada

Nesta etapa os códigos encontrados mais significativos foram destacados, analisados e categorizados. As categorias são “[...] conceitos, derivados dos dados, que representam os fenômenos” (STRAUSS; CORBIN, 2008, p.114). A codificação focalizada “[...] exige a tomada de decisão sobre quais os códigos iniciais permitem uma compreensão analítica melhor para categorizar os seus dados de forma incisiva e completa” (CHARMAZ, 2009, p. 87).

Ao todo foram 40 códigos de maior significado para os sócios. Antes, porém, cabe pontuar o que foi tratado como significativo nesta etapa da pesquisa. Foi considerado como significativo todos os códigos encontrados nas falas de dois ou mais entrevistados. O que sustenta os argumentos dos participantes e demonstra intensidade dos parágrafos analisados nas entrevistas transcritas. Além de demonstrar que os códigos possuem maior potencial teórico, conceitual e explicativo para o fenômeno estudado.

Os demais códigos não foram descartados de imediato, visto que o retorno às entrevistas transcritas, poderiam suscitar novos elementos, até então ocultos nas falas dos entrevistados.

A partir desses códigos focalizados foram criadas “[...] categorias conceituais cujas propriedades são identificadas a partir dos códigos que a formam” (ARAÚJO, 2011, p. 66). Assim, foram identificadas 11 categorias e 10 subcategorias. Neste subtópico serão apresentadas as categorias encontradas, e a discussão teórica que as envolve. Lembrando que os conceitos das categorias, estarão embasados nos significados que os sócios atribuem a elas.

As categorias que emergiram foram: o movimento social, dupla natureza da ASCOOB Sisal, política da ASCOOB Sisal, cultura individualista, fatores que afetam a participação,

identidade coletiva, cooperado como agente de mudança, inclusão financeira, significando a ASCOOB enquanto banco, consciência do cooperado e sentimentos e emoções.

✓ O movimento social

A categoria movimento social emergiu dos dados como um conceito que representa a compreensão dos significados que os associados da ASCOOB Sisal atribuem ao movimento social. Neste sentido, emergiram também como subcategorias o movimento cooperativista e outros movimentos. A ASCOOB Sisal foi considerada o movimento cooperativista ligado à Cresol. E, para alguns cooperados, ela passou a ter notoriedade, a partir da militância em sindicatos, movimentos de juventude, APAEB e organizações comunitárias.

Os entrevistados viam na cooperativa ASCOOB Sisal, uma semelhança com outros movimentos que buscavam enfrentar desafios dos municípios essencialmente agrícolas. Por outro lado, também foi despertado nos relatos da análise, que as cooperativas são instituições fragilizadas, que necessitam do apoio do governo, e da compreensão maior do próprio associado, no sentido de reconhecer que se trata de uma organização autogestionária.

Nos dados, emergiu que “os pequenos”, se referindo às minorias, são os mais individualistas, e não reconhecem o real significado da cooperativa, pois é necessário se unir para fortalecer. “Os pequenos”, neste caso, é um código *in vivo* dentro da teoria fundamentada, ou seja, um código de termo específico usado pelos participantes. É um código que marca o discurso dos entrevistados, mas, que neste trabalho, será considerado analiticamente integrado a outros códigos.

Pela análise dos materiais coletados, foi possível perceber que os movimentos sociais estão fortemente presentes na vida dos sócios, onde 79% dos entrevistados participam de algum tipo de movimento social; e representam para os entrevistados, uma forma de luta em benefício das minorias.

Já o movimento cooperativista surge na vida desses sócios, também com essa perspectiva, pendendo para benefícios econômicos. Porém, o embate interno pela atuação coletiva nas cooperativas, também surge como uma forma de luta que merece ser destacada, conforme a fala que segue:

[...] o cooperativismo não é uma coisa nova, não é uma coisa nova né, mas ainda é novo em algumas realidades né, as pessoas ainda não conseguem viver disso. Às vezes é desacreditado né, isso porque a gente aprendeu na escola que a gente sozinho não consegue... tem gente mais capacitado, que tem que ser doutores pra poder gerir e que a gente só não consegue gerir (E7).

É a gestão da cooperativa sendo acometida, na compreensão dos entrevistados, pela educação bancária, onde somente alguns têm o poder de gerir a organização. Neste sentido, o grau de conhecimento dos sócios acerca dos movimentos sociais, bem como do movimento cooperativista, ainda é baixo. Visto que o associado se coloca na condição passiva dentro do movimento, ou seja, enquanto usuário somente.

✓ Dupla natureza da ASCOOB Sisal

A categoria dupla natureza da ASCOOB Sisal, emergiu dos dados como um conceito para a compreensão das diferenças da cooperativa em relação a outras organizações financeiras, bem como em relação à expectativa e aos interesses dos cooperados e da cooperativa. A fim de especificar melhor essa categoria, foram criadas as subcategorias denominadas gestão social e gestão empresarial, de natureza de ordem social e econômica, respectivamente.

A definição que os sócios trazem acerca dessa dupla natureza, é de que se trata de um modelo de empresa que não possui apenas um dono, ela é solidária, participativa e feita pelos sócios; é um banco mais humano. Enquanto natureza social, trata-se de um negócio familiar que ajuda agricultores, cria vínculo, prioriza os pequenos, tem um olhar diferenciado para o associado e promove a responsabilidade social. Já enquanto natureza econômica, gera acesso ao crédito com facilidade, taxa de juros mais baixas e promove a inclusão e sustentabilidade financeira.

Ainda que tragam essa definição, ao diferenciar a ASCOOB Sisal de outras instituições, os sócios demonstram perceber a instituição enquanto “banco”. Nota-se pelas seguintes falas:

[...] eu vi na ASCOOB, o que eu não via em outros bancos: um banco próximo aos pescadores, próximo aos agricultores, é...uma linha de credito bacana, só precisa melhorar os juros (risos)(E3).

[...] os outros bancos maiores só pensa mais nos empresários, em pessoas que tem bastante dinheiro que vai gerar muito lucro. Já a ASCOOB não, pensa no pequeno agricultor, pensa em melhoria das comunidades (E16).

É possível perceber pelas falas, que ao realizar a comparação com outras instituições financeiras, o sócio trata a ASCOOB Sisal como banco. Analisando sob a perspectiva do interacionismo simbólico, nota-se que a compreensão enquanto banco, indica como o cooperado vê e significa o objeto, que neste caso, é a cooperativa.

Isso pode ser explicado também pela fala que segue:

[...] a gente ainda não percebe claramente essa diferença, então a gente sempre ouve pessoas questionando, reclamando e propondo né a questão das taxas que é quase sempre equivalente aos outros bancos tradicionais, é... a forma de atuar (E17).

A fala acima demonstra que a cooperativa é significada enquanto banco, por não apresentar diferenças evidentes em sua atuação, com relação a bancos tradicionais. Dessa forma, por mais que a participação em outros movimentos sociais tenha influência no processo de tomada de conhecimento acerca da existência da cooperativa, a motivação para o ingresso na mesma, se dá em busca de acesso ao crédito facilitado. Conforme pode ser percebido pela fala dos entrevistados:

Eu acredito que 90%, claro que a gente tem um desafio muito grande por parte disso, mas 90% talvez é muito, mas uns 80% que procura a instituição vão em busca de crédito, entendeu? (E8).

Esse acesso ao crédito pode ser encontrado em bancos tradicionais. Os códigos revelaram que os sócios ingressaram na cooperativa por buscarem um financiamento, acesso ao crédito de forma facilitada, por indicação de um parente, por falta de opção no município, ou por exercerem a função de colaborador se associando em virtude disso (apesar da associação não ser obrigatória para colaboradores).

A motivação para o ingresso na ASCOOB Sisal está associada aos interesses coletivos dos sócios, que buscam mais investimentos, linha de crédito acessível que assistam as minorias. Os interesses coletivos seguem a linha do “outro generalizado” de Mead. Quando o “eu” (reação à atitude do outro) e o “mim” (processo e internaliza eventos externos) interagem formando o *self* completo, ocorre também a interação com o outro.

Assim, a partir do momento em que os interesses coletivos dos sócios na cooperativa, estão voltados para a natureza econômica, o sócio recém ingresso, internaliza a conduta do outro no processo de interação. No que surge a “consciência” do novo sócio quanto a conteúdos e significados do movimento intitulado cooperativa de crédito.

À essa interação que generaliza a atitude do outro (do cooperado recém ingresso), a partir da atitude de toda a comunidade (dos demais associados, ingressos anteriormente); Mead (1934) nomeia o outro generalizado.

Também foi expressado, mediante alguns dados, o interesse de natureza social do associado:

[...] então é dessa forma que o associado ele [...] Ele vê a ASCOOB como possibilidade de transformar sim seu lugar (E10).

O sócio, durante a entrevista, fez o exercício de perceber os interesses a partir dele próprio e do outro; bem como, a partir do movimento que ele integra. Nessa reflexão, ele demonstrou perceber os interesses da cooperativa: crescimento, aumento do número de associados e colaboração para o desenvolvimento local. Foi perceptível que tanto a natureza econômica quanto a social integram esses interesses do movimento.

Entretanto, buscou-se compreender qual(is) o(s) interesse(s) por trás dos interesses expressos:

Então eles buscam bem estar...contribuindo com aquele sócio, para que ele não venha deixar sua cooperativa para ir para outro com a oportunidade diferente(E16).

O que se entende por essa fala é que os benefícios ofertados aos sócios funcionam como uma maneira de mantê-los na cooperativa. Contudo, a consciência do próprio sócio acerca da sua condição de dono e usuário, é o que realmente o manterá na cooperativa.

Ao definirem o significado de cooperativa, os associados também revelaram a dupla natureza da organização:

[...] ela é uma instituição de natureza econômica, sem fins lucrativos, mas é de interesse econômico, ou seja, o que tornam as pessoas associados e associadas justamente para resolver um problema econômico (E8).

[...]cooperativa ela é um banco mais humano sabe, ela é uma instituição financeira que ela antes de olhar é o seu ativo financeiro, ela vai olhar as pessoas como seu principal patrimônio né [...] (E11).

Cooperativa para mim, é uma determinado instituição onde todos tem vez e voz. Onde pode participar e dar sugestões, é opinar, criticar, falar tudo sem ter medo de errar. Porque ali, é... você está fazendo parte. É como se fosse uma família, um negócio familiar (E16).

Relatos de alguns sócios sugerem também uma análise reflexiva: ainda que essa dupla natureza coexista, ela precisa ser equilibrada, a fim de não comprometer a identidade do

movimento. Nesse intuito, é que foi introduzido como propriedade o grau de intensidade, com a dimensão severa ou moderada.

Pela categoria analisada e conteúdo dos códigos, é perceptível que há um desequilíbrio entre as naturezas, sendo a natureza social (gestão social) mais moderada e a natureza econômica (gestão empresarial) mais severa.

✓ Política da ASCOOB Sisal

A categoria política da ASCOOB Sisal emergiu dos dados como um conceito percebido num contexto específico ideológico do movimento, mediante questões legais, crenças, valores, adversários e desafios.

A compreensão do conceito de política dentro da cooperativa perpassa dois eixos. Alguns entrevistados acreditam que a política da ASCOOB Sisal se aproxima da realidade, e é representada pela assistência aos menos favorecidos, outros, que a política se distancia da realidade visando atender a necessidade do mercado, conforme expresso nas falas:

Eu vejo que, que ela se caminha pra... eu não vejo eu não vejo cenário tão bom como antes, não vejo inclusive essa questão do acesso de taxa de juros ela, ela aumenta e...Ela fica mais difícil né das pessoas poder acessar (...)eu vejo que ela a cada dia, ela se torna mais distante né dessa realidade para atender uma necessidade mesmo de mercado(E10).

[...]eu vejo que a ASCOOB ela tende a orientar né, os seus cooperados, uma política mais próxima da nossa realidade né. Uma política que de fato, os menos favorecidos sejam assistidos (E7).

Neste sentido, dado este impasse quanto à política da cooperativa, partiu-se para a compreensão da ideologia do movimento, entendida pelos entrevistados como a inclusão financeira para as pessoas da comunidade. Essa ideologia tende a aproximar a cooperativa da realidade, entretanto, outros fatores devem ser considerados nessa análise:

Porque às vezes ela é forçada a fazer algumas coisas, existem leis que regulamentam, então a gente não pode deixar de fazer algo porque é lei, mas por outro lado a gente vai resistindo (E12).

O cooperativismo ele ainda tem uma representação muito pequena, é tanto que o próprio Banco Central, ele tem um projeto agora até 2022 de fazer com que as cooperativas ocupem 20% da fatia do mercado dentro do...das instituições financeiras, que 20% sejam cooperativas né, realmente é um grande desafio porque a gente ainda não tem a estrutura necessária(E11).

[...]o Banco Central inclusive, ele projeta ali um... até dezembro de 2022, o crescimento [...] do que representa as cooperativas de crédito no país e isso requer esse processo de melhoria na gestão, da qualidade dos processos para que possa dar maior é... é solidez nas operações(E14).

Questões legais interferem na política da ASCOOB Sisal. Conforme mencionado anteriormente, o Banco Central do Brasil é o órgão que autoriza o funcionamento e fiscaliza as cooperativas. Como é possível perceber, há um projeto de expansão da ASCOOB Sisal no mercado, mas que conta com uma estrutura ainda incipiente, e que preocupa os sócios.

Uma maneira de minimizar essa problemática, encontrada pela cooperativa, foi a profissionalização da gestão, com critérios específicos e rígidos. Se antes a gestão ocorria de forma informal, a partir de movimentos sociais parceiros, agora ela assume uma postura mais seletiva.

As determinações legais conduzem à explicação do impasse revelado no início da exposição dessa categoria: à medida em que o cooperativismo de crédito cresce e expande, ele tende a se distanciar da realidade. É o que observa o entrevistado 8 na fala que segue:

Essa expansão é...dentro do sistemas de crédito, de forma bem estruturada, acabou sendo também uma armadilha porque muitas das vezes ficou robusta e se transformaram em bancos né, eu to dizendo do ponto de vista prático, que de repente ali da legislação, no regime encontrado naquelas todas né, tem [...]uma nomenclatura de cooperativa mas a sua prática em si, conforme você atua junto aos seus associados você pode trazer uma conotação bancária muito explicita (E8).

Quando transformados em bancos de fato, na compreensão dos sócios, os valores da cooperativa são perdidos. E, para o sócio, o interesse pelas minorias, ajuda mútua, responsabilidade social, transparência e respeito são valores essenciais neste tipo de organização.

Com base nesse exemplo de questão legal que emergiu nas falas dos entrevistados, notou-se também que o Banco Central é tido como um adversário:

[...] as normas que regem aí no Banco Central, algumas coisas que eles precisam se enquadrar e acaba ficando ruim para o cooperado (E6).

Mediante as reflexões aqui evidenciadas, foi possível notar que a política da ASCOOB Sisal está condicionada a fatores externos que moldam suas ações com o cooperado. A partir desse entendimento, e considerando que a ideologia política do movimento cooperativo de crédito, está voltada para uma gestão inclusiva, com foco na inclusão financeira das minorias; cresce a indagação se essa política se aproxima do cooperado ou se distancia dele.

Assim, as análises pertinentes a essa categoria, conduzem a um entendimento de que o que se busca é a ampliação do movimento a partir da inclusão financeira de fato; entretanto, a política da ASCOOB Sisal, tende a se distanciar do associado a partir do momento em que a busca pela quantidade supera a qualidade dos seus sócios.

Neste sentido, o que se percebe a partir da compreensão dos entrevistados, é que a atual política da ASCOOB Sisal, não está preocupada em promover uma consciência crítica do sujeito. Mas em ampliar sua área de atuação frente ao desafio proposto pelo Banco Central do Brasil.

✓ Cultura individualista

O conceito da próxima categoria, cultura individualista, emergiu a partir de reflexões do entrevistado a respeito da falta de formação, da falta da cultura da cooperação e do passado desmotivador.

A cultura individualista significa para o associado, um entrave à participação na cooperativa ASCOOB Sisal. Essa cultura pode ocorrer mediante um cenário que não motiva a consciência política crítica e a participação coletiva. Mas também pode advir de um passado que compromete toda cultura da cooperação. É o caso da compreensão do entrevistado 18:

Essa é a realidade financeira, ela nos deixou trazer de volta um pensamento dos anos 80, quando muitas cooperativas eram apenas usadas para beneficiar 1 ou 2 integrantes que liderava o processo. Isso aconteceu muito no Brasil, principalmente aqui no nordeste, que deixou essa descrença absurda do cooperativismo no nordeste (E18).

O cooperativismo nordestino é marcado por um passado pouco animador e que gera uma desconfiança, alta descrença e um baixo envolvimento do sócio perante o cooperativismo atual. Essa lembrança trazida pelo sócio, suscitou em meio à análise, um levantamento da literatura, a fim de se compreender um pouco mais sobre a categoria conceituada pelo entrevistado. Assim, Sabourin (1999) relata em seu estudo que as primeiras cooperativas de produtores do Nordeste, era composta por grandes ou médios proprietários.

Sabourin (1999, p.5) afirma em seu trabalho que “Os agricultores conservam amargas lembranças das cooperativas [...] associadas a interesses políticos ou clientelistas, a sistemas de gestão propícios ao desvio de fundos, cujo controle sempre escapou aos pequenos produtores”. O autor ainda complementa que os agricultores diziam que cada cooperativa tinha seu dono. Somente depois da década de 1980, é que novas formas de cooperação e formas de coordenação da ação coletiva surgiram.

Mediante esse contexto, torna-se compreensível as seguintes falas:

[...] a nossa região aqui é muito individualista, as pessoas ainda não têm esse espírito de trabalhar com cooperativismo (E3).

[...] o senso de participação e preocupação das pessoas, de envolvimento nos movimentos, na própria discussão política [...]. Esse movimento em si ainda não é uma cultura nossa, as pessoas elas não têm ainda esse hábito de sentar, de discutir, de falar sobre, de ver o que é que não tá bom (E11).

Além desse passado comprometido, necessitando de novas propostas que estimulem a cultura da cooperação, também a formação interna dos associados precisa ser considerada desde o ingresso do associado na ASCOOB Sisal:

[...] passou muito tempo eu sendo cooperada e não entendendo a ASCOOB Sisal (E12).

Esse relato refere-se a uma sócia que possui 10 anos de associada e, somente após compor a estrutura administrativa da cooperativa, é que passou a compreender a ASCOOB Sisal. O que tem sido estimulado dentro da cooperativa é a formação sobre educação financeira aplicada pelo gerente:

[...]em algumas organizações de associações e cooperativa esse agente da ASCOOB né, as vezes o gerente da ASCOOB dando palestra da questão financeira... Como a gente pode poupar, qual o acesso a linha de crédito melhor, abertura de contas, o pensamento futuro né pro filho. Ele é bom abrir a poupa Ascoobinho pro seu filho, pra sua filha (E7).

Outras formações já foram destrinchadas no tópico de análise documental desta tese. Ainda assim, reforça-se que o sócio se percebe desorientado quanto à organização coletiva pela qual participa. Pelos fatores supracitados, é que se torna possível perceber que há uma alta descrença e um baixo envolvimento do sócio na cooperativa.

✓ Fatores que afetam a participação

Dentre as percepções dos sócios relacionadas ao conceito acerca dos fatores que afetam a participação, é necessário pontuar: a identificação com o movimento, os meios de comunicação, a forma de comunicar e os meios de participação. Após esses apontamentos, a subcategoria que emergiu foi a educação, formação e informação, que condiz com o 6º princípio do cooperativismo, e poderá ser visualizada nos apontamentos dos entrevistados.

Dentre as percepções dos sócios relacionadas ao conceito educação cooperativista, foi possível compreendê-la como uma política de educação que se aproxima do sócio, treina, capacita, orienta, instrui, forma e o motiva a participar no coletivo.

Apesar de ter sido um conceito que surgiu a partir das falas, ele apareceu de forma sutil nas entrevistas, seja por meio da exposição dos cursos e espaços formativos; ou expressamente ditos, como segue nas falas abaixo:

[...] tem uma política de educação né dentro da ASCOOB e aí ela chega mais próximo do associado [...] Então a gente vai participando e vai conhecendo, se entusiasmando e querendo fazer parte disso (E10).

Mas a instituição por outro lado, ela peca quando ela constituída não procura efetivamente treinar, capacitar, orientar, instruir e formar essas pessoas para a sua sustentabilidade, para a sua perenidade, para sua permanência dentro de um espaço amplamente competitivo (E18).

[...] acho que o nosso interesse vai muito nessa linha que a gente consiga fazer um trabalho de educação cooperativista, que as pessoas que estão dentro da cooperativa consigam compreender é de fato o que é uma cooperativa [...] (E14).

Um fator interessante foi que dos 19 entrevistados, 10 citaram a educação como importante e necessária no processo formativo do cooperado. Destes 10, 5 se referiam à educação financeira. O que ocorre no exposto é a ausência significativa da educação cooperativista nas falas, o que torna a análise também pertinente segundo Corbin e Strauss (1990).

A educação cooperativista passou despercebida em aproximadamente 73% dos entrevistados, sendo citada por somente 5 sócios. Os dados revelam que a temática não parece familiar entre os associados. Claro que, indiretamente, a temática foi motivada a ser discutida, visto que as questões trataram de participação e meios de participação, por exemplo.

E por falar em participação, nos resultados da análise, foi possível perceber um descompromisso do sócio em participar de ações do movimento. As falas conduzem ao entendimento de que não há um esclarecimento acerca do objetivo de determinadas ações coletivas. Além disso, a comunicação parece ser falha:

Não gosto muito de estar em muvuca e não saber o que realmente está e qual o objetivo daquilo né, que muita gente que participa, participa por participar, sem nem saber qual vai ser o resultado, mas eu não gosto, por que não gosto mesmo e não me identifico com isso, desses grupos (E2).

Eu nunca participei [...] Por que não fui convidado à participar dessas coisas (E9).

Com relação aos meios de comunicação, os entrevistados revelaram que a comunicação com a cooperativa ocorre nas agências, pelo *whatsapp*, por *e-mail*, pelo boca a boca, ou nas Assembleias.

A assembleia (...) ela tem que ser divulgada um mês antes da... da data da sua realização pra poder ter essa ampla divulgação, aí a gente divulga em rádio, a gente divulga em... nos murais das agências, a gente coloca também em jornais, hoje a gente faz os cardzinhos e envia via *WhatsApp* também para os cooperados (E14).

Ao serem perguntados acerca dos meios de participação, os associados revelaram que o contato direto com a gerência é um meio participativo.

Eu to no ASCOOB o dia todo, ai quando chega o supervisor, quando chega o gerente, o geral, que chega lá eu to lá sempre dando meus palpites, sempre dando minhas ideias, entendeu? (E4).

Então assim, elas te dão posições, eu ligo, eu mando mensagem, às vezes está mesmo fora do horário de expediente e elas me respondem, me atende (E6).

[...] tem o chegar e falar...para quem tem essa liberdade, autonomia de chegar para a pessoa lá e conversar [...] (E2).

Alguns sócios também citaram as assembleias e pré-assembleias como meios de participação, outros, a ouvidoria com a possibilidade de realizar reclamações, sugestões e elogios. Eventos de responsabilidade social (como o dia C⁹) e cursos *online* pelo *site* da Cresol direcionado aos colaboradores, também foram citados. A cooperativa também agrega um setor de formação voltado para a educação cooperativista:

A gente tem hoje dentro da, da cooperativa um ambiente de formação, de educação né... apesar de não estar diretamente na área, mas a gente sempre tem é, reuniões, a gente faz seminários, a gente faz atividades nas escolas, que trazem esse foco de formação, de educação (E11).

As Assembleias representam para os entrevistados uma reunião onde se expõe finanças, balanços e resultados da ASCOOB Sisal. Ainda que seja um espaço deliberativo não consideram um espaço participativo; os sócios não se sentem confortáveis para expor opiniões, apenas fazem votar. Mas entendem que o espaço de fala se dá na pré-assembleia:

[...]na pré-assembleia não delibera nada, não define nada lá a gente só apresenta, discute, e tira dúvidas, mas já é para poder quando eles irem para a assembleia, eles já estarem mais ou menos cientes do que vai ser tratado e os temas aprofundados, inclusive se tiver uma discussão que necessite de um maior aprofundamento na pré-assembleia tem essa possibilidade (E14).

Eu já participei de assembleias e via muita gente lá, muita gente que vai fazer votação. Agora só que a gente não tem poder de fala para mudar, a gente só faz votar. Então esse é o grande problema, se o cooperado quer mudar, ele precisa ser ouvido. [...] ele precisa ser ouvido na assembleia o que é que ele pode sugerir, em que pode ser modificado. Mas na maioria das vezes quando a gente vai para a assembleia, é só para votar, dizer sim ou não (E15).

[...] a assembleia, a última eu achei que ela melhorou, ela melhorou já teve pessoas se posicionando né, cooperados se posicionando, isso isso foi muito bacana, mas que na maioria das vezes já vai o pacote e todo mundo vota, não há essa participação (E10).

⁹ “O Dia de Cooperar (Dia C) nasceu em 2009 como um projeto inovador, realizado pelo Sistema Ocemg. O objetivo é desenvolver ações de responsabilidade social, colocando em prática os valores e princípios cooperativistas, por meio de ações voluntárias” (OCERGS, 2022, n.p.).

Com a pandemia, as pré-assembleias foram suspensas e as assembleias passaram a ser virtuais. Alguns sócios perceberam que a participação diminuiu neste novo cenário, aumentando também o distanciamento entre o sócio e a cooperativa:

[...]a gente tinha dois mil associados participando das nossas assembleias como é que você mantém essa transparência né, essas valorização às pessoas, à sua participação nesse cenário, então você vai buscando alternativas, mas de fato a gente entende que no momento um pouco difícil né (E8).

[...]ainda a gente tem essa dificuldade com relação a participação das pessoas em razão da tecnologia, nem todo mundo consegue ainda ter o acesso (E11).

[...]a ASCOOB historicamente ela... ela foi construída a partir dessa proximidade das pessoas, de tá nas atividades, estar dialogando, e na medida que a gente não tem esses espaços aí se distanciou um pouco(E14).

Outros, reprovaram o posicionamento da ASCOOB Sisal perante a pandemia:

[...]ela não é um banco qualquer, ela é uma cooperativa ainda que tenha que atender uma necessidade do Banco Central, ela ainda é uma cooperativa [...] O que mudou é que eu acho que ela não cumpre, não ta cumprindo esse papel do cuidado com o seu associado nesse contexto de pandemia.

Com relação às informações, essas podem ser encontradas no site, por meio de balancetes e cartilhas:

Eles publicam os balancetes e disponibilizam para os seus cooperados, todos os anos.Em cartilha né, apresentações, revistas conceituadas a nível de Brasil revista de crédito, todos os nossos balancetes, onde a gente perdeu e cresceu. Quais são as sobras, o que é que a gente vai fazer com essas sobras(E7).

Também foi ressaltado que a informação possibilita ao cooperado a participação:

Quando você conhece, quando você né... tem ali as informações necessárias, você consegue ali destrinchar o negócio, mas se você for uma pessoa que não conhece [...] então a única coisa que nos resta é aceitar o que vem de lá de cima (E12).

Entretanto, a falta de informação foi verificada com a pandemia:

Eu acho que a gente ficou isolado com a ASCOOB, sem ter muita informação, sem saber como está, sem saber o que está acontecendo. Eu só vejo mais informações por e-mail, como o meu sobrinho trabalha lá e às vezes ele comenta algumas novidades algumas coisas né.

Outro ponto lembrado pelos sócios, é que deve haver uma rotatividade na estrutura administrativa, para que assim a participação ocorra:

[...] aí não foi fácil convence-los de que era necessário abrir os editais de convocação pra eleição [...] houve num primeiro momento uma certa negligência assim do corpo administrativo daquele momento em abrir espaço. Perdurou-se por 4 mandatos consecutivos uma só presidente (E18).

Enfim, os associados foram reconhecendo os fatores que impedem a participação e pontuando. A partir das percepções deles, foi possível perceber a subcategoria educação, formação e informação ainda incipiente.

✓ Identidade coletiva

Dentre as percepções dos sócios relacionadas ao conceito da identidade coletiva, foi possível levantar 2 importantes subcategorias: cooperado enquanto dono e usuário. Ao entender a compreensão da identidade coletiva pelo sócio, é possível verificar que ele assume papéis; sendo dono e usuário. Assim, o cooperado assume “identidades” e demonstra isso a partir das falas:

O cooperado ele deveria ter o que?! Ele deveria tá trabalhando com a cooperativa, né? e a gente não trabalha. O trabalho que falo seria injetando valores ali (...) quem tem possibilidade disso é uma grande oportunidade, além de você estar trabalhando, ou seja, poupando lá, eles dão condições de você participar de premiações, estão dando mais incentivo né(E6).

Hoje sou cliente da ASCOOB, hoje sou cooperado da ASCOOB, mas já acessei linha de credito para construção de casa, linha de credito pra empréstimo consignado, todas as linhas de credito possíveis que eu tive a oportunidade de ter (E7).

Para esses entrevistados a compreensão é de que o sócio investidor ou aquele que acessa linhas de créditos é quem trabalha com a cooperativa; a pessoa que não realiza atividade é apenas cooperado.

Além de assumir identidades, o cooperado também mostrou se identificar com o movimento a partir das pessoas e produtos que acessa, mas não se identifica com a cooperativa em si. Portanto, a identificação para alguns sócios, não se deu com o movimento cooperativista e sim com o “banco”. É o que pode ser percebido nas falas abaixo ao serem perguntados sobre identificação com a ASCOOB Sisal:

É... sinceramente não muito, né? Porque se não fosse essas condições que dão, não serviria muito pra mim porque às vezes a gente não entende muito a questão do cooperado (E6).

[...]a gente que somos de uma classe um pouco desfavorecida no cenário econômico, eu acho que a única saída nossa é a cooperativa de crédito falando monetariamente né (E7).

Na verdade, eu praticamente assim, abandonei os outros bancos né, pela... Por se identificar com as pessoas do ASCOOB e pelo método também, facilidade de algumas coisas, a burocracia e tal, são muito bom(E5).

É um banco que me representa. Eu me sinto representado pela ASCOOB pela maneira, pela forma que o banco atua aqui na minha cidade(E3).

Agora esta pergunta de interesse coletivo, eu não tenho resposta para te dar. Porque eu sou a pessoa que não tenho muito vínculo com o coletivo [...] Porque tenho um dilema no meu negócio, parece que é assim: cada um por si e Deus por todos (E6).

Outros sócios se identificam com a “cooperativa” ASCOOB Sisal. Dos 19 entrevistados, todos os 5 representantes da estrutura administrativa e outros 2 sócios mostraram se identificar com a ASCOOB Sisal enquanto cooperativa:

Na verdade o patrimônio da cooperativa são seus cooperados, então a gente vê esse respeito, isso acaba sendo uma identificação (E4).

[...] ela (a cooperativa) se coloca ali enquanto parceira das pessoas, enquanto proponente do desenvolvimento, então eu me vejo muito, me acho muito na ASCOOB (E19).

Por que eu me identifico com a cooperativa? Porque [...] a política financeira da cooperativa, ela é uma política interessante [...] porque ela não visa extremamente o lucro, aí eu me sinto pertencente e me sinto visto na cooperativa (E18).

[...] acaba que a gente vira ASCOOB né (E8).

Lembrando que este trabalho não almeja abordar uma comparação entre membros da estrutura administrativa e demais sócios, até porque trata-se de uma amostra com sujeitos típicos. Então, o mais importante na análise é entender a compreensão geral desse grupo com relação ao fenômeno em estudo. Entretanto, como nessa questão específica houve um posicionamento distinto considerável entre a estrutura administrativa e os demais sócios, viu-se a necessidade de evidenciar os dados.

Ao observar as falas acima, onde a identidade ocorre com a ASCOOB Sisal sendo percebida enquanto movimento cooperativo e enquanto banco, nota-se também a presença da subcategoria cooperado enquanto usuário com uma dimensão de proporção alta. Já a subcategoria cooperado enquanto dono não foi perceptível como baixa nas falas.

✓ Cooperado como agente de mudança

Dentre as percepções dos sócios relacionadas ao conceito cooperado como agente de mudança, foi possível levantar a subcategoria participação, visto que os dos reconhecem que o ato de participar é o que motiva a mudança.

Quando perguntados sobre a capacidade do cooperado de intervir e gerar mudanças na cooperativa, os entrevistados suscitaram a categoria cooperado como agente de mudança,

conceituando-a, como algo que é possível de acontecer, mas que ainda não é uma realidade da ASCOOB Sisal, por falta de disposição ou conhecimento. Como pode ser percebido nos relatos abaixo:

Se todo mundo se organizar, se deixar sua opinião lá, creio que pode ir modificando... que não seja de vez, mas aos poucos (E1).

[...] se é uma cooperativa, eu faço parte dessa cooperativa eu tenho poder de pelo menos falar. Eu não sei se vai acontecer né, se vai dar resultado. Mas eu tenho esse poder. Então o poder está na gente, em quem coopera(E2).

[...] eu acredito que tem, tem força, mas a gente não... Ninguém fica disposto a fazer isso né(E10).

A grande maioria não (tem interesse em gerar mudança) porque não tem um retorno né, ai é como se fosse lutar sem justa causa [...] Porque na verdade eles querem uma moeda de troca né (E13).

Pouca gente teria capacidade ou disposição para tal. Acho que infelizmente as pessoas não abraçam muito a causa [...] Muita gente não se dispõe a zelar pelo produto, só quer o resultado, só quer pronto, digamos assim. Mas não quer ir lá dentro para participar, entender, sugerir, criticar, cobrar. Quer que alguém faça por eles, mas não quer parar pra fazer isso (E17).

Capacidade eles tem, eles não têm talvez, o conhecimento necessário, suficiente (E18).

O que se pode perceber pelos relatos é que os sócios não se dispõem a participar de fato. Não há um interesse pela participação, pela luta, pelo conhecimento. Dessa forma, o poder de decisão acaba se concentrando nas mãos de poucos. A partir das falas, é possível perceber que o poder de participação é baixo.

✓ Inclusão financeira

Dentre as percepções dos sócios relacionadas ao conceito inclusão financeira, foi possível levantar a subcategoria atendimento às minorias. A inclusão financeira na cooperativa ocorre principalmente devido ao atendimento às minorias, que se dá pelo tratamento equitativo, ou seja, de acordo com a necessidade de cada sócio. Esse formato de tratamento demonstrou pelas falas, conquistar o sócio e motiva-lo a permanecer na cooperativa:

A única coisa que tenho a complementar é... O tratamento personalizado(E6).

[...] ah teve uma ação na cooperativa né, no dia de agricultor familiar mesmo, teve um *stand* mobilizando a linha de crédito do agricultor... no dia do pescador da mesma forma né (E7).

Teve uma reunião da ASCOOB pra ouvir tanto as demandas dos agricultores quanto as demandas dos pescadores, e também foi apresentado um projeto para os aposentados aqui da cidade (E3).

[...] eu ainda vejo na ASCOOB essa possibilidade dela ta perto do pobre né, e sobretudo da pessoa, da pessoa da zona rural né, da pessoa do campo, então eu... é o que me mantém, é o que me mantém acreditar nisso (E10).

[...]a ASCOOB não é só uma questão financeira, existem outras relações alí que me encantam, sabe!? É a questão da proximidade com a comunidade, é a possibilidade da gente fazer parte daquele processo (E12).

[...] liberando recurso para as pessoas, possibilitando que a comunidade consiga crescer, consiga desenvolver, consiga prover renda e melhorar a vida daquelas pessoas(E18).

As falas mostram a compreensão do sócio perante o interesse da ASCOOB Sisal em atuar junto à comunidade promovendo a inclusão financeira. Lembrando que se trata do 7º princípio cooperativista: interesse pela comunidade. A partir disso, é possível dizer que o grau de intensidade referente ao atendimento às minorias é alto.

Ao analisar o *site* do Sistema ASCOOB em busca dos produtos e serviços ofertados às minorias, foi encontrado o Crédito PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que já é um programa consolidado do governo que gera renda aos agricultores familiares e assentados de reforma agrária. O papel da ASCOOB Sisal é de garantir assistência técnica aos agricultores do programa, garantindo também a vinculação ao crédito rural. Outro produto ofertado é o CredPescado, uma modalidade de linha de crédito voltada para pescadores associados e comunidades que exercem atividades de pesca.

✓ Significando a ASCOOB Sisal enquanto banco

Dentre as percepções dos sócios relacionadas ao conceito Significando a ASCOOB enquanto banco, alguns entrevistados demonstraram pelas falas que reconhecem a ASCOOB Sisal como um banco, e que não percebem tanta diferença em relação aos bancos tradicionais:

[...]tudo o que os outros bancos têm, a ASCOOB oferece...não vejo tanta diferença também(E1).

Eu vejo que uma empresa sem os funcionários ela não anda né, então uma coisa é o banco, um banco sem seus associados, seus cooperados ele não vai a lugar nenhum (E3).

[...] rapaz é nosso banco, a gente tem que acreditar no banco que seja nosso né [...] (E7).

Rapaz é a facilidade também, me motiva bastante. Porque em outros bancos, a gente tem certa dificuldade de resolver determinadas coisas[E16].

Também foi perceptível a preocupação de alguns com relação a esse entendimento de que a cooperativa é um banco. De acordo com os entrevistados, a ASCOOB Sisal tem passado pela profissionalização dos processos, além de possuir similaridade em relação a outras instituições financeiras, com relação à cobrança de taxas operacionais e ser tratada como um banco pelo Banco Central:

[...]caminha para um processo muito de...de profissionalização dos processos. Isso é muito importante porque dá maior segurança da nossa ação, porém por outro lado se isso não vier acompanhado de um processo de educação, de aproximação com os cooperados, isso acaba é causando uma confusão na mente da pessoa, dos cooperado, isso eu digo porque hoje a gente prega isso, as pessoas olham e dizem que é um banquinho, aqui tá virando um banco (E14).

Alguns cooperados alegam que se aproxima muito dos bancos convencionais, e aí eu tenho defendido a pauta de que é necessário a gente rever e reduzir de alguma forma as taxas, para que não fique parecido a cooperativa de crédito como um banco, um banco convencional (E18).

[...]é um desafio né a gente continuar enquanto, enquanto instituição financeira com o propósito que ela tem, com a missão, e assim porque na verdade, muitas vezes a gente é visto como banco, eu to falando a respeito do...essa é a minha visão a respeito do Banco Central(E19).

Essas considerações conduzem a um entendimento de que os cooperados percebem e significam a ASCOOB Sisal enquanto banco.

✓ Consciência do cooperado

Com relação ao conceito de Consciência do cooperado, a compreensão de alguns entrevistados é de que a conscientização do sócio a respeito do que vem a ser uma cooperativa, entendendo ser dono dela, conduz a organização a um crescente. Mas esse processo de formação de consciência deve partir da própria cooperativa que precisa fortalecer a consciência crítica dos associados, levando-os a compreender sobre a importância da participação numa assembleia e sobre a importância do voto, por exemplo.

E acredito [...]que tá crescendo né, devido até é... a conscientização das pessoas de acreditarem que a gente pode gerir nosso próprio negócio, que a gente pode ser dono do nosso próprio negócio (E7).

[...] a gente precisa cada vez mais contribuir com discussões que venham fortalecer uma consciência mais crítica dos nossos associados. Por que falo isso? a gente em uma assembleia presencial com 2.000 pessoas [...] dessas, 8 pessoas, 5 abrem a boca. Então realmente é um dado bem gritante né, eu vejo isso como uma ausência ainda de capacidade de intervenção [...] (E8).

Tiveram situações que, que eu não votei, eu como cooperada não votei, mas a maioria votou e quem vence é maioria, mas em algum momento né nem sempre essa maioria ela tem, ela tem consciência ou ela quer votar naquilo (E10).

[...]dos 3.000 associados, participando apenas 10%. Isso é devido a ausência de consciência do que é cooperativa, e do porquê que eu sou cooperado (E18).

O nível de consciência do cooperado, considerando todas as demais categorias do processo foi percebido como baixo.

✓ Sentimentos e emoções

A categoriasentimentos e emoções, é despertada por estar presentena trajetória de vida do entrevistado, e reflete no modo como ele se reconhece enquanto sócio da cooperativa.

Apenas uma questão do roteiro de entrevistas, tentou motivar os sócios a se expressarem quanto a sentimentos e emoções com relação ao(s) adversário(s). Primeiramente, o adversário foi identificado e, logo após, foi questionado qual o sentimento do cooperado por este adversário. Os adversários e sentimentos podem ser visualizados pelo Quadro 19:

Quadro 34 - Percebendo adversários e sentimentos

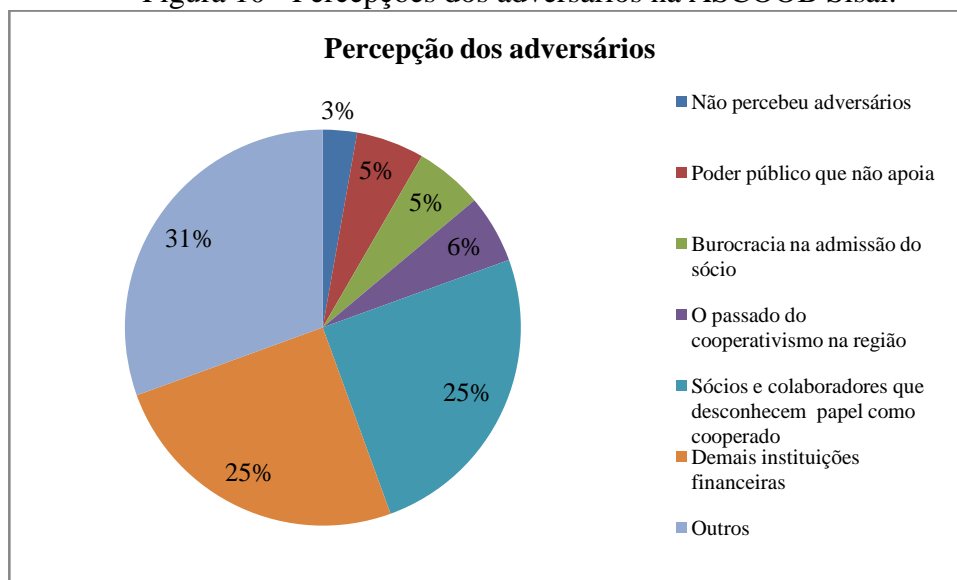
Adversário	Sentimento
Sócio que não paga empréstimo	Lamentação
Prefeitura que não apoia	Frustração
Tempo e juros	Incômodo
(Não percebeu adversários)	conforto e medo
Demais bancos	Distanciamento
Governo	Chateação
Falta de confiança, poder público e comerciantes	Pena
Instituições concorrentes, funcionário que não "veste a camisa", legislação cooperativista	Insatisfação
Outros bancos, e sócios não focados para o crescimento	Fracasso
SICOOB; pessoas individualistas	Tristeza
Demais instituições financeiras; pessoas que não sabem o que é cooperativismo	Ameaça
Sistema financeiro; capitalismo e colaborador individualista	Resistência
Instituições financeiras concorrentes, burocracia no processo de associação do sócio	Frustração
O próprio cooperado que vê a cooperativa como um banco; e pessoas e instituições que querem burlar a cooperativa	Angústia
Tem outras instituições financeiras com a mesma finalidade que a ASCOOB; E relação com os funcionários	Adversários são entrave
Bandeira do cartão e outras instituições financeiras	Incapacidade e angústia
O histórico ruim né de cooperativa na região, falhas que já ocorreram dentro da própria ASCOOB no passado e burocracia	Tristeza e decepção
Sócio desconhece seu papel; trabalho fraco de educação cooperativista; dificuldade com uso de tecnologia e influência negativa de empresários	Incompreensão do sujeito que não tem consciência de si próprio
Falta de conhecimento das pessoas; falta de exposição da mídia; cooperativas que não deram certo	Vazio

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Numa representação gráfica, é possível entender melhor os adversários citados pelos entrevistados (FIGURA 10). Os adversários de maior destaque foram os sócios e

colaboradores que desconhecem o papel como cooperado, e as demais instituições financeiras, ambos com 25% de indicação.

Figura 10 - Percepções dos adversários na ASCOOB Sisal.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com relação aos sentimentos, estes se destacaram, na grande maioria, como negativos e não motivadores para a mobilização coletiva. Mediante os sentimentos demonstrados, os adversários são percebidos não como motivadores para a luta, e sim como ameaças ao desmanche organizacional da cooperativa.

Outras emoções e sentimentos foram percebidos pelas falas dos entrevistados ao responderem questões adversas da entrevista. Foi perceptível em algumas falas, o sentimento de bem estar em ser sócio da cooperativa pela natureza diferenciada que ela propõe:

A cooperativa está de portas abertas pra gente né. A gente se sente bem na cooperativa. (E9)

[...] mas aí poderia surgir uma pergunta: “essa Felicidade vem por quê?” né, de repente ela, a resposta está aí na essência, pela natureza da ASCOOB, pela sua missão, pela sua visão, pela organização (E8).

Mas também foi perceptível a expressão de sentimento de frustração perante ações ocorridas na cooperativa:

Confesso que um momento de frustração, foi a situação de desequilíbrio financeiro que a cooperativa vivenciou muito recentemente. Isso frustrou a gente e em um dado momento nos fez repensar, em algumas pessoas liderando a gestão da cooperativa. Nós tivemos muito recente uma situação de desvio de recursos dentro da cooperativa (E18).

Foram essas as categorias que emergiram dos dados com suas respectivas subcategorias (quando necessário). No próximo subtópico, será apresentado um conteúdo analítico das relações entre categorias e subcategorias. Optou-se por não nomear essa etapa como codificação axial, visto que trata-se de uma análise mais livre que expressa as experiências que as categorias representam, e que não aplica uma estrutura analítica aos dados.

8.3.3.3 Conexões existentes entre categorias

Essa etapa requereu intensas releituras dos códigos, categorias e subcategorias a fim de melhor relacioná-los. Neste momento, serão demonstradas as conexões existentes entre as categorias e as experiências que elas representam, a partir do modo como a pesquisadora compreendeu os dados.

Cabe ressaltar que não se trata de atribuições definidas, estáticas e determinantes, visto que as categorias são dinâmicas e de constantes interações. Assim, foi realizado um exercício de complexas inter-relações das categorias. Abaixo, segue o quadro com todas as categorias já tratadas separadamente na codificação focalizada e que, posteriormente, serão inter-relacionadas:

Quadro 35 - Categorias e subcategorias.

Categorias	Subcategorias
Movimento social	Movimento cooperativista
	Outros movimentos
Dupla natureza da ASCOOB	Gestão social
	Gestão empresarial
Política da ASCOOB	Inclusão financeira
Cultura individualista	-----
Fatores que afetam a participação	Educação, formação e informação
Identidades coletivas	Cooperado enquanto dono
	Cooperado enquanto usuário
Cooperado como agente de mudança	Participação
Inclusão financeira	Atendimento às minorias
Significando a ASCOOB enquanto banco	-----
Consciência política do cooperado	-----
Sentimentos e emoções	-----

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Considerando que o quadro acima foi embasado em uma análise das categorias, pautada na indução (a partir de dados primários) e dedução (pela sistematização, interpretação e comparação dos dados) (STRAUSS; CORBIN, 2008), é possível sustentar as seguintes análises comparativas:

A categoria **movimento social** destaca o quanto o movimento cooperativa de crédito ASCOOB Sisal é compreendido como uma ação coletiva em favor das minorias. Entretanto, a atuação coletiva dentro desse movimento, parece ser baixa. Ao considerar as minorias, essa categoria se associa às categorias política da ASCOOB Sisal e inclusão financeira.

A categoria **dupla natureza da ASCOOB Sisal**, é um complemento à categoria movimento social, pois caracteriza a cooperativa enquanto um movimento de natureza social (gestão social) e econômica (gestão empresarial). Entretanto, os associados entrevistados, em sua grande maioria, buscam a cooperativa por interesses econômicos e a compreendem somente pela sua natureza econômica.

Dessa forma, a categoria dupla natureza da ASCOOB Sisal estando desequilibrada, tendo a natureza econômica mais intensificada, passa a estar associado às categorias significando a ASCOOB Sisal enquanto banco, identidade coletiva (cooperado enquanto usuário), cultura individualista, cooperado como agente de mudança e fatores que afetam a participação.

A categoria **política da ASCOOB Sisal** está associada a uma expectativa de expansão e profissionalização da gestão conforme proposição do Banco Central do Brasil, o que distancia a cooperativa do foco nas minorias. A categoria então, funciona como um fator de causa que a depender das interações dos sócios mediante influência do ambiente externo, pode acabar se distanciando daquilo que os cooperados intitulam movimento cooperativo.

A categoria **cultura individualista**, surge como uma causa e, ao mesmo tempo, como uma consequência do que foi o cooperativismo Nordeste na década de 1980, que pregava uma cultura clientelista e de interesses políticos, onde a cooperativa tinha um “dono”. Deste modo, essa categoria permite a reflexão quanto à necessidade de interações que se voltem para a educação cooperativista do associado, reafirmando a importância dele se sentir dono também da cooperativa.

Com relação à categoria **fatores que afetam a participação**, essa pode ser entendida como tendo uma *educação* muito voltada para o financeiro, uma *formação* que não atinge todos os cooperados (essa situação se agravou no período de distanciamento social), e uma

informação que existe, mas não desperta o interesse dos sócios. Como consequência dessas interações, há pouca participação nas assembleias, e parte dos cooperados que participam não se sentem à vontade para falar. Assim, como consequência, a forma de participação mais eficiente encontrada pelos sócios, tem sido o diálogo direto com o gerente.

Essa forma de participação conduz a um entendimento quanto à semelhança com outras instituições financeiras, no que retoma como consequência a categoria significando a ASCOOB Sisal enquanto banco.

Já a categoria **identidade coletiva**, abarca as 2 subcategorias cooperado enquanto dono e usuário. A análise geral das categorias, permite perceber o quanto a subcategoria cooperado enquanto usuário tem se sobressaído e o quanto a subcategoria cooperado enquanto dono tem sido evidenciada como baixa no paradigma proposto.

Essa categoria perpassa todas as demais categorias, gerando uma interação dinâmica onde a identidade coletiva preponderante de usuário surge como uma consequência das categorias: fatores que afetam a participação, cultura individualista, política da ASCOOB Sisal e dupla natureza da cooperativa que tendência a um desequilíbrio pendendo para a gestão empresarial. A identidade coletiva também se posiciona enquanto geradora da consciência política do cooperado. Ao mesmo tempo em que o ambiente de interação proporciona ao sócio a formação do *self* (eu/mim).

Assim, a categoria identidade coletiva, pode gerar como consequência as categorias consciência política do cooperado e cooperado como agente de mudança, desde que a subcategoria cooperado enquanto dono tenha maior intensidade na cooperativa.

A categoria **cooperado como agente de mudança** emergiu com a subcategoria participação e foi representado pelas falas com uma baixa realização. Muitos cooperados não se dispõem a participar, visto que não está claro para eles qual o benefício que terão ao participar. Esse posicionamento de comodismo pode ser reflexo da categoria cultura individualista, que emerge como elemento propulsor. Ou pode ser reflexo dos fatores que afetam a participação, com formações e educação voltada para o conhecimento financeiro, o que conduz a um entendimento de que é preciso haver um retorno financeiro para participar, e propor mudanças. A categoria cooperado como agente de mudança, em meio à análise realizada acima, tende a gerar uma significação da ASCOOB Sisal enquanto banco.

A categoria **inclusão financeira** emergiu de modo intenso entre os entrevistados, ao se considerar o atendimento às minorias. E essa atuação junto à comunidade motiva os associados a perceberem a organização com um diferencial. A inclusão financeira insere-se

como uma interação social em decorrência das categorias movimento cooperativista e política da ASCOOB Sisal.

Entretanto, instituições financeiras concorrentes, tendem a modificar essa compreensão, visto que a proposta de acesso ao crédito mais atraente da concorrente, tende a alterar a intensidade da inclusão financeira gerada pela ASCOOB Sisal. Em outras palavras, quando outras instituições financeiras promovem a inclusão financeira das minorias com propostas mais atrativas, o diferencial da ASCOOB Sisal, passa a inexistir.

A categoria **significando a ASCOOB Sisal enquanto banco**, já surgiu em decorrência das categorias dupla natureza da cooperativa, fatores que afetam a participação e cooperado como agente de mudança. Contudo, essa categoria que significa a ASCOOB enquanto banco, poderá se apresentar também enquanto interligada aos fatores que fragilizam o movimento cooperativista de crédito. Pois, a partir do momento em que há o entendimento de que a ASCOOB Sisal se trata de um banco, não há motivo para o cooperado se ver como dono, se aprofundar no conhecimento acerca da cooperativa (metas, objetivos e fundos) e participar das assembleias.

Com relação à categoria **consciência do cooperado**, a proposição que se faz é que ela se insere como uma consequência da interação das demais categorias. Sendo a consciência considerada como de forte intensidade, a partir do momento em que o cooperado assume junto aos demais uma identidade coletiva enquanto dono, e participa do movimento. Por outro lado, a prática da educação cooperativista também precisa estar em consonância com essa afirmativa. Entretanto, existe sim uma consciência do cooperado a partir das interações coletivas, mas ela é baixa.

A última categoria analisada foi **sentimentos e emoções**, mais precisamente com relação aos adversários. Os adversários de maior destaque foram os sócios e colaboradores que desconhecem o papel como cooperado e as demais instituições financeiras. Os sentimentos foram adversos: de ameaça, tristeza, distanciamento, fracasso, dentre outros.

A categoria sentimentos e emoções, está presente em todas as demais categorias, seja no saudosismo de alguns quanto à essência do movimento cooperativista, ou no negacionismo de outros quanto à ação coletiva proposta pela organização; seja pelos sentimentos de angústia quanto à falta de participação do associado, ou pela alegria desse mesmo associado ao entender que a participação está ocorrendo de modo efetivo ao conversar com o gerente.

O que cabe expor é que os sentimentos e emoções são dinâmicos e complexos. A depender do sócio e de como ele se vê dentro da organização cooperativa, haverá um

sentimento ou emoção, que pode ser o mesmo de outro cooperado, mas que ocorre em intensidade e perspectiva diferentes.

8.3.3.4 Codificação Teórica

Na codificação focalizada os códigos foram unidos em categorias e, na codificação teórica, por ter um caráter integrativo, partiu-se de uma sensibilização teórica, a fim de compreender e explicar os dados com base em elementos da literatura.

Neste momento, os códigos, transformados em categorias, foram discutidos de modo a tornar a análise coerente e compreensível. A releitura dos memorandos ajudou neste processo. Assim, a história analítica foi tomando uma orientação teórica gradativamente, conforme será descrito nas linhas que seguem.

O primeiro passo dessa etapa, foi definir a categoria central que representa o tema central da pesquisa. Como critério adotado, a fim de encontrar a categoria central, foi(ram) levantada(s) a(s) categoria(s) que consegue(m) se relacionar a todas as outras.

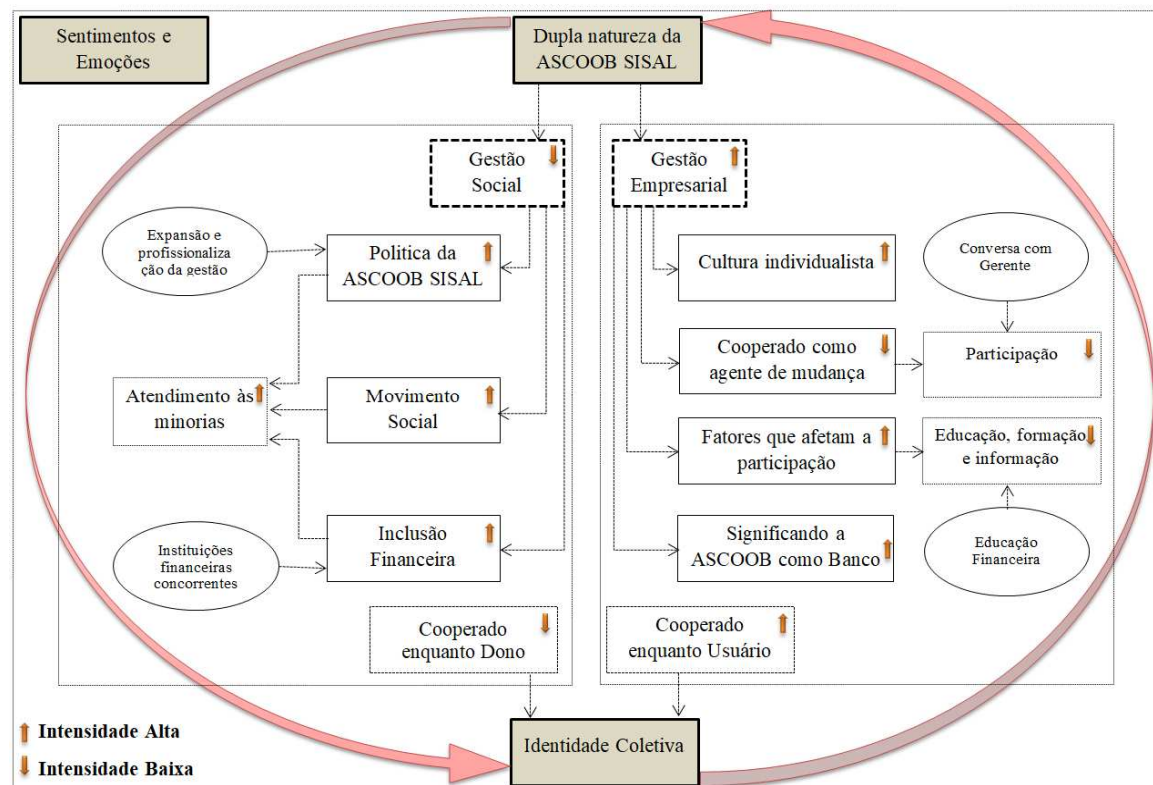
A codificação teórica permitiu a retomada do problema da pesquisa, ou seja, do fenômeno sob o qual os dados se originaram, na tentativa de responder as questões propostas.

Neste contexto, e a partir de análises de memorandos, categorias e subcategorias, foram verificadas três categorias centrais¹⁰ que perpassam todos os dados encontrados: **dupla natureza da ASCOOB Sisal, identidade coletiva e sentimentos e emoções**. Essas categorias centrais ligadas às demais categorias foram intituladas “Significando a consciência do cooperado na ASCOOB Sisal”. O resultado da codificação seletiva será apresentado em formato de diagrama na Figura 11.

Para se chegar a este diagrama, foi respeitado o lugar de fala primeiramente do público pesquisado, aproximando os dados coletados dos resultados traduzidos no diagrama. Ao passo que a análise indutiva dos dados foi o ponto de partida, sendo a análise dedutiva inserida no processo posteriormente. A literatura, as construções teóricas acerca do tema pesquisado e as experiências do pesquisador, conforme a TFD construtivista, integraram toda a teoria substancial, juntamente com as compreensões dos cooperados. Afinal, essas compreensões, por mais fidedignas à realidade, tratam-se do “olhar” da estudante de doutorado acerca das compreensões dos entrevistados; no que compõem uma construção social.

¹⁰ A escolha de mais de uma categoria central se respalda na tese de Araújo *et al.* (2018).

Figura 11 - Diagrama “Significando a Consciência do Cooperado na ASCOOB Sisal”



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Inicialmente as categorias que, de alguma forma, estiveram presentes em todas as demais categorias, foram destacadas. As categorias encontradas foram 3 (três): dupla natureza da ASCOOB Sisal, Identidade coletiva e Sentimentos e emoções. Juntamente com as subcategorias, essas categorias deram uma contribuição na construção das demais.

A começar pela dupla natureza da ASCOOB Sisal e suas subcategorias: gestão social e empresarial; onde os sócios se posicionaram por meio das falas acerca do que para eles estaria representando essa dupla natureza.

O que foi entendido a partir da compreensão dos entrevistados, foi que a política da ASCOOB Sisal se volta ao atendimento às minorias e ao apoio à comunidade. E esse atendimento compõe o que os sócios atribuem ao chamado movimento social. Para eles, os movimentos sociais atuam nessa perspectiva de atender a comunidade, promovendo a inclusão financeira. Inclusão esta que é entendida como uma ação coletiva da ASCOOB Sisal de natureza de ordem social. Portanto, o que diferencia a ASCOOB Sisal perante outras organizações, parte dessa natureza social encontrada na política, no movimento social, e na ação de inclusão financeira.

Já a natureza de ordem econômica é percebida pelo sócio quando ele significa a ASCOOB Sisal enquanto banco, quando ele assume uma cultura individualista, quando ele não gera mudança, reconhecendo a participação somente por meio das conversas com o gerente, ou quando a educação cooperativista ocorre com a aplicação de cursos voltados para a educação financeira e/ou aborda temáticas voltadas para administração ou economia.

A identidade coletiva entra como categoria que se interliga à dupla natureza devido aos interesses e identificação do cooperado pela gestão social e/ou empresarial da cooperativa. No sentido oposto, a dupla natureza (des)equilibrada pode despertar no sócio identidade(s) (enquanto dono e/ou usuário).

Assim, essas identidades estão diretamente associadas à dupla natureza da ASCOOB Sisal. A partir do momento que o associado assume somente a identidade de usuário, a natureza econômica tende a prevalecer. Por outro lado, quando ele assume a identidade de dono, a natureza de ordem social é a que prevalece. As identidades coletivas assumidas pelos associados também estão diretamente ligadas às categorias presentes no diagrama.

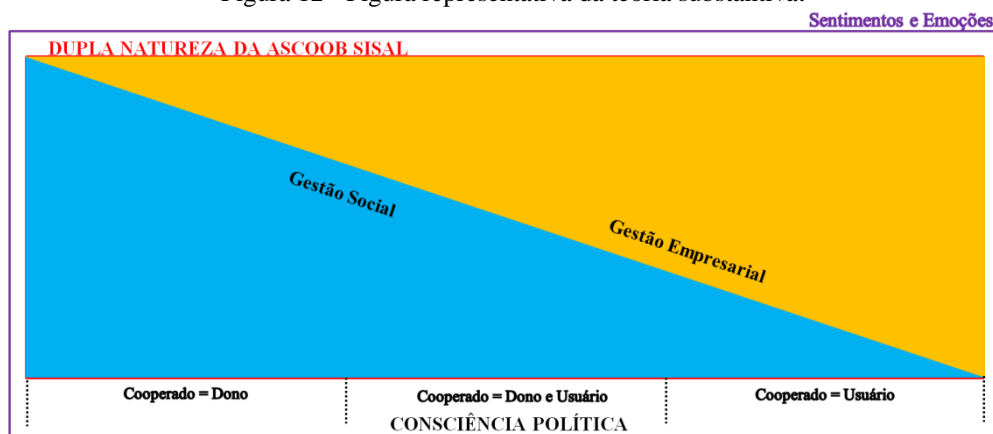
O diagrama conta ainda com códigos interventores, que alteram impacto das categorias ou subcategorias, e emergiram como catalisadores no processo de significação da consciência na cooperativa, são eles: expansão e profissionalização da gestão – mediante metas propostas pelo Banco Central do Brasil; instituições financeiras concorrentes – quando promovem a inclusão financeira das minorias, o diferencial da cooperativa deixa de existir; conversas com o(a) gerente – para grande parte dos cooperados, essa ação significa participa.

Por fim, envolvendo todas as categorias, subcategorias e condições interventoras, estão os sentimentos e emoções, que estimulam as interações e a formação da consciência na ASCOOB Sisal. A categoria consciência do cooperado foi escolhida estrategicamente como título do diagrama, no sentido de promover a reflexão quanto à resolução do presente problema de pesquisa.

8.3.3.5 Refinando e Evidenciando a Teoria Substantiva

O esquema teórico, ou diagrama, apresentado, aborda como reflexão central e teoria substantiva, a seguinte orientação teórica para o caso específico da ASCOOB Sisal, elaborada de acordo com a Figura 12.

Figura 12 - Figura representativa da teoria substantiva.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A ilustração da teoria substantiva acima, se deu em forma de gráfico, visto a tentativa de facilitar a visualização do leitor com relação à exposição teórica dos resultados.

Ele indica que quanto maior for a gestão social (representada na cor azul), maior será a identidade do cooperado enquanto dono; e quanto maior for a gestão empresarial (representada na cor amarela) da ASCOOB Sisal, maior será a identidade do cooperado enquanto usuário. O equilíbrio entre a natureza de ordem social e a natureza de ordem econômica da ASCOOB Sisal, gera o equilíbrio da identidade coletiva (associado enquanto dono e usuário), conduzindo o associado a uma consciência política crítica e participativa.

A literatura que emerge a partir da teoria substantiva abarca novos conceitos até então, ainda não tratados na presente tese. A dupla natureza da cooperativa, por exemplo, parte do desafio que a cooperativa possui em sua gestão, que abrange objetivos de ordem econômica e social, a tornando “[...] mais complexa e distinta de outras formas de organização” (SOUSA *et al.*, 2014, p.501).

Sousa *et al* (2014) esclarecem o que para eles se configura enquanto natureza de ordem social e econômica, com suas respectivas gestões social e empresarial:

No caso da gestão empresarial, a sua finalidade é gerir os interesses e incentivos econômicos dos associados do empreendimento coletivo, além de se preocupar com questões estratégicas da administração, tais como os aspectos financeiros, de produção, marketing, entre outros. Por outra parte, a gestão social está voltada para o relacionamento da cooperativa com os associados, como forma de promover sua participação em processos decisórios, bem como qualifica-los para tal, além de assegurar espaços nas instâncias participativas.

Os autores complementam que a eficiente gestão econômica e social, garante à cooperativa um diferencial em relação a outras organizações econômicas que é o imperativo democrático (SOUSA *et al.*, 2014).

O termo “gestão social” tem sido conceituado por diversos autores (PAES DE PAULA, 2005; FRANÇA FILHO, 2010; CANÇADO, 2014). No âmbito dos estudos organizacionais, o termo foi entendido por Paes de Paula (2005, p.45) “[...] como uma ação política deliberativa, na qual o indivíduo participa decidindo seu destino como pessoa, eleitor, trabalhador ou consumidor”.

Entretanto, a presente pesquisa se apropriará do conceito de gestão social definido por Cançado (2014, p.81), sendo apresentado “[...] como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último”.

Esta definição abarca a categoria teórica da democracia deliberativa onde o sujeito tem o dever de participar (CANÇADO, 2015), no que reflete as características do movimento cooperativista; o que justifica a escolha por essa conceituação.

Desse modo, a gestão social na cooperativa está inteiramente condicionada à participação: quando o associado decide coletivamente, dialoga e compreende o funcionamento da cooperativa (que se dá na transparência da gestão); ele se emancipa e, com isso, a cooperativa se torna, de fato, autogestionária.

Entretanto, o caminho a ser percorrido para que a gestão social aconteça, está diretamente associado à educação cooperativista. Onde o sócio é educado, formado e informado constantemente dentro do movimento social em que se encontra.

Mas esse é o desafio já compreendido neste trabalho, visto que a gestão empresarial, na cooperativa de crédito, tende a sobressair, visto as características econômicas da organização enquanto instituição financeira. Neste sentido, a gestão empresarial é traduzida por Gonçalves (2013, p. 111) “[...] em termos de economia das organizações públicas, ou seja, da sua lógica de funcionamento, numa orientação para o mercado”.

Desse modo, a cooperativa de crédito ao priorizar a gestão empresarial, está priorizando a condução da organização estrategicamente, a fim de obter melhores resultados econômicos; o que envolve ações voltadas para o controle financeiro, a administração de recursos humanos e o controle de processos.

A gestão social e a gestão empresarial se complementam e são imprescindíveis ao êxito da gestão cooperativa (SOUSA *et al.*, 2018). A educação cooperativista é o que

promove a adequada gestão cooperativa atuando num processo de capacitação sob as duas formas de gestão(SOUSA *et al.*, 2018). Por meio dela, a participação social e econômica dos cooperados tende a ocorrer de modo consciente e ativo, levando à fidelização do sócio (PETARLY, 2017).

Sousa *et al.* (2018) entendem que em muitas organizações cooperativas, há um enfoque empresarial priorizado em detrimento do enfoque social, que fica em segundo plano. É o caso da ASCOOB Sisal que, conforme o diagrama “Significando a consciência do cooperado na ASCOOB Sisal”, apresentou a maior parte das categorias voltadas para a natureza de ordem econômica.

Assim, conforme gráfico apresentado, quanto maior a natureza de ordem econômica, maior será a identidade do cooperado assumida enquanto usuário. A organização cooperativa, por possuir uma natureza diferenciada, tem os próprios sócios se identificando enquanto donos e usuários do empreendimento.

A caracterização dos sócios enquanto donos e usuários, assumida enquanto identidade, foi classificada deste modo na pesquisa, visto que a identidade não compete somente à identificação que o indivíduo tem com o movimento, mas também ao “*self*” que ele assume na sua compreensão enquanto parte do movimento no processo de interação coletiva.

Portanto, conforme o gráfico apresentado, a identidade coletiva (dono e usuário) está diretamente relacionada com a dupla natureza da cooperativa. O equilíbrio entre essas 2 categorias, remete ao entendimento acerca da compreensão do cooperado enquanto agente de mudança, crítico, participativo e democrático; o que remete à formação de um cooperado complexo que possui um “*self*” completo, ou seja, uma consciência política.

Envolvendo todas as categorias supracitadas, e não menos importante, estão os sentimentos e emoções que interagem com a cognição (atividade de conhecer) e a ação coletiva em ciclos de *feedback* (PLUCHIK, 2001). A emoção trata-se de um conjunto complexo de reações químicas e neurais que, quando estimuladas, impulsionam o cooperado à ação dentro da cooperativa (PLUCHIK, 2001; DAMÁSIO, 2000). Assim, esse estímulo pode ser impulsionado por aspectos da gestão social e/ou da gestão empresarial. Os sentimentos também impulsionam a ação, a medida que são caracterizados como respostas a situações determinadas no processo de interação coletiva.

8.3.3.6 Validação da Teoria Substantiva

A validação tem se consolidado como uma etapa importante da pesquisa, visto que ela evidencia a capacidade do estudo de captar e revelar um determinado fenômeno (SOUZA; SILVA, 2011). Ela evidencia as interpretações do pesquisador, demonstrando que representam a realidade. Para Charmaz (2009), os critérios de avaliação dependem do pesquisador que os estabelece e dos propósitos por ele invocados.

Conforme Strauss e Corbin (2008), a teoria surgiu a partir dos dados, contudo, o pesquisador ao realizar a integração, transforma a teoria numa interpretação abstrata dos dados brutos. Assim, faz-se necessário “[...] determinar como a abstração se ajusta aos dados brutos e também determinar se algo importante foi omitido do esquema teórico” (STRAUSS; CORBIN, 2008, p.157).

Strauss e Corbin (2008) informam existir várias formas de validação do esquema teórico, dentre elas comparar o esquema com dados brutos, contar ou solicitar que os informantes leiam a história real, e comentem se a teoria se ajusta à realidade. Como a teoria é uma redução dos dados, é natural que ela não se ajuste em todos os aspectos, mas, numa perspectiva ampla, a história de cada cooperado deve ser reconhecida no que está sendo apresentado (STRAUSS; CORBIN, 2008).

A teoria construída com base na TFD “[...] significa reduzir dados de muitos casos a conceitos, convertendo-os em um conjunto de afirmações que explicam, em sentido geral, o que está acontecendo” (SOUZA; SILVA, 2011, p.780). Ela atende a 4 (quatro) critérios centrais de aplicabilidade ao fenômeno estudado: *Ajuste*: a teoria fiel à realidade deve ser ajustada à área substantiva estudada; *Compreensão*: deve ser compreensível e fazer sentido para os pesquisados e estudiosos da área; *Generalização teórica*: a teoria deve ser aplicável a vários contextos relacionados ao fenômeno em estudo; *Controle*: a teoria deve ter um controle, visto que as hipóteses que relacionam os conceitos podem ser usadas para guiar ações posteriores (SOUZA; SILVA, 2011).

Esses foram os critérios usados para avaliar a teoria na presente pesquisa. Entretanto, o critério de controle foi excluído, visto não haver hipóteses neste trabalho e, além disso, o critério requer a aplicação do modelo. Sendo uma etapa a ser realizada posteriormente, em estudos futuros.

Foi realizada uma validação junto a alguns entrevistados, no sentido de verificar se a teoria engloba todo o significado da consciência do cooperado na ASCOOP Sisal; se as relações entre os fenômenos estão de acordo com a realidade; e se a teoria pode ser aplicável a vários contextos.

A validação ocorreu junto a 1 representante da estrutura administrativa da ASCOOB Sisal, estrategicamente, o representante do setor de formação foi convidado a contribuir, visto que a teoria proposta conduz à reflexão da educação cooperativista como condição catalisadora para a transformação da consciência política do cooperado. Também 1 sócio, já entrevistado anteriormente, foi convidado a contribuir. A seleção se deu de forma aleatória por critério de disponibilidade, com 2 sujeitos típicos dentre os participantes da pesquisa: 1 representante da estrutura administrativa e 1 cooperado, avaliadores 1 e 2, respectivamente.

Foi apresentado aos avaliadores, um documento via *WhatsApp* contendo o diagrama representando o modelo construído, bem como o gráfico da teoria substantiva, e uma síntese da investigação com os objetivos, referencial metodológico, estratégias de análises, categorias e subcategorias explicadas. As validações se deram via chamada de vídeo, pelo *WhatsApp* ou plataforma *Google Meet*, durando em torno de 30 minutos. Como os sócios já haviam assinado o TCLE para a entrevista, não foi necessário coletar assinaturas novamente.

No primeiro momento, o documento foi lido para o avaliador, sendo solicitado ao mesmo que descrevesse o diagrama, dizendo sobre o que compreendeu da figura, se está de acordo com o que foi lido, e qual a relação que eles estabeleciam entre as categorias (critério da compreensão). No segundo momento, foi verificado se as relações entre os fenômenos estavam de acordo com a realidade e qual a identificação do avaliador com o diagrama, se algo ainda não estava representado no modelo (critério do ajuste). No terceiro momento, foi verificado se a teoria pode ser aplicada a diferentes contextos (critério da generalização teórica).

Importante lembrar que o esquema foi elaborado a partir de dados coletados em fevereiro de 2021, mas a validação do esquema teórico ocorreu em setembro de 2021. Portanto, como a realidade é dinâmica, muitas situações mudaram nesse período, inclusive a situação de pandemia devido ao Coronavírus que atualmente está controlada, sendo as reuniões presenciais entre membros da estrutura administrativa liberadas, desde que respeitados os protocolos de convivência, higiene e distanciamento.

a. Critério: Compreensão

Nesta fase foi averiguado se a teoria era compreensível e fazia sentido para os sócios e para o colaborador. Na condição de avaliadores, eles disseram que as categorias se relacionam e fazem sentido para o contexto da lógica interna da ASCOOB Sisal, quando comparadas à interpretação fornecida pela estudante de doutorado:

Traz muitos elementos também [...] elementos que a gente precisa pensar porque eles são nossos...mas enfim, tem coisas aqui que já está em outro formato, mas para o período, ele sendo registrado dessa forma, como de fato é, como você percebeu e encontrou no período da pesquisa, e isso é muito bom porque nos ajuda a refletir muito e pensar nos próximos desafios, é algo concreto, algo registrado, que pode contribuir muito com a gente, para a nossa qualificação(Avaliador 1).

Os avaliadores afirmaram compreender o diagrama exposto, porém 1 (um) associado não se mostrou familiarizado com a nomenclatura das categorias Dupla natureza da ASCOOB Sisal e Cultura individualista; e das subcategorias Gestão social e Empresarial, e Cooperado enquanto usuário. Ele utiliza o termo cooperado enquanto sócio. Os componentes foram rediscutidos e, a partir dos elementos explicativos apresentados, o avaliador compreendeu as nomenclaturas atribuídas e as percebeu como presentes no dia a dia da cooperativa.

Outro componente destacado pelos avaliadores foi a condição interveniente “Expansão e profissionalização da gestão”, considerada um fator que pode influenciar tanto positiva quanto negativamente na ASCOOB Sisal. Essa proposição foi corroborada pelos avaliadores que apresentaram pontos de vista distintos. O avaliador 1 percebeu a condição como um desafio positivo realizado junto à CRESOL, em que a cooperativa para a aderir um público maior:

Tem aquele cooperado que acha que a cooperativa não precisa mudar, tem que ficar voltada ali para o movimento social, para aqueles fundadores ali que é mais voltado para o agro, para os movimentos sociais, mas outros já têm essa visão [...]e a ASCOOB, a cooperativa está para todo mundo né [...] (Avaliador 1).

Já o avaliador 2 entendeu que quanto maior for a expansão e a profissionalização da gestão, menor será o atendimento às minorias:

[...] a mesma política da ASCOOB tem que ser igual para todos, mas aqui a intensidade do atendimento à minoria não é alta. Pode ser porque anteriormente a gente era bastante assistido, conforme foi aumentando, foi diminuindo (...) com o excesso de novas pessoas, eles precisam estar assistindo aquelas novas pessoas que não foram assistidas ainda [...] (Avaliador 2).

Expansão e profissionalização dos colaboradores tem bastante e dos usuários tem bem pouco [...]então, nesse mesmo termo aqui oh como eu falei, educação formação e informação muito baixa, é dessa informação que eu quero falar, deveria ser mais para os dois [...] nós temos pequenos agricultores o que falta também é isso, formações pra nós estar participando mais, pra estar mais interessado, pra ter um olhar diferente né [...] porque o conhecimento me ajuda a crescer na cooperativa (Avaliador 2).

Conforme esse último relato, o avaliador 2 relaciona a condição interventora expansão e profissionalização da gestão, também à subcategoria educação, formação e informação;

onde indica na própria fala um sentimento negativo com relação à intensidade que a subcategoria apresenta, e reconhece a importância do conhecimento na formação da consciência do sócio enquanto ASCOOB Sisal.

Os avaliadores sugeriram a existência de uma categoria específica associada às ações da cooperativa na pandemia. Eles foram esclarecidos de que a discussão relacionada à pandemia existia e estaria embutida nas especificações da categoria fatores que afetam a participação. Não entrando no diagrama, mas sendo discutido enquanto teoria.

Outro ponto ressaltado foi acerca do grau de intensidade das setas, sendo questionado se não poderia existir um meio termo entre alto e baixo. O avaliador 1 mostrou-se inconformado pelo grau de intensidade da cultura individualista ter sido considerado alto na análise. Lembrando que essa atribuição do grau é de natureza qualitativa, a partir das percepções quanto aos trechos relacionados e códigos criados.

O avaliador 1 informou acerca das mudanças operacionais e da nova governança, sendo consideradas como possíveis condições intervenientes a serem inseridas no cenário atual da cooperativa. Como o levantamento dos dados foi realizado em fevereiro de 2021 e, na época, essas condições ainda estavam sendo disseminadas em fase primária, consequentemente, as percepções dos entrevistados acerca das temáticas foram insignificantes, no sentido de composição dos códigos.

Contudo, o diagrama é dinâmico e as setas indicam que variações podem ocorrer a todo tempo entre as categorias e subcategorias, permitindo que as intensidades sofram alterações mediante as interações estabelecidas. E que o diagrama seja validado também com relação ao fator tempo:

[...]eu acho que as próprias setas dizem que existe essa dinâmica né das mudanças, de novos empreendimentos, novos envolvimento das pessoas que vão se percebendo enquanto gestão social, gestão empresarial (Avaliador 1).

Embora tenha surgido considerações pertinentes na análise do esquema teórico pelos avaliadores, o diagrama foi considerado validado, visto que houve uma compreensão acerca dos dados apresentados, e da relação entre as categorias.

b. Critério: Ajuste

Esse critério tratou de verificar se a teoria proposta estava de acordo com a realidade dos associados. Os avaliadores consideraram o diagrama como bastante representativo, simbolizando a ASCOOB Sisal. O que reforça a ideia do outro generalizado, onde a atitude do

outro é a atitude de toda comunidade, ou seja, a consciência do sócio é a consciência da cooperativa.

Achei muito pertinente a construção do material...do esquema...diagrama né, na verdade...e assim, de forma concreta, simboliza tudo isso né, o que de fato a ASCOOB é! (Avaliador 1).

Do meu ponto de vista, eu não sei se outros terão a mesma visão, do meu ponto de vista tá bem interessante, dialogam entre si, dá pra né, a gente perceber as carinhas aqui dos nossos cooperados, que a gente tem mais aproximação [...](Avaliador 1). No caso, este está inteiramente ligado do que a gente vivencia aqui, porque eu lido muito com a ASCOOB...então realmente está descrito da forma como que você apresentou conforme no meu dia a dia (Avaliador 2).

Dessa forma, o diagrama foi considerado validado quanto ao critério de ajuste, visto que foi perceptível a identificação da consciência do cooperado com o esquema teórico proposto. O avaliador conseguiu enxergar o cooperado no diagrama.

c. Critério: Generalização teórica

Nesta etapa foi verificada a capacidade de generalização da teoria, ou seja, o quanto ela pode ser aplicável a outros contextos. Os avaliadores evidenciaram que o esquema teórico é passível de ser aplicado a outras cooperativas de crédito que façam parte da ASCOOB Central (distribuídas em 16 territórios rurais compreendendo Bahia, Sergipe e Alagoas):

É muito relativo né (risos), mas eu não vejo muita diferença, eu também não tenho muita visão, eu conheço algumas cooperativas do nordeste [...] e de crédito mesmo eu acho que é muito parecida né uma com a outra [...] mas eu acho uma realidade muito próxima. Acho que pode ser generalizado para as cooperativas que fazem parte da Central (Avaliador 1).

Imagino que sim, se a política é universal, acho que é o mesmo sistema para todos os locais (Avaliador 2).

Dessa forma, neste critério de generalização teórica, o modelo foi considerado validado, visto ter sido considerado pelos avaliadores como abstrato o bastante para ser aplicado a outros contextos semelhantes. Conclui-se que os conceitos e as relações estabelecidas na proposta teórica, são apropriados à investigação realizada.

8.3.4 (Re)encontro com a literatura

O reencontro com a literatura constitui uma etapa fundamental nos estudos que envolvem a TFD. Afinal, a teoria emergente precisa ser comparada à literatura, por semelhanças e contradições, a fim de ser validada ou invalidada, enrobustecendo o campo de

pesquisa, e proporcionando concretas contribuições à comunidade acadêmica e sociedade (FILIPPIN, 2012). Em complemento a essa afirmativa, tem-se que:

[...]a literatura pode ser usada para confirmar resultados e, exatamente o contrário, os resultados podem ser usados para ilustrar onde a literatura é incorreta, excessivamente simplista ou explica o fenômeno apenas parcialmente. Trazer a literatura para a redação não apenas demonstra sentido acadêmico, mas também permite avaliar e refinar o conhecimento no campo (STRAUSS; CORBIN, 2008, p. 61).

A partir dessa menção, a presente pesquisa se propõe a comparar a teoria substantiva e os elementos do esquema teórico, aos conceitos tratados no referencial teórico. No intuito de direcionar a discussão, este tópico será dividido em 4 (quatro) subtópicos. O primeiro trata de recapitular o Modelo Conceitual de Consciência Política, respondendo ao problema de pesquisa a partir do esquema teórico gerado. O segundo ressignifica o modelo de consciência política de Sandoval e Silva (2016) a partir da teoria substantiva. O terceiro intensifica a discussão acerca dos sentimentos e emoções presentes na consciência do cooperado da ASCOOB Sisal. E o quarto abarca uma breve discussão teórica sobre a contribuição do estudo perante a consciência do cooperado na ASCOOB Sisal, significando-a enquanto banco ou cooperativa.

8.3.4.1 Respondendo ao problema de pesquisa a partir do diagrama gerado

Ao recapitular as questões-problema desta pesquisa: compreender como o Modelo Conceitual de Consciência Política (SANDOVAL; SILVA, 2016) se aplica ao cooperativismo de crédito rural solidário e entender como a educação cooperativista desenvolvida na cooperativa de crédito rural solidário contribui para a formação de uma consciência política crítica e participativa; cabe estabelecer reflexões acerca do diagrama proposto e do referencial produzido antes da ida a campo.

Assim, é possível refletir que o Modelo Conceitual de Consciência Política (SANDOVAL; SILVA, 2016), a partir das dimensões: identidade coletiva; interesses coletivos; crenças, valores e expectativas sobre a sociedade; eficácia política; sentimentos com respeito aos adversários; vontade de agir coletivamente e metas e repertórios de ações; se aplica a partir de um contexto diferenciado, considerando a natureza da organização.

Ao partir da *identidade coletiva*, e do significado atribuído por Sandoval (2001) a essa dimensão, tem-se a compreensão de que a forma estabelecida de identificação de interesses ocorre a partir do momento em que o associado (enquanto usuário) considera apenas a natureza econômica da organização. Uma explicação para isso, é que parte dos relatos

indicam que os sócios se identificam com “o” (banco) ASCOOB Sisal, e não com “a” (cooperativa) ASCOOB Sisal. Muitos discordam das peculiaridades da cooperativa, como papel do cooperado, ações coletivas e fundos:

Se eu faço uma operação de R\$10.000,00, um exemplo, tem uma taxa, por exemplo, de 5% que vai ficar separado daquele valor[...]é tipo uma espécie de jóia que fica lá para ajudar o banco a girar o dinheiro, né? eu acho que seja assim. Então, essa forma de trabalho da cooperativa, que é a forma de cooperativas, que não é do ASCOOB, é de cooperativa; eles trabalham dessa forma, então nessa forma eu não me identifico nessa forma de trabalhar (E6).

No caso, a gente fica com o capital, se chega o momento de não querer ser mais cooperado, então a gente não compra, pode retirar esse fundo, que é o fundo de investimento que fica lá bloqueado, no caso, eu também não concordo (E9).

Essas percepções individuais, num processo de relação social, permitem que os valores, opiniões, visões e significados sejam apreendidos ou adquiridos a partir do outro (MELUCCI, 2004; ANSARA, 2008).

A identidade também é enfraquecida pela falta de investimento emocional e do sentimento de pertencimento à cooperativa. À partir do momento que o cooperado está envolvido na ação coletiva apenas pelo custo-benefício, sua permanência na organização pode não ser duradoura. Como ocorreu nesse relato, onde o sócio muda a opção de instituição bancária para investir:

[...] a gente precisa de 50 mil pro capital de giro e infelizmente a gente não conseguiu lá na ASCOOB, eu expliquei a situação e aí eu fui para Banco do Nordeste... Aí a gente fez uma simulação lá, o gerente fez pra mim e aí a gente viu que lá seria melhor. Aí eu tive que levar 20 cooperados daqui da associação pra o Banco do Nordeste e aí o Banco do Nordeste vai emprestar agora [...] (E3).

Assim, quando se investe no emocional, a identidade coletiva com o movimento acontece, e o cooperado dificilmente deixará a cooperativa por propostas financeiras mais interessantes de outras instituições (AMPARAN; GALLEGOS, 2007). O cooperado no seu processo de politização priorizará por ser leal e solidário ao movimento. Esse processo somente ocorrerá quando as identidades dono e usuário coexistirem.

Com relação à dimensão *interesses coletivos*, ela surge a partir dos sentimentos do cooperado atribuídos aos interesses simbólicos e materiais (SANDOVAL; SILVA, 2016). O que foi possível ser visto na cooperativa, foi a presença de interesses individuais fortalecidos pela natureza econômica da organização; por meio da cultura individualista, da baixa capacidade de gerar mudança e pelo comprometimento superficial com a organização, a partir do momento em que o sócio se percebe somente enquanto usuário.

Desse modo, o sócio se vê num posicionamento cômodo onde apenas usa a organização, seguindo um cotidiano alienante e deixando de participar, de fato, a partir de uma consciência democrática e participativa.

Já a dimensão *crenças, valores e expectativas sobre a sociedade*, expressa a ideologia política na visão do cooperado (SANDOVAL, 2001). Pelo resultado visualizado no diagrama é possível perceber que a ideologia política para o cooperado se resume no tratamento diferenciado que a cooperativa, enquanto movimento social, fornece às minorias (mulheres, agricultores familiares, pescadores e outros) no processo de inclusão financeira. Novamente, é possível perceber que se trata de uma ideologia em que ele se beneficia dela e não a pratica.

Portanto, o cooperado entende a política da ASCOOB Sisal como algo que ele recebe, assumindo a identidade de usuário. E assim, por meio das interações, ele assimila os costumes, as normas e a ética da vida cotidiana, que é, segundo Heller (2016), hierárquica. Esse posicionamento do associado de conformismo, num contexto que cristaliza as crenças e valores sociais e não oportuniza a capacidade de reflexão do indivíduo ou do coletivo; pressupõe uma consciência orientada pelo senso comum (SANDOVAL; SILVA, 2016). Essa consciência de senso comum possui uma percepção social limitada pela rotina (SANDOVAL, 1994; COELHO, 2020).

Esse cenário tende a se reverter, a partir do momento em que há a ruptura com o cotidiano e o cooperado consegue sair do estado de alienação. Essa tomada de consciência política pode ocorrer por meio da educação cooperativista que conduz o sócio a se perceber enquanto dono da ASCOOB Sisal.

A *eficácia política* está associada à categoria cooperado como agente de mudança presente no diagrama. Conforme visto, essa categoria apresenta como subcategoria a participação, com baixo grau de realização. O que sugere que *locus* de atribuição causal da Teoria da Atribuição de Hewstone (1989), seja que os eventos podem resultar de forças transcendentais e tendências históricas, ou seja, o cooperado não se predispõe a participar e gerar mudança, visto que muitas determinações são provenientes do Banco Central do Brasil ou, a configuração de estrutura bancária da cooperativa cristaliza as ações.

Desse modo, tem-se uma baixa eficácia política, visto que o cooperado tende a se conformar com o que a cooperativa oferece. Quando não se conforma, ele opta por mudar de instituição bancária ou dialogar com o(a) gerente local. Apesar dessa ação direta com o gerente se configurar enquanto participação na compreensão do sócio, no contexto do movimento cooperativo, e na compreensão do presente estudo, essa ação está atrelada à estrutura bancária e não à organização cooperativa.

Com relação à dimensão *sentimentos com respeito aos adversários*, destaca-se no diagrama a categoria sentimentos e emoções, onde os sócios demonstraram reconhecer enquanto adversários, principalmente, os próprios cooperados que desconhecem o cooperativismo e as instituições financeiras concorrentes. Portanto, nota-se comportamentos de insatisfação intragrupal e intergrupala, respectivamente. Essas insatisfações surgem devido aos interesses antagônicos existentes.

Entretanto, não foi possível perceber que esses interesses antagônicos e adversários despertaram um sentimento de injustiça, conduzindo à consciência política na ação coletiva. O que se percebe é que, como a relação entre o grupo de pertença e o cooperado, ainda não gera um sentimento de pertencimento; o cooperado permanece numa posição de comodismo e manutenção do cotidiano.

Com relação à *vontade de agir coletivamente*, os sócios mostraram, em sua maior parte, escolher a ASCOOB Sisal, devido a interesses financeiros, e por vínculos interpessoais, onde parentes foram essenciais na motivação para o ingresso de alguns cooperados. Essas motivações para a escolha da ASCOOB Sisal referem-se aos 3 aspectos de situações que condicionam a participação coletiva no pensamento de Salvador (2001): custos e benefícios aos vínculos interpessoais, ganhos ou perdas materiais e conseqüências do engajamento.

Pelo diagrama apresentado, essa dimensão está associada à inclusão financeira, visto que a vontade de agir coletivamente parte desse interesse pelo acesso facilitado ao crédito.

Por fim, a dimensão *metas e repertórios de ações*, que combina objetivos do movimento com objetivos pessoais, por meio de um acervo de experiências usado na ação coletiva; não foi relacionado de forma direta no diagrama.

Cabe citar como fator que fragiliza a ASCOOB Sisal, o desconhecimento acerca das metas e objetivos. Quando perguntados se conheciam as metas e objetivos da ASCOOB Sisal, somente 5 entrevistados disseram que sim. Portanto, de 19 sócios, aproximadamente 74% mostraram desconhecer ou não se lembrar, conforme pode ser percebido nas falas abaixo:

[...] a ASCOOB é uma cooperativa e por meio dessa cooperação consegue ajudar outras pessoas, assim o real objetivo, a real meta... Não (E2).
Olha eu até conheço, mas neste momento eu não lembro (E3).

Ao revisitar a segunda questão do problema de pesquisa, em vista do que foi discutido até o momento, é possível considerar que a educação cooperativista ainda é incipiente quanto à contribuição para a formação de consciência política crítica e participativa. Apesar de haver na ASCOOB Sisal um setor específico de formação, voltado para a educação cooperativista,

são poucos os cursos que discutem participação e motivam a consciência política crítica do cooperado, conforme visto na análise documental realizada neste trabalho.

Em complemento, os relatos das entrevistas mostraram que os sócios percebem a existência da educação financeira, sendo aplicada pela gestão da cooperativa. Poucos demonstraram conhecer a educação cooperativista. Houve muitos relatos de dificuldades em participar, seja por falta de tempo ou de interesse.

8.3.4.2 Adequando o “modelo” de Consciência Política ao cooperativismo de crédito, a partir da teoria substantiva

O modelo conceitual de consciência política de Sandoval (2001) abarca alterações realizadas nas dimensões do modelo ao longo dos anos (TABELA 2) e, a maioria delas não foi explicada nos escritos. Além disso, muitos dos diagramas apresentados não correspondiam às descrições do modelo.

Entretanto, ainda que realizada essa observação, optou-se pela análise epistemológica do modelo conceitual de consciência política, a partir dos caminhos teóricos traçados na construção de cada dimensão do diagrama apresentado em 2016, adaptado de 2001.

Ao propor a dimensão identidade coletiva, Sandoval (2001), insere na construção teórica, contribuições de Tajfel e Morley que discutem a Teoria da Identidade Social, na perspectiva europeia dos movimentos sociais. Sandoval (2001) também se inspirou nas contribuições da sociologia americana, na figura de Goffman (1974) a partir do “*framinganalysis*”, e do subsequente, Gamson (1988) que enfatizaram nas análises dos movimentos sociais, aspectos micro aliados aos macrossociais. Gamson (1992) criou uma estrutura de ação coletiva composta por três fatores que mobilizam as pessoas: injustiça, identidade e eficácia (CALVO-HERNÁNDEZ; LÓPEZ, 2007). Posteriormente, o sociólogo Melucci (1995) que inspirou a TNMS, também insere sua contribuição acerca da identidade, baseada em sentidos simbólicos adquiridos nas relações sociais.

A identidade coletiva, ou seja, o sentimento de pertencimento foi percebido pelos sócios de modo intenso para alguns e brando para outros. Essa dimensão tem contribuição fundamental no processo de consciência política que está intimamente relacionada ao conhecimento. A partir do momento, em que há uma identificação de interesses, problemas, expectativas e lutas, há também a troca de conhecimento e a compreensão quanto ao papel do indivíduo no movimento.

Na análise da dimensão crenças e valores sociais, tem-se a filósofa Heller que proporcionou a discussão acerca da vida cotidiana, alienação, ruptura com o cotidiano e consciência do senso comum. Contudo, ainda que a reflexão promovida por Heller abarque questões que refletem a conduta de ação coletiva do indivíduo no movimento, a dimensão não contempla a discussão teórica de todos os conceitos, a partir de referências teóricas.

A dimensão foi analisada quanto à ideologia do momento para o associado. Entretanto, ela se confunde com outras dimensões como, por exemplo, na compreensão do entrevistado ao associar expectativas a interesses. Outra análise possível, foi entender onde o entrevistado se percebeu e como foi percebido, mediante a vida cotidiana. Contudo, valores e crenças não foram analisados com profundidade, visto que mesmo a literatura utilizada por Sandoval (2001) para discriminar a dimensão, foi restrita.

A dimensão identificação de adversários e interesses antagônicos, novamente conta com a contribuição de Tajfel (1982) ligado à sociologia europeia e discute interesses antagônicos nos grupos. Agrega nessa discussão a perspectiva de identificação de Abrams e Hogg (1998).

Em seguida, tem-se a dimensão da eficácia política, já proposta por Gamson (1992) que, abarca impulsão para o agir coletivamente. Sandoval (2001) ao explicar a dimensão, apenas expõe a Teoria da Atribuição de Hewstone (1989).

A dimensão na pesquisa, mostrou-se importante, visto evidenciar as percepções dos sócios com relação a possíveis mudanças que eles possam realizar no movimento.

Quanto à dimensão sentimentos de justiça e injustiça, Sandoval (2001) se apoia em Moore Jr. (1978) para explicá-la. Moore Jr. que pertence ao grupo de sociólogos norte-americanos. A dimensão também é identificada como um dos 3 fatores que mobilizam as pessoas, de Gamson (1992).

Para explicar a dimensão vontade de agir coletivamente, Sandoval (2001) utiliza Klandermans (1984) que segue a linha de Olson, na sociologia norte-americana. Essa dimensão surge como a consequência aos sentimentos de injustiça do indivíduo. Na pesquisa, a dimensão esteve atrelada a outras dimensões, recebendo pouca potencialidade de análise crítica. Talvez fosse necessário repensar a importância dela para o modelo.

A dimensão metas de ações coletivas, não é potencializada pela discussão de autores, ela combina objetivos e estratégias do movimento, interagindo as dimensões.

O modelo, conforme pode ser notado, abrange tanto sociólogos europeus quanto sociólogos norte-americanos, que discutem ora identidade, ora estruturalismo dos movimentos sociais, e perfaz uma discussão que envolve análise micro e macrosocial; no que

pode ser analisado como um ecletismo do modelo. O ecletismo trata-se de um método histórico que extrai diferentes elementos e teses entre várias doutrinas para fundi-las em uma nova tese.

As dimensões estão conectadas umas com as outras, num movimento de mescla; dessa forma, o diagrama em formato de mandala, exposto por Puccini (2018) causa uma espécie de fusão das experiências do indivíduo, e impacta o modelo provocando seu dinamismo.

A definição epistemológica do modelo na perspectiva do interacionismo simbólico, inserida no pragmatismo, é compreensível, visto a condição à *posteriori* das análises. Estudar o modelo a partir da perspectiva interacionista, pode induzir à interpretação de que a reação do indivíduo está condicionada à ação do outro. Entretanto, as interações ocorrem levando em consideração as experiências dos indivíduos, sendo a reação, também consequência dos aspectos internos deles.

Os sentimentos e as emoções considerados na reformulação do modelo de Sandoval, aparentam surgir sem discussão teórica prévia, entretanto, já vinham sendo discutidos entre os interacionistas simbólicos. E assumem uma posição fundamental na busca pela compreensão da consciência política do indivíduo. Inclusive os sentimentos de justiça tratados como uma das dimensões, parte do sentimento negativo de privação de direitos. Essa discussão acerca da injustiça já vinha sendo tratada por Gamson (1992) como um fator de mobilização das pessoas.

Ao mesmo tempo que autores como Damasio (2000), Pluchik (2001), Turner e Stets (2005) e Goodwin, Jasper e Polletta (2009) conduzem ao entendimento de que emoções e sentimentos estão presentes em todas as dimensões, visto que emergem nas relações com o outro, e íntimo do ser, onde mente, sentimentos e consciência se conectam.

As mudanças no modelo, entretanto, abrangem aspectos teóricos inconsistentes. Primeiramente, a nomenclatura muda para “Modelo conceitual de consciência política de Sandoval e Silva (2016)”. Mas o motivo pelo qual a palavra “analítico” deu lugar a “conceitual”, não foi evidenciado. Já o termo “modelo” que, supostamente cristaliza as dimensões, dando a entender (num primeiro momento) que parte de uma estrutura “*a priori*”, não sofreu alteração.

A retirada da dimensão “sentimentos de justiça e injustiça”, por exemplo, ocorre, pois os autores entendem que esses sentimentos já estão contidos nos sentimentos que perpassam todo o modelo. Os sentimentos de justiça e injustiça funcionam como mobilizadores precursores da ação coletiva no movimento social. Entretanto, os demais sentimentos, bem como as emoções também podem ser interpretados como mobilizadores e não mobilizadores.

É o caso da cooperativa ASCOOB Sisal em que distintos sentimentos conduziram o cooperado a se associar na cooperativa.

Os escritos dos balões que se referem a sentimentos orientados positivamente, considerando o contexto da pesquisa, podem significar também orientações negativas. Sentimentos e emoções não devem ser cristalizados, até mesmo porque o indivíduo é dinâmico em suas interações. Ao mesmo tempo em que a raiva em relação ao adversário pode impulsionar um indivíduo a participar da ação coletiva, ela pode desestimular a participação de outro indivíduo.

Ao modificarem “Metas e ações do movimento social” para “Metas e repertórios de ações”, os autores permitem que outros formatos de interações coletivas utilizem o modelo. Também pensar em repertórios, permite conhecer as ações já praticadas pelos indivíduos, ou seja, ocorre um resgate de suas experiências coletivas que contribui para a significação da relação com o outro. O que rompe com a ideia da relevância situacional imediata, tratada por Alexander (1987), onde o indivíduo em suas interações tem sua atitude definida pela reação dos outros, numa configuração interacionista simbólica estruturalista. Apesar da importância, dos repertórios de ações, eles não foram explorados em profundidade no trabalho.

Na alteração da dimensão “interesses antagônicos e adversários”, que deixou de existir, surgindo as dimensões “interesses coletivos” e “sentimentos com respeito aos adversários”, não foram encontradas referências que fundamentassem a mudança. Como é sabido que os sentimentos estão presentes em todas as dimensões e, portanto, a dimensão sentimentos de justiça e injustiça foi excluída, compreende-se nesta pesquisa não haver necessidade de outra dimensão de sentimentos.

Já a dimensão “interesses coletivos”, foi perceptível junto aos entrevistados da pesquisa numa perspectiva individualista, encontrando dificuldades para identificar os interesses do grupo. Num movimento social engajado politicamente, haverá interesses individuais e a valorização da particularidade do indivíduo, sua história, seu passado e experiências. Entretanto, os interesses coletivos são os mobilizadores do movimento social, não havendo movimentos sociais de interesses individuais diversos.

Na cooperativa de crédito, o grande gargalo está em desenvolver os “interesses coletivos” junto aos cooperados, visto a deficiência dessa dimensão notada pelos relatos dos sujeitos pesquisados. Também foi notado que o processo de identificação dos adversários pelos entrevistados da pesquisa, deu-se de forma objetiva. Ao reconhecer os adversários, as compreensões com relação aos interesses do coletivo e do indivíduo ficaram mais visíveis.

O mais importante do modelo apresentado, é que ele apresenta as características que compõem a consciência política, dimensionadas primorosamente por Sandoval e Silva (2016) em seus trabalhos. O que se propõe nessa análise crítica é a reflexão, no sentido de levantar possibilidades de reorientação de algumas dimensões do modelo teórico tratado nesta pesquisa, e direciona-las aos estudos do movimento cooperativista de crédito.

No campo dos estudos organizacionais, mais especificamente, nas organizações cooperativas do ramo crédito, que possuem peculiaridades nos processos de gestão, o modelo utilizado por Sandoval e Silva (2016), se aplicado tal qual como concebido, contempla todas as nuances das relações estabelecidas entre os associados. Entretanto, a identidade do movimento possui peculiaridades que precisam ser analisadas.

Isso porque o cooperativismo abarca como característica do movimento, a dupla identidade do sócio, onde ele se percebe enquanto dono e/ou usuário. A partir da compreensão do associado em meio às relações estabelecidas com ele próprio (considerando emoções e sentimentos), com outros cooperados e com a cooperativa, é que o pesquisador, numa abordagem pragmática, conseguirá significar a dimensão identidade, componente do Modelo Conceitual de Consciência Política de Sandoval e Silva (2016).

Trazendo para o objeto de pesquisa, a dupla identidade, ou melhor, a ausência dela, foi percebida de forma expressiva na cooperativa de crédito ASCOOP Sisal. Acredita-se, pelos resultados obtidos das análises (documentos, observação e entrevista), que possa ser feita uma generalização teórica, no sentido de considerar que o ramo do cooperativismo de crédito, seja mais vulnerável à sobreposição de fatores econômicos, em detrimento dos sociais, o que configura na prevalência do sócio enquanto usuário.

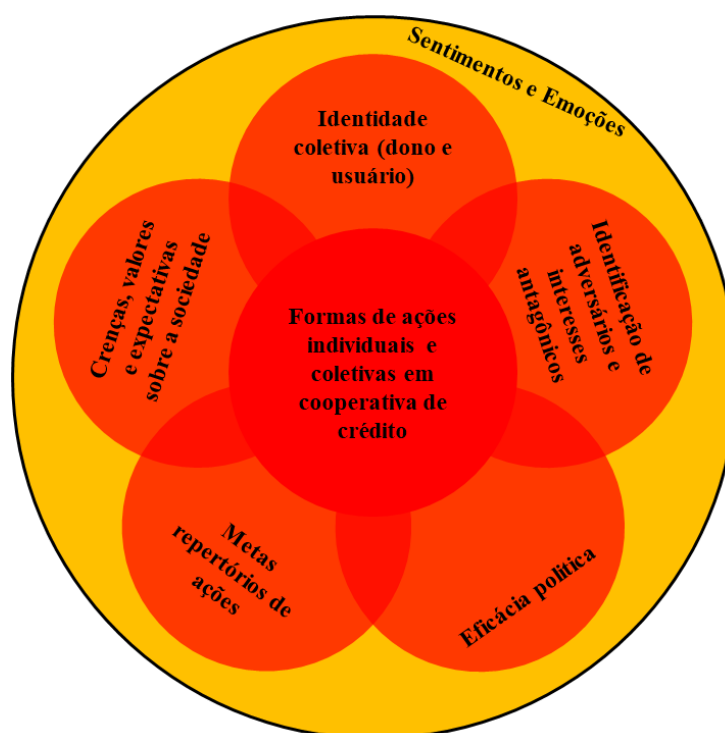
Esse entendimento completa as peculiaridades de uma cooperativa de crédito, que possui a dupla natureza (gestão social e gestão empresarial), como categoria decisiva no processo de compreensão acerca da existência ou não de consciência política no ambiente cooperativo. Toda essa discussão acerca da natureza da cooperativa, pelo caráter peculiar, remete à dimensão identidade coletiva.

Desse modo, a partir dos resultados obtidos, a presente pesquisa se propôs a realizar uma adequação do modelo de Sandoval e Silva (2016) à realidade da cooperativa de crédito, inserindo os conceitos fundamentais levantados na teoria substantiva e reorganizando as dimensões já criticadas no início deste tópico.

A pesquisa vai ao encontro do que afirma Puccini (2018) de que as dimensões são interdependentes e retoma a mandala criada por ela, e tem os sentimentos e emoções como parte integrante de toda mandala. As cores primárias vermelha e amarela, ao se misturarem,

formam a cor laranja, levando a compreender que os sentimentos e emoções, produzem efeito direto, ou seja, influenciam diretamente as dimensões que movimentam as ações individuais e coletivas, compondo a consciência política (FIGURA 13).

Figura 13 - Dimensões conceituais de consciência política de Sandoval e Silva (2016) com adaptações.



Fonte: Adaptado de Puccini (2018).

Conforme pode ser visto, a dimensão identidade coletiva foi adaptada, incluindo na análise da identidade enquanto dono e usuário. A nomenclatura foi alterada, e o termo “modelo” deixou de existir pelos motivos supracitados. Já as dimensões “sentimentos com respeito aos adversários” e “vontade de agir coletivamente” deixaram de existir. A dimensão “identificação de adversários e interesses antagônicos” foi retomada.

8.3.4.3 Significando a consciência do cooperado da ASCOOB Sisal sob a perspectiva dos sentimentos e emoções

Significar a consciência do cooperado a partir da experiência interna vivenciada por ele é uma tarefa complexa, e seria passível de refutação, caso a presente pesquisa apresentasse uma certeza quanto à definição do sentimento e/ou emoção presente nos gestos e falas dos entrevistados. Isso ocorre porque o indivíduo pode apresentar variadas emoções ao mesmo tempo, podendo também contê-las durante os relatos no momento da entrevista.

Os sentimentos e emoções ainda contam com outro fator que aumenta a complexidade quanto à precisão dos dados: a dificultosa interpretação das emoções mediante a linguagem corporal do sócio; e a tênue diferenciação entre determinadas emoções, por exemplo, medo e ansiedade (PLUCHIK, 2001). Mediante essas considerações, cabe pontuar que as inferências aqui realizadas, se baseiam nas percepções sobre os dados de campo coletados.

Mas antes de seguir com essa reflexão, cabe dar um passo atrás na pesquisa a fim de reorganizar a compreensão e conseqüente consciência acerca do sentido que faz as relações entre os termos mente, sentimentos, emoções, consciência, conhecimento, comportamento e *self*. Damásio (2000) aborda esses conceitos de forma a se aprofundar nos elementos neurobiológicos, psicológicos e sociológicos das condições humanas.

No entanto, a presente análise se aterá à associação desses conceitos, para assim tornar-se compreensível a construção social das emoções e sentimentos e a relação estabelecida com o esquema teórico encontrado.

Para Damásio (2000), há 2 ambientes de compreensão para a relação dos fenômenos: o primeiro que se dá no organismo, no processo privado chamado mente ou processo interno; e o segundo que se dá no processo público, no ambiente externo, nas interações com o outro ou com objetos. É no processo privado que se localizam a mente, os sentimentos e a consciência.

A maneira simples de pronunciar acerca da relação desses fenômenos internos, é que “[...] a consciência começa como o sentimento do que acontece quando vemos, ouvimos ou tocamos” (DAMASIO, 2000, p.60). Esse sentimento do que acontece conduz o organismo ao conhecimento. Dessa forma, chega-se a premissa de que conhecimento é consciência, e vice e versa. Em complemento, Damasio (2000, p.62) define consciência como o “[...] conhecimento de qualquer objeto ou ação atribuída a um *self* [...]”.

O “*self*” que já foi explicitado anteriormente, na perspectiva meadiana, parte da relação “eu-mim”, ou seja, o eu que reage às ações de outros indivíduos e o mim que processa

e internaliza a ação. Essa interação promovida pelo “*self*” ocorre no ambiente público ou externo. Neste ambiente público, é possível encontrar as emoções e o comportamento.

As emoções perpassam a vida humana, e não excluem as distinções: sejam homens, mulheres, idosos, crianças, que possuam diferentes níveis econômicos, todos têm emoções, podendo manipula-las, evita-las ou busca-las como meta de vida. As emoções geram os sentimentos. Por vez, os sentimentos são impactados, e se tornam conhecidos, desde que haja a consciência. O mais importante de toda essa trajetória de padrões mentais, está em entender que consciência e emoção não se separam (DAMASIO, 2000).

Ao trazer para o campo das interações, e conforme já mencionado neste trabalho, Turner e Stets (2005) afirmam que as emoções são construções sociais onde os membros de um coletivo aprendem uns com os outros os comportamentos expressivos e significados de cada emoção associada a distintos tipos de relações sociais.

Por meio da socialização, os indivíduos atribuem um vocabulário emocional que permite nomear sensações internas associadas, ligadas a objetos, eventos e relações estabelecidas. No caso do esquema teórico “Significando a consciência do cooperado na ASCOOB Sisal”, foram perceptíveis emoções expressas e sentimentos construídos a partir de uma questão específica.

Quando questionados acerca dos sentimentos e/ou emoções que possuíam com relação aos adversários, os sócios evidenciaram: lamentação, frustração, incômodo, distanciamento, chateação, pena, fracasso, tristeza, ameaça, resistência, incapacidade e angústia, insatisfação, tristeza, decepção e vazio. Apenas um sócio demonstrou não haver adversários e esboçou os sentimentos de conforto e medo. Outro apresentou um sentimento positivo de resistência.

Os sentimentos apresentados foram, em sua maioria, negativos, o que não significa que os sócios estarão dispostos à ação. O sentimento de medo refere-se à aceitação das conseqüências de comportamentos inadequados ou incompetentes no grupo (TURNER; STETS, 2005). O entrevistado que apresentou o sentimento supracitado, disse não haver adversários, mas acabou revelando, ao longo do seu relato, um adversário:

[...]questão de sentimento assim ao mesmo tempo de conforto, mas ao mesmo tempo você fica assim, é se eles não têm concorrentes daqui a pouco eles podem é querer explorar né é ...mais assim da gente, querer nos fazer refém deles (E4).

Ao expor o medo de se tornar refém das ações da ASCOOB sisal, o cooperado revelou seu maior adversário: a própria cooperativa. O sócio demonstra não se reconhecer enquanto

dono da organização, visto ter se colocado na condição de “refém deles”. “Deles” pode ser entendido como a estrutura administrativa da cooperativa.

Outro sentimento negativo foi a tristeza com relação às pessoas individualistas, ao histórico do cooperativismo no Nordeste e falhas na gestão. Esse sentimento remete à categoria cultura individualista presente no diagrama:

Na verdade, a gente tem tristeza, pesar. Porque assim, primeiro se o histórico é ruim, pessoas fizeram coisas negativas é, enganaram pessoas, lesaram a consciência (E17).

O entrevistado relata que pessoas lesaram a consciência. Portanto, sentimentos negativos, contribuíram para que os sócios da ASCOOB Sisal assumissem uma postura mais voltada para a gestão empresarial, onde pensar no coletivo não é prioridade.

Importa pontuar que o entrevistado foi feliz em sua colocação, ao inferir que o individualismo das pessoas lesa a consciência. Pois a consciência se inicia como o sentimento do que acontece quando se vê algo (o outro individualista). Neste caso, o sentimento gerado e expresso foi de tristeza, motivando o conhecimento dos fenômenos e a formação da consciência. A interação realizada a partir dessa consciência, pode ter provocado no outro, novos sentimentos e emoções acerca do individualismo. O resultado disso, são comportamentos adversos, normalmente, mais inclinados à supressão da participação coletiva.

Contudo, há dentre os relatos, apenas que indica um sentimento positivo de resistência mediante o sistema financeiro, o capitalismo e o colaborador individualista. O que representa um sentimento de mobilização, ou seja, que impulsiona a participação (ROSA, 2015). Esse sentimento positivo, também reforça a identidade e os sistemas socioculturais (TURNER; STETS, 2005). Os sentimentos negativos foram classificados como não-mobilizadores, visto que não motivam a participação.

Outros sentimentos e emoções foram percebidos nos relatos das entrevistas, visto que algumas pessoas vieram a se tornar sócias, a partir de familiares ou amigos que tiveram acesso ao crédito, e recomendaram o produto da ASCOOB Sisal. O que indica haver uma identidade de grupo, a partir dos interesses comuns e da confiança estabelecida a partir do outro. Contudo, isso não determina se a identidade do cooperado penderá mais para sua participação enquanto dono, usuário, ou os dois juntos.

O que determinará essa identidade, é a consciência formada a partir dos sentimentos e emoções compartilhados nas interações coletivas. Estando a dupla natureza da cooperativa, também à mercê dessas relações.

Portanto, não há como dissociar sentimentos e emoções do processo de formação da consciência do cooperado, que pode ocorrer considerando as interações que significam a gestão social e/ou a gestão empresarial da organização. Como exemplo, a partir do esquema teórico formado pela análise dos dados coletados no campo, a inclusão financeira gera no sócio emoções como *confiança* na política da ASCOOB Sisal e *admiração* pelo tratamento diferenciado recebido.

Essas emoções conduzem ao sentimento positivo de *pertencimento*. O sentimento associado a um comportamento (como exemplo, o acesso facilitado ao crédito para pescadores), ligado a um *self* (eu-mim), permite o conhecimento. E conhecimento é consciência. As relações citadas ocorrem entre o processo privado e público.

Esse conhecimento formado é a consciência do senso comum. A consciência política somente ocorre num contexto de consciência complexa, ou seja, uma consciência que se constrói em relação à si, ao outro generalizado e à sociedade (SILVA, 2001). Essa consciência complexa passa pela interpretação também complexa da dupla natureza da cooperativa e da dupla identidade do cooperado.

A intensa articulação entre o “eu” e o “mim”, conduz o cooperado ao conhecimento crítico de si e do outro a partir da identidade do movimento cooperativo que é democrática e participativa. No exemplo citado, o sentimento de pertencimento do cooperado que se deu mediante as relações entre as categorias ligadas à gestão social; ainda não é capaz de promover a identidade coletiva do cooperado enquanto dono, permanecendo o grau de intensidade baixo.

Numa reflexão mais dinâmica sobre o esquema teórico, mudanças nas relações e intensidades entre as categorias ligadas à gestão empresarial, necessitariam ocorrer a fim de proporcionar o equilíbrio das categorias centrais, proporcionando consequentemente a consciência política.

8.3.4.4A consciência política do cooperado na ASCOOB Sisal: banco ou cooperativa?

A teoria substantiva emergiu no presente trabalho a partir do pragmatismo de Mead, que se origina do “*self*” (eu-mim), onde 2ou mais indivíduos dialogam por gestos, estabelecendo ações (do indivíduo) e reações (do outro que interpreta os gestos). Essas interações produzem significado ao comportamento, indicando um ato social. Cabe complementar que este ato social está imbuído de sentimentos e emoções.

Assim, a partir das interações, o significado da consciência do cooperado na ASCOOB Sisal emergiu, sendo um fenômeno de estudo com enfoque epistemológico à *posteriori*, pois a teoria que explica o fenômeno está sendo compreendida, após estudo empírico, pela aplicação do método de coleta de dados.

A coleta de dados aconteceu, considerando como unidade de pesquisa, a relação de um indivíduo com o outro, tendo como componente de análise o símbolo e o indivíduo, o que imprime as características essenciais do interacionismo simbólico de Blumer (1982). A coleta de dados foi voltada para entender como as pessoas percebem, agem e significam o movimento cooperativista de crédito, e como se percebem e se significam no movimento.

Desse modo, o movimento cooperativista de crédito foi um objeto abstrato utilizado na análise da interação com o(s) cooperado(s), sendo que cada sócio possui uma maneira de ver, interpretar e agir sobre esse mesmo objeto. E o próprio sócio foi objeto dele mesmo, participando de uma auto-interação, e revelando sua consciência na cooperativa.

O associado revelou inclusive, que o significado da ASCOOB Sisal parte de uma compreensão da instituição financeira enquanto “banco”. O problema não está nesse entendimento, mas reside na falta de identificação com o movimento, na ausência de um diferencial em relação a outras instituições financeiras, e na necessidade de construção de um sentimento de pertencimento.

Essas constatações remetem à conclusão de que existe um desequilíbrio quanto à dupla natureza da cooperativa, onde há um desconhecimento da doutrina cooperativista, prevalecendo motivações econômicas para a permanência no movimento. Ou seja, os cooperados desconhecem as peculiaridades de uma cooperativa de crédito e significam a ASCOOB Sisal enquanto banco.

Entretanto, os “achados” dessa pesquisa até o momento, não causam surpresa, visto que a problemática da dupla natureza é assunto recorrente quando a pesquisa utiliza como objeto de estudo o cooperativismo de crédito. Mas então, como entender a peculiaridade do presente trabalho? Coube, já no desfecho, agregar uma breve pesquisa bibliográfica que ajudasse a responder a supracitada questão.

Em um levantamento bibliográfico realizado em novembro de 2021 na base de dados “Catálogo de teses e dissertações”, utilizando as palavras-chave “consciência política” e “cooperativa de crédito”, abrangendo especificamente as grandes áreas do conhecimento: ciências humanas, ciências sociais aplicadas e ciências agrárias; foram encontrados 210 resultados de trabalhos brasileiros.

Dentre esses trabalhos, foi verificada a existência de teses e dissertações que trataram ou da consciência política, ou do cooperativismo de crédito. Entretanto, não foram encontradas pesquisas que tratassem do estudo da consciência política nesse tipo específico de organização.

Aliás, cabe salientar que o estudo dessas pesquisas envolvendo cooperativas de crédito, perpassou reflexões teóricas quanto à dinâmica da dupla natureza. Todas trouxeram características bem próximas do que foi apresentado neste trabalho: o sócio se coloca na posição de usuário, não se apropria dos princípios cooperativistas e, conseqüentemente, não se envolve socialmente nas ações e ambientes de participação.

O trabalho de dissertação de Matias (2010) já constatava essa “tendência” de estudo na pesquisa acadêmica. O autor notou haver uma hibridização nas práticas de gestão da Cooperativa de Crédito em Belém do Pará - COOPERUFPA, onde as cooperativas voltam a atenção para o cooperado e, ao mesmo tempo, atendem à dinâmica de globalização do mercado.

Matias (2010, p.7) acredita que a hibridização, ou seja, essa relação entre organização social e econômica, se equilibra a partir do momento em que há “[...] sociabilidade das sobras e ampla difusão da cultura solidária entre os cooperados como forma de recuperar sua participação nas relações comerciais, financeiras e de desenvolvimento social coletivo”. Ele também entende que a falta de uma política de educação, conduz o cooperado à alienação coletiva dos ideais cooperativistas.

Na mesma linha, Bertuolet *al* (2012, p.17) aos estudar os princípios cooperativistas aplicados à cooperativa de crédito SicoobCredipar com sede em Paraíso do Tocantins, verificou que a gestão democrática dos sócios ocorre com dificuldade, e os sócios “[...] ainda não entendem a importância de se colocar à frente da cooperativa, participando de forma ativa”.

Os autores afirmaram que “[...] canais de participação existem, porém os cooperados não se identificam com direito/dever de participar, assim, simplesmente, não os exercendo”. Os pesquisadores, no entanto, não encontraram informações que fundamentassem essa atitude do sócio, e sugeriram um trabalho que abordasse a temática de forma ampla.

Um estudo desenvolvido por Rodrigues (2015) no Cooperativismo Solidário da Cresol Francisco Beltrão, evidenciou a necessidade de eventos que fortaleçam os princípios de solidariedade e autogestão no cooperativismo solidário, visto que os sócios consideram apenas a natureza econômica da cooperativa.

A respeito do Sistema Cresol e o Sistema Financeiro, Martins (2017, p.187) abarca uma importante contribuição, ao desenvolver uma tese, em que reconhece a necessidade das cooperativas se remodelarem diante das interações entre sujeitos e sistema; contudo, sem que perca de vista a identidade e “[...] aspectos históricos que lhe deram origem e marcaram a sua trajetória”.

Pensando na complexidade da dupla natureza, Baioto (2008), ao estudar a cooperativa de crédito SICREDI PIONEIRA, reconheceu que as dimensões social e econômica estão correlacionadas, visto que se trata de um modelo de organização que busca a melhoria na qualidade de vida dos sócios. O autor estudou a educação cooperativista como forma de gerar capital social à organização.

Os resultados da pesquisa de Baioto (2008), permitiram entender que o investimento na educação cooperativista representa um indicador que demonstra a eficiência cooperativista, ou seja, a capacidade de alcançar os objetivos propostos; além de atuar como fonte de capital social na comunidade, identificando ações coletivas como catalizadores da democracia. O capital social é entendido pelo autor como o resultado das interações dos indivíduos em atividades que exigem sociabilidade.

A problemática da dupla natureza (se banco ou cooperativa), por perdurar, possui diversos pontos de vista na pesquisa acadêmica. Calgaro *et al.* (2021) abordaram o termo “empresificação” da cooperativa de crédito, que significa quando a natureza da gestão empresarial se sobrepõe à natureza da gestão social.

Calgaro *et al.* (2021) citaram que a empresificação tem origem: no contexto técnico desenvolvimentista; no crescimento organizacional e determinação da passagem da base de serviços à cooperativa central; e na busca por eficiência. Os autores acreditam que a cooperativa que “[...] foi criada no bojo dos movimentos sociais para atender necessidades de acesso ao crédito dos pequenos agricultores” (CALGARO *et al.*, 2021, p.130), ao passar pelo processo de empresificação, aproxima cooperado e cooperantes quanto às soluções financeiras, mas o distancia dos processos decisórios na cooperativa. Foi perceptível que princípios gerencialistas se sobrepuseram aos valores doutrinários e a cooperativa de crédito se rendeu à lógica de mercado.

Observado o levantamento bibliográfico realizado, verifica-se de imediato a originalidade da presente pesquisa, visto que se trata da primeira tese brasileira de doutorado sobre consciência política e participação em cooperativas de crédito, que revela a fragilidade da educação cooperativista na formação de uma consciência política crítica e identificada com o movimento cooperativista.

Além disso, mediante os trabalhos relatados, foi possível compreender os “*gaps*” dos estudos com relação à dimensão da identidade coletiva, representado pela temática da dupla natureza: falta uma política de educação; ainda que canais de participação existam, falta nos cooperados interesse; há necessidade de eventos que fortaleçam a autogestão e os princípios de solidariedade; por mais que as cooperativas necessitem ser remodeladas, a identidade precisa ser mantida; a educação cooperativista gera o capital social, portanto, conduz à ação coletiva; a empresificação conduz ao risco do distanciamento quanto à tomada de decisão na cooperativa.

Esses apontamentos indicam que a significação atribuída pelo sócio à cooperativa de crédito é compreendida enquanto banco. Entretanto, o que cabe discutir e repensar, é o diferencial deste “banco” em relação às demais instituições financeiras existentes.

Eles também remetem à lembrança das dimensões da consciência política, que se dá, por exemplo, na identidade coletiva(dono/usuário) que está se perdendo; nos interesses que faltam; e nas crenças, valores e expectativas, reforçados nos princípios do movimento solidário.

Parte dessa análise, a peculiaridade da tese e então contribuição acadêmica, que está em apresentar uma política à educação cooperativista, ou seja, a proposição de um marco teórico-metodológico voltado ao movimento cooperativista para intervenção social. A contribuição social está em apresentar um diagnóstico e propor uma política de formação de consciência política crítica e participativa, afinada com o movimento cooperativista.

Ao relacionar os métodos de análise de dados, percebe-se um ponto em comum encontrado nos resultados da análise documental, observação e entrevistas: a educação cooperativista incipiente. Por mais que no estatuto da cooperativa conste acerca da temática, ela não é de fato aplicada com efetividade ao se analisar os cursos. Como consequência, a participação nas assembleias é baixa.

No que se refere à observação, foi perceptível que a estrutura física disponível para o fomento da educação cooperativista, não comporta a notoriedade que deveria ser dada ao tema. Também nas entrevistas, os associados repercutiram a falta de conhecimento acerca do movimento cooperativista e, conseqüentemente, a falta de consciência política e predisposição à participação.

Os resultados da presente pesquisa, levaram à conclusão que o trabalho de formação de consciência política crítica voltada para o cooperativismo pela ASCOOB Sisal, não assume destaque no setor de formação da cooperativa. Aliás, destacaram-se em toda análise, a oferta de cursos adversos direcionados principalmente para os colaboradores; investimentos em

cursos de educação financeira para os cooperados em detrimento dos cursos específicos sobre origem e doutrina cooperativista, que reforcem a ideologia do movimento; uma participação inexpressiva nas assembleias; e interesses individuais dos sócios que se vêem apenas como usuários de uma instituição financeira.

Todos esses apontamentos são reflexos de uma educação cooperativista que se apresenta fragilizada. Mas, que entre os anos 2000 a 2015, foi do avanço, com departamentos, núcleos e instâncias formativas de educação, baseados na perspectiva pedagógica de Paulo Freire; ao declínio, com a redução dos investimentos e um enfoque voltado para a educação empreendedora e financeira, conforme relataram Araújo e Christoffoli (2016), e já evidenciados neste trabalho.

Apesar da formação educacional dos sócios, constar como um fomento do cooperativismo e associativismo no Art.2ª do Estatuto Social da ASCOOB Sisal, e contar com 10% de recursos do FATES, destinado a atividades educativas e fomento do cooperativismo; o que se percebe é uma educação cooperativista aplicada de forma a atender determinados interesses.

O fato do Banco Central do Brasil interferir diretamente em parte das decisões da ASCOOB Sisal, pode levar a um processo de homogeneização entre as organizações (Bacen e cooperativas), o que Freitas e Freitas (2013) chamam de isomorfismo coercitivo. Entretanto, por mais que as características de “banco” sejam assumidas, o Bacen não impede que ações e políticas sociais sejam potencializadas num contexto de formação crítica transformadora da consciência política do cooperado.

Cezar e Rosa (2021) sustentam o caráter híbrido da cooperativa, ao entenderem que há uma dificuldade de compreensão quanto às práticas econômicas e sociais desse movimento, onde o cooperado assume diferentes papéis, que permeiam também diferentes interesses, sejam eles coletivos ou individuais.

O que se percebe, no entanto, é que independente das diferentes caracterizações e denominações que sejam atribuídas às cooperativas, neste caso específico, às instituições financeiras cooperativas, o trabalho da educação cooperativista pode e precisa ocorrer. Não de forma genérica, abstrata e utópica, como pode ser compreendida ao longo do trabalho de campo, mas com uma política de formação de uma consciência política crítica voltada para o conhecimento e participação no movimento cooperativista nas ações da ASCOOB Sisal. Neste sentido, o marco teórico-metodológico proposto nesta tese, elaborado a partir do modelo conceitual de consciência política de Sandoval e Silva (2016), pode contribuir com a política de formação em cooperativas de crédito, objeto deste trabalho.

A proposta do marco teórico metodológico colabora para que haja um levantamento das fragilidades da consciência política no movimento, permitindo a construção de propostas direcionadas de educação cooperativista, no sentido de potencializar a consciência política crítica e participativa do cooperado.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo geral dessa pesquisa que se concentra em *analisar como a consciência política dos cooperados gera uma predisposição à participação na gestão e/ou em ações coletivas da cooperativa e do movimento cooperativista*, optou-se pela triangulação dos dados com a realização observação, análise documental e entrevista. Para se atingir o objetivo geral, inicialmente, os objetivos específicos assumiram o ordenamento do trajeto da presente pesquisa e foram alcançados. Sendo assim, o objetivo específico voltado para a *problematização do Modelo Conceitual de Consciência Política* (SANDOVAL; SILVA, 2016), foi alcançado, ao problematizá-lo, desenvolver o estado da arte do modelo, e promover uma intensa discussão teórica, a fim de revisitar articulações teóricas que o originaram, bem como seu processo de construção e reformulação.

Ao longo desse percurso, foram encontrados *gaps* nos trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) que envolvem o modelo reformulado; o principal deles, foi a ausência de pesquisas que discutam teoricamente a inserção dos sentimentos e emoções no processo de formação da consciência política. Desse modo, a presente tese aceitou o desafio de discutir os sentimentos e emoções, alicerçados à teoria do *self*, ao interacionismo simbólico e ao pragmatismo.

Com base nesse arcabouço teórico, o modelo conceitual de consciência política, após o estudo detalhado, apresentou, em alguns trabalhos, o desalinhamento quanto ao diagrama e as especificações das dimensões; bem como apresentou reformulações nas dimensões, não esclarecidas. Após as análises desencadeadas sobre o modelo, a presente pesquisa sugere algumas adaptações compreendidas com respaldo nos levantamentos feitos.

É passível corroborar a idealização do diagrama de Puccini (2018) que propôs um desenho que demonstrasse a interdependência entre as dimensões, visto que, como apresentado nas definições, elas estabelecem um diálogo constante. No entanto, se acrescenta os sentimentos e as emoções como condições inteutoras nas ações individuais e coletivas. Também, a nomenclatura “modelo” representa um sistema e remete a ideia de algo estruturado e, como é de conhecimento, a aplicabilidade da teoria da consciência política ocorre “*a posteriori*”, num exercício do pragmatismo. No que se isenta de qualquer estrutura à “*priori*”. Sugere-se a nomenclatura “dimensões” no lugar de modelo, visto ser o esquema teórico composto por dimensões da consciência política.

Outro ponto importante a se considerar, é que não cabe pensar a consciência política fechada numa estrutura com dimensões pré-estabelecidas. Por outro lado, é possível sim

pensar em categorias de análise que possam nortear o acesso ao objeto de pesquisa e que possam contribuir no processo de significação da consciência política. Como pode ser percebido no esquema teórico encontrado com auxílio da TFD construtivista, as interações coletivas são dinâmicas, e os sentimentos e as emoções estão a todo o tempo se transformando dentro do indivíduo e transformando o outro que interage com esse indivíduo, e com a própria organização coletiva.

Passando para o segundo objetivo, que foi o de *compreender as contribuições do modelo para o cooperativismo de crédito rural solidário*; entende-se que este foi contemplado com êxito. A fim de atingir o objetivo, utilizou-se nessa pesquisa a revisão teórica, a observação, a pesquisa documental e a entrevista.

Entender a participação nas organizações cooperativas, a partir do Modelo Conceitual de Consciência Política de Sandoval e Silva (2016), é um percurso de pesquisa novo. O estudo da arte comprova esse dado ao evidenciar que no período de 1989 a 2019, dos 58 trabalhos encontrados utilizando o modelo de consciência política, apenas 3 foram realizados em cooperativas, e fizeram uso do modelo analítico de Consciência Política de Sandoval (2001).

Portanto, este é o primeiro trabalho teórico-empírico envolvendo o modelo conceitual de Consciência Política de Sandoval e Silva (2016), no contexto do cooperativismo de crédito rural solidário. O ineditismo da pesquisa trouxe também o desafio de perscrutar uma forma de organização com princípios e valores muito próximos da conceituação da consciência política e, ao mesmo tempo, bem distantes do que a realidade apresenta, conforme visto no esquema teórico que surgiu da pesquisa de campo.

Ainda, se tratando de um empreendimento de economia solidária que tem por base a igualdade dos direitos e responsabilidades (de gestão, controle e propriedade coletiva) de todos os participantes, os dados coletados assumiram uma perspectiva, em sua quase totalidade, contrária às peculiaridades do movimento.

Ao retomar os dados documentais obtidos, percebeu-se na legislação vigente, uma abertura à ampliação do perfil do cooperado. Antes caracterizado no grupo das minorias; agricultores, pecuaristas e extrativistas, eram o foco da cooperativa ASCOOB Sisal. No entanto, com a abrangência de adesão do sócio, característica da expectativa expansionista proposta pelo Banco Central do Brasil (como relatado nas entrevistas); o aspecto rural solidário perdeu forças.

Assim, uma cooperativa de crédito com os objetivos alicerçados na assistência financeira aos associados, na formação educacional e na concessão de financiamentos, abrangendo um perfil variado de sócios; ao dispor suas características defronte ao Modelo Conceitual de

Consciência Política de Sandoval e Silva (2016), evidenciou forças e fragilidades das interações coletivas no movimento.

O Modelo Conceitual de Consciência Política de Sandoval e Silva (2016) foi adaptado e interpretado no contexto das cooperativas de crédito rural solidário. Inporta pontuar que as contribuições do modelo foram fundamentais no processo de compreensão da consciência do cooperado que reverbera na participação.

O último objetivo atingido na pesquisa foi *analisar qual o papel da ASCOOB na construção da consciência e participação política dos cooperados*. A análise documental e as entrevistas foram essenciais para se chegar à compreensão do objetivo.

Os dados analisados evidenciaram uma baixa participação em Assembleias Gerais (menos de 1% dos sócios no cenário atípico de assembleias virtuais), interesses puramente econômicos dos sócios demonstrados nas pré-assembleias, o desconhecimento pelos sócios acerca dos cursos ofertados; bem como uma priorização da gestão, pelo fornecimento de cursos no EAD Cresol mais voltados à gestão empresarial, além da preocupação com a formação e capacitação técnica dos colaboradores.

Toda formação aplicada aos sócios é indiretamente paga por eles por meio do Fundo específico para essas ações chamado FATES. Fundo este, tido como desconhecido por parte dos entrevistados da pesquisa. Os cursos e projetos também são de desconhecimento dos associados, visto que até a época da pesquisa, não havia um balanço social das ações.

Esses resultados muito refletem no esquema teórico encontrado a partir da TFD construtivista, num cenário onde a consciência política do cooperado enquanto dono e usuário do empreendimento é relativamente baixa, se comparada às ambições e interesses econômicos individuais e coletivos.

Deste modo, entende-se que o papel da ASCOOB Sisal na construção da consciência e participação política dos cooperados, ocorre de forma ainda insuficiente por meio da educação cooperativista (ou educação não formal). Educação esta, que remete a uma reflexão duvidosa quanto à real consciência que interessa ser transmitida aos sócios, visto que cursos e formações voltadas para origens, cultura, valores, crenças e expectativas do cooperativismo, foram pouco encontradas. E não são pré-requisitos para o ingresso do sócio, nem tanto quando se deseja assumir um cargo na estrutura administrativa.

Por outro lado, a ASCOOB Sisal é, ou deveria ser, a representação de todos os associados. Não se trata de uma consciência política e participação construída a partir dos membros da estrutura administrativa e dos colaboradores da organização para com os demais

sócios, mas sim, de uma construção coletiva entre todos, por meio das interações simbólicas estabelecidas.

Tomando-se por base esse olhar, o papel da ASCOOB Sisal na construção da consciência e participação política ainda trava intensos embates com a dupla identidade coletiva e com a dupla natureza da cooperativa.

Importa pontuar que os dados de campo foram coletado no período de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021. Dessa forma, como se trata de indivíduos que estabelecem constantes interações, num processo dinâmico, mudanças quanto ao cenário apresentado, são passíveis de ter ocorrido.

Realizadas as análises minuciosas de todos os objetivos específicos, cabe responder ao objetivo central da pesquisa. Considerada a triangulação dos dados e todos os elementos disponíveis, foi verificada a existência de uma consciência do senso comum, em grande parte dos sócios e, conseqüentemente, uma baixa predisposição à participação.

O trabalho abarca como relevância social, a entrega de um diagnóstico da ASCOOB Sisal, e como contribuições da pesquisa à academia, um marco teórico metodológico para intervenção social. No que propõe uma política de formação da consciência política alinhada ao movimento cooperativista, e pensada para fomentar a participação. O diagrama teórico e a teoria substantiva criada pela TFD construtivista, poderão ser testados em organizações cooperativas do ramo crédito, a fim de se entender o significado da consciência do cooperado.

Essa informação torna-se de extrema relevância, tendo em vista que ações estratégicas no âmbito da educação cooperativista poderão ser elaboradas, a fim de promover a consciência política nos espaços de interações onde seja percebida somente a consciência do senso comum. Ao mesmo tempo, em que ações individuais e/ou coletivas, que conduzem o associado a assumir a identidade de dono ou de usuário apenas, tendem a ser desencorajadas.

O trabalho também conta com um extenso arcabouço teórico que relaciona temáticas fundamentais às interações coletivas, sejam elas: consciência política, interacionismo simbólico, teoria do *self* e sentimentos e emoções. Essas temáticas, inseridas nos estudos organizacionais, com enfoque no cooperativismo, criam um campo interdisciplinar teórico, onde a imersão em diferentes áreas do conhecimento, como a psicologia, sociologia e administração; tendem a suscitar um novo olhar sobre as relações humanas e orientar a ação.

Após levantamento bibliográfico e discussão teórica acerca do modelo de consciência política de Sandoval e Silva (2016), modelo este que tem gerado um conteúdo teórico muito relevante à comunidade acadêmica e à sociedade; este trabalho propõe como contribuição à academia, um marco teórico-metodológico voltado ao movimento cooperativista para

intervenção social. E, como relevância social, apresenta um diagnóstico que propõe uma política de formação de consciência política crítica e participativa, afinada com o movimento cooperativista.

Com relação às limitações da pesquisa, ainda que a teoria substantiva tenha sido validada, não foi possível realizar uma testagem da teoria. Sendo essa uma possibilidade de estudos futuros. Outro fator limitante foi a impossibilidade de acessar os cooperados presencialmente, e de frequentar os ambientes de participação promovidos pela ASCOOB Sisal, devido ao período de quarentena preventiva à pandemia em decorrência do coronavírus (COVID-19). Visto que os eventos presenciais foram cancelados, não foi possível analisar a participação, e sim, a predisposição à participação.

A partir dessas limitações, como sugestões para futuras pesquisas, sugere-se a testagem da política de formação de consciência política crítica e participativa, com a análise à *posteriori* das Dimensões Conceituais de Consciência Política de Sandoval e Silva (2016) em cooperativas de crédito, nos espaços participativos (assembleias, pré-assembleias e cursos presenciais de formação e capacitação dos cooperados) dessas organizações. Outra possibilidade de estudo, está em se investigar, após o período de pandemia, os ambientes de participação dos sócios e as interações individuais e coletivas percebidas.

Cabe por fim, concluir a quão desafiadora foi essa pesquisa, visto se tratar da compreensão das relações entre o processo público e privado do organismo, que evoluem para o conhecimento de si e do outro, numa ascensão do cooperado à consciência política. Esta, que se compõe e recompõe de sentimentos e emoções.

REFERÊNCIAS

ABRAMS, D; HOGG, M. A. **Social identifications: a social psychology of intergroup relations and group processes.** Routledge, 2006.

ACERVO DA FGV. **Banco Central.** Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/banco-central-1>. Acesso em: 10 jun. 2021.

AGUIAR, C. S.; REIS, C. N. **As origens do cooperativismo e o contraponto aos males das metamorfoses do mundo do trabalho.** Sociedade em debate, Pelotas, 2002.

AIRHIHENBUWA, C.O. **Health and culture: Beyond the western paradigm.** Thousand Oaks, California: Sage, 1995.

ALCÂNTARA, F. H. C. O Cooperativismo segundo o Direito e a Sociologia do Trabalho. **Organizações & Sociedade**, v. 21, p. 937-956, 2014.

ALEXANDER, J.C. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2 n. 4, jun. 1987.

ALEXANDER, J. C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, p. 5-31, 1998.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-651, 2006.

AMPARAN, A.C; GALLEGOS, A.L. La construcción de la identidad colectiva en Alberto Melucci. **POLIS**, v. 3, n. 1, p. 125-159, 2007.

ANDRADE, A.C.S.F. **Olga: leve como pavlova, com muito de Benário, nada de Alaketu, simplesmente Olga Guimarães.** 2018. 108 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília.

ANSARA, S. **Memória política da Ditadura militar e repressão no Brasil: uma abordagem psicopolítica.** 2005. 404 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 404.

ANSARA, S. Memória política: construindo um novo referencial teórico na Psicologia Política. **Psicologia Política**, v. 8, n.15, 31-56, 2008.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO COOPERATIVISMO 2018-2019. São Paulo (SP): MundoCoop, 2018.

ARAUJO, B. F. V. B. **Dignidade no âmbito da relação entre empresas e comunidade São Paulo.** 2011. 253 f. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

ARAÚJO, D.M. **A constituição identitária do professor universitário na sociedade contemporânea**: uma teoria fundamentada baseada na comunicação e no consumo. 2018. 367 f. Tese (Programa de Doutorado em Comunicação e Práticas de Consumo). Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo.

ARAÚJO, G. S; CHRISTOFFOLI, P.I. Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no Território do Sisal-Bahia. **Revista NERA**, v. 19, n. 34, 2016.

ASCOOB. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.sistemaascoob.com.br/quem-somos>. Acesso em: jun. 2020.

AZEVEDO, L.M.R. **A participação política dos alunos de universidades particulares no Vale do Paraíba**, São Paulo. 2011. 253 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

AZEVEDO, L.M.R. Um estudo sobre a consciência política de jovens universitários. **ECCOM**, v. 3, n. 6, jul./dez. 2012.

BAIOTO, C.D. **Educação cooperativa solidária**: perspectivas e limites. 2008. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituição de Ensino: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

BANRICOOP. Disponível em: www.banricoop.coop.br. Acesso em: 21 de jul. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Diretoria Colegiada. Circular nº 3.348, de 3 de maio de 2007. Altera o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 144, n. 85, p. 32, 4 maio 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº4.434, de 05 de agosto de 2015**. Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48507/Res_4434_v2_L.pdf. Acesso em: 25 mar.2021.

BAPTISTA, F.L.C. **Usuários em cena**: um estudo psicossocial a respeito da participação dos conselheiros representantes dos usuários no Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituição de Ensino: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BEYDA, T.T; MACEDO-SOARES, T.D.L.A. Identidade organizacional: análise crítica da produção acadêmica brasileira de 2004 a 2009. **R.Adm.**, São Paulo, v.45, n.4, p.400-414, out./nov./dez. 2010.

BENFORD, R. D.; SNOW, D. A. Framing processes and social movements: An overview and assessment. **Annual review of sociology**, v. 26, n. 1, p. 611-639, 2000.

BENOIT-GUILBOT, O; DURAND, C. De La théorie à La recherche: 'La conscience ouvrière' d'Alain Touraine. **Sociologie du travail**, 9^eannée n°2, Avril-juin. p. 210-215, 1967.

BERTUOL, R. *et al.* A prática dos princípios cooperativistas: um estudo de caso no Tocantins. **AOS – Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, Brasil, v.1, n.2, ago./dez., p. 7-18, 2012.

BEZERRA, M. S. **A Juventude Negra Participa Descendo Até o Chão, Chão, Chão: Consciência Política ao Som do Bekoo das Pretas**. 2021. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo.

BLUMER, G. Some remarks on the early history of trichinosis (1822-1866). **The Yale Journal of Biology and Medicine**, v. 11, n. 6, p. 581. b1, 1939.

BLUMER, H. Collective behavior. *In*: A.M. Lee (ed.), **Principles of Sociology**, Nova York, Barnes e Noble, p. 165-222, 1951.

BLUMER, H. **El interaccionismo simbólico**. Barcelona: Hora, 1982.

BLUMER, H. **Symbolic interactionism: perspective and method**. Univof California Press, 1986.

BORELLA, J.F. **Um estudo sobre memória e consciência política em diálogos Intergeracionais**. 2019. *undefinedf*. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BRASIL. Decreto nº 3.017, de 06 de abril de 1999. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília. 07 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3017.htm. Acesso em: 25 mar.2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Brasília, 17 abr. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp130.htm. Acesso em: 25 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília. 16 dez 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 25 mar.2021.

BRASIL. Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília. 16 de dez 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm. Acesso em: 25 mar.2021.

BUENO, T.; ALVES, M.; FERREIRA, F.V. Interacionismo Simbólico como ferramenta teórica e metodológica para o estudo no ciberespaço. **Razón y Palabra**, v. 21, n. 96, p. 456-475, 2017.

BÚRIGO, F. L. Finanças e solidariedade: o cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2006.

BURREL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann, 1979.

CABRAL, D. W. A. *et al.* Vygotsky e Freire: os conceitos de “consciência” e “conscientização”. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 10, n. 2, p. 412-422, 2015.

CALGARO *et al.* O processo de empresificação de cooperativas populares: estudo de caso em uma cooperativa de crédito. **Amazon, Organizations and Sustainability** v. 10, n. 1, jan./jun. 2021, p.115-137.

CALVO-HERNÁNDEZ, A. R.; LÓPEZ, J. Los movimientos sociales y lo social en movimiento: Un estudio psicosocial sobre la acción colectiva a través del sector social. **Psicología Política**, n. 34, p. 7-38, 2007.

CANÇADO, A.C. Gestão social. In: BOULLOSA, R.F (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 80-84.

CANÇADO, A.C; PEREIRA, J.R; TENÓRIO, F.G. Fundamentos teóricos da gestão social. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 5, n. 1, p. 4-19, 2015.

CARVALHO, V. D. Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos organizacionais. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 12, n. 4, p. 583-607, 2011.

CARRIERI, A.P.; LUZ, T.R. Paradigmas e metodologias: não existe pecado do lado de baixo do Equador. In: Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ENANPAD, 22, 1998, Foz Iguaçu. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPAD, 1998. 1 CD-ROM.

CASAGRANDE, C.A. Interacionismo simbólico, formação do “self” e educação: uma aproximação ao pensamento de GHMead. **Educação e Filosofia**, v.30, n.59, p.375-403, jan./jun. 2016.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CEZAR, L.C.; ROSA, A.R. Hibridismo organizacional e performatividade crítica em cooperativas: releituras e possibilidades de pesquisas a partir dos princípios cooperativistas. **RGC**, Santa Maria, v. 8, n 16, jul./dez., 2021.

CHARMAZ, K. **A construção da teoria fundamentada**: guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre, RS: Bookman, 2009.

CHICARELI, S.C. **Pastoral Carcerária**: participação Política e Direitos Humanos. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política). Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo.

COELHO, F.C. **Consciência política e a predisposição à participação dos trabalhadores das bibliotecas da UFES em ações do SINTIUFES**. 2020.182 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Instituição de Ensino: Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo.

CODES SISAL. **Território do Sisal**. Disponível em: <http://codessisal.blogspot.com/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

COOLEY, W.H. **Social organization**. Nova York: Charles Scribner, 1909.

CORBIN, J.M.; STRAUSS, A. Grounded theory research: procedures, canons, and evaluative criteria. **Qualitative Sociology**, v.13, n.1, p. 3-21, 1990.

CORRÊA, F.; ALMEIDA, M. A. B. Teorias dos movimentos sociais e psicologia política. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 12, n. 25, p. 549-569, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v12n25/v12n25a11.pdf>. Acesso em: 14 de mar. 2021.

CORNELISSEN, J. P.; WERNER, M. D. Putting framing in perspective: A review of framing and frame analysis across the management and organizational literature. **The Academy of Management Annals**, v. 8, n. 1, p. 181-235, 2014.

CORIOLOANO, R.V. **A internet como instrumento para a formação da consciência política de eleitores universitários e sua relação com o voto**. 2019 *undefined* f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CORRÊA, F.; ALMEIDA, M.A.B. Teorias dos movimentos sociais e psicologia política. In: SILVA, A.S.; CORRÊA, F. **No interstício das disciplinas**: a psicologia política. Curitiba: Prismas, p. 85-122, 2015.

COSTA, G.B.; DELIBERADOR, L.M.Y; SILVA, A.S. Contribuições da noção de consciência política para a pesquisa e a prática da comunicação comunitária. **Revista Alterjor**, v. 2, n. 10, 2014.

COSTA, G.P. **Consciência Política e Cidadania Mediadas pela Participação Política**: um Estudo de Caso em Porto Alegre. 2006. 423 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

COSTA, M. C. O. **Integrando e capacitando a juventude rural no Brasil**: estudo do caso dos jovens do Movimento dos Pequenos Agricultores no Espírito Santo (MPA-ES). 2011. 231 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

COUTINHO, M. C. *et al.* Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a psicologia em empreendimentos solidários. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 7-13, 2005.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CROSSETTI, M.G. O. *et al.* Investigação na enfermagem: o interacionismo simbólico na Teoria Fundamentada em Dados construindo evidências qualitativas na prática clínica. **CIAIQ2019**, v. 2, p. 1403-1407, 2019.

DAMASIO, A. **O mistério da consciência**: do corpo e das emoções ao conhecimento de si. Tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Luiz Henrique Martins Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DAU, A.G. **Consciência política e participação dos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória (ES)**. 2017. 115 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Instituição de Ensino: Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

DAU, A.G; PALASSI, M.P; SILVA, M.Z. Consciência política e participação dos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória – ES. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 17, n. 1, p. 199-211, 2019.

DUARTE, C. A. S; LOPES, J. C. L.; SANTOS, L. M. R. Cooperativas: um levantamento bibliométrico da produção científica do EnANPAD entre 2010-2014. **Desafio Online**, v. 4, n. 1, p. 117-134, 2016.

ESTATUTO SOCIAL. **ASCOOB SISAL**. 2021 (Documento arquivado fisicamente na sede da ASCOOB).

FARIAS, E.M. **Consciência política e participação dos estudantes de administração no combate a corrupção no Brasil**. 2018. 190 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Instituição de Ensino: Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

FAVERO, E.; EIDELWEIN, K. Psicologia e cooperativismo solidário: possíveis (des) encontros. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, p. 35-40, 2004.

FERREIRA, P.R; SOUSA, D.N.; AMODEO, N.B.P. Situação da Educação Cooperativista nas Cooperativas Agropecuárias de Minas Gerais. **Desenvolvimento em questão**, ano 16, n. 42, jan./mar., 2018.

FERRO, R.J. **Vamos lá falar: um estudo psicopolítico das percepções sobre a corrupção em Moçambique**. 2014. 207 f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política). Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo.

FINK, E. L. Symbolic interactionism. **The International Encyclopedia of Interpersonal Communication**, p. 1-13, 2015.

FINE, G.A. O triste espólio, o misterioso desaparecimento e o glorioso triunfo do interacionismo simbólico. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, vol. 45, n.4, 2005.

FILIPPIN, M. **Significados atribuídos ao conhecimento por executivos**: uma teoria substantiva construída por meio da *GroundedTheory*. 2012. 97 f. Dissertação (Mestrado em Administração): Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

FLECHA, R.; NGAI, P. The challenge for Mondragon: Searching for the cooperative values in times of internationalization. **Organization**, v. 21, n. 5, p. 666-682, 2014.

FONSECA, N. **Consciência Política e identidade social no espaço de uma cooperativa**

Popular: estudo de caso da Coopemape do Município de Embu. 2004. 147 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FRACCAROLI, Y.; ARANTES, V.S.; ARAGUSUKU, H.A. Memória e Consciência Política: uma proposta de revisão teórica e metodológica para o campo da Psicologia Política. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 41, p. 69-85, 2018.

FRANCA, M.A. **Impacto das novas tecnologias de informação e comunicação na participação e consciência política da juventude urbana de São Paulo**. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FRANTZ, W. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Sociologias**, p. 242-264, 2001.

FRANTZ, Walter; SCHÖNARDIE, Paulo Alfredo. Educação em práticas cooperativas. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 5, n. 2, p. 19-34, 2016.

FREIRE, P. **A Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, A. F. *et al.* Organização do quadro social (OQS): uma inovação institucional na gestão social de cooperativas. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 2, n. 1, p. 45-66, 2010.

FREITAS, A.F; FREITAS, A.F. Análise institucional de mudanças organizacionais em um sistema cooperativo de crédito solidário em Minas Gerais. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 47, 999-1019, jul./ago. 2013.

FROMM, E. **Die furcht vor der freiheit**. [S.l.: s.n.], 1941.

GAMSON, W. A. Goffman's legacy to political sociology. **Theory and Society**, v. 14, n. 5, p. 605-622, 1985.

GAMSON, W.A. Political discourse and collective action. **International Social Movement Research**, 1: 219-244, 1988.

GAMSON, W.A. The social psychology of collective action. In: A.D. Morris e C.M. Mueller (eds.), **Frontiers in social movement theory**, New Haven, Yale University Press, pp. 53-76, 1992.

GAMSON, W. A. *et al.* **Talking politics**. Cambridge university press, 1992.

GAMSON, W. A.; WOLFSFELD, G. Movements and media as interacting systems. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 528, n. 1, p. 114-125, 1993.

GARRIDO, Á.; PEREIRA, D. **A Economia social em movimento**: uma história das organizações. Lisboa, Portugal: Tinta da China, 2018.

GASKELL, G. Individual and group interviewing. **Qualitative researching with text, image and sound**, p. 38-56, 2000.

GASQUE, K.C.G.D. **Teoria fundamentada**: nova perspectiva à pesquisa exploratória. Brasília: Thesaurus, 2007.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. **The Discovery of Grounded Theory**. Chicago: Aldine, 1967.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. **The Discovery of Grounded Theory**: Strategy for Qualitative Research. New Burnswick, London: Aldine, 2006.

GOFFMAN, E. The moral career of the mental patient. **Psychiatry**, v. 22, n. 2, p. 123-142, 1959.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 14. ed., Petrópolis: Vozes, 2007.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOHN, M.G.M. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, M. da G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio**: avaliação e políticas públicas em educação, v. 14, p. 27-38, 2006.

GONÇALVES, B.D. **Participação e consciência política**: análise psicopolítica da experiência de lideranças femininas urbanas. 2005. 258 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

GONÇALVES, B.D. Impactos da participação e da consciência política na vida das mulheres líderes em política. **Pesqui. prá. psicossociais**, p. 199-213, 2009.

GONCALVES, F.C. **Linguagem audiovisual e Educação do Campo**: práxis e consciência política em percursos audiovisuais. 2019. *undefined* f. Tese (Doutorado em Comunicação). Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília.

GONÇALVES, N.E.S.I. **O progresso da ideia de gestão empresarial na administração pública portuguesa** [Em linha]. Tese de doutoramento em Gestão Empresarial Aplicada. Lisboa: ISCTE-IUL, 2013.

GONTIJO, P.C.A. **A Consciência Política no Service Civil International**: narrativas do cotidiano de um grupo social. 2015. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

GOODWIN, J.; JASPER, J. M.; POLLETTA, F. (ed.). **Passionate politics: emotions and social movements**. University of Chicago Press, 2001.

GOULD, D. B. **Sex, death, and the politics of anger: emotions and reason in ACT UP's fight against AIDS** (Immunodeficiency). 2001.

GREGORIO, M.E.A. **Terceiro Setor e educação não formal: o impacto da formação continuada da ação comunitária na consciência política de educadores sociais das organizações conveniadas da zona sul e região metropolitana de São Paulo**. 2014. 143 f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política). Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo.

HABERMAS, J. **An awareness of what is missing: Faith and reason in a post-secular age**. [S.l.]: Polity, 2010.

HANF, J. H.; SCHWEICKERT, Erik. Cooperatives in the balance between retail and member interests: the challenges of the German cooperative sector. **Journal of Wine Research**, v. 25, n. 1, p. 32-44, 2014.

HEBERLE, R. **Social movements**. [S.l.]: Ardent Media, 1951.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

HERNÁNDEZ, E. N.; PÉREZ, B. O. B. Cooperativismo, autonomía y poder: el movimiento cooperativista en México durante el cardenismo. **Cooperativismo & Desarrollo**, v. 23, n. 106, 2015.

HEWSTONE, M. **Causal attribution: From cognitive processes to collective beliefs**. Basil Blackwell, 1989.

HEWSTONE, M. The 'ultimate attribution error'? A review of the literature on intergroup causal attribution. **European journal of social psychology**, v. 20, n. 4, p. 311-335, 1990.

HODDER, I. *et al.* The interpretation of documents and material culture. **Sage biographical research**, v. 1, 1994.

HOFFER, E. **The true believer**. [S.l.: s.n.], 1951.

HUR, D. U. História da Psicologia Política: Heterogeneidade e institucionalização. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 19, n. 3, p. 826-846, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2019.46923>. Acesso em: 23 de dez 2020.

HUR, D. U; SABUCEDO, J. M. Psicología y política en Brasil: ¿Psicología politizada o Psicología política? **Revista de Investigación Psicológica**, v. 19, p. 159-179. 2018.

HUR, D.U; SANDOVAL, S.A.M.; DANTAS, B.S.A. Psicologia política: teorias e sociedade em transformação. In.: SANDOVAL, S.A.M.; HUR, D.U; DANTAS, B.S.A. (Orgs.) **Psicologia política: temas atuais de investigação**. Campinas, SP: Alínea, 2014.

INSTITUTO CRESOL EAD, 2021. **Comunidade**. Disponível em: https://ead.cresolstituto.org.br/comunidade/pluginfile.php/29053/mod_resource/content/1/cooperativismo_m3_u2%20%28Web%29/index.html. Acesso em: 01 de mar.2021.

JAMES, W. **Pragmatism: A new name for some old philosophy, old ways of thinking**: Popular lectures on philosophy. Longmans, Green, 1907.

JASPER, J. M. **The Art of Moral Protest: Culture, Biography, and Creativity in Social Movements**. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

JAVALOY, F. Comportamiento colectivo y movimientos sociales: un reto para la Psicología Social, **Revista de Psicología Social**, v.18, n. 2, p. 163-206, 2003.

JESUS, S. S. de. **As virtudes necessárias ao cooperativismo: uma percepção dos associados da cooperativa de crédito rural ASCOOB Paraguassu/BA**. 2019.

KAWATA, L.C. **Voluntaria e Participação Política: o caso da ONG Teto**. 2016. 86 f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política). Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo.

KLANDERMANS, B. Mobilization and Participation: Social-Psychological Expansions of Resource Mobilization Theory. **American Sociological Review**, v. 49, n. 5, p. 583-600, 1984.

KLANDERMANS, B. The formation and mobilization of consensus. In: H. P. Klandermans; S. Tarrow (eds.), **From structure to action: comparing movement participation across cultures**, Greenwich, JAI Press, 1988.

KLANDERMANS, B. The social construction of protest and multiorganizational fields, In: A.D. Morris e C.M. Mueller (eds.), **Frontiers in social movement theory**, New Haven, Yale University Press, pp. 77-103, 1992.

KLANDERMANS, B. **The social psychology of protest**. Oxford: Blackwell Publishers. 1997.

KORNHAUSER, W. Power and participation in the local community. **Health Education Monographs**, v. 1, n. 6, p. 28-40, 1959.

KOZINETS, R. V. Netnography. **The international encyclopedia of digital communication and society**, p. 1-8, 2015.

LAVALLE, A. G. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, v. 7, p. 33-42, 2011.

LEITE, F.T. Kant e o Idealismo Alemão. **Revista Ágora Filosófica**, v. 1, n. 2, p. 16-27, 2016.

LIMA, S.H.O.; LEOCADIO, A.L. Mapping the international scientific production about open innovation. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**. Brazilian Journal of Management & Innovation, v.5, n.2, jan./abr., 2018.

LIPSET, S. M. Bureaucracy and social change. **Representative bureaucracy**: Classic readings and continuing controversies. [S.l]: Armonk, 1950.

LOUBAK, Ana Letícia. **O que é podcast? Saiba tudo sobre os programas de áudio online**. 30/12/2019. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/12/o-que-e-podcast-saiba-tudo-sobre-os-programas-de-audio-online.ghtml>. Acesso em: 08 de fev. 2020.

LUCONI JUNIOR, W. **No Lixo? Na Arte?** Um estudo da consciência política dos sujeitos participantes em Empreendimentos de Economia Solidária em Tangará da Serra-MT. 2011. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituição de Ensino: Universidade do Vale dos Rios Sinos.

MAGALHÃES, R.S.; ABRAMOVAY, R. A formação de um mercado de microfinanças no sertão da Bahia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, p. 107-119, 2007.

MAIRINK, A.P.A.R; GRADIM, C.V.C; PANOBIANCO, M.S. O uso da metodologia qualitativa da Teoria Fundamentada nos Dados na pesquisa em enfermagem. **Escola Anna Nery**, v. 25, 2021.

MANSBRIDGE, A.D. The making of oppositional consciousness. In: MORRIS, A.; MANSBRIDGE, J. **Oppositional consciousness**: the subjective roots of social protest. University of Chicago Press, p.1-20, 2001.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTÍN-BARÓ, I. Hacia una psicología de la liberación. **Psicología sin fronteras: revista electrónica de intervención psicosocial y psicología comunitaria**, v. 1, n. 2, p. 1, 2006.

MARTINELLI, R.G.O. **Movimento empresa Júnior**: um estudo exploratório em uma universidade pública no sudeste do Brasil. 2016. 97 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Instituição de Ensino: Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

MARTINS, G.F. **Consciência política e participação cidadã de estudantes de Administração em uma universidade pública federal no Sudeste do Brasil**. 2014. 181 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Instituição de Ensino: Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

MARTINS, M. E. **O cooperativismo de crédito solidário e as representações sociais da cooperação nos municípios de Araponga e Tombos/MG**. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MARTINS, M. E. **Sujeitos rurais e organizações do cooperativismo de crédito rural solidário: (des)caminhos, (im)possibilidades e (re)invenções.** 2016. 223 f. Tese (Doutorado em extensão rural). Instituição de Ensino: Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

MARTINS, M. E.; MAFRA, R. L. M. Cooperativas de crédito rural solidárias como sistemas sociais autopoieticos: (im)possibilidades para a mudança social. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, v. 1, n. 1, p. 38-74, 2018.

MATIAS, I. **Gestão híbrida em cooperativa de crédito: uma análise a partir do interesse, participação, satisfação e expectativa dos cooperados da COOPERUFPA.** 2010. 206 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

MCADAM, D.; SCOTT, R. Organizations and movements. In. DAVIS, G. F., *et al.* (ed.). **Social movements and organization theory.** Cambridge University Press, p.4 -40, 2005.

MARX, K. **O capital: Crítica da Economia Política. O processo de produção do capital.** vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MDA. **Caderno territorial 043 do Sisal–BA.** Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_043_Do%20Sisal%20-%20BA.pdf. Acesso em: 20 de ago. 2020.

MEAD, G.H. **Mind, self and society.** v. 111. University of Chicago Press.: Chicago, 1934.

MELUCCI, A. Individualization and globalization: new frontiers for collective action and personal identity. **Hito subashi journal of social studies**, p. 129-142, 1995.

MELUCCI, A. **Challenging codes: collective action in the information age.** Cambridge University Press, 1996.

MELUCCI, A. Los movimientos sociales em La sociedad contemporánea. In.: _____. **Acción Colectiva, vida cotidiana y democracia.** México: COLMEX, p. 69-93, 1999.

MELUCCI, A. **O jogo do Eu: a mudança de si em uma sociedade global.** São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2004.

MELUCCI, A. *et al.* The process of collective identity. **Social movements and culture**, v. 4, p. 41-63, 1995.

MINAYO, M. C. S. Introdução. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de Programas Sociais.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 19-51.

MISOCZKY, M.C.A. *et al.* Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos? **CADERNOS EBAPE. BR**, v. 6, n. 3, set. 2008.

MONSMA, K. Introdução. In: TILLY, C. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo: Edusp, 1996.

MOORE JR. B. **Injustiça**: as bases sociais da obediência e da revolta. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MORAIS *et al.* Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 105, p. 67-88, jan./mar. 2011

MOREIRA, P. S.C; GUIMARÃES, A.J.R.; TSUNODA, D.F. Qual ferramenta bibliométrica escolher? Um estudo comparativo entre softwares. **P2P e Inovação**, v. 6. n. 2, 140-158, 2020.

MORLEY, I. E. Henri Tajfel's Human Groups and Social Categories. **British Journal of Social Psychology**, 21(3), 189–201.1982.

MOTHÉ, D. Autogestão. In.: CATTANI, A. D. *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009, p. 26-31.

NASCIUTTI, J. C. R. *et al.* Cooperação e autonomia: desafios das cooperativas populares. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 6, p. 91-107, 2003.

OCERGS Organização Cooperativa. **Programa: Dia de Cooperar (DIA C)**. Disponível em:

<https://www.sescoopr.br/programas/diac/#:~:text=HIST%C3%93RICO,por%20meio%20de%20a%20C%C3%A7%C3%B5es%20volunt%C3%A1rias>. Acesso em: 24 ago.2021

OLIVEIRA, V.M; TEODÓSIO, A.S.S. Consumo Colaborativo: um estudo bibliométrico entre 2010 e 2019. **REAd. Revista Eletrônica de Administração** (Porto Alegre), v. 26, n. 2, p. 300-329, 2020.

OLIVEIRA, C.N. **Análise do processo grupal da associação de Portadores de Diabetes de São João Del-Rei**: articulações entre identidade e participação. 2012. 96 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituição de Ensino: Universidade Federal de São João del-Rei.

OLIVEIRA, R.L.Z. **Imagens do êxodo: sentidos políticos do Jeca**.2014. 71 f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política). Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA NETO, J.F. **Consciência política e participação dos sindicalistas em ações coletivas contra a privatização**. 2019. 179 f. Dissertação (Mestrado em Administração).Instituição de Ensino: Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

OLSON, M. **The logic of collective action**. Cambridge Mass: Harvard University Press, 1965.

ORTOLANO, F. **Consciência política e ambiente: a desproteção de parques municipais em Americana (SP) e São Francisco de Paula (RS)**. 2019. 308 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São

Paulo.

PALASSI, M. P. **Ações coletivas e consciência política no mundo do trabalho: dilemas subjetivos da participação nos processos de privatização.** Juruá, 2011.

PALASSI, M. P. **Privatização! Uma solução problemática: o impacto do movimento (anti) privatização na participação dos trabalhadores em ações coletivas.** 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Social). São Paulo, PUC.

PALASSI, M. P.; MARTINS, G. F.; PAULA, A. P. P. Consciência Política e Participação Cidadã de Estudantes de Administração: Um Estudo Exploratório em uma Universidade Pública no Brasil. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, v. 22, n. 3, p. 154-179, 2016.

PARANQUE, B.; WILLMOTT, H.. Cooperatives—saviours or gravediggers of capitalism? Critical performativity and the John Lewis Partnership. **Organization**, v. 21, n. 5, p. 604-625, 2014.

PARK, R.E. **The crowd and public and other essays.** Chicago, University of Chicago Press, 1972.

PARK, R.E. **The crowd and public and other essays.** Chicago, University of Chicago Press, 1972.

PAULA, A. P. P. Maurício Tragtenberg: contribuições de um marxista anarquizante para os estudos organizacionais críticos. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 5, p. 949-968, 2008.

PEREIRA, P.J. **Educação popular e consciência política na luta pelo espaço urbano em Maceió: a resistência da Vila de Pescadores de Jaraguá.** 2015. 356 f. Tese (Doutorado em Educação). Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PEREIRA, H.L. **Atribuições de causalidade do comportamento de fumar nos profissionais de saúde.** 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação). Universidade do Porto.

PETARLY, R.R; COELHO, P.S; DE SOUZA, W.P. Assistência técnica e extensão rural cooperativa: o perfil e o trabalho dos agentes de campo em uma cooperativa agropecuária em Minas Gerais, Brasil. **Mundo agrário**, v. 18, n. 38, p. e059-e059, 2017.

PIES, M. P.; BAGGIO, D. K.; ROMEIRO, M. do C. Participação dos associados: um pilar estratégico de governança do cooperativismo. **Revista de Administração IMED**, v. 6, n. 2, p. 221-236, 2017.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira a vertente solidária.** São Paulo: Saraiva, 2004.

PIRES, A. S.; LIMA, J. C. Fábricas recuperadas pelos trabalhadores: os dilemas da gestão coletiva do trabalho. **Caderno CRH**, v. 30, p. 69-87, 2017.

PIZZANI, L. *et al.* A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012.
 PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DO TERRITÓRIO DO SISAL. **PTDSS**. Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial. Valente: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2016.

PLUTCHIK, R. The nature of emotions: Human emotions have deep evolutionary roots, a fact that may explain their complexity and provide tools for clinical practice. **American scientist**, v. 89, n. 4, p. 344-350, 2001.

PUDENZI, A.G.M. **Protagonismo feminino e consciência política: uma análise do papel da economia solidária na ação política da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências**. 2014. 188 f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo.

PUCCINI, B.C. **Consciência política e humanização do parto: A luta pelo direito à formação de obstetrias da Universidade de São Paulo**. 2018. 157 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

RECK, J. **A consciência política dos cooperados do MST: o caso da COOPAC - Campo Verde - MT**. 2005. 250 f. Tese (Doutorado em Educação). Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

REICHMAN, J. H. Legal hybrids between the patent and copyright paradigms. **Colum. L. Rev.**, v. 94, p. 2432, 1994.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2020. Disponível em: <http://www.sistemaascoob.com.br/uploads/relatorios/2020/RELATORIO-GESTAO-2020-ASCOOB-SISAL.pdf>. Acesso em: 10 jun. de 2021.

RÍOS, C. R. B.. El cooperativismo como instrumento de participación ciudadana. **Margen: revista de trabajo social y ciencias sociales**, v. 62, p. 6-13, 2011.

ROCK, P. **Making of symbolic interactionism**. Springer, 2016.

RODRIGUES, L.M.S. **Agentes comunitários e cooperativismo solidário: o caso da Cresol de Francisco Beltrão**. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Instituição de Ensino: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco.

ROSA, L.A. Participação política: diálogos entre consciência política e práxis política. **Revista Psicologia Política**, v. 15, n. 33, p. 391-403, 2015.

RUSCHEL, M. Aproximando-se de Agnes Heller: interpretando sentimentos e afetividade. In.: GUIMARÃES, G. T. D. **Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva**. EDIPUCRS, p.101-108, 2002.

SABOURIN, E. Ação coletiva e organização dos agricultores no Nordeste semi-árido. In: Embrapa Semiárido-Artigo em anais de congresso (ALICE). In: CONGRESSO

BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz do Iguacu. **Anais...** Brasília: SOBER, 1999.

SABUCEDO, J. M. **Psicología Política**. Madrid: Síntesis, 1996.

SAMPAIO, S.C.O. **Os resultados e limites do consórcio como inovação organizacional no setor público subregional: o caso do CONSISAL**. 2015. 144f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Salvador – UNIFACS. Salvador, Bahia.

SANTOS, A. C. V. A contribuição do cooperativismo de crédito solidário no fortalecimento da identidade territorial: o caso do sistema ASCOOB e sua atuação no território do Sisal, Bahia/The contribution of solidary credit cooperativism to the strengthening of (...). **Caderno de Geografia**, v. 28, n. 52, p. 106-124, 2018.

SANTOS, A.S. **Consciência e ação política em rede: uma proposta interdimensional para o estudo dos conselhos gestores das unidades de conservação dos campos de cima da Serra/RS**. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade). Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, São Francisco de Paula.

SANDOVAL, S.A.M. A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais. **Educação e Sociedade**, v. 34, p. 122-129, 1989a.

SANDOVAL, S.A.M. Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 4, n. 7, p. 61-72, 1989b.

SANDOVAL, S.A.M. **Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil, 1945-1990**. São Paulo: Atica, 1994a.

SANDOVAL, S.A.M. Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. **A cidadania eam construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, p. 59-74, 1994b.

SANDOVAL, S.A.M. The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. **Revista Psicologia Política**, v. 1, n. 1, p. 173-195, 2001.

SANDOVAL, S.A.M. A conscienciapolítica como modelo analítico no estudo dos movimentos sociais. In: III Simposio Brasileiro de Psicologia Política, 2005, Bauru. **Anais do III Simposio Brasileiro de Psicologia Polític**. Bauru: Sociedade Brasileira de Psicologia Política, v. 3. p. 9-9, 2005.

SANDOVAL, S.A.M. A psicologia política da crise do movimento sindical brasileiro dos anos 1990: uma análise da consciência política num momento de desmobilização. **No interstício das disciplinaridades: a psicologia política**. Curitiba: Prismas, 2015.

SANDOVAL, S. A. M.; SILVA, A. S. O Modelo de Análise de Consciência Política como contribuição para a Psicologia Política dos Movimentos Sociais. In: UHNGHUR, D.; LACERDA JUNIOR, F. (Orgs.). **Psicologia, Políticas e Movimentos Sociais**. São Paulo: Vozes, 2016. São Paulo: UNESP, p. 323-370, 2004.

SANDOVAL, S. A.M.; SILVA, A. S. da. O modelo de análise da consciência política como contribuição para a Psicologia Política dos Movimentos Sociais. **Psicologia, políticas e movimentos sociais**, p. 25-52, 2016.

SANTOS, A.S. **Consciência e ação política em rede**: uma proposta interdimensional para o estudo dos conselhos gestores das unidades de conservação dos campos de cima da Serra/RS. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade). Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, São Francisco de Paula.

SAQUET, M.; ALVES, A. Experiências de desenvolvimento territorial em confronto. **Revista Campo-Território, Uberlândia**, v. 9, n. 17, p. 574-598, 2014.

SAUERBRONN, J.F.R; AYROSA, E.A.T. Sobre convergência e a prática metodológica do interacionismo interpretativo na pesquisa acadêmica de marketing. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 5, p. 854-870, 2010.

SASS, O. **Crítica da razão solitária**: a psicologia social de George Herbert Mead. Tese (Doutorado em Psicologia Social). São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC/SP, 1992.

SAVIANI, Dermevalet *al.* **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1996.

SCOPINHO, R. A.; MARTINS, A. F. G. Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de produção agropecuária: reflexão sobre o método. **Psicologia & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 124-143, 2003.

SILVA, A.S. **Acampados no "Carlos Maringuela"**: Um estudo sobre a formação da consciência política entre famílias do movimento dos trabalhadores rurais sem terra no pontal do Paranapanema – SP. 2002. 256 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SILVA, A.S. **Marchando pelo Arco-Íris da Política**: A Parada do Orgulho LGBT na construção da Consciência Coletiva dos Movimentos no Brasil, Espanha e Portugal. 2006. 440 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SILVA, A.S. Metas da ação coletiva e vontade de atuar e maneira coletiva na produção da consciência política de agricultores acampados do MST-Brasil. **Acta Colombiana de Psicología**, v. 16, n.1. (jun. 2013); p. 67-79, 2013.

SILVA, A.S. Memória, Consciência e Políticas Públicas: as Paradas do Orgulho LGBT e a construção de políticas públicas inclusivas. **Revista Electrónica de Psicología Política**, v. 9, n. 27, p. 127-158, 2011.

SILVA, A.S. A identificação de adversários, de sentimentos antagônicos e de (in) eficácia política na formação da consciência política no MST Paulista. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 105-126, 2007.

SILVA, A.S. Consciência política, identidade coletiva, família e MST nos estudos psicossociais. **Psicologia Política**, v. 3, n. 5, p. 39-55, 2003.

SILVA, A.S. O lugar das crenças e valores sociais na formação da consciência política entre trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra. **Interações**, v. 7, n. 14, p. 105-130, 2002.

SILVA, A.S. Consciência e participação política: uma abordagem psicopolítica. **Interações estud. pesqui. psicol**, p. 69-90, 2001.

SILVA, A.S; BARBOZA, R. Exclusão social e consciência política: luta e militância de transgêneros no ENTLAIDS. **Cadernos CERU**, v. 20, n. 1, p. 257-276, 2009.

SILVA, A.S; BARBOZA, R. Diversidade sexual, gênero e exclusão social na produção da consciência política de travestis. Athenea Digital. **Revista de pensamento e investigación social**, n. 8, p. 27-49, 2005.

SILVA, E.F. **A Organização das Cooperativas Brasileiras e a negação do direito fundamental à livre associação**. v. 138, Curitiba, UFPR, 2006.

SILVA, M.K.; COTANDA, F.C; PEREIRA, M.M. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. **Revista de sociologia e política**, v. 25, n. 61, p. 143-164, 2017.

SILVA, F. C; G.H. MEAD. In.: STONES, R. (Ed.). **Key Sociological Thinkers**, 3. ed. London: PalgraveMacmillan, 2017.

SILVA, V.P.B.V. **Formação de valores cooperativos e transformações nas práticas educativas**: um estudo de caso de educandos da licenciatura em educação do campo da UnB, no assentamento Itaúna-GO. 2012. 273 f. Tese (Doutorado em Educação). Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA JUNIOR, E.A. **Consciência política e mídias digitais: uma análise dos discursos no Twitter sobre a reforma política**. 2016 *undefined* f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SILVEIRA, A.F. **Tabagismo e políticas públicas**: uma análise sobre a lógica de diferentes estabelecimentos do ramo de entretenimento sobre a proibição de fumar em ambientes fechados. 2007. 197 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SISTEMA ASCOOB. **Notícias**. 2020. Disponível em: <http://www.sistemaascoob.com.br/noticia/201/ascoob-e-apoio-e-credito-para-agricultores>. Acesso em: 10 de mar. 2021.

SISTEMA OCB. **O que é cooperativismo**. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>. Acesso em: 21 jul. 2021.

SNOW, D.A *et al.* Frame alignment process, micromobilization, and movement participation. **American Sociological Review**, v. 51, 464-481, 1986.

SNOW, D.A.; BENFORD, R.D. "Ideology, frame resonance, and participation mobilization". **International Social Movement Research**, 1: 197-217, 1988.

SOUSA, A.M.B. **Futebol, criança e valores políticos**. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SOUSA, D. N. de *et al.* **A comunicação como ferramenta da educação cooperativista**. [S.l.: s.n.], 2013.

SOUSA, D.N. *et al.* A comunicação na articulação agroindustrial entre uma cooperativa central, suas cooperativas singulares e cooperados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 495-514, 2014.

SOUSA, D. N. de *et al.* Temos que saber que a cooperativa é uma empresa diferente: percepções sobre a educação cooperativista. **Humanidades & inovação**, v. 5, n. 2, 2018.

SOUZA, L.V.S. **Consciência política e participação no orçamento participativo de Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo no período de 2009-2012**. 2012. 173 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Instituição de Ensino: Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

SOUZA, L.V.S; PALASSI, M.P; DA SILVA, A.R.L. Consciência política e participação no Orçamento Participativo em Cachoeiro de Itapemirim (ES, 2009-2012). **Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, n. 2, p. 161-172, 2015.

SOUZA, R.F. George Herbert Mead: contribuições para a história da psicologia social. **Psicol. Soc.** v.23, n.2, Florianópolis May-Aug. 2011.

SOUZA, S.S; SILVA, D.M.G.V. Validação de modelo teórico: conhecendo os processos interativos na rede de apoio às pessoas com tuberculose. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 24, p. 778-783, 2011.

STAKE, J. E. The uneasy case for adverse possession. **Geo. Lj**, v. 89, p. 2419, 2000.

STEKELENBURG, J.V.; KLANDERMANS, B. The social psychology of protest. **Current Sociology Review Article**. v.61, n. 5-6, p. 886-905, 2015.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TAJFEL, H.(ed). **Differentiation between social groups: studies in the social psychology of intergroup relations**. Academic Press, 1978.

TAJFEL, H. Individuals and groups in social psychology. **British Journal of social and clinical psychology**, v. 18, n. 2, p. 183-190, 1979a.

TAJFEL, H. Human intergroup conflict: useful and less useful forms of analysis. **Human ethology: Claims and limits of a new discipline**, p. 369-422, 1979b.

- TAJFEL, H. Social psychology of intergroup relations. **Annual review of psychology**, v. 33, n. 1, p. 1-39, 1982.
- TARIFA, M. R.; SCHALLENBERGER, E. Gestão cooperativa, ambiente institucional e sociocultural: o caso Brasil-Paraguai. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 4, p. 615-634, 2016.
- TARROW, S. Mentalities, political cultures, and collective action frames: constructing meaning through action. In: A.D. Morris e C.M. Mueller (eds.), **Frontiers in social movement theory**, New Haven, Yale University Press, pp. 174-202, 1992.
- TARROW, S. **Power in movement: social movements, collective action and politics**. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.
- TAVARES, A. de O. Participação. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 133-135.
- TEMER, A.C.R.P *et al.* Informar e formar: a importância dos meios de comunicação para a atividade docente. In: **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2006.
- TILLY, C. **From mobilization to revolution**. 1977.
- TILLY, C. **Social movements and national politics**. 1979.
- TILLY, C. Coerção. **Capital e Estados Europeus 990-1992**. São Paulo: Edusp, 1996.
- TOURAINÉ, A. **La conscience ouvrière**. Editions: Le seuil, 1966.
- TOURAINÉ, A. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan.-abr. 2006.
- TURNER, R. H.; KILLIAN, L. M. **Collective behavior**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1957.
- TURNER, J. H.; STETS, J. E. **The sociology of emotions**. Cambridge University Press, 2005.
- VALADARES, J. H. **Estrutura e estratégia institucional: formação de campo organizacional e isomorfismo no cooperativismo de crédito rural de Minas Gerais**. 2005. 196f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - CPDA. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2005.
- VARMAN, R.; CHAKRABARTI, M. Contradictions of democracy in a workers' cooperative. **Organization studies**, v. 25, n. 2, p. 183-208, 2004.
- VAZ, A. C. N. Modelando a participação social: uma análise da propensão à inserção em instituições participativas, a partir de características socioeconômicas e políticas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 10, p. 63-106, 2013.

VELLOSO, T. R.. Desafios e possibilidades de estruturação de empreendimentos econômicos solidários da agricultura familiar na Bahia. In: VII Encontro Internacional de Economia Solidária: desenvolvimento territorial e finanças solidárias - USP, 2011, São Paulo - SP. **VII Encontro Internacional de Economia Solidária: desenvolvimento territorial e finanças solidárias**. São Paulo: Universidade São Paulo, 2011.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VERONESE, M.V; LACERDA, L.F.B. O sujeito e o indivíduo na perspectiva de Alain Touraine. **Soc. e cult.**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 419-426, jul./dez. 2011.

VERONEZE, R. T.; MARTINELLI, M. L. Fundamentos para a consciência ética e política do ser social: ensaios sobre Agnes Heller. **Temporalis**, v. 15, n. 30, p. 405-428, 2015.

VERONESE, M. V.; GAIGER, L. I.; FERRARINI, A. V. Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária. **Caderno CRH**, v. 30, n. 79, p. 89-104, 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE I

Roteiro de entrevista:

HORA DO INÍCIO: ____ HORA DO TÉRMINO: _____

DATA: / /

LOCAL DA ENTREVISTA:

DADOS DE CARACTERIZAÇÃO

Nome:

Sexo: Idade:

Instituição que representa:

Função:

Tempo de associação na cooperativa:

1 - Você exerce alguma atividade em outras organizações da sociedade civil, como, por exemplo, partidos políticos, associações religiosas/ de moradores/ culturais/ ambientalistas/ profissionais/ sindicatos/ ONGs, etc.

Se sim: Quais? O que o(a) leva a exercer estas atividades nestas organizações?

Se não: Por que você não exerce atividades nestas organizações?

Dimensão da CP	Questões
	1 - O que te motivou a ser um sócio da ASCOOB? 2 - O que te motiva a permanecer como sócio? 3 - Explique um pouco sua trajetória na cooperativa.
Identidade coletiva	4 - Você se identifica com a cooperativa? 5 - Por que você (não) se identifica?
Crenças, valores e expectativas societais	6 - Em que você acredita dentro da cooperativa? 7 - Quais os valores praticados na cooperativa? 8 - Quais são suas expectativas na cooperativa? 9 - Como você vê o movimento cooperativista e as cooperativas de crédito no contexto atual brasileiro?
Interesses coletivos	10 - Quais são os interesses coletivos dos cooperados da ASCOOB? 11 - Quais são os interesses coletivos da cooperativa?
Sentimentos com respeito aos adversários	12 - Qual(is) o(s) adversário(s) que a cooperativa possui? 13 - Qual(is) sentimento(s) você tem por ele(s)?
Eficácia Política	14 - Você considera que os cooperados têm capacidade de intervir e gerar mudanças na cooperativa? Explique.
Vontade de agir coletivamente	15 - Você participa de ações coletivas na cooperativa? 15.1 - Se sim, quais? 15 - Quais são os meios de participação da ASCOOB? 16 - Como você avalia esses meios de participação?
Metas e repertórios de ações	17 - Você conhece as metas e objetivos da cooperativa? 17.1 - Se sim, você concorda com as metas e objetivos da cooperativa? Por que?

18 - O que mudou nesse período de pandemia na relação entre cooperado e cooperativa?

19 - O que é uma cooperativa para você?

APÊNDICE II



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Resolução Conselho Nacional de Saúde – CNS nº 466 de 12 de dezembro de 2012

Título da Pesquisa: Consciência política e participação: uma análise no cooperativismo de crédito rural solidário.

Nome da Professora: Prof^a Dr^a Marcia Prezotti Palassi

Nome do Orientando: Suellen Nascimento dos Santos – (31)99157-1482 – suellen.nascisantos@gmail.com.

(Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, acione a pesquisadora por estes contatos acima).

Prezado(a),

Meu nome é Suellen Nascimento dos Santos, sou aluna de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Desenvolvo a pesquisa intitulada “Consciência política e participação: uma análise no cooperativismo de crédito rural solidário”, que tem por objetivo investigar a consciência política e participação dos sócios (maiores de dezoito anos) na organização cooperativa.

O(a) Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa oferecendo-nos informações relacionadas à sua percepção e/ opinião sobre situações cotidianas por meio da entrevista que ocorrerá por meio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, que é uma Plataforma digital para a educação e que permite a realização de entrevistas pela ConferênciaWeb. Ambas plataformas são de fácil utilização, podendo ser acessadas via celular ou computador, a partir de um *link* de acesso enviado pela pesquisadora. Em casos de impossibilidade de acesso à *internet*, a entrevista se dará via ligação telefônica. A entrevista terá duração de aproximadamente 30 minutos e será gravada para que possa ser escrita, interpretada e analisada em outro momento. Destaca-se que as informações serão analisadas em conjunto com as de outros participantes, sendo garantido o sigilo, a privacidade e a confiabilidade dos resultados obtidos.

Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins desta pesquisa. O(a) Sr.(a) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada lhe será pago por sua participação. Contudo, caso haja alguma despesa, o(a) Sr.(a) será ressarcido(a). Ao participar deste estudo o (a) Sr.(a) permitirá que o pesquisador utilize os dados coletados para fins de divulgação científica. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios de Ética em Pesquisa com seres humanos conforme Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS nº 466 de 12 de dezembro de 2012.

As informações serão utilizadas para a tese de Doutorado em Administração da orientanda na Universidade Federal do Espírito Santo. Todos os dados são estritamente confidenciais, sendo os nomes trocados por códigos para manter os sujeitos da pesquisa no anonimato. Somente a pesquisadora e a orientanda terão conhecimento dos dados coletados, que serão guardados por 05 (cinco) anos, sendo depois incinerados.

Garanto a você que a identidade não será revelada e que, em caso de ocorrência de despesas com a participação na pesquisa, o(a) Sr.(a) será ressarcido(a). Garanto ainda que este TCLE será redigido em duas vias que serão assinadas e rubricadas em todas as páginas pelo participante e pelo pesquisador sendo que uma das vias ficará com o participante e a outra com o pesquisador. A participação nesta pesquisa não traz complicações legais e não envolve grandes riscos, pois apenas será solicitado o relato voluntário de suas opiniões e experiências gravadas por áudio.

Potenciais riscos estão associados, no entanto, ao processo de coleta de dados e ao uso das informações coletadas. O(a) Sr.(a) será esclarecido(a) sobre o teor dos questionamentos. Caso se sinta desconfortável o(a) Sr.(a) tem direito de se recusar a participar, recusar-se a continuar participando em qualquer fase ou mesmo reivindicar indenizações diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Ademais, sempre que quiser, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa ao pesquisador.

Ao participar desta pesquisa o (a) Sr.(a) terá como benefícios diretos e indiretos a possibilidade de contribuir para o avanço das discussões sobre consciência política e participação. Espera-se que a pesquisa contribuirá para conhecer mais a realidade brasileira e fundamentar pesquisas no campo dos estudos organizacionais, além de subsidiar o desenvolvimento de um conjunto de ações voltadas para as cooperativas de crédito rural solidária.

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resoluções nº 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, denúncias ou

intercorrências na pesquisa, você poderá consultar o Comitê de Ética e Pesquisa - CEP da UFES pelo telefone (27) 3145-9820, pelo e-mail cep.goiabeiras@gmail.com, pessoalmente ou pelo correio, no seguinte endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.075-910. O CEP/UFES tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais, sendo a instância para denúncias e intercorrências.

Abaixo seguem informações de contato da pesquisadora, para que seja acionada sempre que o(a) Sr.(a) precisar de esclarecimentos sobre a pesquisa:

Doutoranda Suellen Nascimento dos Santos

E-mail: suellen.nascisantos@gmail.com

Cel.: (31) 99157-1482.

Prof^aDr^a Marcia Prezotti Palassi.

Endereço: mprezotti@hotmail.com

Tel.: (27) 4009-7708/3013.4353/99910.4353.

Ficarei muito agradecida com sua contribuição para o desenvolvimento dessa pesquisa e solicito sua assinatura no campo abaixo, indicando que está devidamente informado(a) sobre os objetivos deste trabalho e os usos de seus resultados.

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Declaro que fui informado(a) e compreendi sobre os objetivos, riscos, benefícios e procedimentos do estudo “Consciência política e participação: uma análise no cooperativismo de crédito rural solidário”, de maneira clara e detalhada, e esclareci as minhas dúvidas. Ficou claro também, que minha participação é isenta de despesas, e caso haja, serei ressarcido. Assim, **declaro que aceito participar dessa pesquisa** e estou informado(a) que a qualquer momento posso solicitar novas informações, bem como modificar meu desejo de participar da pesquisa, sem que isso me traga qualquer penalidade. Declaro ainda, ter recebido uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e, em casos de dúvidas não esclarecidas de maneira adequada pelo pesquisador responsável, de discordância com os

procedimentos ou irregularidades de natureza ética, posso buscar auxílio junto ao Comitê de Ética e Pesquisa - CEP da UFES.

Salvador/BA, _____ de _____ de 2021.

Assinatura do Sujeito da Pesquisa

Suellen Nascimento dos Santos
Suellen Nascimento dos Santos

APÊNDICE III

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO: UMA ANÁLISE NO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIO.

Pesquisador: SUELLEN NASCIMENTO DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 32960920.6.0000.5542

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Administração da UFES

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.192.190

Apresentação do Projeto:

O presente estudo trata da “CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO: UMA ANÁLISE NO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIO”.

A autora do projeto explica que “O modelo de consciência política proposto por Sandoval (2001) tem sido aplicado e analisado em diversos estudos organizacionais. A presente pesquisa abarca uma análise aprofundada acerca do Modelo Conceitual de Consciência Política (SANDOVAL; SILVA, 2016), na perspectiva de compreender a problemática de como o modelo se aplica ao cooperativismo de crédito rural solidário, e como a educação cooperativista desenvolvida na cooperativa contribui para a formação de uma consciência política crítica e participativa. Em busca dessas respostas, é que o lócus da pesquisa, se passará na Cooperativa de Crédito rural ASCOOB SISAL, localizada no município de Serrinha-BA, que se destaca como a maior cooperativa do Sistema ASCOOB, tendo que lidar com a dupla função desta modalidade de empreendimento: função econômica e função social; frente ao desafio de manter o equilíbrio destas. Decorre-se a partir das exposições, a temática central dessa pesquisa: consciência política e participação. E o objetivo geral se concentra em analisar a consciência política e a participação dos sócios na organização cooperativa. O estudo será realizado a partir da pesquisa bibliográfica, seguida por um estudo de caso, que utilizará como técnica de coleta de dados a análise documental e a entrevista junto a cooperados pertencentes a diferentes municípios, bem como pertencentes à estrutura administrativa da organização. Para análise

será utilizada a técnica de análise de conteúdo. Espera-se ao fim da pesquisa, contribuir com a análise do Modelo Conceitual de Consciência Política (SANDOVAL; SILVA, 2016) e sua aplicabilidade às cooperativas de crédito rural, contribuindo com este tipo de organização e com os estudos organizacionais, ao fornecer um marco teórico para análise da consciência política e participação nessas cooperativas”.

DESFECHO PRIMÁRIO:

A consciência política e a participação dos sócios na organização cooperativa estudada, é motivada pela educação cooperativista, no que proporciona a formação de cooperados críticos e conscientes da política organizacional, no que fortalece processos participativos.

METODOLOGIA PROPOSTA:

A autora do projeto descreve com clareza a metodologia que será utilizada, conforme descrito a seguir: “Esta pesquisa se caracteriza inicialmente como bibliográfica, apresentada por Pizzani et al (2012, p.54), como “[...] a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico”. No presente trabalho, as teorias discutidas partiram do levantamento bibliográfico encontrado em livros, teses, dissertações, periódicos, artigos de jornais e revistas, dentre outros e a partir de premissas teóricas que auxiliaram na construção do Modelo Conceitual de Consciência Política (SANDOVAL; SILVA, 2016). Também é realizada uma pesquisa empírica qualitativa com o objetivo de compreender a consciência política e a participação dos cooperados envolvidos no processo de educação cooperativista. A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso na tipicidade instrumental, visto que Alves-Mazotti (2006) e Stake (2000) consideram se tratar de um estudo que tende a facilitar a compreensão de algo mais amplo. Deste modo, ao se testar o Modelo Conceitual de Consciência Política (SANDOVAL; SILVA, 2016) na ASCOOB Sisal/BA, pretende-se problematizar o uso do modelo analisando sua aplicabilidade nas cooperativas de crédito rural. Em complemento, tem-se uma pesquisa documental junto à ASCOOB Sisal/BA, sendo os documentos fontes de informação e conhecimento, que transmitem significações diferentes a depender do contexto social histórico em que seja lido (HODDER, 1994). Na pesquisa documental se dá a análise dos escritos primários, portanto, que não receberam tratamento analítico (DA SILVA et al, 2016), representados por projetos implementados e materiais que tratam da educação cooperativista, estatuto, regimento interno, atas de Assembleias e reuniões, e informações presentes em sites. Em todos esses materiais, tem-se a verificação das características referentes às dimensões do Modelo Conceitual de Consciência Política (SANDOVAL; SILVA, 2016). Por fim, tem-se a realização da entrevista, em que Gaskell (2000, p.65) reconhece sua importância ao afirmar que “A compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados é a condição sine qua non da entrevista qualitativa”. Esta que será aberta (não estruturada) por amostragem não probabilística, por tipicidade, ou seja, será selecionado um grupo com características

importantes para se analisar a problemática proposta no trabalho (GOODE; HATT, 1979). Visto a realidade de isolamento social devido à orientação do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde, para que a população mantenha o isolamento social por período indeterminado, visando o combate ao Coronavírus (COVID-19); as entrevistas ocorrerão por meio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, que é uma Plataforma digital para a educação e que permite a realização de entrevistas pela ConferênciaWeb. A Plataforma é de fácil utilização, podendo ser acessada via celular ou computador, a partir de um link de acesso enviado pela pesquisadora. Em casos de impossibilidade de acesso à internet, a entrevista se dará via ligação telefônica. Cabe salientar que a pesquisa de campo somente será realizada após finalizada a pesquisa bibliográfica e documental, visto que os resultados obtidos a partir da análise aprofundada do modelo de Sandoval e Silva (2016), serão fundamentais à testagem do modelo na cooperativa de crédito solidário”.

Consta no TCLE: “O(a) Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar de sua percepção e/ opinião sobre situações cotidianas de Ensino e Pesquisa, que é uma Plataforma digital para a educação e que permite a realização de entrevistas pela ConferênciaWeb. A Plataforma é de fácil utilização, podendo ser acessada via celular ou computador, a partir de um link de acesso enviado pela pesquisadora. Em casos de impossibilidade de acesso à dará via ligação telefônica. A entrevista terá possa ser escrita, interpretada e analisada em outro momento”.

Ainda, há o detalhamento das técnicas e referências que serão utilizadas nas páginas 14 a 19 do projeto detalhado.

REFERÊNCIA SUCINTA AOS CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO:

-Critério de Inclusão:

Sócios e membros da estrutura administrativa da Cooperativa de Crédito Rural Ascoob Sisal – ASCOOP SISAL – Serrinha, que tenham acima de dezoito anos.

Critério de Exclusão:

Sujeitos que optarem por não participar ou menores de dezoito anos.

SOBRE OS CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO-INTERRUPÇÃO DA PESQUISA: Consta no TCLE: “Casos e sinta desconfortável o(a) Sr.(a) tem direito de se recusar a participar, recusar-se a continuar participando em qualquer fase”.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos do projeto serão:

Objetivo Primário:

Analisar a consciência política e a participação dos sócios na organização cooperativa.

Objetivo Secundário: Problematizar o Modelo Conceitual de Consciência Política (SANDOVAL; SILVA, 2016); compreender as contribuições do modelo para o cooperativismo de crédito rural solidário; e analisar, a partir da educação cooperativista aplicada, como são

percebidas as dimensões da consciência política e da participação dos diferentes sujeitos da ASCOBSISAL/BA.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme consta no TCLE, os RISCOS E DESCONFORTOS que o sujeito possa apresentar, assim como as medidas de segurança, são descritas a seguir:

“Potenciais riscos estão associados, no entanto, ao processo de coleta de dados e ao uso das informações coletadas. O(a) Sr.(a) será esclarecido(a) sobre o teor dos questionamentos. Caso se sinta desconfortável o(a) Sr.(a) tem direito de se recusar a participar, recusar-se a continuar participando em qualquer fase ou mesmo reivindicar indenizações diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa”.

Conforme consta no Projeto informações básicas, os possíveis benefícios aos sujeitos são: “Este trabalho poderá contribuir com a análise do Modelo Conceitual de Consciência Política (SANDOVAL; SILVA, 2016) e sua aplicabilidade às cooperativas de crédito rural, contribuindo com este tipo de organização e com os estudos organizacionais, ao fornecer um marco teórico para análise da consciência política e participação nessas cooperativas. Esse estudo justifica-se na medida em que a falta da participação e da consciência política constitui-se uma questão que acomete grande parte das cooperativas, e estudar a aplicabilidade de um modelo específico de consciência política pode resultar em subsídios que permitirão a reorientação da educação cooperativista nessas organizações”.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O protocolo de pesquisa trata-se de pesquisa de Doutorado desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Com base na Resolução n. 466/2012 CNS, analisou-se:

** A Folha de Rosto: adequada. Consta o preenchimento correto, assinatura e carimbo.

** Projeto detalhado: o arquivo versao_resumida_projeto.pdf (postado em 02/06/20) consta o projeto completo.

** Quanto ao cronograma de execução do estudo: adequado, conforme consta nas informações básicas do projeto: (Página 5).

** Em relação ao Termo de Consentimento Livre Esclarecido: o mesmo foi escrito de maneira completa e compreensível aos sujeitos do estudo, com concisão e objetividade e com a descrição suficiente dos procedimentos.

** Quanto ao orçamento do estudo: consta nas informações básicas do projeto: financiamento próprio.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	A u t o r	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1554286.pdf	02/06/2020 12:26:28		Aceito
Projeto Detalhado / Brochural Investigador	versao_resumida_projeto.pdf	02/06/2020 12:25:06	SUELLEN NASCIMENTO DOSSANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /Justificativa de Ausência	TCLE_modificado_doutorado.pdf	02/06/2020 12:23:21	SUELLEN NASCIMENTO DOSSANTOS	Aceito
Cronograma	cronograma_completo_pesquisa.pdf	27/05/2020 22:52:14	SUELLEN NASCIMENTO DOSSANTOS	Aceito
Outros	roteiro_da_entrevista_aberta_nao_estruturada.pdf	21/05/2020 16:16:54	SUELLEN NASCIMENTO DOSSANTOS	Aceito
Declaração de concordância	autorizacao_ASCOOB.pdf	21/05/2020 15:42:37	SUELLEN NASCIMENTO DOSSANTOS	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto_.pdf	21/05/2020 15:37:01	SUELLEN NASCIMENTO DOSSANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITÓRIA, 04 de Agosto de 2020

Assinado por:

KALLINE PEREIRA AROEIRA

(Coordenadora(a))

APÊNDICE IV

Nº	CÓDIGOS
1	CONSTRUINDO COLETIVAMENTE METAS E OBJETIVOS
2	CONTRIBUINDO PARA O AUMENTO DE ASSOCIADOS
3	DEMONSTRANDO EMOÇÃO
4	DESCONHECENDO METAS E OBJETIVOS
5	DESCONHECENDO OS FUNDOS DA COOPERATIVA
6	DIFERENCIANDO A ASCOOB
7	ENTENDENDO A ASCOOB COMO UM BANCO
8	ENTENDENDO A ASCOOB NO MOVIMENTO COOPERATIVISTA
9	ENTENDENDO A CENTRALIZAÇÃO DO PODER COMO PREJUDICIAL PARA OS MOVIMENTOS
10	ENTENDENDO A IDEOLOGIA DO MOVIMENTO
11	ENTENDENDO A POLÍTICA DA ASCOOB
12	ENTENDENDO COMO A IDENTIDADE COM A ASCOOB ACONTECE
13	ENTENDENDO O PAPEL DO COOPERADO COMO AGENTE DE MUDANÇA
14	ENTENDENDO QUE A PARTICIPAÇÃO REQUER IDENTIFICAÇÃO COM O MOVIMENTO
15	ENTENDENDO QUE TEMPO DE ASSOCIAÇÃO NÃO LEVA À PARTICIPAÇÃO
16	EVIDENCIANDO A EXPECTATIVA DO BANCO CENTRAL
17	EVIDENCIANDO OS SENTIMENTOS NOS PROCESSOS DE INTERAÇÃO
18	EVIDENCIANDO QUESTÕES LEGAIS
19	FALANDO QUE A IDENTIFICAÇÃO SE DÁ PELOS BENEFÍCIOS FINANCEIROS RECEBIDOS NA ASCOOB
20	MOSTRANDO UM HISTÓRICO QUE DESMOTIVA
21	INTEGRANDO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA
22	INTERAGINDO COM COOPERADO ENQUANTO GESTOR
23	MOSTRANDO AS DIFICULDADES EM PARTICIPAR
24	MOSTRANDO DESCONHECIMENTO SOBRE O MOVIMENTO COOPERATIVISTA
25	MOSTRANDO FALHAS NA COMUNICAÇÃO
26	MOSTRANDO OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO
27	MOSTRANDO OS MEIOS DE PARTICIPAÇÃO NA COOPERATIVA
28	NÃO SE PERCEBENDO COMO PARTE DA COOPERATIVA
29	OPTANDO POR UMA GESTÃO PROFISSIONALIZADA
30	PERCEBENDO A ASCOOB A PARTIR DE ENVOLVIMENTO COM MOVIMENTOS SOCIAIS
31	PERCEBENDO A ASCOOB A PARTIR DO OUTRO
32	PERCEBENDO A ASCOOB SE APROXIMANDO DA COMUNIDADE
33	PERCEBENDO A CONSCIENTIZAÇÃO DO COOPERADO
34	PERCEBENDO A CULTURA DA COOPERAÇÃO
35	PERCEBENDO A EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA
36	PERCEBENDO A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA
37	PERCEBENDO A NECESSIDADE DOS CONCORRENTES
38	PERCEBENDO A POLÍTICA DA ASCOOB
39	PERCEBENDO A VISÃO DO OUTRO
40	PERCEBENDO AS MUDANÇAS GERADAS PELA PANDEMIA

Nº	CÓDIGOS
41	PERCEBENDO CRENÇAS E VALORES COLETIVOS
42	PERCEBENDO INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CONCORRENTES, COMO MAIS VANTAJOSAS
43	PERCEBENDO INTERESSES COLETIVOS
44	PERCEBENDO O CONCEITO DE COOPERATIVA
45	PERCEBENDO O EQUILÍBRIO ENTRE FINANCEIRO E SOCIAL
46	PERCEBENDO O INTERESSE DA COOPERATIVA
47	PERCEBENDO O MOVIMENTO COOPERATIVISTA
48	PERCEBENDO O PAPEL DO COOPERADO
49	PERCEBENDO O SIGNIFICADO DA ASSEMBLEIA
50	PERCEBENDO OS ADVERSÁRIOS
51	PERCEBENDO OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS
52	PERCEBENDO OS LIMITES À PARTICIPAÇÃO
53	PERCEBENDO QUE A ASCOOB FORNECE UM ATENDIMENTO PERSONALIZADO
54	PERCEBENDO QUE UMA OUTRA ECONOMIA ACONTECE
55	PERCEBENDO VANTAGENS JUNTO AO CONCORRENTE
56	RECEBENDO AS INFORMAÇÕES PELA ASCOOB
57	RECONHECENDO A FALTA DE FORMAÇÃO
58	REVELANDO DESAFIO DE CRESCER SEM SE TORNAR BANCO
59	REVELANDO EXPECTATIVA JUNTO A ASCOOB
60	REVELANDO LEMBRANÇAS E SENTIMENTOS
61	REVELANDO PROJEÇÕES DO BANCO CENTRAL
62	SATISFAZENDO-SE DEVIDO AOS INTERESSES ECONÔMICOS
63	SENDO MOTIVADO A INGRESSAR NA ASCOOB A PARTIR DE OUTROS MOVIMENTOS
64	SENDO MOTIVADO A PARTICIPAR PELA VISÃO CRÍTICA E DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA
65	SENTINDO-SE PARTE DA ASCOOB
66	FALANDO QUE O INGRESSO NA ASCOOB NÃO FOI MOTIVADO PELA VONTADE DA AÇÃO COLETIVA